

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ISANDA MARIA FALCÃO CANJÃO

*NÃO ENTRA ERRADO, TÁ IRAQUE TÁ O TERROR: Deslocamento habitacional e
sociabilidade violenta em um bairro de São Luís*

São Luís
2018

ISANDA MARIA FALCÃO CANJÃO

NÃO ENTRA ERRADO, TÁ IRAQUE TÁ O TERROR: Deslocamento habitacional e sociabilidade violenta em um bairro de São Luís

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, em nível de Doutorado, para obtenção do Título de Doutor.

Orientador(a): Prof^o. Dr^o. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior

São Luís

2018

CANJÃO, Isanda Maria Falcão

NÃO ENTRA ERRADO, TÁ IRAQUE TÁ O TERROR: Deslocamento habitacional e sociabilidade violenta em um bairro de São Luís /. CANJÃO, Isanda Maria Falcão – São Luís, 2018.

201 f.:il.

Tese (Doutorado) – Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão, 2018.

Orientador (a): Profº. Drº. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior

1. Deslocamento 2. Sociabilidade Violenta. 3. Sujeição criminal 4. Tráfico de Drogas. I. Título.

CDU: 614:323 (812.1)

ISANDA MARIA FALCÃO CANJÃO

NÃO ENTRA ERRADO, TÁ IRAQUE TÁ O TERROR: Deslocamento habitacional e sociabilidade violenta em um bairro de São Luís

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, em nível de Doutorado, para obtenção do Título de Doutor.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.º. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior
(Orientador)
UFMA

Profa. Dra. Elizabeth Maria Bezerra Coelho
UFMA

Profa. Dra. Karina Biondi
UEMA

Profa. Dra. Valdira Barros
UEMA

Profa. Dra. Viviane Vazzi Pedro
UFMA

Aos meus pais, pelo caráter, pelo estímulo, pela generosidade e alegria. As pessoas mais maravilhosas dessa vida.

À memória de Cleides Antônio Amorim, o amigo maior, denso, esculpido no plural;

À memória de Sérgio Figueiredo Ferretti, que me ensinou os primeiros passos da etnografia. Grande e apaixonante mestre;

AGRADECIMENTOS

Agradeço à deusa e aos deuses de todas as etnias, de todos os povos, crenças e fundamentos.

Agradeço a todos os meus familiares pais, irmãos e irmãs, sobrinhos(a), cunhadas, tios e tias, primos e primas, dessa família extensa e unida que, além da motivação, entenderam as ausências e os períodos de afastamento, embora alguns deles não tenham tido as mesmas oportunidades de estudo no passado.

Aos moradores do condomínio sol nascente, pela disposição em conversar e conceder entrevistas. Pela rica experiência. Pelo aprendizado de força e resistência. Em especial agradeço a Frida, pela atenção e dedicação perspicaz durante a pesquisa e por permitir compartilhar uma nova amizade.

A FAPEMA pelo apoio ao projeto de extensão desenvolvido com os jovens do condomínio. A importância do referido projeto foi além dos objetivos propostos: permitiu maior familiaridade com o universo da pesquisa, propiciou que os alunos bolsistas ampliassem suas sensibilidades e fossem iniciados na prática da pesquisa de campo. Gratidão por compartilhar esses momentos com Alcidiram, Carla, Israel e Sannia.

A todos os meus amigos do grupo “a gente só quer ser feliz” (Abmalena, Andréa, Ana Joana, Aricirana, Cláudia, Helen e Silvia Helena), pela amizade que é para a vida toda, pelo apoio quando solicitado e pela fidelidade de sentimentos. Obrigada por compartilhar bons momentos nessa jornada da vida, e por entenderem os períodos de afastamento e reclusão para escrever a tese.

Agradeço a Linda Naura, amiga de toda vida, pelo apoio mesmo distante e pelo exemplo de malandragem e irreverência, necessários na arte de ser feliz.

Ao professor orientador, Horácio Sant’Ana Junior, pela grande empolgação com a temática da tese e pelo incentivo daí decorrente, pela sensibilidade peculiar e a paciência demonstrada durante a condução da orientação.

Aos colegas da turma de Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação, que participaram da mesma jornada de estudos, tensões e aprendizados, especialmente, à destemida Anne Caroline, pelo convívio alegre e parceria na hora das “brejas”

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em especial, Elizabeth Maria, Alcântara Junior, Horácio Sant’Ana, Marcelo Carneiro e Sandra Sousa, pelos ensinamentos compartilhados.

A Maysa, que dividiu comigo parte da experiência de campo. Pelas ideias trocadas durante a pesquisa e pelo apoio ágil e profissional quando solicitado.

Ao amigo Frankly Meneses que, mesmo distante, sempre apoiou e esteve disposto a contribuir com esse processo.

Ao amigo Henrique Pinheiro, por me fazer rir de seu próprio medo enquanto eu reafirmava minha coragem.

Ao professor Wagner Cabral, pelo importante apoio na disponibilidade de informações e dados sempre atualizados.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pela disponibilidade irrestrita em ajudar a resolver “os pepinos”.

O menino cresceu entre a ronda e a cana
Correndo nos becos que nem ratazana.
Entre a punha e o afano, entre a carta e a ficha
Subindo em pedreira que nem lagartixa...
Grampearam o menino do corpo fechado
E barbarizaram com mais de cem tiros.
Treze anos de vida sem misericórdia
E a misericórdia no último tiro....
(João Bosco / Tiro de misericórdia).

RESUMO

A presente tese é resultado de pesquisa realizada junto a um grupo de pessoas deslocadas de palafitas para apartamentos - residentes em um conjunto habitacional de São Luís. O projeto de deslocamento, promovido pelo Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal (PAC), foi embasado em fundamentações predominantemente técnicas: desconsiderou-se modos de vida, a visão de mundo e a reciprocidade historicamente constituída entre os moradores, por exemplo. A Partir do trabalho de campo, e do convívio com moradores, identificou-se um denso processo de sociabilidade violenta que foi aumentando à medida que o tráfico de drogas se expandiu na região. Some-se a isso a ação policial caracterizada por forte sujeição criminal. Além disso, os moradores têm ressaltado ser vítimas de preconceitos e estigmas por parte da sociedade englobante, em virtude de conflitos que ocorrem nas mediações do Condomínio. Todos esses mecanismos são conjugados com a criminalização da pobreza.

Palavras-chave: Deslocamento. Sociabilidade Violenta. Sujeição criminal. Tráfico de Drogas.

ABSTRACT

The present thesis is the result of a survey carried out with a group of displaced persons from stilts to apartments - dwellers in a housing complex in São Luís. The displacement project, promoted by the Growth Acceleration Program of the Federal Government (PAC) was based on predominantly technical foundations: ways of life, the vision of the world and the reciprocity historically constituted among the residents were not considered, for example. From the field work and living with residents, a dense process of violent sociability was identified, which increased as drug trafficking expanded in the region. Add to this, the police action characterized by strong criminal subjection. In addition, residents have stressed that they are victims of prejudice and stigma on the part of the encompassing society, due to conflicts that occur in the mediation of the Condominium. All these mechanisms are coupled with the criminalization of poverty.

Keywords: Displacement. Violent sociability. Criminal subjection. Drug trafficking.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Foto de palafita sobre o mangue.....	45
Figura 2-	Sapata: base de sustentação de palafitas.....	49
Figura 3-	As paredes caiadas com tinta verde.....	50
Figura 4-	Croqui de uma ponte aterrada.....	54
Figura 5-	Foto de uma criança sobre o quintal da palafita do Areal....	59
Figura 6-	Palafita construída fora de área aterrada.....	60
Figura 7-	Comércio na palafita.....	90
Figura 8-	Pescador chumbando rede na calçada do condomínio	91
Figura 9-	Cedida pelo Sr. Poló, que afirma: Sentávamos na porta sem medo de bala perdida.....	93
Figura 10-	Aviso informando morte de moradora.....	99
Figura 11-	Prédios Centrais.....	123
Figura 12-	Confraternização “das amigas”	124
Figura 13-	Diversão.....	124
Figura 14-	Festa de aniversário.....	125
Figura 15-	Muro interno: Limites do território.....	129
Figura 16-	Só Jesus liberta.....	129
Figura 17-	Os códigos.....	130
Gráfico 1-	Mapa projetado por Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), a partir do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017.....	152
Figura 18-	Jovem executado.....	158
Figura 19-	Rendidos.....	160
Quadro 1-	Dados relativos a crime de execução por policiais no Maranhão.....	169
Figura 20-	Discurso simbólico de competência.....	182
Figura 21-	Operação de treinamento.....	183
Figura 22-	Operação Policial no PAC.....	185
Tabela 1-	2004/2014.....	

LISTA DE SIGLAS

ALUMAR	Consórcio de Alumínio do Maranhão
BOPE)	Batalhão de Operações Policiais Especiais
CAO	Comissão de Acompanhamento de Obras
CBO	Companhia Brasileira de Óleos
CCO	Companhia Carioca de Óleos
CEF	Caixa Econômica Federal
CTA	Centro de Apoio Tático
CV	Comando Vermelho
C.V.R.D	Companhia Vale do Rio Doce
CVRL	Comando Vermelho Rogério Lemgruber
DEM	Partido da Frente Liberal atual
DPU	Defensoria Pública da União
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
FLACSO	Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social
GTA	Grupo Tático Aéreo
HAF	Homicídios por arma de fogo
IML	Instituto Médico legal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MPF	Ministério Público Federal
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização não Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCC	Primeiro Comando da Capital de São Paulo
PCM	Primeiro Comando do Maranhão
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PlanHab	Plano Nacional de Habitação
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNH	Política Nacional de Habitação
PROMORAR	Programa de Erradicação da Sub-Habitação
SECID	Secretaria Estadual das Cidades
SEDIC	Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Maranhão
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SENARC	Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico
SJC	Sistema de Justiça Criminal
SMDH	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social
SSP	Secretaria de Segurança Pública
Rotam	Ronda Ostensiva Tático Móvel
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CONSTRUINDO O CONTEXTO.....	19
Da Pesquisa Etnográfica: o trabalho de campo.....	19
A Chegada.....	24
CAPÍTULO 1 - BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS BAIRROS CAMBOA E LIBERDADE.....	42
1.1 Palafitas: Segregação e acesso à moradia.....	44
1.2 Histórias de maré.....	57
1.3 Minha casa, minha invasão: formas de acesso às palafitas.....	64
CAPÍTULO 2 - MORADIAS E DESLOCAMENTOS: O PAC Camboa – Rio Anil.....	69
2.1 “Novos Alicerces”: O PAC Rio Anil Camboa e o processo de deslocamento e reassentamento em bairros de são luís.....	78
2.2 Os discursos de legitimidade do Estado.....	83
2.3 O discurso dos moradores e os impactos de um projeto estatal sobre suas vidas.....	85
2.4 Novos contextos, novas possibilidades.....	89
CAPÍTULO 3 - SOBRE SOCIABILIDADE NO PAC.....	99
3.1 Considerações sobre a sociabilidade violenta.....	110
3.2 Guerra e paz.....	119
CAPÍTULO 4 - ESTADO, SUJEIÇÃO CRIMINAL E VIOLÊNCIA.....	140
4.1 A violência como problema social ou o estado providência em crise.....	141
4.2 O caso do Maranhão.....	149
4.3 Sujeição Criminal: ação policial no PAC Camboa.....	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
REFERÊNCIAS.....	194

INTRODUÇÃO

Esta tese apresenta os resultados de pesquisa com moradores que foram submetidos a um projeto de deslocamento, de palafitas para apartamentos, promovido pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, em São Luís do Maranhão. O processo de deslocamento aparecerá de forma mais circunstancial e se constituirá enquanto referência para estabelecer o ponto inicial de um contexto que foi adquirindo diversos contornos à medida que a pesquisa ia sendo desenvolvida.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹ foi apresentado com a proposta de erradicar habitações classificadas, pelos agentes públicos, de precárias ou aglomerados subnormais². Incidiu com a remoção de palafitas estabelecidas à margem do Rio Anil, nos bairros da Fé em Deus, Alemanha, Liberdade e Camboa. Na realidade, o contexto de formação desses bairros apresenta um problema histórico de direito à moradia e espelha o déficit de habitações promovido por uma expansão urbana desestruturada, que implicou na ocupação de áreas alagadas da capital maranhense. Favoreceu o fenômeno da autoconstrução e empurrou as pessoas para condições de vida sem a mínima qualidade de saneamento. No caso de São Luís o desmembramento desse processo foi uma intensa concentração nos bairros Camboa e Liberdade, de grande parte das pessoas que moravam em palafitas, sobre a maré.

Essa tendência na forma de organização da cidade demonstra que prioridades são estabelecidas. Se destaca, desse modo, a cidade fragmentária (BURNETT, 2012). De um lado, é identificada a valorização de regiões centrais e os frequentes processos de reestruturação espacial visando atender as demandas do capital (LEFEBVRE, 1991). Por outro, se vislumbra a suburbanização de áreas relegadas ao esquecimento, diante da incapacidade do Estado de promover políticas habitacionais. Nesse contexto, a informalidade na ocupação terminou por fundamentar, entre aspas, um tratamento diferenciado, restringindo o alcance dos serviços públicos

O projeto de deslocamento do PAC é ressaltado por seu caráter técnico e hierarquizador, destacado a partir de uma perspectiva de planejamento urbano etnocêntrico e hegemônico, seguindo um padrão que faz referência à uma espacialidade homogênea

¹ Em São Luís, o projeto específico que é analisado nessa tese foi denominado PAC Rio Anil. Quando eu fizer referência, especificamente, ao condomínio utilizarei a denominação PAC Rio anil Camboa, PAC Camboa ou apenas PAC. A referência ao projeto em âmbito nacional destacarei como PAC nacional ou PAC federal.

² Segundo a definição do IPEA, o conceito de inadequação, precariedade das moradias ou de “aglomerados subnormais” reflete problemas relacionados simultaneamente como acesso a serviços de água, esgotos, fossa séptica, ausência de banheiro e as condições de habitabilidade dos domicílios- (BRASIL, 2010, p.41).

(HARVEY, 1998). As pessoas que foram deslocadas queixam-se de não ter participado das decisões fundamentais no que diz respeito a toda uma diversidade de modos de vida, formas de ação e percepção de sua realidade, conforme veremos em capítulo posterior. Os depoimentos dos moradores sugeriam outras opções e meios de assegurar seu sonho de casa própria, como por exemplo, o aterramento das áreas alagadas do mangue³ onde as palafitas já estavam construídas⁴, ou a alternativa de mudar para casas. Nesse sentido, apartamento não era uma possibilidade que se encaixava em seus planos.

Com efeito, as reclamações dizem respeito à fragmentação dos laços sociais estabelecidos anteriormente, dificuldade da convivência em virtude da mistura de pessoas provenientes de diferentes favelas, a substituição de casas por apartamentos e a questão da violência. Entretanto, a combinação do “antes” e “depois”⁵ - categorias acionadas por meus interlocutores para caracterizar seu modo de vida nas palafitas e mais recentemente nos apartamentos - não compõe um quadro de visão dualista, antagônica, linear ou dissociativa, mas são experiências que estão relacionadas umas às outras, sentidos diferentes que confluem e dialogam, fundamentando suas contradições.

Nessas condições, o descontínuo é apreendido como parte integrante de cada contexto vivido, é lá que as visões de mundo e suas perspectivas vão sendo imprimidas. Desse modo, as variáveis que deslocam os sujeitos no espaço sociocultural em que estão inseridos - ora complementar, ora contraditório - não podem ser apresentadas de forma universal⁶, mas são construídas a partir de uma dinâmica que compõe e permeia suas experiências e a própria ambiguidade entre o passado e o presente. Esse aspecto pode ser ilustrado nos discursos utilizados pelos moradores que ressaltam as qualidades diferenciadoras em dois momentos de suas vidas: quando moravam “na lama, na maré” e, agora, no condomínio.

Por um lado, suas memórias ressaltam abundância “no tempo que moravam na favela/palafita” e sinalizam uma experiência conduzida por importantes solidariedades. Ao mesmo tempo, ao fazer referência a esse passado simbólico, discriminam a reprodução de

³ O processo de entulho ou aterramento, foi realizado em algumas áreas de palafitas na forma de autoconstrução, ou seja, com iniciativa e recursos providenciados pelos próprios moradores, à revelia ou conivência do Estado. Os impactos ambientais desse tipo de atividade são apontados por alguns estudiosos (DIAZ, 2012)

⁴ Em relação à opção por entulhar, ainda buscavam a regularização da posse de casa.

⁵ As palavras destacadas entre aspas ressaltam os termos utilizados por moradores em entrevistas ou conversas informais. Quando enfatizar uma ideia ou perspectiva, além das aspas, destacarei o itálico.

⁶ Um debate nesse sentido é construído por Velho (1999). Para o autor, “o individualismo moderno, metropolitano, não exclui, por conseguinte, a vivência e o englobamento por unidades abrangentes e experiências comunitárias” (Velho, 1999: 27). Em contrapartida, “mesmo nos sistemas hierarquizantes, tradicionais mais fechados, podem ocorrer fenômenos usualmente alocados à sociedade moderna” (Velho, 1999: 105).

alguns hábitos que são estigmatizados nesse novo contexto de convivência. Na contraposição de comportamentos, acionam a classificação *“Saíram da maré, mas a maré não saiu deles, saíram da favela, mas a favela não saiu deles”*. Essa perspectiva estabelecida entre os próprios moradores advindos do mesmo espaço estigmatiza a maré. A frase contextualiza o local de onde saíram de forma negativa. A noção de favela afirma uma característica de inferioridade, cuja discriminação passa por um sentido de pejorativo: remonta sujeira e lama. A carga simbólica desses valores expressa um sentido de poluição social, cuja experiência não corresponde a uma estrutura social considerada, por eles, mais civilizada. A convivência no Residencial PAC Camboa, segundo essa perspectiva, implica novas experiências, alterações nas formas de sociabilidade e nos costumes dos sujeitos (CANJÃO; OLIVEIRA, 2015).

Assim, com a mudança para os apartamentos, novos padrões de comportamento foram estabelecidos aos moradores vindos do mangue, como o pagamento de taxas de condomínio, a escolha de um síndico, as normas internas de convívio, o cuidado com o lixo, a limpeza de hall, escadas e áreas externas, o barulho etc. Estas são algumas condições impostas de convivência, distintas e desconhecidas em sua prática e modo de vida anterior. Portanto, simbolicamente, esses hábitos – jogar lixo na maré, não pagar taxas e contas, escutar radiola⁷ em volume extremamente alto, colocar roupas para secar na porta das casas - remontam a um passado que não se adequa ao novo contexto (CANJÃO; OLIVEIRA, 2015).

Na medida em que o cumprimento dessas normas não é seguido, as tensões em relação ao outro e as classificações de “mal educados”, “incivilizados” são frequentes. Há um reforço de hierarquias e distinções, em que são ressaltados os “princípios civilizadores”, de cumprimento de prazos e boa educação. Concomitantemente, em virtude de que, tais atitudes não eram vistas de forma negativa no “tempo das palafitas”, são até legitimadas a partir da afirmação da condição de pobreza⁸, quando o morador reclama que o órgão da Secretaria das Cidades (SECID) não “conhece sua situação financeira” e a impossibilidade de pagar as taxas e as contas de luz e água.

Nessa relação entre o antes e o depois tem se destacado, como explicação inicial da violência no condomínio, a denúncia de que fronteiras antes estabelecidas, entre as favelas, foram desconsideradas. Assim, por exemplo, os limites circunscritos que traçavam a favela do Maruim demarcavam quem entrava e quem saía, seus pares e seus contras. Após a mistura,

⁷ Nas periferias da capital São Luís, assim como nas cidades do Maranhão, as radiolas são paredões de caixas de som, que tocam a principal música da periferia, o reggae.

⁸ A visão dos moradores sobre o que é ser pobre, tem relação com a questão da sobrevivência, o tipo de bem a que tinham acesso como, por exemplo, o material de construção da palafita, relacionam favela e pobreza, Também destacam que os pobres são ignorados pelo Estado.

segundo os moradores, as rivalidades ganharam visibilidade. Entretanto, esse primeiro estranhamento vem se ressignificando e a concepção de violência tem fortalecido dimensões de “maldade, destruição e crueldade”⁹. Seus jovens agentes são classificados como “esse povo é mal” e compõem um panorama que se desloca no tempo e espaço de que “antes não era assim”.

Toda a intensidade da reflexão sobre violência, entre os moradores do PAC, me levou a utilizar como recorte de abordagem a noção de sociabilidade violenta. Ao falar em sociabilidade violenta, utilizo como referência, o conceito empregado por Machado Silva (2010), que em vários textos focaliza a expansão da criminalidade violenta sobre a sociabilidade urbana. Para o autor, esse fenômeno estaria atuando em escala nacional, de modo que é possível identificar uma correlação entre o aumento dos episódios de violência, a insegurança e a justaposição do medo, tomados como objeto de investigação pelo autor e colocados como um dos princípios organizadores das relações cotidianas.

Machado Silva (2010, p. 286-287) atribui à violência urbana um “lugar” que possibilita referência e que confere sentido às atividades e ao debate coletivo, daí decorre a importância de se discuti-la para além do que o autor denomina de “quadros de entendimento convencionais”. Nesse sentido, enfatiza que o debate cotidiano é crucial para o entendimento do que se constitui como um padrão de sociabilidade:

... ninguém precisa definir a expressão, porque ela é a referência que confere sentido ao debate coletivo. Nesse sentido, em sua dimensão cognitiva, a noção leiga de violência urbana seria até mesmo mais “realista” do que as análises acadêmicas (MACHADO SILVA, 2004, p. 60)

Sob essa mesma perspectiva Machado Silva (2004, p. 62) afirma que não se pode reduzir o crime como figura do direito penal, na qual o ato criminoso seria definido por “características jurídico-formais”. Impossível negar seu caráter factual, pois é importante para seu entendimento, associar o uso de “meios violentos” à noção leiga de crime. Não seria uma simples violação de uma norma moral, também não se trata de “mero sinônimo de crime violento”, geralmente entendido como “simples coleção de práticas violentas desviantes, intermitentes, intersticiais e sempre referidas à ordem dominante”. Ao contrário, as práticas de criminosos são tomadas como forma de organização social, as quais provocam transformações na qualidade das relações sociais.

⁹ Aproxima-se da abordagem de Adorno (1993) ao considerar a violência como o não reconhecimento do outro, ou da perspectiva de Zaluar (2001), a violência como a ausência de compaixão. Segundo caracterização de Zaluar (2001, p.04), nessa perspectiva desaparece o lugar “do sujeito da argumentação, da negociação ou da demanda, enclausurado que fica na exibição da força física pelo seu oponente ou esmagado pela arbitrariedade dos poderosos que se negam ao diálogo”.

Machado Silva chama a atenção para outro aspecto imprescindível de seu entendimento: a desconcentração da violência a partir da perspectiva de monopólio do Estado. Convivem, assim, por um lado, instituições de controle social de ordem repressiva em termos legítimos, centrada no Estado, encarregadas de regular o uso da violência a partir de uma dimensão coercitiva e, por outro, a ordem da violência urbana, regulando as relações sociais, “cujo principal vetor” é a sociabilidade violenta.

O autor também relaciona a expansão da violência urbana com o tráfico de drogas que, para se reproduzir de forma continuada e garantir uma “base estável”, não pode prescindir do recurso da violência privada. Além disso, esse tipo de comércio ilegal, tende a se concentrar em favelas ou outras periferias, sendo esses “territórios da pobreza”, para usarmos uma denominação do autor, os mais intensamente afetados pela violência policial e criminal, associadas ao tráfico. Vale ressaltar que, apesar da venda de varejo não estar restrita a esses contextos urbanos, há uma maior visibilidade dos mesmos, contribuindo para um processo moral que criminaliza e vitimiza seus moradores, corroborando, desse modo, com a perspectiva de sujeição criminal abordada por Misse (2012).

Nesse contexto, apreendemos a sociabilidade violenta como um dos princípios que organizam as relações sociais entre os moradores no PAC Camboa - Rio Anil. Nossa perspectiva não se fundamenta na forma de organização das diversas atividades do tráfico de drogas, a disposição das tarefas desempenhadas por seus membros, suas atividades e negociações. Embora algumas dessas questões estejam indiretamente identificadas no campo, o recorte que demarca a sociabilidade violenta é decorrente de uma situação que se problematiza a partir de situações de episódios violentos relacionados de forma cotidiana.

Portanto, a sempre tensa possibilidade de disputa ou competição entre facções, real ou imaginária, bem como a recorrente possibilidade de vingança ou revide, favorece entre seus moradores uma atitude de cuidado constante, com momentos de mais tensão, alternados por momentos de “maior calma”, sem que um sobrepuje totalmente o outro. Ou seja, a tensão maior resultante da certeza de um tiroteio, que já é o revide de um ataque anterior à facção inimiga, exige mais disciplina e cuidado na hora de sair, não ficar na rua. Essa certeza de um ataque, é importante destacar, é “lida” através de sinais, uma espécie de “gramática do crime” identificáveis e apreendida em sua convivência.

O estabelecimento de duas facções inimigas em áreas contíguas - bairros da Camboa e uma parte do bairro da Liberdade - tem possibilitado um ciclo de execuções, desejo

de vingança e disputas por mercados ou territórios, entre seus membros, e levado ao aumento do número de homicídios na região. Nesse sentido, se confirma a perspectiva de que quanto mais o mercado de drogas ilícitas é fragmentado, maior a probabilidade da vigência daquele tipo de sociabilidade.

Diante do exposto, minha tese destaca que processos de deslocamento ou remanejamento de pessoas, ao quebrar laços de convivência, pertencimentos e acordos simbólicos, no limite, possibilita o surgimento ou intensificação de conflitos. Acrescente-se, ainda, em paralelo, com a expansão das facções em São Luís, o condomínio do PAC Camboa tornou-se um terreno fértil para um ordenamento criminal peculiar e delimitado como sociabilidade violenta. Desse modo, para fins de problematização algumas questões são pertinentes, a saber: como o processo de deslocamento repercutiu no modo de vida das pessoas? Quais recursos mobilizam como meio de sobrevivência diante de um cotidiano em que o conflito irruptivo é sempre uma possibilidade?

Esse tipo de contexto de pesquisa, requereu que algumas informações mais comprometedoras, digamos assim, não fossem reveladas. Portanto, para alguns segredos confessados, solicitei que não publicássemos, mesmo sendo resguardada a identidade das pessoas sob pseudônimos: havia o receio de que alguém pudesse identificar meu interlocutor¹⁰. Em Contrapartida, a minha preocupação na elaboração dessa tese foi como escrever sobre o PAC sem aumentar o estigma e preconceito existente em relação àquele contexto, especialmente se considerarmos que seus moradores estão na condição de sujeição criminal (MISSE, 2010) e são alvos de estigmas relacionados à questão da violência o que, inclusive, já rendeu ao Condomínio a alcunha de Carandiru¹¹.

Toda essa contextualização contribui para ampliar os instrumentos de compreensão da violência. Assim, concordado com Michel Misse (2016, p. 8-9), ao afirmar que violência é um conceito moderno e ainda em construção, torna-se importante uma abordagem que considera seu entendimento enquanto um fenômeno socialmente construído. Daí a importância de se apreender sua representação a partir do sentido que “nos leva de volta

¹⁰ Todos os moradores estão identificadas a partir de pseudônimos, com exceção das pessoas que já foram mortas e estão com seus nomes reais expostos na mídia virtual e meios de comunicação em geral. Além de ser uma medida de proteção, a intenção é deixar claro que o trabalho não tem nenhum caráter de denúncia ou acusação, em relação ao que foi pesquisado.

¹¹ Carandiru era o nome popular dado à Casa de Detenção de São Paulo localizada na zona norte da cidade de São Paulo, inaugurada na década de 1920. O presídio ganhou notoriedade pelo execução de 111 detentos no ano de 1992, episódio que ficou conhecido como “massacre do Carandiru”. A penitenciária foi desativada e demolida no ano de 2002.

ao senso comum”, conforme caracteriza o autor, possibilitando desnaturalizar seus significados unívocos ou naturalizados.

O espaço de debate da violência urbana, a partir da perspectiva de sociabilidade e disputa pelo controle de territórios e do tráfico de drogas, em São Luís, está delimitado pelos meios de comunicação, blogs de repórteres de jornais de grande circulação, Sites da Secretaria de Segurança, denúncias da SMDH e dados estatísticos. A pesquisa desenvolvida, é a primeira tentativa de recortar um contexto situado especificamente a partir de observação de campo. Nesse sentido, a responsabilidade é enorme pois começo a engatinhar pelos meandros desse debate. Fui aprendendo, junto com meus interlocutores, a dar um sentido mais elaborado ao aumento desse tipo específico de violência em São Luís, situar seu crescimento que a cada dia ganha maior visibilidade na mídia e na percepção dos ludovicenses.

Por fim, a proposta dessa tese não é fácil, pois me vejo diante um universo amplo, denso, instável e que para mim é totalmente novo, enquanto campo de estudo. Como pesquisadora “no meio de perigo e da violência”, para utilizar uma classificação de Alba Zaluar (2009), também enfrentei dilemas dos limites do relativismo em relação a temática observada e seus aspectos violentos. Por outro lado, o perigo sempre me fez querer voltar e impulsionou meu objetivo de tentar familiarizar com essa sociabilidade que a cada dia vai pontuando os limites da capital do Maranhão.

Assim, inicio o trabalho descrevendo a experiência de campo, minhas primeiras impressões e o processo de estranhamento de uma realidade que parece familiar, na medida em que está contextualizada na cidade de São Luís. Também, discorro sobre o processo inverso, expondo os mecanismo de familiarizar com o “exótico”, destacando os percalços da aproximação com o “outro” e a trajetória de construção de uma possível confiança recíproca, sem a qual se torna impossível fazer a pesquisa. Antes de descrever a trajetória de inserção ao campo apresento a estrutura da tese.

No primeiro capítulo, situo rapidamente os bairros Camboa e Liberdade. O enfoque seguinte vai caracterizar o processo de organização da palafita, destacando ainda aspectos sociais e o modo de vida de seus moradores. A partir dessa contextualização, será possível apreender alguns aspectos que levam seus ex-moradores a classificar o “*tempo da palafita*” quando relacionam com as experiências no presente.

No capítulo seguinte, mais histórico, caracterizarei a trajetória de construção do PAC Camboa - Rio Anil, enfatizando como o projeto foi pensado pelo Estado a partir de uma

perspectiva de preceitos racionais. Entretanto, o que ressalta é seu caráter arbitrário, autoritário e desconectado com as demandas sociais e subjetivas da população deslocada das palafitas para os apartamentos.

No terceiro capítulo, mais etnográfico, trabalho algumas perspectivas relativas à sociabilidade vivenciada pelos moradores do PAC Rio Anil Camboa, especialmente a sociabilidade violenta. Destaco como seu cotidiano e modo de vida é significado a partir de experiências da violência e do medo.

No quarto capítulo, discorro sobre o Estado, segurança pública, violência e sujeição criminal, enfatizando o papel do Estado no combate ao crime. Abordo também como a ação policial, sobre áreas específicas da cidade, é exercida com características de sujeição criminal. Por fim, é ressaltada a dificuldade da polícia exercer seu papel combinando coerção, direitos humanos e proteção social.

CONSTRUINDO O CONTEXTO

Da Pesquisa Etnográfica: o trabalho de campo

Os primeiros caminhos que me levaram ao PAC Rio Anil Camboa, foram as trilhas do mundo virtual, da mídia eletrônica, digital e jornalística. A partir de 2008, quando o Programa de Aceleração do Crescimento foi lançado em São Luís, *blogueiros* independentes, o governo estadual e a mídia geral proferiam um discurso encantado e promissor sobre o novo residencial: as maquetes virtuais, as imagens coloridas, os depoimentos dos moradores das palafitas com suas expectativas, as visitas de políticos ao local, as montagens espetaculares, tudo contribuía como promessa de um futuro melhor.

Após a primeira parte da entrega de alguns apartamentos em 2009 - apenas 16 de 280 unidades previstas, o que corresponderia a um bloco - não tardou muito tempo e a mídia se encarregou de denunciar os atrasos na conclusão das obras, as irregularidades ou precariedades de alguns apartamentos novos, como vazamentos e reboco de paredes caindo. Em vídeos eram destacados os depoimentos indignados de pessoas que aguardavam - esquecidos em aluguéis sociais improvisados e provisórios - o recebimento de seu apartamento. Hoje, 10 anos depois, é importante destacar que algumas promessas do projeto original, como creches e posto policial, continuam irrealizáveis. Finalmente, o conjunto foi concluído e todos os 280 apartamentos do PAC Rio Anil Camboa foram entregues nos idos de 2012.

Se formos remexer os dados da memória, podemos observar que a partir de 2011 o foco da notícia na capital maranhense relativas ao PAC mudou e começaram a ganhar destaque informações sobre episódios de violência e conflitos. A citação abaixo, do blogueiro Daniel Matos, é apenas um dos exemplos que evidencia a representação social da violência acionada como um acontecimento cotidiano daquele local, ressaltada na manchete da notícia, que diz: **Morte de mulher por overdose expõe poder do tráfico em condomínio do pac Camboa: ponto de uso e de venda de droga**. Segundo a matéria,

A jovem Albertina Pereira Lisboa, de 23 anos, conhecida como Budega, morreu ontem, vítima de overdose no interior de um apartamento do Residencial Rio Anil, na Camboa, construído pelo Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Projetados para abrigar famílias que antes viviam em palafitas às margens do rio Anil, muitos apartamentos do PAC Rio Anil tornaram-se pontos de uso e tráfico de drogas, o que fez surgir um clima de insegurança entre os moradores. [...]

[...] alguns apartamentos são ocupados por ex-presidiários, traficantes e até fugitivos da Justiça, que transformam as moradias em pontos de uso e venda de drogas. São justamente esses indivíduos que tornam aquele ambiente violento [...] Um morador ouvido por este repórter revelou que boa parte dos imóveis já teve portas, janelas, pias, vasos sanitários e torneiras saqueados. Segundo ele, os itens são vendidos por viciados, que assim conseguem dinheiro para comprar crack e outras substâncias entorpecentes. [...] A mesma fonte denuncia que muitos dos primeiros moradores do Residencial Rio Anil que não tinham envolvimento com o crime foram praticamente expulsos após sofrerem uma série de atos intimidatórios, como ameaças e agressões físicas.

(Fonte: <https://blogdanielmatos.wordpress.com> 06 de julho de 2011).

A manchete, por si só, já retrata o preconceito e fundamenta sua reprodução pelos habitantes da capital. Embora a matéria trate de uma situação de overdose, o foco de atenção é a questão do tráfico, a generalização da condição de “anormalidade” de moradores que são ex-presidiários e até fugitivos. Toda a complexidade e diversidade das relações sociais vivenciadas pelos moradores - sob o véu classificador da mídia - passaram a convergir para histórias de conflito, ameaças, violência, roubos, tráfico etc.

Posteriormente, através dos meios de comunicação de massa, o conjunto recebeu a alcunha de Carandiru, classificação que faz alusão à Casa de Detenção Carandiru, em São Paulo, que em 1992 foi o cenário de um dos episódios mais sangrentos da história das penitenciárias brasileiras. Essa classificação, exógena ao universo dos moradores do PAC Camboa, proferida principalmente por programas policiais televisivos adquiriu valor de verdade. O capital simbólico da mídia, reconhecido no campo da narrativa sobre violência, construiu fronteiras também simbólicas, favorecendo, dessa forma, uma marca, um estigma atribuído a todos aqueles que utilizam aquele condomínio como referência de lugar.

Portanto, considerando a importância que a mídia adquiriu na sociedade atual como um dos meios significativos de informação e de promoção da sociabilidade nas cidades modernas, enquanto formadora de opinião, é pertinente destacar que o termo Carandiru passou a ser utilizado de forma bastante comum por pessoas quando fazem referência para identificar os apartamentos.

Nesse sentido, o “mapa narrado” da cidade, desenhado a partir de representações sociais que delimitam os bairros e logradouros violentos da capital, funciona como um rastilho de pólvora. O conjunto do PAC passou a ser contagioso, evitável para as “pessoas de bem”, destino rejeitado por taxistas quando solicitados para fazer corrida para o local, por exemplo. Como um complexo causal, morar no PAC tem justificado preconceitos que se estendem sem medidas e critérios, como se os sentidos que orientam as ações e os valores de todos os moradores fosse o mesmo. Desse modo, é importante mencionar a indignação de

jovens e adultos que já sentiram-se preteridos em processos seletivos e entrevistas de emprego no momento exato em que foram identificados enquanto moradores daquele conjunto.

Com o desenvolvimento do trabalho de campo, fui percebendo as reações negativas e o incômodo que o termo Caradiru provoca entre os moradores do PAC que, vez por outra, reclamam a falta de respeito da imprensa, afinal, segundo eles, “em todo local existe violência” e lá “existem também pessoas trabalhadoras, pais de família e poucos são bandidos”, enfatizam. Percebi que rejeitar, interpor ou rebater a alcunha de Carandiru - além de ser um fator de referência através do qual as pessoas concebem a si mesmas, construindo um princípio definidor de pertencimento que nega a violência e marca fronteiras diante de um discurso dominante, exógeno e preconceituoso - favorece também a identificação de fronteiras e cisões internas entre os moradores, categorias de distinção e sentidos construídos em suas experiências cotidianas e que os diferenciam, aspectos a serem aprofundados posteriormente.

É significativo como a associação entre PAC, Carandiru e violência, está incrustada em vários grupos sociais na capital do Maranhão. Os conselhos que recebi de alunos, amigos ou colegas de trabalho para não ir ao PAC, ou para ter cuidado com meus pertences, joias, bolsas e carteira, ao pisar em território “perigoso”, demonstra uma espécie de consenso que classifica e divide a cidade e seus habitantes entre quem é o bom e o mau.

Foi dessa forma, pelas trilhas dos meios de comunicação, através dessa narrativa etnocêntrica, que meus passos e interesses foram orientados para os caminhos que levaram aos apartamentos da Camboa. Através da imprensa local, tentando desvelar sua coerção socializadora, é que fui em busca de familiarização com esse universo do outro, afinal a antropologia, ciência da alteridade, não pode abrir mão da coleta de dados mais aprofundada.

Na realidade, o que um antropólogo busca no trabalho de campo é perceber os sentidos, motivações e valores que corroboram para a construção da realidade e vivência dos sujeitos sociais. O universo ao qual se pretendia pesquisar não era distante geograficamente, uma outra ilha, outro continente ou estava inscrito na classificação “familiarizar com o exótico”, como definiu Roberto DaMatta (1978). O conjunto do PAC estava ali bem próximo ao centro histórico da capital maranhense e eu precisava exercer o caminho inverso: “estranhar o familiar”, estranhar a minha própria cidade, tão corriqueiramente abordada e descrita pela mídia e por seus habitantes.

Meu trabalho de campo não foi construído de forma contínua ou manteve sempre a mesma dinâmica. Em alguns momentos tive que me ausentar ou me distanciar do PAC. Tanto por questões de segurança e integridade física, como em função de que,

momentaneamente, não achava as entrevistas “produtivas” e as pessoas pareciam enfadadas, indispostas ou fugidias. Posteriormente, pude perceber que aquelas situações e experiências: uma troca de olhar desconfiada, um silêncio repentino, uma mudança de assunto de forma abrupta, compunham parte importante da pesquisa e apenas com paciência pude transformar os diálogos fortuitos e os códigos fugidios em sentidos possíveis de desvelar. Entendi mais uma vez, após teorias acumuladas em leituras de sala de aula, que apenas o tempo vivido em campo, ou a “densidade temporal”, conforme denomina Cornélia Eckert (2003) e nos ensina Clifford Geertz (1983, 1989), permitiria a sobreposição cumulativa de informações que convergiam para a apreensão da lógica que orientava a vida social dos moradores.

Sabe-se que as tentativas de interpretar e de participar do trabalho de campo já foram objeto de discussão de diversos autores. Gerald Berremam, por exemplo, apresenta a importância da interação do etnógrafo com “seus sujeitos”, de como seu comportamento e as atitudes em contexto de observação são cruciais para uma boa pesquisa. Esse processo de aceitação no grupo é fundamental para se conseguir apreender, de forma mais eficiente, aspectos das vidas dos nossos interlocutores (BERREMAM, 1990, p. 125). Nesse contexto, a familiarização e aceitação no grupo pesquisado diminui os constrangimentos na inferência do trabalho de campo, que a pesquisa de um universo social diverso coloca ao pesquisador.

Lugar comum na antropologia, esse transcurso do caminho, a tentativa de criar interação com atores sociais aparentemente dispersos e fugidios, já faz parte da identidade da própria disciplina. Desde Malinowski, passando por outros clássicos, até chegar à perspectiva de que o pesquisador “interpreta o ponto de vista do nativo”, defendida por Geertz, sempre esteve presente a importância de se considerar o lugar do “outro” como possibilidade de discurso e com isso relativizar a própria perspectiva do pesquisador. Nesse sentido, quando nos confrontamos com outra maneira de ser e estar no mundo que é diversa da nossa, a rede de entendimentos pode desencadear “instabilidades de perspectiva, de significado e de julgamento”, conforme afirma Geertz (1983). Consequentemente, o exercício etnográfico não pode ser apreendido como algo simplificado em uma tradução verossímil do real, mas como uma troca entre crenças e “conexões vagas”:

Fazer etnografia é como tentar ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 1989, p. 20).

Essa perspectiva de apreender o trabalho de campo, coloca a possibilidade de que o conhecimento seja construído a partir de um sistema de interação cultural historicamente

definido. Conforme afirma Gilberto Velho, “a realidade sempre é filtrada por um determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada”. A ideia de Velho (1978, 42-43) incide, portanto, no caráter de interpretação e dimensão subjetiva constitutivos no trabalho de campo. Como depreende o autor: “não estou proclamando a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa”.

O processo de contato com o outro traz embutida a necessidade de familiarização que é recíproca. No contexto onde as diferenças se estabelecem e se fazem conhecer, se compartilha constrangimentos e empatias, sentimentos se arrefecem e se intensificam. Falar dos elementos que são constitutivos da relação pesquisador/pesquisado é, antes de tudo, expor as impressões de uma interrelação humana¹².

A vivência da alteridade, o “leque de possibilidades” que o trabalho de campo nos permite ver, o alargamento do discurso social vai sendo estabelecido a cada dia, a cada contato e a cada visita. No caso, para minha pesquisa no PAC, foi necessário ressignificar minha própria lógica moral, construída em minha vivência cultural e em boa medida também fundamentada pelo discurso dos meios de comunicação sobre aquele residencial e seus moradores.

Com o tempo foi necessário negociar minhas estratégias de abordagem, aprender a cumprimentar de forma peculiar grupos específicos, a ter cuidado com o conteúdo de minha fala, fui orientada a “não desviar o olhar”, também tive que negociar minha própria sensibilidade e, algumas vezes, indignação diante de uma realidade que, sob vários aspectos, se impunha em situações de exclusão social: uma criança com dez anos, analfabeta, sem perspectiva de estudar; uma avó que trabalhava 14 horas por dia, a perspectiva de um “bico”¹³, frustrada; a notícia de abuso em uma abordagem policial; diante de algum comentário sobre tiroteios ou assassinatos, entre outros. Toda essa sabedoria ensinada e apreendida, tentei colocar em prática na própria dinâmica do que era vivenciado.

¹²A ideia de inter-relação humana foi apreendida a partir do texto de Teresa Caldeira (1980: 347): “Uma incursão pelo lado ‘não respeitável’ da pesquisa de campo”. Onde a autora destaca a existência de aspectos subjetivos e pessoais a que somos sobressaltados em campo. Porque somos humanos estamos sujeitos a “emoções, sensações e sentimentos” variados.

¹³ Bico, é um meio de obter renda. É momentâneo e passageiro: fazer uma faxina, capinar um terreno baldio entre outras possibilidades.

A Chegada

A primeira visita ao PAC aconteceu na tarde de 12 outubro de 2013, dia das crianças, quando soube que igrejas, associações comunitárias e empresariais, e até mesmo políticos, distribuiriam brinquedos para crianças, em função da data festiva em diversos bairros da capital. Naquele dia, ao subir a avenida Camboa, margeada por casas, dois pequenos comércios, uma igreja evangélica e o prédio da rádio e TV difusora, olhava apreensiva todo o movimento na rua, de pessoas e carros que passavam, crianças correndo, jovens andando em grupo ou desacompanhados.

Depois de um pequeno trajeto, quando pude avistar os apartamentos, estacionei de forma recuada, um pouco antes dos prédios. Na minha concepção, essa distância seria uma forma estratégica de não chamar atenção, pois poderia estar “misturada” com as pessoas encarregadas de distribuir presentes e que visitavam, naquela data específica, as redondezas dos bairros Camboa e Liberdade. Eu estava com medo, afinal de contas tinha ouvido inúmeras vezes que ali moravam “*pessoas perigosas*”, que lá aconteciam tiroteios, “*bala perdida*” e assassinatos; mas também estava empolgada com a possibilidade de elaborar meu projeto de doutorado e apreender de forma mais clara os preconceitos generalizados que permeavam as notícias sobre o residencial do PAC.

Acompanhando o fluxo, aproximei-me de algumas pessoas que estavam em pé na calçada larga, em frente ao condomínio e perguntei onde estavam distribuindo presentes para as crianças. Prontamente me indicaram a quadra do residencial, situada ao lado direito, próximo a um terreno baldio, para onde me dirigi. Enquanto caminhava pude observar, através de uma tela que fazia a função de muro, os prédios de cor bege um pouco envelhecida que foram construídos em nível mais alto que a avenida e se destacavam sobre um aterramento de mais ou menos dois metros. Em suas calçadas internas, através da tela, pude observar várias pessoas, reunidas por afinidades (mulheres, homens e jovens), sentados na calçada, de pé conversando ou simplesmente “olhando o movimento” excepcional do dia festivo; um pescador fazendo reparos em sua rede de pescar espalhada sobre o chão de cimento; um quarteto de homens jogando dominó, um idoso solitário sentado num baldrame de cimento e alguns cães dormindo no chão ou andando de lá pra cá. Todo aquele contexto dava a sensação de calma e convivência cordial.

O acesso aos prédios era livre, pois não existiam portões, em seu lugar, uma larga entrada de batentes de cimento, além de duas rampas para carros, cadeirantes e motos que davam passagem para o interior do conjunto. Após uma maior familiaridade com a pesquisa

de campo, soube que a falta de portões no conjunto é objeto de uma grande discussão entre moradores pois permite a entrada de “todo o mundo”: vendedores de frutas, gás, peixe, compradores de droga, carros e motos de policiais, repórteres etc. Na verdade, o projeto inicial do PAC consta de condomínio fechado e guarita policial, entretanto, não foram concluídos até os dias atuais.

Ao chegar à quadra, além de crianças, encontrei algumas mães, funcionários de uma ONG e uma moça que se identificou como estagiária. Parte das crianças estavam sentadas em um muro, brincavam com balões, corriam de um lado para outro e três delas, especificamente, praticavam lutas corporais com empurrões. Foi nesse momento que a estagiária, numa atitude de cumplicidade, olhou para mim e referindo-se à luta entre as crianças, disse quase sussurando: “são terríveis, ninguém aguenta trabalhar aqui”. Ainda referindo-se às crianças, completou que seu futuro era a violência, pois era isso que aprendiam na rotina do PAC.

Não obstante a sutileza de seu comentário, o que se enfatizava em seu discurso eram os escorregadios do preconceito, reproduzindo a perspectiva dominante dos sujeitos enunciadoreis. Comentou ainda sobre as tentativas frustradas da Secretaria das Cidades (SECID) em aplicar projetos de socialização com os moradores recém-remanejados das palafitas. As assistentes sociais foram encarregadas, pelo estado, de “ensinar” a viver a “sociabilidade em apartamentos”, as regras de condomínio, o funcionamento das taxas, o trato com o descarte do lixo, entre outros. Buscava-se a mudança de civilidade, para usarmos um termo de Norbet Elias (1994), com a transformação dos costumes e do comportamento na convivência coletiva e na conduta individual entre os moradores do PAC. O desconsolo da estudante, diante da “incapacidade” de ensinar como os moradores deveriam moldar seus hábitos para estarem adequados àquele novo espaço e convívio, era bastante visível.

A realidade, no entanto, possuía mais de uma perspectiva, havendo uma tensão entre os dois lados da hierarquia: as mães que estavam na quadra comentavam suas insatisfações, também teciam suas críticas a alguns cursos oferecidos pela Secretaria, como confecção de artesanato e pintura, pois eram inadequados e incompatíveis com sua realidade, além de que precisariam de capital para poder desenvolvê-los posteriormente. Também apontavam as promessas não cumpridas por parte do governo como a construção de creches. Pela primeira vez pude perceber que a violência atribuída e narrada em relação àquele universo, construída de forma generalizada, extrapolava as fronteiras do conflito físico, armado ou do medo. Na verdade, se vislumbrava uma espécie de invisibilidade social, a segregação que não reconhece o outro como sujeito de experiências vividas, que dilacera sua

autonomia mínima e não entende suas necessidades ou peculiaridades. A partir daquele dia, entendi que todo o processo de constituição do PAC Rio Anil Camboa foi violento. Os responsáveis técnicos que compunham um projeto recusaram, desde o início, reconhecer a dignidade das pessoas que ali viviam.

Por fim, no final daquela tarde de 12 de outubro, perguntei o que ainda estava sendo aguardado, uma vez que os brinquedos já tinham sido distribuídos. A estagiária explicou da festividade e que esperavam a responsável pela ONG para fazer o encerramento. Ao chegar, com um tempo significativo de atraso, vestida numa blusa cuja sigla da organização a distinguia como coordenadora, não cumprimentou ninguém. Dirigiu-se rapidamente aos funcionários, que fizeram uma improvisação fotografando-a com crianças. Fato esse que durou menos de 20 minutos e logo foi-se embora. Algum tempo depois, soube-se que as fotos seriam enviadas para a matriz da ONG na Espanha e que comprovariam as atividades desenvolvidas no Maranhão.

É claro que toda a performance acima descrita estabelece que não se pode misturar classes tão distintas. Um comportamento hierárquico que sugere exclusão, desrespeito e sentimentos de desvalorização. Num misto de resignação e raiva, as mães olhavam com desdém o desenrolar de toda a situação. Após esse encerramento as pessoas seguiram em direção aos prédios. No trajeto, algumas mulheres pararam e juntaram-se aos grupos que conversavam animados na calçada e outras dirigiram-se para seus apartamentos.

Para o desenvolvimento do projeto foi necessário voltar outras vezes ao PAC e retornei ao campo em 2014. Inicialmente apresentei-me para alguns moradores, falava de meu trabalho e sugeri-lhes a possibilidade de conversarmos. Uns mostravam-se desinteressados, outros, receosos, diziam que não sabiam de nada e outros tiveram boa vontade de responder minhas inquiuições. Por um bom tempo minha abordagem gerou desconfiança. Não acreditavam nas minhas intenções e chegaram várias vezes a me identificar como agente do governo ou da prefeitura o que, na concepção deles, seria uma ameaça pois tinham medo de perder seus apartamentos, caso fizessem alguma reclamação ou expressassem suas lamúrias¹⁴. Também desconfiavam do fim que seria dado para as informações colhidas. Nessa primeira fase da pesquisa, que durou três meses, minhas visitas não eram contínuas, estavam restritas aos dias de sábado. As entrevistas e conversas tinham o objetivo de recolher dados para a construção do projeto de doutorado.

¹⁴ Esse receio resulta do fato de que as pessoas, até hoje, não possuem os documentos de posse definitiva dos apartamentos

Nesse período, os contatos e conversas foram desenvolvidos predominantemente nos espaços externos do conjunto, em suas calçadas, onde grupos de pessoas se formavam momentaneamente ou então poderia encontrar um indivíduo sentado, recolhido em suas lembranças, em um canto ou num beco mais recuado do PAC, com quem eu poderia conversar com calma. Durante esse período da pesquisa ficou claro para mim a importância daquele espaço de convivência. Percebi que nas calçadas do conjunto a sociabilidade era mais intensa, o ponto principal de encontro de seus moradores.

Esse convívio fortuito sempre ocorria à tarde, que era o momento em que o sol esfriava e a sombra nas calçadas propiciava sentir-se melhor a maresia. Era quando parte das mulheres já haviam encerrado seus afazeres domésticos e desciam para conversar e sentir o vento suave que refrescava seus corpos aquecidos pelo “*calor escaldante*” dos apartamentos apertados, era quando um quarteto de homens de meia idade jogavam seu dominó cotidiano, um barbeiro fazia a barba de um cliente numa cadeira improvisada, enquanto um pescador consertava ou tecia redes de pescar para vender ou para uso próprio. Nesse momento, a principal manicure do conjunto também descia com sua bacia e seus acessórios para desempenhar seu trabalho diário embelezando as unhas das mulheres que, algumas vezes, faziam fila e, ainda, quando algumas poucas crianças podiam brincar. Vale ressaltar que, apenas em período de “guerra” ou sob ameaça de tiroteios, essa rotina era suspensa. Esse aspecto será abordado posteriormente.

Foi num desses momentos que conheci Adelina¹⁵, 48 anos, uma moradora extrovertida e muito acolhedora, que sempre estava sentada na calçada do conjunto. Para sobreviver faz alguns “*bicos*” guardando carros como flanelinha ou vendendo água de côco na praia. Adelina tornou-se um tipo de passaporte de entrada naquele universo, com um sorriso largo que iluminava o rosto de pele escura, sempre me acenava de longe. Nos tornamos mais íntimas à medida em que contava os episódios importantes de sua vida, principalmente os que estavam relacionados às suas necessidades materiais. Assim, falou da importância do restaurante popular, criado no governo da ex-presidenta Dilma Rousseff, que está situado no bairro da liberdade onde, algumas vezes, vai almoçar. Queixou-se de seus desentendimentos com o síndico de seu bloco, mas também contou experiências de uma vida abundante, situadas em seu passado, no tempo que morava nas palafitas. O passado marcava

¹⁵ Dona Adelina é separada e criou seus dois filhos lavando roupa. Por algum tempo morou de favor numa palafita. Hoje reclama que não pode mais lavar roupas em virtude de que a tecnologia das máquinas de lavar tomou seu emprego. Faz alguns bicos para sobreviver vigiando carro e arrecadando sobras de verduras em feiras da capital para revender no condomínio.

suas referências: quando os vizinhos se reuniam sem preocupação para conversar ou para algum festejo e mostravam-se mais solidários.

Eu sempre chegava procurando por Adelina, mesmo que não a encontrasse, acreditava que essa pergunta iria favorecer uma certa aproximação com outras pessoas, na medida em que passaria a ser identificada como alguém que conhecia uma moradora. Esse pequeno vínculo, exposto num aceno amigável ou cumprimento quase gritado quando me via chegando, ajudou a diminuir o estranhamento nos olhares curiosos das pessoas quando eu passava, tornando a convivência no condomínio mais confortável.

Por fim, após algumas entrevistas e conversas informais colhi os dados necessários para a elaboração do meu projeto de doutorado e resolvi afastar-me momentaneamente de campo. Foi nesse período de distanciamento que busquei dados empíricos, recorri às leituras diversas e trabalhos acadêmicos que tratavam sobre o PAC. Artigos de revistas e monografias favoreceram um recorte mais histórico e dados mais gerais sobre o momento de deslocamentos dos moradores, mas tudo meio disperso e solto. Alguns dados são precários em virtude de que, naquele período, a instabilidade política ao nível estadual com a cassação de Jackson Lago em 2009 e a troca de governadores, provocou várias mudanças em secretarias e até mesmo a alteração entre órgãos e construtoras encarregadas de participar do remanejamento e das construções dos prédios. Consequentemente, muitas informações e documentos foram perdidos. Tratados com desleixo extraviaram-se papéis, assim como desapareceu modos de vida de centenas de pessoas.

Esse tipo de limitação ressalta a importância dessa tese, devido tanto à própria escassez de dados e documentos relativos ao remanejamento, mas também pela abordagem temática da violência, que no contexto teórico maranhense está relacionado predominantemente a dados estatísticos. Desse modo, a singularidade do estudo está em seu recorte microsocial, ou melhor dizendo, a violência sob uma perspectiva local. Ao costurarmos as generalizações teóricas com os relatos de campo, seu repertório de conceitos e perspectivas, estaremos contribuindo para o entendimento da violência em contexto mais geral.

Um ano depois, quando retomei minhas pesquisas, tentado estabelecer um contato mais direto com os moradores. Em paralelo já estava cursando as disciplinas do doutorado. Neste período, que eu denominei como a segunda fase da pesquisa, busquei de maneira mais intensa combinar as técnicas de observação direta e da observação participante, por entender que é a maneira mais balizada para apreender e interpretar como os sujeitos vivenciam sua

realidade. Novamente me aproximava das pessoas e explicava sobre o que eu pretendia com o meu trabalho.

Nessa fase, além dos atributos recebidos desde o início da pesquisa, como funcionária do estado ou da prefeitura, comecei a perceber que algumas pessoas tinham receio de que eu fosse um tipo de agente policial infiltrada ou repórter que buscava informações sobre as pessoas, suas vidas e seus conflitos; informações que comprometeriam qualquer um e que poderiam contribuir para difamar ainda mais a imagem dos moradores daquele conjunto, já tão preconceituosamente narrado pela imprensa local.

Foi nessa etapa da pesquisa que comecei a priorizar conversas com os mais idosos, os guardiões da memória, conforme define Ecléa Bosi (1987). Os idosos, cuja reflexão singular está embasada na legitimidade de sua trajetória de vida, através de suas lembranças, poderiam contextualizar com mais propriedade sobre o modo de vida e a sociabilidade nas palafitas. São conhecedores importantes de um tempo em que a memória é a principal testemunha, ressaltaram suas perspectivas e referenciais, nos possibilitando apreender lógicas e sentidos de um contexto social sempre referenciado em seu pertencimento.

Enquanto falavam de seu passado, o teor da nossa conversa era empolgante, mas também saudosa e geralmente ressaltavam coisas positivas: um porco que puderam criar num pequeno chiqueiro, uma galinha, um tempo mais calmo, menos violento, um lugar mais ventilado para morar, noites de pescaria no mar, entre outros. Porém, à medida que eu tentava saber o que mais lhes incomodava em seu convívio no momento presente, como moradores do PAC, a conversa mudava de tom. Muitos se esquivavam, desviavam seu olhar, balbuciando: “nada não, aqui é tudo normal”, ou “se eu pudesse ia embora, porque aqui é ruim”.

A frequência com que eu ouvi a afirmação “se eu pudesse ia embora, porque aqui é ruim” me despertava curiosidade. O que havia de tão incômodo, além de não poder ter uma área maior para viver, mais ventilada e não poder continuar criando seu porco ou continuar desempenhando seus afazeres cotidianos, que estavam relacionados com a palafita e suas atividades interdependentes com a maré? A resposta foi se revelando pouco a pouco: como se fosse um cochicho de alerta, acompanhado com um gesto sutil do queixo indicando uma direção, ouvi dizer: “eles aí tem muita briga”. Não sabia ao certo do que se tratava, mas não demorou muito para que minhas elucubrações se confirmassem.

Inicialmente, foram os mais velhos que “deixaram no ar” a questão da violência. Seu Raimundo, 70 anos, foi quem comentou de forma mais concreta nesse universo, dizendo que “roubaram meu botijão de gás para comprar drogas”. Em seguida, me puxando para o

canto de um dos prédios, próximo à entrada do conjunto, mostrou um buraco de bala na parede, depois outro e um terceiro. Calmamente, após enfiar a ponta de seu dedo indicador e raspar levemente o cimento duro, furado pela bala, olhou e disse: isso é resultado de um tiroteio que ocorreu recentemente.

Apesar da insistência em aprofundar o assunto com outras pessoas, a regra era se esquivar ou silenciar. Havia uma lógica própria naquela sociabilidade: era o cuidado e o medo de ser identificado como um delator, um “cagueta”¹⁶ ou X9. Entretanto, embora existissem suas regras de silêncio sobre o assunto, algumas microssituações foram ganhando sentido à medida que aumentava minha convivência naquele contexto, e pude apreender seus significados.

Um exemplo nesse sentido, foi quando conheci a dona Cléa, 51 anos, esposa de um pescador e que estudou até a 8ª série em escola pública. No PAC, exercia o papel de professora, dando aulas de reforço em seu apartamento apertado e quente, com mesa e cadeiras improvisadas, para alguns filhos de moradores. Afirma que suas aulas eram “quase de graça”, porque os pais não tinham renda que pudessem pagar melhor.

Nos momentos iniciais da pesquisa, dona Cléa sugeriu que eu fizesse uso de uma escarcela para que, de longe, as pessoas identificassem que eu fazia algum tipo de trabalho relacionado com pesquisa. Essa performance teria a intenção de criar uma identidade, tipo um *habitus* profissional, dando visibilidade, de forma técnica e objetiva, de quem eu era, diminuindo a possibilidade de ser vista enquanto uma ameaça para as “pessoas que não são de bem” (diga-se os traficantes).

Também orientou a ter cuidado quando eu abordasse as questões relacionadas à violência, porque não era possível eu saber “quem ali é traficante, parente de traficante ou bandido”, concluía. Ressalvando, inclusive, para que eu não ficasse tão à vontade, em relação a esse assunto, nem mesmo com as mulheres, pois também poderiam fazer parte desse grupo distinto, embora a grande maioria fosse trabalhadora e não estivesse envolvida com “questões erradas”. Seu conselho era para ficar atenta, já que não os conhecia.

Nesse período da pesquisa também tive a oportunidade de conhecer Israel, um jovem senhor com pretensões políticas. Uma espécie de líder comunitário “não oficial” que é bastante articulado na arte de falar e de reivindicar melhorias para o PAC. Entretanto, não consegue convergir os interesses internos de parte das pessoas que, não se sentem representadas por ele. De qualquer forma, possui alguma autoridade como o controle da chave

¹⁶ Cagueta é um termo comum, entre os maranhenses, utilizado para caracterizar alguém que dedura ou denuncia algo.

da quadra de esportes, é o responsável por desligar a energia da mesma, organizar mutirões de limpeza, tomar a iniciativa para comemorações de datas festivas, como o dia das crianças e o dia dos pais, torneio de futebol, entre outras.

Sr. Israel tornou-se um interlocutor importante, cujo discurso ambíguo transita entre sua dedicação e afeto em relação ao lugar em que vive e o desprezo gerado principalmente por atitudes impróprias de pessoas que “não são civilizadas suficientemente e não sabem morar em apartamentos”. Foi uma das primeiras pessoas que vi tecer críticas aos abusos policiais que ocorriam no PAC. Isso me fez acreditar que já havia conquistado maior confiança e abriu a perspectiva para que eu fizesse perguntas em relação à violência, que era tão constantemente denunciada pela imprensa. Israel sempre ponderou para que eu não tivesse medo, pois se eu não mexesse “com aquele povo ali, não teria problema”. Uns meses depois, em um período de guerra de facções¹⁷, seus conselhos se tornaram mais incisivos e adquiriram um caráter mais indignado. Esse aspecto será abordado posteriormente.

Outro acontecimento deu-se em um sábado à tarde, quando conversava com dona Filomena na calçada de seu prédio¹⁸. Ela havia acenado e me chamado, pois queria saber da possibilidade de que eu conseguisse um emprego para seu filho de 20 anos. Segundo ela, um rapaz que já possuía muitos cursos do SENAC e queria saber se teria como distribuir seus currículos. Continuávamos conversando quando um rapaz, de aproximadamente 18 anos, em tom ameaçador, sentou-se ao lado querendo saber o que estava sendo anotado. De forma afrontosa puxou a folha de papel onde as anotações estavam sendo feitas. Olhou os dois lados da folha, me devolveu e saiu. Dona Filomena, meio contrariada, disse que ele era um dos “maluco” de lá. Foi através dessas entrelinhas – um aviso e uma dica aqui, outra acolá - que eu costurava os retalhos sutis que identificavam a temática da violência no contexto do PAC.

Na semana seguinte, passado aquele momento de medo e indignação, quando assisti a um jovem tomar minhas anotações de forma abrupta, precisava retomar meus objetivos. Estava ciente de que o lugar “de onde eu vinha e onde eu estava, o meu desempenho e com quem eu estava” afirmava e confirmava uma situação de constrangimento mútuo e, portanto, as restrições que se impunham me permitiram ver que o primordial era respeitar e apreender os limites da diferença de cada um, respeitar “os códigos e as regras de etiqueta” (BIONDI, 2009) estabelecidas e delimitas em campos de pesquisa. Alguns meses

¹⁷ Ao destacar a condição de “guerra”, utilizo a atribuição dos moradores. É quando fazem referência aos momentos em que as duas maiores facções dos bairros Camboa e Liberdade, Bonde dos 40 e Comando Vermelho, estão em disputas, em combate de vingança e retaliações.

¹⁸ Dona Filomena é casada, 60 anos. Seu marido não trabalha em virtude de um AVC e está “*prostrado*, quase não se movimenta. A família vive com uma pensão por doença.

depois aquele fato ainda me deixava bastante incomodada. Procurei, dentro das premissas da antropologia social, contextualizá-lo e, no momento, fora fundamental compreender sua particularidade. Afinal, exprimia-se o incômodo da diferença.

Aquele episódio me levou a tomar uma decisão e utilizar uma nova forma de abordagem de campo. Embora percebesse que a condição, por excelência, de socialização das pessoas era o convívio nas calçadas, achei necessário valorizar outros recursos e tentar marcar entrevistas com os moradores no espaço privado dos apartamentos, mas isso não foi tarefa fácil, geralmente se diziam ocupados ou ficavam arredios. Percebi que ainda estavam inseguros diante das finalidades da pesquisa.

Sendo uma estranha àquele universo, era natural que despertasse curiosidade ou suspeitas. À medida que ia amadurecendo em campo, as pessoas foram se abrindo e pude ouvir mais regularmente reclamações sobre morar no PAC. A partir de uma perspectiva comparativa, que tinha como referência os diferentes momentos de suas vidas, entre o passado e o presente, os moradores ficavam no meio termo entre o bom e o ruim. Desse modo, pude perceber que, embora fosse mais fácil para eles falar dos aspectos positivos que predominantemente estavam relacionados ao “*tempo das palafitas*”¹⁹ - caracterizado como mais calmo, mais solidário e menos violento - essa visão não era absoluta. Especialmente quando pontuava a questão da infraestrutura das favelas, a concepção dos moradores adquiria um caráter ambíguo e parte significativa deles não gostaria de voltar a conviver na maré, na lama²⁰. Portanto, sua perspectiva e visão de mundo precisam ser contextualizadas sempre.

Dessa forma, geralmente quando procurava saber sobre a questão dos motivos da violência, tão propagada pelos meios de comunicação em relação ao PAC, as respostas tornaram-se diversas. Alguns tentaram relativizar e diziam que “violência existe em todo lugar”, outras pessoas atribuíam a violência ao fato de que não houvera preocupação e organização suficiente, por parte do governo, na hora de distribuir os apartamentos, pois “colocaram pessoas de vários lugares diferentes juntas”. De maneira geral, esse era o tom das explicações e o motivo principal dos conflitos seria a inviabilidade de convívio entre pessoas tão distintas, originadas de favelas diferentes.

Com o tempo, um outro aspecto começou a ganhar visibilidade em suas explicações e, sugestivamente, a violência começava a aparecer situada em um lugar específico. Isso foi possível apreender em virtude de que faziam referência primordialmente aos últimos prédios do PAC, os construídos “no fundão”. Assim, com uma espécie de

¹⁹ Em capítulo posterior abordaremos sobre o que é denominado tempo das palafitas.

²⁰ Maré e (ou) lama estão entre as caracterizações do período que moraram nas palafitas.

sussurro e desdém, diziam que lá era perigoso e seria melhor eu evitar “andar por aquelas bandas”. Por fim, com a convivência e familiaridade do campo, percebeu-se que a ressalva se dava em virtude de que é na área dos fundos que os rapazes envolvidos com o tráfico costumam ficar com mais frequência fumando ou conversando. É lá também que mais recentemente providenciaram um bar, onde fazem suas festas à noite.

Observa-se, portanto, o espaço demarcado a partir de uma perspectiva de margem. Vislumbra-se, nesse contexto, as concepções, tais como: puro/impuro, ordem/desordem, pureza/perigo e que já foram bastante debatidas na antropologia. Mary Douglas (1966), por exemplo, as utiliza em suas classificações como sinônimo de organização, regras e leis. Desse modo, quando os moradores situam o fundão como um lugar de limites, é como se afirmassem um “discurso sobre a estrutura social” estabelecendo distinções entre nós e eles. Simbolicamente, o outro é colocado como um risco e uma ameaça à ordem social.

Nessa segunda fase da pesquisa achei melhor evitar o “fundão”, pois não era sensato desafiar as regras instituídas já que, conforme ensina a antropologia, a condição mínima de acesso ao outro demanda “rituais de iniciação” e eu era uma estrangeira. Essa regra de familiaridade com os grupos circunscreve-se nos termos em que falou Marc Augé “é concebida no *devir*” (1974, p.60). Apenas com o tempo é que é podemos ser introduzidos em teias de relações sociais e adquirirmos um outro estatuto, onde é possível diminuir o constrangimento da condição de “estrangeiro”.

Hoje se sabe que o fundão trata-se de uma área de apartamentos um pouco mais recuados, onde os jovens – traficantes, usuários ou simplesmente amigos mais próximos – passam boa parte do dia sentados na calçada, fumando maconha, esperando algum cliente ou apenas conversando. É também o ponto principal para onde a polícia se dirige ao adentrar o conjunto com suas motocicletas ou carros. Sempre exibindo suas armas de largo calibre em punho, apontando para cima ou para baixo, para inibir as pessoas, expor sua força e até mesmo sua vaidade. Afinal, tal atitude expressa uma simbologia bastante importante, delimitando uma posição de poder em território “inimigo”. Com efeito, afirma uma condição de domínio, nos termos de Bourdieu, uma tentativa de “fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e se fazer reconhecer” (2000, p. 113). Assim, os policiais fazem batidas, apreensões ou simplesmente circulam demarcando presença.

Embora fazer pesquisa em universo social que envolva violência urbana não seja novidade nas ciências sociais, exige recursos e estratégias diversas que implicam recuos e avanços no processo de observação. Os recuos e avanços podem ser classificados como o que a antropologia denominou de os imponderáveis do campo. No contexto de pesquisa do PAC

foram bastante significativos e se estenderam por todo o período da pesquisa, estando relacionados com o medo das pessoas exporem suas opiniões quando lhes perguntavam sobre situações concernentes aos tiroteios, mesmo que tivessem sido divulgados pela imprensa local.

Busquei abordagens dos mais variados aspectos, circunscritos nos termos da realidade que pretendia observar e aprendi que, de forma sutil, nas entrelinhas, na escuta dos diálogos estabelecidos entre as pessoas. O tema violência, relacionado às facções, mesmo quando era evitado, sempre estava sugerido. Entretanto, com uma ressalva, como se fosse algo velado, pois após tentativas de abordá-la de uma forma mais direta, se erguia como um entrave em nossas conversas. Diante disso, nessa segunda fase da pesquisa, coloquei uma questão: como criar algo substancial que facilitasse o acesso a esses dados? Em função de todo um contexto peculiar, isso só seria possível, doravante, com a mudança de perspectiva da observação participante.

Apenas na terceira etapa da pesquisa é que ficou mais visível a questão dos conflitos internos relacionados às guerras de facções associada ao tráfico de drogas. Embora pudesse ver muros e paredes do condomínio desenhados com a sigla de uma das principais facções maranhenses, os rabiscos de tinta de grafite demarcando claramente que era área do Bonde dos 40 ou destacando o nome de alguma liderança do tráfico, por exemplo, somente a partir do segundo semestre de 2016 é que as fronteiras, os fatores determinantes, as consequências e os limites dos territórios em disputas no PAC ficaram mais evidentes para mim.

Foi assim que, de maneira muito oportuna, no último trimestre de 2015, a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA - publicou um edital para projetos de extensão que deveria ser composto por um professor orientador e 4 bolsistas. A concessão dessas bolsas seria destinada para três alunos universitários e uma última para o que foi denominado “bolsista da comunidade”. Este deveria ser escolhido entre os moradores do local onde o projeto seria desenvolvido. Participei inscrevendo o projeto “Fotografia como inclusão visual e social” e, após dois meses, recebi o resultado da aprovação.

O projeto deveria ser aplicado a partir de abril do ano seguinte, mas em virtude dos trâmites burocráticos da FAPEMA, apenas em julho de 2016 é que estávamos com a equipe formada para desenvolvermos a oficina de fotografia, cuja justificativa seria promover a inclusão visual como ferramenta de resgate da identidade dos moradores e da valorização

de sua autoestima. Ou seja, através da fotografia seria possível identificar os valores positivos de sua vivência, levando-os ao questionamento dos estigmas e preconceitos construídos pelos meios de comunicação predominantes, fortalecendo os princípios de uma nova cidadania.

Além de favorecer o entendimento do processo de produção de imagem e sua evolução técnica, uma das etapas da oficina teve como objetivo o desenvolvimento do percursos fotográficos com os alunos pelo conjunto do PAC e por áreas vizinhas do conjunto. Isso contribuiu para familiarizar com parte de sua realidade a partir de uma perspectiva mais plural e fez avançar a observação de campo. Tais acontecimentos causaram alguns impasses, mostraram com mais profundidade as interdições e a sociabilidade moldada pelo conflito. Foi um momento de extrema riqueza para a pesquisa e para minha vida. Nunca esquecerei de toda aquela vivência: do medo, da sensibilidade tocada e da coragem constituída em um universo social tão diverso ao que eu conhecia.

Em consequência da disponibilidade dos bolsistas e dos alunos, ficou determinado o dia das aulas da oficina aos sábados à tarde e, conforme o prazo estipulado pela FAPEMA, deveria ocorrer entre os meses de julho até novembro. Entretanto, além do sábado, algumas vezes eu voltava durante a semana para colher um dado ou informação, fazer uma visita, passar algum aviso. Desse modo, minha presença no conjunto PAC ficou mais constante, o que dava mais acesso ao seu cotidiano. A intensificação da convivência possibilitou o surgimento de uma nova atribuição: as pessoas começaram a me identificar como “a professora”. Acredito que essa denominação tenha contribuído para diminuir as suspeitas de que eu fosse repórter ou alguém ligada à polícia, ou ao governo estadual ou à prefeitura municipal.

Por outro lado, por conta de que “havia conseguido levar um curso de fotografia para o PAC”, comecei a ser identificada, também, como uma pessoa que poderia atender demandas de caráter assistencialista e conseguir um emprego ou uma cesta básica para alguém, por exemplo. Certamente foi outro aspecto que possibilitou maior aproximação de alguns moradores, entretanto o mais difícil de desconstruir, especialmente porque as expectativas poderiam gerar frustrações.

Nessa fase, houve uma maior aproximação com o Sr. Israel, conhecido seis meses antes. Israel viu a oficina de fotografias como uma oportunidade de criar alternativas mais prósperas para moradores, à medida que “aprenderiam um ofício”, algo tão escasso naquele contexto. Sempre recorria a esse argumento para solicitar parcerias e apoios a algum projeto social que pudesse ser desenvolvido no PAC tanto por igrejas, pela iniciativa privada,

prefeitura etc. Querendo afirmar uma identidade, buscava legitimação para seus propósitos dizendo: “você é nossa parceira e sabe que aqui não são todos bandidos”. Sendo assim, solicitava contribuições e doações para festas locais, material de limpeza para os momentos que ocorresse um mutirão ou sugeria projetos que atendessem demandas para as mulheres como cursos de manicure e pedicure, por exemplo. O cuidado agora era desconstruir essa expectativa de que eu pudesse contribuir com tudo que fosse solicitado.

Todas as situações foram interessantes, pois me possibilitaram observar um mecanismo de “posição de poder” circunscrito na relação de pesquisa. O interlocutor não está inerte. Sua ação e seu discurso não se estabelecem numa posição de simples passividade, mas ele impõe o vigor de seus valores na alocação: “você é nossa parceira”. Por outro lado, essa circunstância enfatiza o que a antropologia vem afirmando frequentemente, o antropólogo também não está numa posição neutra, nem “paria invisível” no processo de observação participante. Sua presença marca nuances e estabelece posições que resultam de diferenciações.

Portanto, as condições de convívio entre entrevistador e entrevistado, a intersubjetividade da relação, não é o encontro de indivíduos autônomos e autossuficientes. Antes de tudo, “é uma comunicação. É nesse encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se pode desvendar sentidos ocultos e explicitar relações desconhecidas” (Cardoso, 1983: 102). O que se estabelecia, na concepção do Sr. Israel e de outros moradores, era uma atribuição de distinção: eu era branca, universitária e ainda era vista como alguém com mais recursos ou como alguém que poderia ter acessos às estruturas oficiais e que poderia acionar suas demandas.

Na pesquisa, ambos, pesquisador e interlocutor, imprimem seu tom e seus valores. Há uma experiência, onde se estabelece uma troca de expectativas, insinuações, omissões e interferência de natureza variada, permeando os discursos que orientam o transcurso da “caminhada” que constroem juntos. Assim, algumas questões estão sempre presentes para o pesquisador em relação à própria objetividade de seu trabalho: quais os limites? Quais os efeitos da reciprocidade no processo de relação em pesquisa de campo? O que é necessário como recursos de aproximação, distanciamento e convivência com o campo?

Não é fácil saber, pois trata-se de um percurso marcado pela interação. Naquele contexto, o campo se impôs exigindo traquejo e proeza na diplomática tarefa de aprender a dizer não, mas também disse sim quando achei necessário e doe cadernos para algumas crianças, brinquedos e livros, sem acreditar que isso comprometesse a seriedade da pesquisa. Pelo contrário, essa reciprocidade é uma condição que está presente no processo da

observação participante, pois o estreitamento das relações, favorece a expectativa de uma certa “brigatoriedade de participação e envolvimento do antropólogo com o universo em que está inserido. Nesses termos, podemos citar Hélio Silva (2009, p. 05) que nos esclarece:

Há na experiência etnográfica um esforço de compartilhamento, mais ou menos exitoso em função das resistências que a presença do pesquisador suscite e das esferas de atividades nas quais se encontre em termos de atividades desempenhadas, trabalhos desenvolvidos, festas comemoradas, rituais realizados.

Como premissa de elaboração da pesquisa, a reciprocidade vai se estabelecendo no dia a dia e se fortalecendo nos laços da convivência. Criam-se expectativas. Não foram poucas as vezes que, após a finalização do curso da oficina de fotografia, percebi alguns moradores decepcionados porque eu “não conseguia levar mais cursos para eles”. Até tentei, junto à OAB, por exemplo, quando eu soube que aquela instituição procurava uma “comunidade carente” para desenvolver ações sociais, entretanto, a promessa dos advogados veio somar-se às outras tantas frustrações.

Por fim, as oficinas foram desenvolvidas em uma área localizada ao lado da quadra, na parte mais baixa do residencial, onde existem três salas que são disponíveis para o desempenho de algumas atividades de seus moradores, mas que para serem usadas precisam da autorização de seu Israel, o responsável pelas chaves. Com apenas uma porta de entrada - de madeira e protegida por um portão de ferro -, as salas são contíguas e divididas por duas paredes de gesso. A primeira, que é entrada central e a única passagem que dá acesso às outras duas salas, serve de espaço para os velórios dos parentes, amigos ou conhecidos que morrem no PAC. As duas restantes estão disponíveis para funções diversas. Na sala da direita, por exemplo, funcionou por quatro meses um curso de capoeira – com professor voluntário - para crianças e atualmente está sem uso. Já a da esquerda, possui um ventilador e trinta e cinco cadeiras de madeira, doadas por uma escola pública. Em função desses recursos é disponibilizada para reuniões com alguma associação ou membros de igreja interessados em desenvolver ações sociais como palestra, aferição de pressão etc, mas passa a maior parte do tempo fechada. Esta última, em função de sua pequena infraestrutura foi disponibilizada para o desenvolvimento do curso de fotografia.

Com o início da oficina algumas coisas mudaram. Agora eu estaria acompanhada com alunos da graduação do curso de direito e que também contribuiriam com suas observações, análises e comentários, elaborados a partir da realidade que começavam a conhecer. Suas impressões constituíram parte importante dos dados: o medo de um tiroteio anunciado; a empolgação por ter sido cumprimentado por um traficante; os laços de amizade

construídos; um segredo que lhes fora revelado através de um “aluno mais chegado”. Por fim, como dizem com frequência, foi uma experiência revolucionária em suas vidas.

Quanto à bolsista da comunidade, foi escolhida dona Cléa, que a essa altura já havia abandonado o ofício de dar aulas, pois ganhava muito pouco. Em relação específica à oficina, algumas vezes não pôde participar, em virtude de um “bico” extra – como cozinheira em um restaurante - que conseguiu durante esse período. Só chegava em casa final do dia e muito cansada, já que entrava no serviço às 5:00 horas da manhã, o que muitas vezes inviabilizava nos acompanhar. Sua contribuição maior foi através de entrevistas, divulgações e informações para os moradores, relativas às atividades desempenhadas.

A intimidade e confiança aumentaram à medida que eu articulava os trâmites burocráticos para regularizar sua situação junto à FAPEMA: criei um currículo lattes para ela e, por duas vezes, fui levá-la para abrir uma conta corrente a fim de que recebesse sua bolsa do projeto, de 400 reais mensais. Com meio século de idade, dona Cléa nunca teve uma conta em banco. Sua pouca renda não lhe permitia essa inclusão social. Foi-lhe explicado o que significava um currículo lattes, mas não deu tanta importância. Não teve acesso a esse capital cultural (BOURDIEU, 2000). Seu enraizamento era a uma outra estrutura: em contrapartida, ter uma conta no banco do Brasil seria “um favor enorme, algo que ninguém nunca tinha feito por ela”.

Dona Cléa sentia-se extremamente grata pela bolsa e pela oportunidade de ter uma conta no banco do Brasil. Para ela, os 400 reais mensais já tinham um destino certo: seria utilizado para fazer seu tratamento nos dentes e colocar sua dentadura. A sua gratidão pode ser traduzida por aquilo que Marcel Mauss (1999) denominou de *dádiva*. A regra básica das sociedades humanas, o “dom e contra dom” que estabelece uma perspectiva de troca. Entretanto, conforme a perspectiva apresentada por Mauss, é importante frisar que a prestação recíproca do “dar, receber e retribuir”, não está fundamentada em valores estritamente mercantilistas e também não é contratual. Nesse caso, sua lógica é favorecida por laços sentimentais e simbólicos. Assim, como se fosse uma reciprocidade comungada, dona Cléa tornou-se uma das principais informantes para a pesquisa da tese. Era exímia conhecedora da sociabilidade que envolvia a questão do tráfico, sabia de nomes e laços familiares. Me orientou a sempre olhar nos olhos dos jovens que estavam sentados no fundão, cumprimentá-los e até puxar uma “brincadeira”. Não mostrar medo ou qualquer constrangimento, afinal de contas, nessa terceira fase da pesquisa, por conta da oficina de fotografia, já era mais familiar para eles e conhecida como a professora.

Dona Cléa concedeu entrevistas no espaço privado de seu apartamento e sempre falava muito baixinho, preocupada com a possibilidade de algum vizinho ouvir o que narrava. Em virtude de um medo, que eu só pude entender à medida que aumentava essa convivência, algumas vezes sugeriu que poderia dar entrevistas fora do conjunto, pois seria mais seguro. Assim, por quatro domingos, minha rotina mudou e foram dedicados para nossas conversas fora do condomínio. O ponto de encontro dava-se em um posto de gasolina próximo ao residencial, pois seria mais seguro, segundo ela. Uma das vezes fomos até um shopping – onde ficou bastante deslumbrada, por ser uma novidade em sua vida – e nos outros domingos o encontro deu-se na praia, quando ficou mais à vontade para responder às perguntas.

Essa maior preocupação aconteceu exatamente num momento de intensificação da violência em São Luís, no segundo semestre de 2016, quando vários ônibus foram queimados na capital e em paralelo ocorreu a mudança de facção que controlava o território do PAC. Esse contexto todo influenciou diretamente no desempenho da oficina. Por conta da intensificação de tiroteios entre a facção do PAC e uma outra de um bairro vizinho, que tentava reconquistar seu território, fomos orientados por seu Israel e sua esposa a utilizar uma bata. Consegui quatro batas brancas, inclusive para os bolsistas, cujo comprimento chegava abaixo do joelho e que tinha destacado no bolso o símbolo e o nome da universidade à qual fazíamos parte. Era um símbolo de distinção. O tamanho era o suficiente para que fôssemos identificados, mesmo de longe, quando “um provável atirador” passasse de motocicleta pelas mediações do PAC e não nos confundisse com algum morador.

Essa situação intensificou-se entre os meses de setembro e novembro. Sendo que fomos aconselhados a nos afastar esporadicamente do PAC nos dias de maior medo na comunidade, por exemplo, quando aconteceu um assassinato nas mediações do bairro Camboa, pois sempre era possível represálias. Muitas vezes os próprios adolescentes, que participavam do curso, esclareceram sobre as causas dos conflitos. Foram considerações importantes para a pesquisa, em virtude de que numa conversa informal traçavam a experiência de suas vidas. Isso tudo lhes cercava e englobava. Não tinham como ficar indiferentes a essa sociabilidade cotidiana.

Finalmente, em novembro, tivemos que suspender as atividades por um período contínuo de vinte e dois dias. Tudo isso provocou atraso na conclusão da oficina. Apenas na primeira quinzena de janeiro realizamos a exposição de foto nas ruas do PAC, um espaço livre para que todas as pessoas pudessem participar. A exposição, que marcou o encerramento da oficina, recebeu a ilustre visita dos jovens líderes do tráfico. Estes também participaram do coquetel, olharam as fotos expostas e solicitaram algumas que lhes interessava, como a foto

de uma namorada ou de algum rapaz que poderia ser identificado pela polícia, caso saísse daquele contexto.

Eu não via nenhuma objeção (nem moral, nem profissional), em desenvolver um projeto de extensão no PAC e continuar minha pesquisa. Pelo contrário, a oficina de fotografia foi uma grande oportunidade para colher novos dados de campo, entender a guerra de facções e parte de sua consequência sobre a vida das pessoas. Ao final, o resultado de toda aquela experiência foi esclarecedor, conseguimos juntar pedaços e o que nos momentos iniciais da pesquisa aparecia nos depoimentos como sussurro ou um comentário fugidio, perdeu o constrangimento e saltou aos nossos olhos, fez nosso coração bater mais forte, transmutou nossos sentimentos e nos espantou algumas vezes.

Toda a vivência do projeto foi bastante relevante, ampliou o aprendizado que as pessoas são diferentes em seus valores e visões de mundo, em suas perspectivas, sonhos e experiências. Nesse mundo diverso, de “iguais e diferentes”, o antropólogo deve ter uma convicção: procurar sempre contextualizar seu “ponto de vista” e a “verdade” estabelecida na relação.

Foi a partir de idas e vindas, que consegui precisar os fragmentos daquela realidade tão peculiar e polifônica, como todas as outras. Finalmente, com o convívio em campo, aprendi a estabelecer diálogo com meus interlocutores, percorrendo os percalços do caminho, transcendendo as dificuldades que se impunham, superando as resistências, e a entender a reciprocidade necessária na relação com o “outro”.

Na última etapa do trabalho, me vi diante de outra questão: como transcrever dados tão importantes e expor, em linhas digitadas, os sentidos e experiências tão ricas que me foram narrados, que pude ver, ouvir e algumas vezes vivenciar, sem empobrecê-los. Após um longo tempo refletindo, retomei as anotações de caderno de campo e mergulhei novamente em sentimentos e emoções que compuseram minha prática de campo, estar lá e escrever aqui, essa perspectiva antropológica problematizada por Geertz (1988).

Por fim, este trabalho, sua construção escrita, procura tecer um diálogo com a linguagem visual. Além de uma tentativa de enriquecer os dados etnográficos com material ilustrativo, procurou-se examinar os significados criados pela imagem fotográfica, que tipo de possibilidades a intertextualidade consegue elaborar.

O que se fotografa não é o vazio, não é o alienável, mas sentidos e vivências que se presentificam no homem e na imagem que ele consegue elaborar. Uma condição que está circunscrita numa cultura, que constrói, não apenas a plenitude da eternidade, mas um tempo

e um lugar concretos, uma condição de existência. Nesses termos, como nos lembra Ana Luiza Carvalho da Rocha (1995: 91), a importância estratégica da Antropologia Visual é que

Ela ajuda a desvendar precisamente a feição fabulatória do discurso antropológico, desnudando o processo por meio do qual o etnógrafo transmuta os dados sensíveis e opacos da realidade social em representações e formas simbólicas, transformando os acontecimentos exteriores vividos por um agrupamento humano em verdadeiras narrativas.

A imagem apreendida na fotografia expressa domínios simbólicos que explicam nosso mundo social e manifesta valores e sentidos presentes na realidade. Nesse universo, o principal desempenho do antropólogo é transformar os “dados sensíveis, obtidos no trabalho de campo, em imagens objetos de conhecimento”. Além disso, deve-se ter sempre em consideração, conforme os preceitos de Maria Sylvia Porto Alegre (1998: 110), que não há nas imagens uma “forma unívoca de perceber o real, não há um sentido literal intransponível”.

Assim, entendendo que as imagens não designam sempre os mesmos sentidos, utilizando-se do recurso metodológico que lhe é próprio, discorreremos sobre a realidade dos moradores do PAC, tentando também examinar a atribuição dos significados criados pela linguagem visual. Parafraseando Rocha (1995), procuramos captar e registrar, objetivamente, um *perpetum mobile* de formas de vida humana em seu momento de “aparição”.

Tudo isso veio somar-se ao processo de organização dos dados, à escrita e à construção de minhas interpretações e deu-se em conjunto com os sentimentos e as significações das pessoas que compõem o universo por mim observado. Desse modo, suas construções somaram-se às minhas expectativas, enriquecendo e ilustrando meu próprio discurso.

CAPÍTULO 1 - BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS BAIRROS CAMBOA E LIBERDADE

Camboa e Liberdade são bairros conurbados e fazem fronteiras com outros bairros populares como Alemanha, Fé em Deus e Bairro de Fátima. Bastante populosos, são reconhecidos por um caráter festivo, onde se destacam grupos de tambor de Crioula e bumba-meu-boi. Mais recentemente também estão associados à classificação de “bairros violentos” na capital do Maranhão.

Mais especificamente, o bairro da Camboa está localizado às margens do Rio anil, com ocupações que se prolongam aos espaços alagados e sobre seus manguezais. Inicialmente, um bairro de pescadores, foi denominado Camboa do Mato. Ainda em meados do século XIX pode-se identificar informações, citadas pelo jornal Pacotilha, que destacam seu caráter gracioso de lugar belo, poético e sublime (SILVA, 2016, p. 27). Entretanto, em breve:

O lugar bucólico se transformaria em arrabalde industrial e os ares magníficos ensombrados pelo fumo da chaminé de uma grande fábrica de fiação e tecelagem. Mesmo sendo vizinho ao centro, o seu destino iria ficar marcado pela condição de periferia (SILVA, 2016, p. 27).

As novas feições se intensificam a partir da instalação da Fábrica de Tecidos Camboa, em 1890. Desde então passa a se constituir como bairro de operário, em decorrência da demanda por serviço e emprego na indústria têxtil. A grande quantidade de mão-de-obra era proveniente, principalmente, do interior do Maranhão. Até meados da década de 1960, desenvolveu-se um intenso comércio de exportação de algodão com outras capitais, (BURNETT, 2014), (CANJÃO; OLIVEIRA, 2015).

A formação do bairro da Liberdade também está relacionada à implantação de alguns empreendimentos com atração de mão-de-obra. Compreende-se, portanto, como uma região de grande contingente populacional. Segundo Burnett (2014) sua organização inicial está à construção de um matadouro, inaugurado em 1918, e da implantação de indústrias de grande porte, como a Companhia Brasileira de Óleos (CBO) e Companhia Carioca de Óleos (CCO). A mão-de-obra que foi se concentrando em função daquele empreendimento era composta por uma população de baixa renda, com pouca “diversidade funcional”, para utilizarmos um termo considerado por ROLNIK (2015), e foi se estruturando em condições de carência de infraestrutura, equipamentos e empregos.

Toda essa estrutura de fábrica, e a atração de migrantes em função disso, foi mudando as feições urbanísticas da cidade. Entretanto, a falta de planejamento, por parte do Estado, favoreceu uma série de problemas sociais como segregação econômica e assentamento da população em condições pouco satisfatórias. Esse quadro é bem retratado nas palavras de Maria da Glória Correa (2014, p. 59):

A São Luís da virada do século XIX, enfrentava não poucos problemas, pois o que capta o olhar lançado sobre a cidade de uma perspectiva higienista é o desrespeito geral pelas questões referentes à higiene que deve existir no espaço urbano, isso quando essas questões, pelo menos, existem pois aquilo que mais se destaca no chão da cidade são habitações construídas de maneira imprópria para a vida: ruas e praças que se transformam em monturo; praias tomadas por focos de infecção...

Além disso é importante ressaltar que os tipos de habitações, em condições “precárias”, em São Luís, remontam ao período colonial, desde seu povoamento e urbanização, conforme destaca Burnett (2012). Para o autor, ainda na metade do século XVII, deu-se um processo de “doação” de lotes como forma de aumentar a densidade populacional da capital, constituindo uma larga área que hoje é conhecida como Centro Histórico. Por conseguinte, as primeiras ocupações de São Luís são classificadas pelo autor como construções “extremamente rudimentares”, com materiais de curta permanência, como palha e barro, contrastando com os suntuosos casarões da época, ornados com pedras e azulejos vindos de Portugal (CANJÃO; OLIVEIRA, 2015). É sobre uma estrutura tão antagônica, em termos material e simbólico, que foi sendo impulsionado o modelo de expansão e urbanização da cidade “patrimônio da humanidade”.

Portanto, sem a consolidação de políticas públicas, o modelo urbano dessas regiões é caracterizado por um padrão de segregação socioeconômica. O planejamento desigual tem como uma de suas principais consequências aglomerações e assentamentos humanos, caracterizados por baixa qualidade de vida urbana. É nesse contexto, sem alternativas viáveis, que ocorre um processo de improvisação de moradia. Consequentemente, a construção de palafitas e casas populares, em áreas alagadas ou terrenos mais baratos, contribuiu para o estabelecimento de uma divisão territorial entre ricos e pobres na cidade. Desse modo, foi se erigindo um quadro, cujo padrão urbanístico expõe a consolidação de um modelo de ocupação desigual e que vem potencializando os problemas urbanos e reafirmando as disparidades socioespaciais da capital maranhense.

1.1 Palafitas: Segregação e acesso à moradia

Na definição do dicionário da língua portuguesa, palafita é “estacaria que sustenta as habitações lacustres dos homens pré-históricos; habitações do neolítico; nome dado a essas habitações”²¹. Para além de uma etapa evolutiva, conforme caracterizado pelo dicionário, o que as palafitas em São Luís revelam é a condição social excludente, que caracteriza o processo de urbanização brasileiro, edificado por um tipo de “desenvolvimento perverso” (HOLNICK, 2015) e que expressa um caráter de depredação da qualidade de vida. Por outro lado, essa forma de habitação classificada de precária e as relações ali estabelecidas, expõem aspectos da vida urbana e formas de compreensão da realidade. Todo aquele contexto representa uma distribuição social hierarquizada da cidade e nos dá algumas pistas dos traços profundos que organizam a vida das pessoas, sua solidariedade e sua percepção de cotidiano.

O mundo estratificado que erigiu as palafitas que conhecemos hoje e que transformou o mangue em redes de esgoto, não questionou a exclusividade da qualidade de vida em São Luís. Qualidade que não se estendeu aos moradores da favela. Diferentemente de bairros mais abastados, nas palafitas não existe saneamento básico algum, água e energia elétrica são clandestinas. Sem coleta de lixo, as pessoas lançam na maré o que é descartado. Tratados como se fossem invisíveis, seus moradores teimaram em existir e diversificaram as práticas urbanas, afirmando um contexto extraordinário de resistência vislumbrado em circunstâncias diversas.

Com o passar do tempo, as palafitas foram consideradas como um incômodo estético dentro da cidade²². As casas de palito, como são denominadas por seus moradores, proliferaram na mesma dimensão em que cresceu o êxodo rural e avançaram sobre os igarapés e os manguezais que se destacam na paisagem de São Luís, pontuando um espaço urbano diversificado e fundamentalmente segregacionista. Assim, expressando uma qualidade da qual a civilização brinda paradoxos, em bairros nobres, as palafitas deixam-se entrever por trás de edifícios luxuosos, praças de passeio e coretos. Essa dessemelhança, que muitas vezes convive em um mesmo espaço, é separada por fronteiras simbólicas que são sempre ressaltadas. A distância social identificada na qualidade de vida, dos cabelos, das roupas e da cor da pele mas que principalmente revela a injustiça social na sociedade de classes que,

²¹ Dicionário de Língua Portuguesa, Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro, 1980.

²² De forma geral, as palafitas sempre foram estigmatizadas. Inclusive, as favelas são colocadas por alguns de seus ex-moradores a partir de um referencial negativo, quando caracterizam determinadas atitudes com a afirmação de que a pessoa “saiu da favela, mas a favela não saiu dela”.

combinada à violação dos direitos de cidadania, impossibilitou a consolidação da democracia e do Estado de direito no Brasil.

Uma das principais características do que seja uma palafita é a sua construção física. Erigida por sobre a maré de água escura que cobre um solo lodoso²³, em São Luís as palafitas estão suspensas por suportes de madeira. Estes funcionam como uma estrutura de sustentação. A função prática das estacas ou varas é evitar o contato direto das casas com a água, geralmente poluída, de onde eventualmente exala um cheiro peculiar²⁴. Algumas estão em disposição levemente inclinada, destacando uma aparente fragilidade em sua estrutura, parecendo se vislumbrar a constante possibilidade de desabamento.



Figura 1 - Foto de palafita sobre o mangue

Fonte: autoria própria

Vale ressaltar que, embora todas as palafitas estejam suspensas sobre madeira, a condição econômica de seu proprietário, assim como a posição e distância da moradia em relação à maré, vai delinear algumas particularidades em sua construção. Se o seu proprietário tiver “uma pontinha a mais de dinheiro” ele pode adquirir e construir a sua casa com o pau d’arco que, segundo o Sr. Luís²⁵, é “madeira que dura um tempão... Esse é caro, é top, é de rico... mas raramente tinha casa de pau d’arco na favela” (Entrevista em 18/05/17). Uma

²³ Em seu leito se estabelecem as condições para o desenvolvimento do ecossistema de manguezais.

²⁴ Utilizo o termo casa, palafita e habitação com o mesmo sentido: lugar onde se mora.

²⁵ Sr. Luís hoje trabalha com oficina de carros atualmente. Ressaltou durante as entrevistas a “condição de pobreza do tempo em que viva nas palafitas”.

alternativa menos dispendiosa para a sustentação das palafitas seria a utilização da madeira denominada mangue vermelho. De acordo com Sr. Poló²⁶, esse é bom: “enverga, mas não quebra. Fica só o talo, mas não quebra... Vento não leva, é forte, é osso, não quebra fácil” (Entrevista em 23/07/17).

Na realidade, para a estruturação da palafita, a utilização do mangue vermelho era mais propícia em virtude de ser uma matéria prima assentada em seu habitat natural o que favorecia mais resistência à lama e ainda era considerada mais barata que o paud’arco. Além desses dois tipos existe a biriba branca, que também pode ser utilizada, mas é de baixa qualidade. Segundo o Sr. Poló, “ela tem um componente que é uma traça que come ela todinha. Se a pessoa colocar só a biriba branca, o vento leva a casa ou a traça come a madeira” (entrevista em 23/07/17). Assim, toda madeira tem desgaste e um tempo de durabilidade. O salitre do mar, a umidade da lama e o constante contato com a água, favorecem sua degradação

Sr. Wilson²⁷, que atualmente reside no PAC Rio Anil, afirma ter sido um dos responsáveis pela venda de madeira para construir palafitas. Fazia o transporte de “peças encomendadas” de tábuas e estacas diretamente da cidade de Alcântara. Seus filhos eram os encarregados de tirar a madeira “no mato” para atender parte do mercado de São Luís, afinal de contas, “naquele tempo a madeira era mais abundante”, nos diz pensativo. Reclama da penúria dos dias atuais em que até mesmo os barcos diminuíram no cais da Camboa. Com a propriedade de quem era conhecedor de um dos ofícios importantes da época, ainda destaca o nome de madeiras como a pindoba e a maçaranduba para edificar as palafitas.

A posição e distância da palafita em relação à maré, também determina algumas características na sua construção. O comprimento da vara fincada no chão depende da profundidade da lama. Quanto mais próximo da margem, mais raso. Desse modo, a média geral da madeira varia de 4 a 8 metros. Por outro lado, segundo o senhor Luís, “quanto mais pra dentro do igarapé, quanto mais perto dos canais a lama é mais funda”. Nesse caso de maior profundidade, a madeira pode chegar até 10 metros de comprimento ou mais.

Após ser escolhida e cortada a madeira ideal, é necessário que os construtores amarrem as varas com cordas e cipós, emendem uma na outra e, quando a maré está baixa,

²⁶ Sr. Poló é funcionário público. É muito dedicado em desenvolver o papel de síndico. Orgulha-se da organização de seu prédio. Mesmo sendo um dos maiores críticos à prática do tráfico de drogas nos condomínios, classifica o período em que morou nas palafitas como muito duro e degradante. Para ele, durante o processo de deslocamento, teve a sorte de “estar no lugar certo, na hora certa”.

²⁷ Aos 65 anos, orgulha-se de ter dado educação para todos os três filhos. Transportava madeira da cidade de Alcântara para construir palafitas.

enfiem no chão de lama batendo com força – é necessário pelo menos 3 homens nessa tarefa -, até tocar uma base dura de terra. Assim me explicaram o Sr. Poló e Luís:

É tipo um bate estaca... a madeira fica enfiada na terra 7 metros, 10 metros ou mais... depende de onde você estiver, até onde der, até chegar na areia dura. Quando chega nessa areia dura aí já sustentou a madeira. Tinha que meter pau até embaixo, emendar amarrando um com o outro, amarrar pra ganhar comprimento e altura. Depois vinha a metragem da maré, a que fica fora da lama e que é coberta pela água quando sobe. (Entrevista com Sr. Luís, em 23/07/17)

Da lama pro fundo do chão, às vezes era 7 metros até dá na terra dura. Isso era o que ficava enterrado Essa outra madeira é pra fazer a casa em cima, mas pra cima cada um decidia sua altura. A medida não pode ficar abaixo do nível da maré... se não for assim alaga... (Entrevista com Sr. Poló, em 18/06/17).

Observa-se que além da grande quantidade de madeira fincada no chão de lama, ainda existem as varas externas. Estas variam entre 4 e 6 metros de comprimento: “é a metragem da maré”. São também emendadas e amarradas, e podemos visualizar sua estrutura se prologando para fora do mangue quando a maré está baixa. É a base que os moradores chamam de “perna de palito” e tem por finalidade suspender o assoalho da casa – que é a estrutura em formato de “uma mesa” - protegendo da invasão da água, o que nem sempre é possível evitar. Sobre o assoalho as paredes são erigidas e em seguida o teto com sua base de sustentação.

Em condições adversas, fazer uma palafita exige engenharia, a “engenharia da experiência”, segundo nos falou o Sr. Poló. Esse saber prático se impôs pela necessidade, pela observação e pelo fazer de cada dia, portanto, vislumbrado em seu cotidiano. As pessoas estão o tempo todo atentas e visualizando a tábua de uma ponte que quebra ou arranca, uma estaca de sustentação da palafita que corrói, um buraco no telhado ou outros problemas.

Naquele contexto, é importante dizer que o morador de palafita é também reconhecido como um arquiteto. A narrativa da arquitetura, cuja percepção e incorporação era transmitida em um processo de aprendizagem fundamentado nas condições da existência de cada morador, como um *habitus* socialmente constituído, funcionava “a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (BOURDIEU, 2009, p. 47). Esse conhecimento adquirido favorecia o “saber trabalhar”, conforme caracteriza acima o Sr. Poló:

A gente também tinha técnica, tem de calcular tudo, tem de usar a mente. Tudo é planejamento. O palafitado também é arquiteto, tem de saber trabalhar senão ele

pega em fio pelado²⁸, tem de usar seus conhecimentos... O conhecimento que se aprende na prática... a gente tá atento. (Entrevista em 23/07/17)

A engenharia, além de perspicácia, exige ação conjunta de 3, 4 ou mais homens. O dono de uma palafita precisará de ajudantes para construí-la ou fazer manutenção: desde o difícil processo que é montar a estrutura enfiando a madeira para traspassar toda a lama e chegar em terra firme, montar o assoalho, pregar as tábuas das paredes, até erguer os telhados e outras atividades primordiais. Nesse universo cotidiano, o trabalho é conduzido a partir de pressupostos pragmáticos, todos os que participam de determinada atividade específica terão igual direito de receber a mesma ajuda quando estiverem fazendo a manutenção de sua casa. Além disso, embora seja menos comum, também pode ser uma mão de obra contratada com pagamento acertado em dinheiro.

É um trabalho árduo, nos disse o Sr. Poló. Uma palafita situada em águas mais profundas, próxima aos canais, exige um encargo a mais por parte da engenharia. Algumas vezes é impossível chegar ao fundo da lama e atingir o ponto certo da terra firme. Nesse contexto, o mangue mais alagado chega a ter em média mais de 10 metros de altura, “é um buracão sem fim e não tem madeira que alcance”. Diante dessa situação, é necessário “a engenharia... a sabedoria dos pobres que cria alternativas para sobreviver” (entrevista em 23/07/17). Esse é o caso da sapata, um recurso disponibilizado para ajudar a “calçar a madeira” e “não deixar a casa arriar”. Conforme o depoimento a seguir podemos melhor entender sua engenhosidade:

Isso aí é uma sapata... isso é uma estrutura. Isso segura a peça pra ela não descer. Tem uma peça amarrada que segura pra casa não arriar, nem cair. Isso é usado onde o mangue é mais alagado, não tem madeira que chegue... Isso aí também é pra maré braba de lua, que às vezes vem, pra não levar o barraco... nem o pau desce porque sustenta no pneu e também não balança não... o barraco tá seguro no pneu que tá amarrado na madeira... aí a engenharia, a sabedoria dos pobres cria essas situações para sobreviver. Isso aí se for transformar em dinheiro é uma sapata de concreto. Sapata é aquilo que tem ali segurando a ponte Bandeira Tribuzzi, aquela peça grande, só que é uma sapata de concreto. Isso aqui é uma sapata de palafita. Isso é pra não descer a casa (Entrevista com Sr. Luís, em 18/06/17).

²⁸ Pegar em fio pelado é um trocadilho e expressa que a pessoa não tem experiência. Se calculasse saberia que o fio pelado dá choque. Tem de usar o conhecimento.



Figura 2 - Sapata: base de sustentação de palafitas –
Fonte: autoria própria

Essa dinâmica de construção, que extrapola o modelo de planejamento urbano modernista, conforme descreve Harvey (2010), circunscrito a uma eficiência tecnológica pretensamente padronizada, adquire os contornos da história local. Desse modo, a palafita é feita sob a medida de um projeto tradicional vivido: Os pneus que amparam e apoiam a sapata são de carro velho, recolhidos após o descarte, o que torna o projeto mais barato. Preferencialmente são de caminhão em virtude do peso, o que é fundamental para assegurar uma estrutura mais resistente aos impactos provocados pelas grandes marés e seus ventos. Uma boa estrutura de madeira fincada no chão ou uma palafita calçada com a sapata é condição primordial para a segurança de seus moradores. É uma base forte e resistente, para evitar que a casa seja carregada pela água.

Entretanto, da mesma forma que a estrutura da casa, as paredes tem seu prazo de duração. São geralmente de madeira, compensado, pedaços de zinco, plástico ou de papelão. Todo esse material pode ser novo ou usado, adquirido através de compras, doações ou coletados em ruas, lixos, depósitos etc. É também um exercício de reciclagem involuntária. À medida que uma pessoa vai preparando o assoalho e suspendendo as paredes, por exemplo, ela pode eventualmente encontrar tábuas por um caminho onde vai passando, uma porta de geladeira jogada no entulho, uma tampa de fogão, um pedaço de compensado ou de cano. A maré também traz material aproveitável como, por exemplo, tábuas. Pode-se, ainda, recolher ou adquirir uma porta de madeira que restou numa construção demolida ou até mesmo comprar todas as tábuas necessárias.



Figura 3 - as paredes caiadas com tinta verde
Fonte: Foto cedida por D. Édna.

Em contrapartida, mesmo que seja madeira nova, o desgaste é uma possibilidade real. Nesse contexto, é como se o processo de construção de uma palafita fosse permanente, pois, além do salitre e da água, as paredes externas da casa ainda sofrem o desgaste do sol e do sereno e exigem constante reparo. Com o passar do tempo, algumas palafitas “parecem que foram remendadas e a gente vê um monte de pedacinho de tábua” nos disse D. Édna²⁹. Nesse sentido, há uma certa convergência de opiniões quando todos afirmam uma fragilidade peculiar: a madeira apodrece, uma tábua quebra, o pedaço de ferro e alumínio enferruja e deteriora, o plástico e o papelão rasgam.

Além disso, o ideal para a construção do piso das palafitas é que as tábuas estejam o mais alto possível para evitar o contato da água. Para isso, os moradores usam como referência a altura da maré. Entretanto, embora recorram a essa medida, foram identificados diversos casos de alagamento das casas, especialmente durante a chamada maré de lua. Esse contato com a água favorece o apodrecimento mais rápido da madeira. Uma tábua pode quebrar ou uma parte do piso pode arriar, por mais que os moradores estejam atentos. Como nos descreveu dona Bonita³⁰:

A gente, às vezes, não percebe e o assoalho vai apodrecendo na manha³¹, devagar... quando a gente se espanta ele cai com tudo que está em cima. Aconteceu comigo e minha vizinha quando a gente estava lavando roupa no quintal... (entrevista em 05/05/17)

²⁹ Aos 51 anos D. Édna é cabeleireira. Em virtude do tamanho do apartamento montou seu salão nas proximidades do condomínio. No tempo da palafita o salão era na sala da casa

³⁰ D. Bonita é manicure. É bastante popular entre os moradores. Em situações de morte no condomínio, se encarrega de ajudar no processo de velório. Casada pela segunda vez, tem duas filhas do primeiro casamento.

³¹ Palavra bastante usada pelos ludovicenses para caracterizar dengo, capricho, sagacidade.

Cair após uma tábua partir-se não era uma situação rara. A madeira era muito dispendiosa e em alguma medida as famílias não estavam preparadas para um gasto extra. Conforme as palavras do Sr. Luís, “às vezes evitávamos pisar em determinada parte do assoalho, pois sabíamos que estava apodrecido... podre, podre, no ponto de quebrar” (entrevista em 18/06/17). Essa estratégia de evitar o risco de cair, relevante num contexto em que, para determinadas famílias, a madeira poderia ser considerada cara ou o “assoalho vai apodrecendo na manhã”, expõe a vulnerabilidade de morar sobre as águas.

Nessas condições, conforme nos afirmou o Sr. Poló, o melhor para lidar com situação de água, é o “entulho ou o concreto... quanto mais concreto mais resistente”. O comentário diz respeito às dificuldades enfrentadas por morar em áreas alagadas da cidade. Em virtude disso, uma meta dos moradores é, sempre que possível, providenciar meios de aterrar a área onde habitam. Foi o caso, por exemplo, da favela Mangue Seco situada no bairro da Camboa, onde o Sr. Poló morava.

Fazer um aterramento de uma ponte, rua ou passarela³² é uma técnica demorada pois durante meses – às vezes anos - os moradores realizaram o processo de entulho. Juntar pedras, areia, madeira, pedaços de concretos para entulhar uma área alagada demanda muito tempo e também implica uma série de práticas que envolve acordo entre vizinhos, aliança com amigos - dentro e fora da favela - relações de cunho mais clientelista, favoritismo e a própria condição financeira dos envolvidos no projeto.

De forma geral observa-se que os próprios moradores, com o passar do tempo, vão encontrando meios de organizar o espaço onde vivem. Um projeto que pode começar isolado, aos poucos adquire um caráter mais sistemático.

A gente ia aterrando do início para o final... assim, começa a entulhar da entrada da rua... Era só mangue... a comunidade vai aterrando devagar, cada um juntando entulho e terra na sua porta, às vezes demorava... Tinha um rapaz que trabalhava na prefeitura pegando entulho num carro, aí ele tinha alguém conhecido lá na favela, um colega dele que morava lá... com isso ele arrumou pro rapaz jogar entulho até chegar na casa dele, ele tinha criança e tudo... e aí foi passando o tempo até que os outros moradores conseguiram entulhar suas partes também... Em período de eleição às vezes ia algum político e doava entulho, uma caçamba ou duas, era pouco, mas podia acontecer... (Entrevista com o Sr. Poló, 23/07/2017)

No processo de entulhar, cada morador estava encarregado de juntar o material para aterrar sua porta (o pedaço da sua ponte), o vizinho seguinte continuava a construção e

³² Os moradores usam os termos rua ou ponte para as passarelas por onde transitam. Estas podem estar aterradas ou suspensas sobre as águas. Se a ponte é pequena ou estreita, ligando várias palafitas, em várias direções, chamam de “pontinha”.

assim sucessivamente³³. Algumas vezes “sobrava um pouquinho de material pra alguém e isso já ajudava”, nos disse o Sr. Poló. Também poderiam realizar mutirões, fazer arrecadação de dinheiro para comprar uma caçamba carregada de pedras, ou receber doações. Todo esse projeto comum favorece uma cadeia de reciprocidades e afinidades entre as pessoas.

Além disso, o estar e o fazer juntos estabelece a confiança entre os membros, constrói relações sociais específicas, cujo valor fundamenta a própria noção de comunidade, conforme identificada acima no comentário do Sr. Poló: “a comunidade vai aterrando devagar...”. Dessa forma, se estabelece uma situação em que “é por força das circunstâncias, é porque existe proximidade e porque existe a partilha de um mesmo território (seja ele real ou simbólico), que vemos nascer a ideia comunitária” (MAFFESOLI, 199, p.24). Assim, depreende-se que a convivência entre os moradores, em tais ocasiões, era vital para a construção de um corpo coletivo e pertencimento de grupo.

Entretanto, as premissas não podem ser genéricas, de modo que, nesse universo de dificuldades é importante contar com a amizade e a solidariedade não apenas na favela, mas também tecer relações sociais e conhecer pessoas para além de seus limites. Transitar entre diferentes domínios sociais, articular vários “campos de possibilidades” (VELHO, 1998), poder desenvolver outras dinâmicas de relações, laços de simpatia e intimidade com um “conhecido” ou um “colega”, que trabalha na prefeitura pegando entulho, propiciou “a distância ser mediada e os domínios deixarem de ser distintos” (DA MATTA, 1997, p.239). Por fim, permitiu que o processo de aterro demorasse menos, beneficiando, direta e indiretamente, a todos.

Além disso, as relações também são políticas e sendo assim “em período de eleição às vezes político doava entulho...”, enfatiza Sr. Poló. Essa prática quase institucionalizada, cujo propósito é estabelecer uma eficácia eleitoral, necessariamente não se traduzia em votos, mas era favorecida pelas circunstâncias e o modo de vida das pessoas, suas necessidades e esperanças³⁴.

³³ Não existe um padrão no processo de entulhar. As circunstâncias e os meios podem variar de favela para favela. Por exemplo, a rua dos Veleiros e Maria Gorete, ambas situadas no bairro Camboa, segundo Oliveira (2016, p. 82)), foram aterradas por ocasião da construção da Ponte Bandeira Tribuzzi em final da década de 1970. Na ocasião, muitas pessoas aproveitaram as sobras do material da obra e utilizaram para entulhar a rua. Hoje as duas ruas estão totalmente aterradas e seus moradores foram transferidos para os apartamentos do PAC.

³⁴ Uma abordagem em outro sentido, apreende que no universo das relações sociais onde se estabelece a lógica “beneficiado e beneficiador”, há uma dinâmica que nos possibilita pensar a partir de uma concepção denominada “reciprocidade de perspectivas” (PALMEIRA: 1996). De um lado, temos o sujeito com a capacidade de ofertar benefícios, a habilidade de atender demandas solicitadas, o que faz com que o beneficiado sinta-se comprometido com aquele. Por outro lado, a retribuição cria um novo vínculo, gerando um outro compromisso e assim sucessivamente.

Esse processo individual, coletivo e pessoal³⁵ - necessário e fluido - é o que permitiu aos moradores da favela Mangue Seco, pouco a pouco, edificarem seus projetos e autoconstruírem o lugar onde moravam. À medida que fossem chegando novas pessoas poderiam erguer seu barraco prolongando a ponte em direção ao fundo do mangue. Uma favela nesse formato, estruturada a partir de uma ponte que vai aumentando de comprimento, dependendo das demandas que vão surgindo, terá como limite a profundidade da maré. Como afirma D. Edna: “uma hora tem de parar porque pela fundura fica difícil construir a palafita” (entrevista em 23/07/17).

Quando acontece um processo de aterramento da parte de entrada da palafita, podem surgir mudanças na própria estrutura das casas. Se tiver recursos, o morador aproveita o momento em que aterra a frente de sua casa e faz “um puxado” a partir da ponte, construindo um alpendre ou uma sala, ficando o restante da moradia suspenso sobre a água. Nesse caso, pode construir mais ao fundo quartos, cozinha ou o quintal. Na área do quintal podem ficar chiqueiros para criações de animais, um cômodo recuado para ser utilizado como banheiro - onde todo o dejetos era despejado sobre o mangue através de um buraco perfurado na tábua do assoalho. Além disso, pode ser construído um ancoradouro, quando o morador dispõe de uma canoa pequena - também denominada casco.

Vale destacar que possuir uma canoa implica tanto numa maneira de se relacionar com o espaço através da prática da pescaria, cujo valor econômico e cultural resguardava um dos meios de sobrevivência dos moradores de área de maré; quanto utilizá-la para locomover-se em ocasiões nas quais alguém estivesse impossibilitado de atravessar uma ponte que interligasse as palafitas entre si ou à rua. Nesse caso, a canoa era constituída também enquanto um meio de transporte eficiente.

O croqui elaborado por uma ex-moradora da favela Mangue Seco, nos permite entender melhor a importância desse prolongamento da arquitetura sobre as águas, as funções do puxado de assoalho. De acordo com a figura abaixo, na extensão paralela da rua entulhada, as palafitas estão dispostas lado a lado. Mais ao fundo da palafita número 04, por exemplo, sobre a área de assoalho pode-se identificar um curral. É onde o Sr. João guardava seu cavalo todo final da tarde, após chegar do trabalho. Segundo Frida³⁶, “o curral era cheio de fezes do cavalo, tinha capim espalhado e uma bacia de borracha de pneu com água pro animal beber”.

³⁵ A noção de pessoalidade é utilizada a partir da abordagem de Da Matta (1997: 234). O autor afirma a perspectiva de que a realidade não é o indivíduo, mas a relação. De forma peculiar, a relação que permite “superar as diferenças individuais, construir uma ponte entre camadas e logo chegar à totalidade”.

³⁶ Frida tornou-se uma das principais interlocutoras da pesquisa. Faz cursinho comunitário preparando-se para o vestibular. Em períodos de “guerra” deixa de frequentar as aulas. Está com 23 anos.

A memória de Frida resgata também - daquele seu tempo de criança - a lembrança dos esmeros e cuidados com o cavalo: “seu João trabalhava de carroceiro e toda a tarde quando chegava dava um banho no bicho e depois colocava pra comer e descansar”.

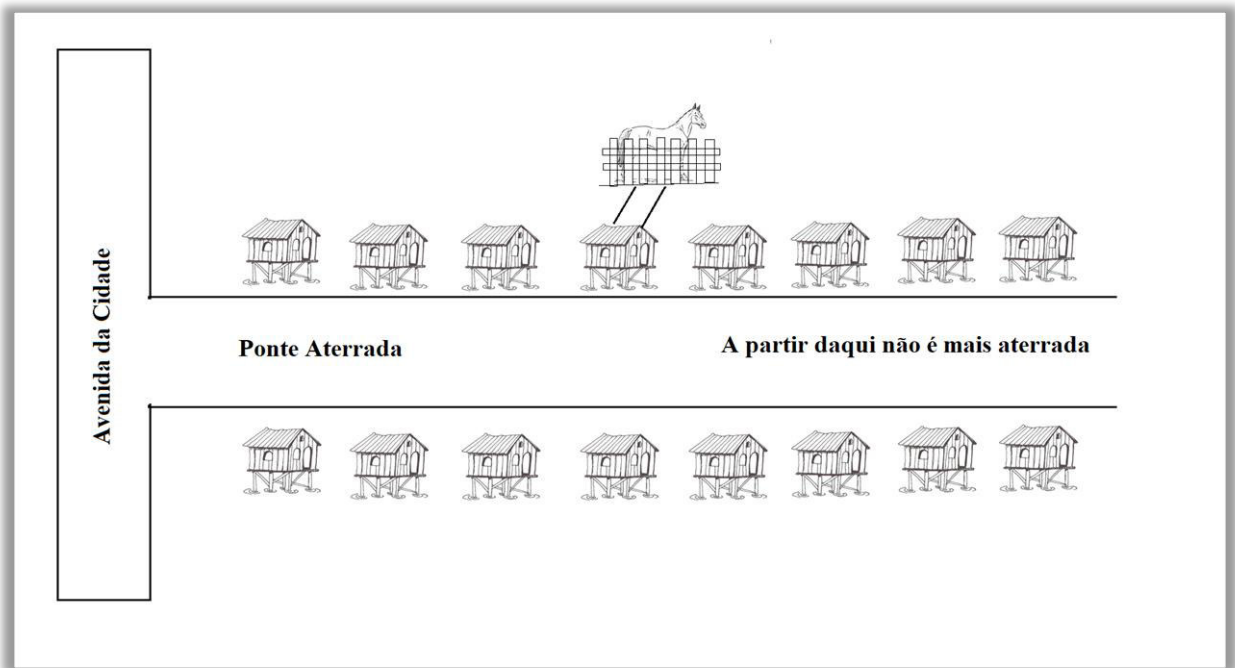


Figura 4 – Croqui de uma ponte aterrada com entulho

Fonte: Autoria Própria

Na bricolagem que ligava a favela e o asfalto³⁷, seu João fazia o transporte de pequenos móveis para lojas dos bairros vizinho, realizava alguns fretes, mudanças e também saía juntando entulho para aterrar a rua de entrada das palafitas. Quando chegava descarregava a carroça - que ficava na porta de casa a noite toda, sem o risco de ser roubada³⁸ - e conduzia seu cavalo percorrendo o interior da casa, de um lado ao outro, atravessando a cozinha até chegar ao quintal. No fundo, recuado sobre o assoalho, o pequeno curral³⁹ cuidadosamente coberto para proteger o animal da chuva.

Portanto, morar em palafita permitia a harmonização entre diferentes aspectos socioeconômicos e culturais. Recursos importantes para a geração de renda e produção de alimentos. O chão de tábuas permitia criar a galinha, o porco e o cavalo. Não poder continuar exercendo essas atividades tornou-se um dos motivos de reclamação elencados por moradores que residem no PAC Rio

³⁷ A referência classificada como asfalto são as áreas e bairros de São Luís situadas fora das regiões alagadas de palafitas.

³⁸ Destacar que a canoa não era roubada é uma informação importante para os moradores, em virtude que vivem ressaltando a violência e insegurança dos tempos atuais,

³⁹ Eu soube que o Sr. João perdeu seu cavalo quando foi fazer um frete nas mediações do bairro Calhau, após cair num buraco. Segundo seu cunhado, hoje seu João trabalha levando botijão de gás para uma distribuidora.

Anil, após o deslocamento para os apartamentos, influenciando diretamente na supressão de parte de sua renda.

Desse modo, ainda que tivessem sua moradia construída sobre a maré, foi fundamental aos moradores agir sobre o espaço e erigir os meios de sua sobrevivência. Alguns ressignificaram o modo de vida e adaptaram seus conhecimentos e experiências anteriores, adquiridos antes do processo de migração para São Luís quando labutavam com a criação de animais.

Por outro lado, é importante destacar, não são todas as favelas que possuem a estrutura mais sólida como o entulho. Algumas palafitas estavam construídas totalmente suspensas sobre a água e ficavam ligadas entre si através de uma ponte de madeira que lhe dava acesso. Na favela Vila Verde, por exemplo, onde o Sr. Luís morava antigamente, “tudo era maré, eram várias pontes, ia pro lado direito, pro esquerdo, na reta, um monte de cruzamento que ligava as casas”. Diferente do Mangue Seco, reforça o Sr. Luís, as casas estavam dispostas em paralelo à ponte entulhada, contornando seu lado direito e esquerdo, a Vila Verde era “toda espalhada...era um igarapé grande... e anos depois o governador trouxe uma draga pra entulhar... foi o PROMORAR⁴⁰” (Entrevista em 23/07/17).

A constituição interna das casas também não se apresenta de forma homogênea. Dona Odinéia⁴¹, por exemplo, descreve sua palafita como um grande salão com as paredes externas de madeirite e “os cômodos separados por cortinas de tecido”. Já dona Édna pôde fazer três quartos, enquanto dona Daniele⁴² só construiu dois cômodos. Sr. Luís reclama que sua palafita era pequena para 12 irmãos e as redes “ficavam enfileiradas uma acima da outra amarradas na forquilha interna de sustentação do telhado” (Entrevista em 23/07/17). Outro dado ressaltado, segundo o Sr. Poló, é que “uma minoria de moradores possuía vaso sanitário” e essas pessoas eram consideradas “mais ricas”. Entretanto, grande parte “improvisava um buraco no banheiro”. Por fim, as diferenças estavam identificadas, ainda, na forma de cobertura das palafitas. O telhado de “brasilit”, por exemplo, poderia também ser considerado um distintivo social. De acordo com as palavras do Sr. Luís:

⁴⁰ A favela Vila Verde estava situada nas proximidades do bairro da Liberdade. O PROMORAR, fez parte dos projetos de habitação implementados com as políticas do BNH. Em São Luís, foi o responsável pela estruturação de habitações populares na década de 1980.

⁴¹ Odinéia está com 30 anos. Separada, mãe de dois filhos, trabalha em empresa terceirizada prestando serviços gerais. Já chorou descrevendo uma situação em que assistiu da ‘janela de sua residência’ um jovem ser levado, por traficantes, para ser assassinado, em acerto de contas por traição: mudara de facção.

⁴² D. Diana é dona de casa. Está com 35 anos. Casada pela segunda vez, tem 4 filhos. Seu primeiro marido é ex-presidiário. Seu único irmão está preso há mais de 4 anos. Em 2016, no período de queima de ônibus na capital e rebeliões em Pedrinhas, foi transferido para uma prisão federal

A telha de brasilit? esse aqui era o rico, aquele que tinha uma pontinha de dinheiro a mais. Porque todo mundo usava era pindoba, piaçaba, colocava plástico por cima... ficava tudo bonitinho... era pobre, mas bonitinha (Entrevista em 23/07/17)

Naquele contexto, o babaçu, piaçaba ou pindoba, adquiridos através de barqueiros que transportavam as palhas de outras cidades, expõem uma dimensão cultural das palafitas, estavam relacionadas à reprodução de práticas tradicionais, herdadas dos modos de fazer e construir em áreas rurais do interior do Estado. Por outro lado, o caráter improvisado do plástico e o artesanato da palha, não expõem apenas as diferenças socioeconômicas, mas permitia articular positivamente os efeitos de ser pobre, quando “todo mundo colocava pindoba e plástico”, mas ao mesmo tempo “ficava tudo bonitinho” e organizado.

Entretanto, com o passar do tempo, pouco a pouco as palhas deram lugar às telhas de fibrocimento (também denominada “telha brasilit”). Especialmente em virtude do grande número de incêndios, pela facilidade das palhas queimarem, ter uma casa de brasilit deixou de ser apenas um recorte econômico e tornou-se condição de sobrevivência.

A qualidade dos telhados é importante em vários aspectos. Uma das situações mais críticas relatadas diz respeito à temporada de chuva. As chuvas e os ventos sempre receberam grande consideração por parte dos moradores. O Sr. Luís, por exemplo, descreve uma situação em que parte do telhado fora arrancado por tempestade. A intensidade do problema dependia dos recursos de cada um, cabendo aos mais pobres as experiências mais trágicas: uma telha doada já vinha com buracos cabendo ao recebedor vedá-los. Com as chuvas intensas punha-se em prática todos os recursos possíveis para resistir, amenizar o desamparo, aquietar as crianças:

Nós sofremos muito lá. Quando chovia a gente acordava e tinha que botar panela em cima da cama aparando os buracos, colocar plástico... (entrevista com Sr. Poló, em 23/07/17)

A situação era terrível... imagine as goteiras, a luz apagava, os meninos tudo chorando, a água entrando... um monte de panela espalhada no meio da casa... (entrevista com dona Edna, em 23/07/17)

Outro tipo de problema vivenciado no cotidiano dos moradores dizia respeito à sua mobilidade. As duas citações a seguir nos dão a dimensão daquele contexto:

Se a ponte quebrava aqui num determinado ponto, ninguém passava, tinha de emendar, quebrou uma tábua e ficou um buraco tinha de emendar pra de noite o morador não cair e quebrar uma perna. Se quebrava uma ponte, todo mundo se unia... Uma vez, meu marido caiu e deu com a tábua na cara dele... (Entrevista com dona Édna, em 23/07/17)

Às vezes quebrava uma ponte e era o caminho de nós todos... pra eu ir pra minha casa, eu tinha que passar pela frente da casa do vizinho... Tinha gente que às vezes não ajudava com dinheiro pra comprar madeira ou tábua, mas trabalhava no conserto... também tinha gente que se encostava e não fazia nada, pois, às vezes quebrava no fim e ele morava no início da rua... mas, às vezes, era encostado mesmo e ficava esperando que outros fizessem... Todo lugar tem gente assim né? (Entrevista com Sr. Poló, em 23/07/17)

A ação de conserto das pontes, embora muitas vezes seja destacada como uma prática de vínculo comunitário, também envolve interesses particulares. O fato de um determinado morador “se encostar” e ficar esperando que outros façam o serviço, caracteriza esse aspecto. Tal atitude poderia até deixá-lo exposto como um mau vizinho, mas isso era relativizado porque, conforme esclarece o Sr. Luís, “em todo lugar tem gente assim”. De qualquer forma, morar numa palafita é um reconstruir-se a cada dia. Esse tipo de problema pontual – quebrar uma ponte - era prioridade e os moradores procuravam resolver o mais rápido possível, em virtude de que interferia profundamente nas suas rotinas inviabilizando alguém de sair para trabalhar ou jovens e crianças irem à escola, por exemplo, alguém quebrar uma perna ou cair na maré.

1.2 Histórias de maré

A maré representa uma importante referência na vida dos moradores de palafita. Um marco quase solene de sua trajetória de vida. Nesse sentido chama atenção o que é demarcado em seus discursos como “histórias de maré”. Essa classificação é acionada no momento em que dão o testemunho das histórias especiais cravadas em sua memória, cujo deslocamento no tempo expõe uma realidade permeada de “grandes aventuras” e de experiências cotidianas, narradas em virtude do grau de excepcionalidade atribuído pelos seus moradores.

As experiências vivenciadas com a maré pontuam um contexto em que o trágico, a sujeira e a diversão relacionam-se de forma constante. Primeiramente, o mangue pode ser apresentado como fonte abundante de alimentação: o caranguejo arrancado da lama, logo ali no quintal; o turu - pequeno molusco de cabeça dura e corpo gelatinoso, rico em cálcio, também denominado cupim-do-mar e habitante dos troncos de árvores, barcos e construções de madeira - garantiu que dona Leia “não dormisse com fome” várias vezes. A abundância registrada pelos relatos das boas pescarias que retornavam com barcos cheios de peixe – o alimento que se come e se vende. A panela farta com um “cozidão de papista” - peixe que come excrementos e, em virtude disso, é considerado pelos moradores como “um faxineiro da

maré” – que após ser limpo cuidadosamente com água quente, alimentava uma família inteira de 12 irmãos, conforme descrito pelo Sr. Luís⁴³.

Nas histórias narradas, comungaram a recordação dos banhos na maré. A água que se perdia no horizonte, tinha seu leito aberto para todos. À tarde, para refrescar-se do incômodo do calor, as pessoas jogavam-se em sua correnteza e deixavam-se carregar para encontrar-se embaixo da ponte Bandeira Tribuzzi, como se fosse um ritual de todos os dias, reafirmando os laços de amizade, cultivando a afeição.

Para o morador de maré, desde o momento em que se nasce, existe a possibilidade de uma sina a ser traçada, o que exige vigilância constante. A mesma fonte de abundância da vida pode conter seu corolário da morte. Essa ambiguidade é apontada nas lamúrias de uma mãe que viu seu filho partir para pescar e não mais voltar, pois ficou “enterrado no mar” ou na saudade de uma viúva que perdeu seu marido nas mesmas condições. Naquele contexto de dor, também chamou atenção a narração emocionada de um episódio de afogamento de uma criança, na favela Mangue Seco:

Aí, morria menino afogado... maré de lua, braba, caía na água e a mãe não via. Tem um caso que já tem uns 17 anos de acontecido e eu nunca esqueci, acho que foi 2001... foi de uma menina... a Terezinha... que tinha a idade de minha filha de 4 anos... a criança tava dormindo e a mãe dela, dona Luzia, foi na feira. A menina acordou e caiu numa tábua. Quando a mãe chegou saiu procurando por todo lugar, nas casas dos vizinhos, todo mundo se mobilizou pra procurar... aí nós procurando e nada de achar a menina e a maré cheia demais que estava retinha com a casa. Aí esse meu marido e mais outros homens se juntaram e mergulharam pra procurar, ela tava no fundo. Quando chegaram levantaram com a menina nos braços. Não teve um morador que não se emocionou e chorou... não teve uma mãe que não gritou, chorava como se fosse nossos filhos... foi reportagem, foi bandeira 2 que noticiou o caso... a gente nem gosta de falar... isso é história de maré minha colega (Entrevista com D. Edna, 23/07/17)

Esse não foi o único caso de afogamento nas palafitas. Provavelmente, o fato de que a garota estivesse com a mesma idade da filha de D. Edna - uma situação emocional tão intensa - tenha marcado sua memória tão profundamente. O episódio foi comum a todos os moradores que comovidos mobilizaram as buscas. Além disso, poderia ser o membro de qualquer família. Essa situação limite em suas vidas, expõe de forma mais intensa os perigos da maré e a tensão cotidiana de pais e adultos em relação aos filhos pequenos. Diante da

⁴³ O tom do comentário de seu Luís durante a entrevista foi de gratidão ao mar. Quando faz referência à papista esclarece que é um peixe “que come bosta”, mas que matou a fome de seus 11 irmãos. Nesse sentido é importante identificar que os moradores conferem vários sentidos à fome. De um lado o peixe pode ser considerado muito bom, enquanto de outro há a apreensão das propriedades simbólicas em termos de “poluição e contágio” (DOUGLAS, 1966) favorecendo que algumas pessoas “tivessem nojo” de comer a papista”. (Entrevista com Sr. Luís, em 18/06/17)

vulnerabilidade e da perda por afogamento – essa possibilidade tão iminente numa palafita – como as pessoas reinventavam seu cotidiano (DE CERTEAU, 1994), reinventavam sua dor e continuavam suas trajetórias de vida?

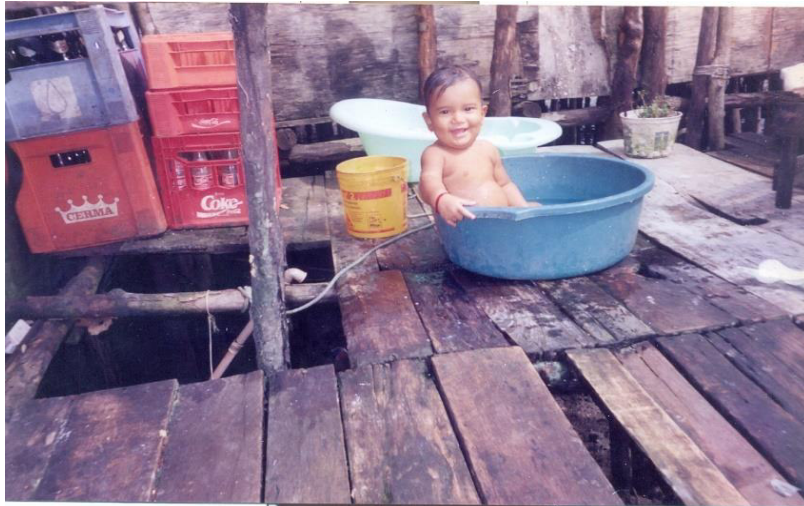


Figura 5 - Foto de uma criança sobre o quintal da palafita do Areal
Fonte: Autora da foto, Frida

A partir daquela situação, após denúncias do episódio e reclamações na imprensa, uma mobilização foi iniciada por D. Edna que recolheu um abaixo-assinado. Em decorrência da articulação, os moradores encaminharam-se para um evento político que acontecia nas mediações da favela, levando suas reivindicações:

Quando a menina morreu afogada, a governadora Roseana vinha fazer uma visita lá perto, não foi na palafita, mas foi perto, pra inaugurar um piche de uma rua lá no planeta terra... e nós fizemos um abaixo assinado pedindo pra ela tirar nós de lá da favela, a gente não queria mais ficar lá... Nós entregamos pessoalmente na mão dela o documento (Entrevista D. Edna, 23/07/17).

Na luta contra a morte, a estratégia para continuar existindo estava detalhada no texto elaborado na forma de um abaixo-assinado e o desejo estabelecido de saírem das palafitas. Portanto, é importante destacar que dependendo da dimensão do problema que os moradores estivessem enfrentando, o desejo de mudar-se das palafitas era vislumbrado como uma maior intensidade. Em relação àquele episódio, nunca receberam resposta da governadora. De qualquer modo, fizeram seu protesto, inclusive, denunciado em reportagens. À medida que a notícia foi perdendo vitalidade na imprensa as reivindicações também foram se esgotando.

Considerando que a “água não tem cabelo”, segundo o ditado recorrente entre os moradores, o afogamento era sempre uma possibilidade. A atenção constante dos pais e dos adultos com as crianças, a preocupação em ensiná-los a nadar “desde cedo”, é um dado ressaltado em alguns depoimentos. Inclusive, os filhos mais velhos incorporavam a responsabilidade de orientar os irmãos menores em relação aos perigos da maré e também ensiná-los a nadar.

Com complacência, dona Edna recordou que, após a morte da filha, dona Antônia “perdeu a alegria de viver”, tornando-se “uma pessoa calada”. Fazendo uma transposição no tempo, a tristeza de dona Antônia foi comparada ao luto de outra mãe que, mais recentemente, no início de 2017, teve seu filho assassinado em um bairro próximo ao PAC Rio Anil onde morava. A morte do rapaz de 22 anos, de nome Bacural, abalou todos os moradores, especialmente porque não era envolvido com o tráfico de drogas. Segundo afirma dona Edna, o rapaz fora vítima de “uma casinha que prepararam para ele num dia de domingo à tarde” (Entrevista em 23/07/17). Sua mãe, desde então, também fechou-se em sua tristeza.



Figura 6 - Palafita construída fora de área aterrada

Fonte: Autor - Frankly Meneses

As histórias de maré são múltiplas e algumas adquiriram um caráter jocoso quando narradas entre gargalhadas. Uma vazante poderia deixar, sob a palafita, o que os moradores denominam, por exemplo, de “gato espocado” ou inchado. O forte cheiro que exalava de animais que morriam afogados mobilizava toda a favela e implicava uma tarefa quase diária de limpeza, mas também urgente, pois deveria ser executada antes que os vermes se alastrassem e o vento espalhasse o cheiro de podre pelas palafitas. Sem acesso aos serviços de coleta de lixo disponibilizados pela prefeitura, ao primeiro sinal ou cheiro de algo em putrefação, os moradores se encarregavam de identificar e providenciar a limpeza, mesmo que fosse devolvendo ao mangue o insólito incômodo, jogando em um local mais distante das moradias.

Na lama também se destacavam pequenos objetos: sacolas, vidros, bacias, copos, garrafas, pedaços de cadeira, de pia, canos, entre outros, deixados pela água. Essa diversidade de lixo, que fora descartado longe dali, denunciando um problema crônico de poluição na cidade, escancara o que Maricato (2003, p. 4) denomina “a simbiose entre modernização e desenvolvimento do atraso”. O certo é que, em seguida à baixa mar, jovens e crianças lançavam-se sobre o mangue à procura de algo reaproveitável para vender.

Eu saía pra catar o lixo que fica... o lixo que a maré trazia e deixava... aí catava aqueles vidro de desodorante de alumínio que existia antes, bacia e vendia muito pra ferro velho pra comprar refrigerante baré com o dinheiro ou cerpa, torrada, biscoito... tomei demais... Também vendia vidros de remédio seco... (Entrevista com Sr. Luís, em 18/06/17).

O olhar atento das criança esquadrinhando todo o espaço, cada objeto apalpado e examinado com precaução, os passos cuidadosos sobre o solo úmido, todo o quadro caracteriza um modo de vida estruturado por meios de “expedientes de subsistência” (MARICATO, 2003). A extensão da desigualdade que está exposta e pode ser identificada enquanto um quadro da literatura, como se fosse a evocação do “catador de lixo” de Walter Benjamin (1995, p.103), o personagem retratado que vive a “catar pela capital os restos do dia que passou. Tudo o que a grande cidade jogou fora”. Na maré, as diferentes oportunidades de vida expostas no lixo catado por crianças é o retrato de que a cidade vai naturalizando suas feições grotescas: a poluição, a negligência de políticas públicas, a escassez que alimenta os paradoxos da sobrevivência.

Outra dimensão das histórias de maré, tão significativa para os moradores como as demais, diz respeito à sua grandeza e seus impactos. Conforme descreveu o Sr. Poló, “era bonito ver a lua brilhando na água e as pessoas podiam sentar no quintal conversando e

bebendo... clareava toda a favela que era mal iluminada” (Entrevista, em 23/07/17). Mas além das experiências de convívio e integração, o reflexo da lua sobre a água anunciava outras possibilidades. Era o momento em que as pessoas ficavam mais atentas e começavam a organizar-se “suspendendo o que fosse possível e não pudesse molhar”. Em sua sabedoria de exímios conhecedores da maré, sabiam “que a lua atrai a água” e pode provocar grandes enchentes.

As famosas maré de lua, maré grande, maré pesada, maré de agosto, entre outras classificações possíveis, foram discriminadas pelos moradores com certa reverência. Segundo Lindinha, “às vezes a maré ficava rente com o assoalho, que a gente até tocava nela, era aquela coisa enorme...”⁴⁴ (entrevista em 18/07/17). Além da profundidade, com a lua cheia a força das correntes é bem maior⁴⁵. Sua potência ficou registrada pela memória de D. Bonita: “quando a maré era muito forte, a gente sentia a palafita balançar, sacudir...” (entrevista em 10/05/17). D. Odineia ressalta os estragos deixados nas paredes: “minha casa tinha as paredes de dentro forrada com papelão e rasgava tudo, porque quando comprei o compensado era muito ruim, descascado e aí forrei com papelão” (entrevista em 18/06/17). Nas situações em que a água tomava os rumos das casas, a maior preocupação era com as crianças e os idosos, mas pouca coisa estava ao seu alcance para fazer, de modo que restava colocá-los “em cima da cama, de um banco ou da mesa”, explica D. Bonita. Além disso, a sujeira trazida com a maré escurecida ficava sobre o chão do assoalho após a vazante. No recomeçar de um outro dia os moradores se encarregavam de lavar tudo que ficava para trás: “a gente tinha de lavar tudo, tirar o lixo porque ficava um piseiro no chão, lixo espalhado por todo lugar...” (entrevista em 10/05/17).

Até mesmo na área aterrada, na favela Mangue Seco, aconteciam alagamentos na maré de lua. Vez por outra a ponte de entrada da rua ficava submersa. Essa rotatividade impactava diretamente sobre o modo como os moradores orientavam seu cotidiano. Naquele contexto, quando mundo físico e social, quando tempo da natureza e sociedade, se imbricavam, conforme classifica Norbert Elias (1990), cabia aos moradores regular suas atividades considerando os limites estabelecidos pela preamar⁴⁶. A seguir veremos alguns exemplos relativos a esses fatores:

⁴⁴ São as marés de sizígia. Ocorrem nas luas nova e cheia, quando os efeitos lunares e solares atuando em conjunto, se reforçam uns aos outros, produzindo as maiores marés altas e as menores marés baixas.

⁴⁵ São Luís tem a maior variação de marés do Brasil e a terceira maior do mundo. Em apenas seis horas, a diferença entre preamar e a baixa mar pode chegar a 8m.

⁴⁶ Nível máximo da maré; maré-cheia, maré alta

Às vezes amanhecia e quando a gente saía pra trabalhar a água dava na cintura... Quando eu tava trabalhando, eu sabia o horário da maré subir e tentava sair antes, era uma negociação com o patrão. Tipo, às 17 horas já voltava pra casa ou, se eu saía do trabalho e já passava do horário da maré, tinha de esperar baixar. É tipo pegar ônibus, às vezes você perde o horário do ônibus passar, né verdade? Então tem de esperar o outro. Perdeu a maré de passar? Então vai ter de esperar baixar e aí atravessa a ponte pra chegar em casa, entendeu? Eu passa por umas 150 casas antes de chegar na minha. (Entrevista D. Edna, 23/07/17)

Mas tinha a emergência dos filhos em casa, por isso muitas vezes que saía do serviço passava com a água na cintura... tirava a sandália e passava. Chegava em casa tomava um banho e trocava a roupa. Muita gente passava com a água na cintura pra ir pra casa, pra trabalhar... isso em maré de lua... as casas mais baixas alagava tudim... (entrevista D. Odineia, 18/06/17)

Às vezes a gente atravessava segurando as sandália, dobrava a calça, levava outra roupa pra trocar... era assim. Também na hora da aula dos meninos, os adultos atravessavam carregando as crianças nas costas, pra não molhar os pequeno... não podia perder a aula, né mesmo? (Entrevista com Sr. Poló, 23/07/17).

A consciência emprestada pela experiência vivida, quando D. Edna afirma, na citação acima, que “sabia o horário da maré subir” e por conta disso organizava seu tempo no trabalho e saía mais cedo, tomando precauções para não perder o horário de atravessar e o esforço dos pais para que os filhos não faltassem à escola, opera “como um mundo independente de nós, mas que nos inclui” (ELIAS 1990, p. 18). Numa analogia metafórica do milagre de andar sobre as águas, Sr. Poló reflete: “não sou Jesus, mas caminhei sobre a água”. O milagre de ser um sobrevivente, enfatizado por Sr. Luís: “caí na maré, bati com a tábua na cara, andei com água na cintura” (Entrevista em 18/06/17).

Essa adequação entre dois mundos, trabalhar e estudar, por um lado, e, por outro, considerar a maré de lua cheia, não é inflexível e se configura a partir das representações elaboradas pelos moradores: D. Edna saía mais cedo do trabalho para evitar percorrer a rua inundada ou poderia esperar baixar – o que às vezes poderia demorar horas – antes de voltar para casa; D. Odineia tinha a preocupação com os filhos e optava por atravessar por dentro d’água; já o Sr. Poló não tinha problema em molhar-se.

Dessa forma, a configuração urbana demarca experiências particulares na cidade. Em certo sentido modificava a rotina de moradores da favela e também implica uma relação onde fronteiras se imiscuem. O imprescindível conhecimento relativo à natureza, o horário de subir ou descer a maré, por um lado assegurava ao morador o poder de amenizar os efeitos do alagamento sobre suas atividades, mas por outro, o colocava submetido à tolerância ou

capacidade de negociar com o horário de trabalho do patrão, para quem aquele fenômeno do alagamento não merecia a mesma consideração.

Todas as situações descritas acima, caracterizadas pelos moradores como histórias de maré, expõem aspectos extraordinários de suas vidas contados com fascínio, tristeza, saudade ou contentamento. Essa trama de experiências distintas lhes deu régua e compasso para contornar o trágico, lhes permitiu contrapor intempéries e moldar uma estrutura de habitação sobre o influxo da maré que banhava o mangue que lhes abrigou.

1.3 Minha casa, minha invasão: formas de acesso às palafitas – (frase do Sr. Luís)

Chama a atenção o fato de que quando os ex-moradores fazem referência ao momento de apropriação, ocupação do mangue e construção de suas palafitas utilizam o termo invadir: “a pessoa invade e limpa o mangue”, me explicou o Sr. Luís (entrevista em 18/06/17); “o sujeito invade, limpa o terreno e vende”, disse o Sr. Poló (entrevista em 23/07/17); “minha irmã comprou um barraco num terreno invadido e fez a casa dela”, falou D. Odinéia (entrevista em 10/05/17). A concepção de invasão proferida, implica duas dimensões. A primeira é construída a partir de uma consciência ecológica e pode ser identificada nas palavras de D. Edna:

A gente entende que alagava nossas casas e tudo mais porque a gente tava invadindo a área da maré... é o habitar da maré ... quando a maré vem forte ela quebra os banheiros e vai destruindo tudo. É o lugar dela. Entendeu? (Entrevista em 23/07/17)

A observação de D. Edna não só revela a capacidade dos próprios moradores classificarem e construir um sentido crítico de suas ações – invadiram o habitat da maré - como também expõe seus esforços em resistir às dificuldades para continuar morando no único local que lhes foi possível comprar, ocupar ou alugar. Ocupar a área da maré explica os alagamentos nas palafitas.

Outra alusão ao termo invasão, atribuída pelos moradores em relação ao movimento de ocupação das favelas, faz referência à ideia de apropriação de área da cidade como prática ilegítima. Nesse sentido, é importante perceber o ponto de vista do Sr. Poló diante do comentário que fez sobre o descaso do governo em relação às habitações da favela:

Tem o descaso sim, mas é porque é uma invasão... o nome já diz: uma invasão clandestina é uma invasão clandestina e é claro que o governo não vai trabalhar nela. O governo vai trabalhar onde paga imposto, tem projeto, arrolamento... (Entrevista com Sr. Poló, 23/07/17)

De acordo com a citação acima, se sobressaem valores predominantes que recorrentemente são elaborados para caracterizar as ocupações. Na medida que a falta de projetos urbanos é explicada e justificada a partir da irregularidade fundiária, “pela clandestinidade e pelo não pagamento de impostos”, Sr. Poló reifica a perspectiva excludente que conforma a ideia de “cidade legal e ilegal,” tal como é tratada por Ermínia Maricato (2003, p. 156). A autora destaca que a ilegalidade em relação à propriedade da terra tem sido um dos principais motivos da segregação e uma condição favorável à omissão do Estado que de certa forma transfere o problema habitacional para o cidadão.

Ademais, ao afirmar a perspectiva de que uma “invasão clandestina é uma invasão clandestina” e por isso “é claro que o governo não vai trabalhar nela...”, Sr. Poló coloca em destaque a dificuldade de pensar as ocupações e as construções de palafitas, enquanto um projeto de conquista ou busca de direito⁴⁷. Também demonstra seu descrédito na prática política quando observava a própria realidade em que vivia:

Palafita e político são duas coisas distantes, nem político passava lá, nem associação de bairro fazia alguma coisa... e olha que na Liberdade tinha o movimento de uma associação de palafitados... só resolveram o problema quando viram um projeto oficial no tempo do Lula, que foi o PAC... aí tinha dinheiro. Quando souberam disso chegaram que nem urubu em carniça... mas é só assim, quando é regular que chega alguma benfeitoria (Entrevista com Sr. Poló, 23/07/17)

A lógica de que a não institucionalização da propriedade justifica a exclusão de políticas sociais, apontada na perspectiva acima, corrobora com a dimensão historicamente constituída do processo de urbanização brasileiro cuja ausência de políticas socioambientais é favorecida pela afirmação de uma “cultura da ilegalidade” (MARICATO, 2003). Por outro lado, a fala do Sr. Poló, ao mesmo tempo que aponta a existência de uma associação de palafitados no bairro da Liberdade, sugere os limites de atuação do movimento. Talvez, em virtude de que sua favela estivesse situada na Camboa, não conseguia vincular positivamente as prováveis articulações e conquistas desempenhadas pela associação no bairro vizinho.

Independente disso, entretanto, é importante situar que o trabalho de Sílvia Sérgio Pinheiro (2013, p. 59-61) destaca, na década de 1980, a ocorrência de “alguns embates” e organizações para erradicação das palafitas. Entre eles, o autor cita a Associação dos Moradores Palafitados do bairro Floresta, que participou ativamente do Programa de Erradicação da Sub-Habitação (PROMORAR), organizado por seu líder da associação Basílio

⁴⁷ Importante ressaltar que os movimentos sociais que lutam pela moradia utilizam o termo ocupação e rejeitam a noção pejorativa do termo invasão.

Durans. Nos anos 1981, 1982 e 1983, atuou no movimento de defesa dos favelados e palafitados.

Essa lógica predominante em todo o processo de ocupação das palafitas expôs os vários âmbitos da exclusão identificados na falta de serviços de infraestrutura, saneamento, de coleta de lixo, na dificuldade de acesso à água encanada, na condição precária de energia elétrica, enchentes, afogamentos, goteiras, insetos, entre outras caracterizações. Assim, é sob absoluta falta de alternativa que as palafitas foram erigidas.

Depreende-se ainda daquele contexto as particularidades nas formas de acesso à favela: inicialmente pode-se formar um grupo “que se organiza e chega para limpar o terreno e constrói”, nos afirmou o Sr. Israele (entrevista em 29/08/17). Dona Ana Leia, conforme pode ser identificado na citação abaixo, também sugere essa contextualização ao descrever o momento inicial de construção da favela por ela vivenciado:

Você roça aqui, faz aquela derrubada, destrói o mangue, né? Daí, você já vai pegando a madeira, já vai fincando aqui, aí já bota a travessa, faz um quadrado tipo uma mesa, daí você já bota o assoalho, sobe as paredes e já bota a telha. Aí outro chega e já olha “rapaz tem um barraco aqui...” Aí vem o nome de invasão, né? Aí chega, e sucessivamente... Quando você vai prestar a atenção, aí já tá aquele correrio de casa desordenado e o mangue já sumindo... (Entrevista com D. Leia, citada em Maysa, 2017, p. 78).

O processo de derrubada que destrói o mangue, colocar as tábuas, pregar as paredes e estabelecer uma ocupação, conforme explica D. Léia, à medida que foi ganhando visibilidade na paisagem da cidade, chamou a atenção de novos moradores levando a um intenso povoamento identificado no “correrio de casa desordenado e com o mangue já sumindo...”. Naquele contexto, a organização ou expansão de uma favela vai sendo dimensionada e definida enquanto houver espaço. Nesse caso, “o limite é dado pela profundida da maré”. Nesse sentido, o fato de que na favela existiam palafitas construídas em área mais alagada ou mais “pra dentro da maré”, resulta de uma circunstância principal: a favela já está muito povoada. Esse caso diz respeito àquelas situações onde uma nova pessoa chega e não tem mais espaço para construir sua morada próximo da margem, no limite que demarca o início da favela. O que lhe resta de possibilidade é adentrar o mar, morar de agregado, comprar um terreno no fundo ou alugar um barraco⁴⁸.

Esse primeiro processo de construção de palafitas, caracterizado por aquilo que Maricato (2003) denomina de “assentamentos espontâneos”, converge com uma prática de construção coletiva fundamentada em valores comuns favorecida por laços sociais primários.

⁴⁸ Mais à frente, caracterizarei melhor esse processo de morar agregado ou alugar uma palafita.

É o momento no qual se destaca a importância de núcleos familiares inteiros - oriundos da cidade de Alcântara - na formação de bairros da capital maranhense, inclusive em áreas de mangue. Naquele contexto dos anos 1970, conforme destaca Cardoso (2008, p. 59) a “solidariedade dos parentes” foram fundamentais para a composição desses agrupamentos urbanos em São Luís.

É o momento em que se concentra uma população de baixa renda nas áreas da Camboa e Liberdade, oriunda em parte de remanescentes de quilombos (PINHEIRO, 2013 p. 68). Esses migrantes eram provenientes, principalmente, do município de Alcântara/MA e, ainda em início dos anos 1980, testemunhavam a expansão do Programa Nacional de Atividades Espaciais sobre seus territórios, conforme identificou Almeida (2006) em seu laudo antropológico relativo à base de lançamentos de Alcântara.

No processo de migração, contar com a solidariedade de familiares, além de favorecer a organização do espaço alicerçada em laços afetivos fortes, operacionalizou meios mais seguros e baratos para incorporação de novos parentes, alargando o espaço da palafita, adentrando o mangue.

Entretanto, a partir dos anos 1990, se identifica algumas mudanças significativas naquele contexto. Enquanto inicialmente a base de formação da favela possuía intensa relação com vínculos familiares de agregados e se estabeleceu a partir de uma prática que se aproxima do modelo de mutirão, gradualmente, os modos de ocupação foram se diversificando, dando visibilidade às experiências particulares:

Quando eu e meu marido viemos do interior de Pinheiro, em início dos anos 90, eu já tinha um irmão morando aqui em São Luís... ele foi e conseguiu uma palafita na região do Bacanga, acho que foi Anjo da Guarda... mas eu queria um lugar mais perto daqui do Centro, família mora perto e aí compramos um barraco na Camboa, na rua dos veleiros (Entrevista com D. Lurdes, 29/09/17)

Eu passei 10 anos morando na palafita. Casei e comprei um terreno em cima da maré e fiz meu barraco. O pessoal invade e vende. É uma invasão. O sujeito invade, desmata e marca o terreno e depois vende... e aí vai vendendo pra quem quer, vai chegando... vai entrando cada vez mais pra maré. Os primeiros ficam logo no início. O terreno não tem limite não. Depois que compra o seu pode aumentar pra dentro da maré... (Entrevista com D. Sandra, 23/07/17)

Em consequência da chegada de novas pessoas, as fronteiras foram se flexibilizando, o que correspondia ao próprio contexto geral de São Luís que vislumbrava sua população aumentar rapidamente. Além disso, as mudanças implicavam na forma de acesso aos espaços da maré, cuja disponibilidade de aquisição passou a ser demarcada também pela

compra ou aluguel. A citação abaixo permite entender as configurações de um quadro mais diferenciado:

Eu trabalhava numa loja de peças lá no bairro do João Paulo e fiquei desempregada. Quando recebi o dinheiro, dei todo na compra de um barraco na Vila Verde, ali na Liberdade... eu já morava de aluguel numa palafita, mas agora comprei a minha mesmo... Só o barraco, as paredes ruins, compensado velho e gasto... aí, forrei de papelão e fui arrumando (Entrevista com D. Odineia, 23/07/17).

Dona Odineia chegou anos depois e não participou de nenhum mutirão de construção da favela. Sua inserção naquele universo se deu de forma diferenciada. Após viver de aluguel pôde adquirir sua própria palafita. Comprar o que é denominado apenas como “um barraco” e depois adaptá-lo, ir arrumando com *material mais apropriado*, imprimindo sua identidade no espaço, transformá-lo em moradia, dando sentido ao mundo à sua volta foram condições indispensáveis para erigir seu pertencimento, prolongar sua convivência e estabelecer laços.

Se ainda nos anos anteriores se podia identificar a venda ou aluguel de barracos, os diversos depoimentos colhidos através da pesquisa de campo, permitem identificar um recorte no tempo, situando em meados dos anos 1990, em que se estabelece uma maior propensão para aquela prática. Expõe ainda uma economia informal, na qual, mesmo sem a regularização da propriedade, as palafitas vão sendo transformadas também em mercadoria.

No entanto, são duas realidades possíveis convivendo. O caráter mais heterogêneo da ocupação, estabelecido a partir daqueles anos, permite relacionar tanto esse aspecto mais especulativo – de compra e aluguel - quanto o modelo de ocupação anteriormente proeminente recortado a partir de “núcleos familiares inteiros”. Naquele contexto, geralmente quem possuía mais recursos para comprar madeira e estabelecer uma estrutura da base de uma palafita, erguia paredes, colocava placa de venda ou aluguel e estabelecia aquele espaço como seu. Quem adquiria poderia fazer as melhorias necessárias. Com o tempo, vale ressaltar, é possível identificar proprietários de terrenos disponíveis para comercializar e que não moravam mais nas favelas.

A constituição de várias formas de vida indica a diversidade do contexto social das palafitas e atenta o pesquisador ao contraditório, destacado a partir dos diversos interesses vinculados em experiências do dia a dia. São a expressão da distribuição hierárquica do espaço urbano, são experiências que vão se formando e transformando na duração histórica da cidade.

CAPÍTULO 2 - MORADIAS E DESLOCAMENTOS: O PAC Camboa – Rio Anil

A questão da moradia constituiu-se por enquanto um dos principais desafios da política urbana no Brasil, cuja argumentação tem buscado afirmar a democratização do direito à cidade (LEFEBVRE, 1991), mas falar sobre essa perspectiva implica habitação e dignidade, associada à qualidade de vida. Na contramão de uma reforma urbana democrática, identifica-se que o crescimento das cidades brasileiras, além de favorecer um processo de degradação do espaço, tem se alicerçado sobre uma acentuada exclusão social. Nos vários níveis da instância econômica e política observa-se o quanto interesses privados são sobrepostos às demandas de caráter mais coletivo e igualitário. De acordo com cada contexto histórico, as propostas de solução do problema foram submetidas à influências de grupos dominantes, com priorização do setor imobiliário ou fundamentadas em mecanismos que reforçaram práticas de higienização.

Esse debate não é de hoje e tem-se prolongado articulando perspectivas diversas. Em especial, se olharmos para trás, na trajetória da cultura ocidental, no tocante às economias capitalistas, a questão habitacional foi pautada segundo aspectos como precarização e deterioração, situada com base na expansão da Revolução Industrial⁴⁹. Tal contexto se estabeleceu enquanto um modelo paradigmático, cuja referência foi engendrada a partir do crescimento das cidades inglesas, no momento em que milhares de migrantes do campo - os desempregados ou os trabalhadores em regime de informalidade – passaram a subsistir em situações de precariedade habitacional.

A experiência da urbanização dos países do Sul Global seguiu em boa medida essa trajetória de industrialização, com o agravante de que estamos sob um modelo periférico de acumulação capitalista⁵⁰. Portanto, o processo de acumulação econômica no Brasil teve como característica, manter baixos os níveis salariais e o custo de reprodução da força de trabalho, “condição *sine quo non* para a competitividade de empresas que operam na periferia do capital” (ROLNICK, 2015, p.7). Nas cidades brasileiras, os trabalhadores submetidos à crescente mercadorização das relações sociais, passaram a compor um quadro herdeiro da Colônia, o qual privilegiava a concentração e aprofunda a desigualdade (OLIVEIRA, 2006).

⁴⁹ Lefebvre (2001), a partir de um ponto de vista marxista, destaca que a economia capitalista caracterizou o que denominamos modernidade.

⁵⁰ Villaça (1986) destaca o problema da habitação popular urbana no Brasil surgindo paralelo ao capitalismo, em meados do século XVIII. Naquele contexto, a principal forma de abrigo para a classe populares seria o cortiço.

A restrição no usufruto de condições materiais da vida urbana traduz as perspectivas históricas e as contradições do capitalismo no Brasil. Nesse contexto, conforme destaca Rolnick (2015), os produtos de consumo essenciais à sobrevivência – incluindo a casa – dispostos de forma não monetária ou a preços bastante baixos, permitem que os salários “sejam mantidos a valores até mesmo inferiores ao mínimo vital” (ROLNICK, 2015, p. 157). Consequentemente, como um mecanismo peculiar, por meio do qual a expansão capitalista ocorreu nos países periféricos, a autoconstrução das moradias⁵¹ representa “a superexploração da força de trabalho, através do sobretrabalho e da espoliação urbana”. (OLIVEIRA, 2006, p. 18). Em vista disso, o modelo desenvolvimentista brasileiro levou à consolidação de uma das sociedades mais desiguais do mundo, em que a maioria da população não tem atendida necessidades básicas, tais como habitação, segundo Rolnick (2015).

Oliveira (2006, p. 18) também relaciona a forma de expansão das cidades e das periferias ao modelo periférico de acumulação capitalista. Isso se confirma, por exemplo, quando a forma de habitação autoconstruída incide com mais força em meio à população que compõe o setor informal”. Assim, a cidade foi se construindo e resolvendo a questão da habitação por meio de uma espécie de insuficiência de capital, conforme caracteriza o autor.

Também Kowarick (1983, p.18), ao tratar da espoliação urbana, destaca os dilemas da associação entre a pobreza e a expansão das cidades. Para o autor, a dinâmica urbana se estruturou excluindo as populações de classes menos favorecidas das condições dignas e meios efetivos de inserção à cidade. Paralelo à expansão das cidades, vai se concretizando uma política urbana que transforma o espaço em mercadoria. Uma mercadoria cara. Consequentemente, as qualidades urbanísticas, tais como, local de moradia, negócios e consumo estão circunscritas a uma minoria da população.

Essa análise também é recortada por Maricato (2001, p. 7) quando afirma que uma das características do mercado residencial privado legal no Brasil - como em todos os países periféricos ou semiperiféricos - é sua pouca abrangência. Mercado para poucos é uma das características de um capitalismo que combina relações modernas de produção com expedientes de subsistência. Além disso, conforme enfatiza a autora, é “notável a tolerância que o Estado brasileiro tem manifestado em relação às ocupações ilegais de terra urbana, estabelecida por populações que se instalaram ilegalmente, em virtude de que não tiveram

⁵¹ A autoconstrução de habitações não é uma escolha, mas uma forma de enfrentar as dificuldades de adquirir uma moradia num contexto social caracterizado por concentração de renda. No caso específico desse estudo, trata-se de edificações em áreas alagadas, as palafitas. O modo, o tipo de material utilizado e a aparência das casas autoconstruídas, foram classificadas de habitações precárias ou aglomerados subnormais, por exemplo pelo IPEA.

acesso ao mercado imobiliário privado e nem foram atendidas pelas políticas públicas de habitação”.

Portanto, sem acesso a recursos técnicos e profissionais, ocupando terras rejeitadas ou vetadas para o mercado formal como encostas íngremes e áreas inundáveis, além das “vastas franjas de expansão periférica sobre zonas rurais é que foi sendo produzida a cidade fora da cidade” (MARICATO, 1996, p. 26), desprovida de infraestrutura, equipamentos e serviços que caracterizam a urbanidade. Aparentemente, enfatiza a autora, constata-se que é admitido o direito à ocupação, mas não o direito à cidade. Excluídos do marco regulatório e dos sistemas financeiros formais, os assentamentos precários foram autoproduzidos por seus próprios moradores, com os meios que se encontravam à sua disposição: salários baixos, insuficientes para cobrir o custo da moradia (ROLNICK, 2009).

É nesse contexto de escassez de rendimentos, sem possibilidade econômica de acessar ao mercado imobiliário privado, excluídos do planejamento do Estado e sem infraestrutura básica, que as autoconstruções são produzidas por seus próprios usuários, os quais, contornando a penúria, edificam a dignidade de não morar na rua. A casa, o barraco ou a palafita, lhes permite emoldurar um ambiente caseiro e familiar⁵². Além disso, é importante frisar, esses domicílios são também alternativas ao alto valor do aluguel.

No caso de São Luís, as palafitas são exemplos concretos dessa autoconstrução e, como outros tipos de edificações que seguem aquele modelo, são alvo de um discurso hegemônico que demarca o estigma territorial. O discurso discriminatório, restrito à características aparentes ou imediatas, não alcança o entendimento histórico e econômico que permite contextualizar um processo amplo e estrutural de exclusão socioeconômica (BURNETT, 2006). Nesse sentido, a composição de palafitas na capital maranhense, remontaria a uma forma de urbanização sem planejamento, que se estabeleceu sem a aplicação de políticas públicas e dentro de uma dinâmica de periferização, especialmente nos vários momentos do aumento do fluxo migratório para a capital.

Foi entre os anos (1940-1980)⁵³, que a população brasileira passou de predominantemente rural para majoritariamente urbana. Tal contexto foi propiciado por grande migração e veio acompanhado de um rápido processo de industrialização excludente,

⁵² Nos termos de que fala Roberto Da Matta (1997), as noções de “casa e rua”, são categorias contextualizadas. Não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas mensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, domínios culturais institucionalizados. A construção de um contexto vivenciado que permite despertar emoções, reações, leis, orações, imagens esteticamente emolduradas e inspiradas.

⁵³ As mudanças, naquele contexto, corroboram com a ampliação do debate nas ciências sociais. Por exemplo, o livro de Manuel Castells (1983), “A questão urbana”, será uma das referências pioneiras para se pensar as transformações na realidade urbano industrial no Brasil e na América Latina, bem como o desenvolvimento desigual das cidades.

sem garantias de direitos sociais⁵⁴. Além disso, as políticas governamentais desenvolvidas durante o período de urbanização mais intensa (1960-1980) reforçaram de maneira perversa um modelo excludente de cidade (ROLNICK, 2009, p.9). Nessa conjuntura, a partir do golpe militar de 1964, houve a formulação e implementação de projetos estratégicos para a estruturação e consolidação do mercado imobiliário urbano, que possibilitaram a criação do SFH (Sistema Financeiro de Habitação) e o BNH (Banco Nacional de Habitação). Fruto da coalizão com interesses empresariais, particularmente ligados à indústria da construção civil (ROLNICK, 2015), os referidos órgãos foram apresentados como uma resposta do governo militar à forte crise de moradia existente no Brasil.

O programa do BNH, inicialmente, estava destinado à erradicação de favelas e pretendia alcançar as famílias de renda mensal com até um salário mínimo, teto de renda que posteriormente fora ampliado para cinco salários. Parte da verba seria aplicada, também, em sistema de saneamento e distribuição de água. A partir de 1967, o referido banco assumiu a captação de poupança compulsória dos trabalhadores assalariados através da arrecadação de recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Nesse contexto, a produção de habitação popular foi articulada pela Companhia de Habitação (COHAB). Além disso, com a criação do FGTS, vislumbrou-se uma grande fonte de recursos da política habitacional propiciando o fortalecimento da dimensão financeira do programa. Consequentemente, os grandes empreendimentos ganharam cada vez mais relevância, em detrimento dos investimentos em habitações populares⁵⁵.

Em consonância ao contexto geral, a COHAB-Maranhão foi encarregada de atuar na construção civil, através de recursos do BNH, realizando um intenso programa, cuja dinâmica mudou as feições da cidade. Ocupando novos territórios, expandindo bairros, alargando avenidas e construindo pontes. Todo esse processo se deu em relação a um grande movimento migratório no Estado favorecendo o aumento e expansão da população urbana. O rápido movimento socioespacial não foi acompanhado com a mesma urgência e prontidão das obras de infraestrutura e políticas públicas, de modo que a capital foi moldando seu território

⁵⁴ Ermínia Maricato (2003, p. 1-2), em debate com Francisco Oliveira (1984), coloca a importância das cidades desde o período imperial ou colonial, em especial, por seu papel como lugar de financiamento e comercialização dos bens primários exigidos pelo mercado europeu. Apesar dos grandes e importantes polos que representavam o Brasil urbano até o final do século XIX, a grande maioria da população permaneceu no campo. Entretanto, enfatiza a autora, as mudanças políticas na década de 1930, com a regulamentação do trabalho urbano (não extensiva ao campo), incentivo à industrialização, construção da infraestrutura industrial, entre outras medidas, reforçaram o movimento migratório campo-cidade.

⁵⁵ Um exemplo significativo apresentado por Rolnick (2015, p. 286) é que apenas 30% do total de 4,5 milhões de financiamentos habitacionais concedidos através do BNH, entre 1979 e 1986 tenha se dirigido aos setores de menor renda.

a partir de uma dinâmica de periferização e hierarquia em relação ao acesso de serviços públicos.

Observa-se, portanto, entre os anos de 1940 e 1970, um aumento demográfico de 243,5% na Ilha do Maranhão⁵⁶ que saltou de 50 mil habitantes para 124 mil habitantes. Essa tendência de crescimento mantém-se em 1980, quando a população da Ilha do Maranhão alcançou o significativo número de 498 mil habitantes, sendo que só no município de São Luís contava com 449 mil. Em 1996, a população da ilha já contava com 941 mil habitantes, sendo que 781 mil concentravam-se na capital do Estado. Segundo o Censo Demográfico do IBGE, realizado em 2000, a população da ilha era de aproximadamente 1.068 mil habitantes e, destes, 866 mil residiam em São Luís (DIAS, 2005; SANTOS, 2013). Já de acordo com o último senso, São Luís ultrapassou a estimativa de mais de 1 milhão de habitantes (IBGE, 2010). Toda essa tendência de crescimento progressivo favoreceu uma ocupação do solo desordenada, desenhando uma cidade com problemas de mobilidade urbana, falta de saneamento, concentração fundiária. Foi um processo de urbanização predatório impactando, inclusive, o meio ambiente.

Esse crescimento foi decorrente da intensificação da intervenção do Estado na economia durante o período do golpe militar. No final dos anos 1960, com o advento da Lei de Terras, a questão agrária entrou em pauta mais urgentemente em virtude da forma de apropriação de terras conduzidas pelo Estado e que veio beneficiar um modelo econômico de valorização e expansão do capital⁵⁷. Em decorrência da penetração do capital no campo deu-se o processo de concentração fundiária com a ampliação das ações de grilagem de terra, de expulsão de trabalhadores de suas áreas e a institucionalização da violência no campo (CARNEIRO 1997; ASSELIN, 2009). Assim, o avanço dos grandes projetos econômicos e a valorização das terras, além de favorecer o agravamento dos conflitos sociais no campo maranhense, levou a um intenso êxodo rural.

⁵⁶ Anteriormente denominada pelos indígenas de Upaon-Açú, a hoje conhecida Ilha do Maranhão ou Ilha Grande, faz referência à toda a extensão que incorpora a capital São Luís e os municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

⁵⁷ O então governador José Sarney criou a Reserva Estadual de Terras. Na realidade buscava-se “disciplinar a ocupação e titular as áreas, transferindo o domínio público para o domínio privado”, o que favoreceu um grande processo de grilagem que penetrou o interior do Maranhão desarticulando a pequena produção. A grilagem de terras consiste em uma fraude deliberada com a falsificação de escrituras de terras devolutas do Estado ou mesmo particulares para benefício e interesse de grandes proprietários. Em virtude da promulgação da Lei de Terras em junho de 1969, ficou explícito o propósito do governo de “entregar o território maranhense às empresas fazendeiras de fora, mediante a criação das sociedades anônimas”. Esse contexto, propiciou a mais crítica e problemática crise fundiária na história do estado do Maranhão, conforme classifica Victor Asselin (2009, p. 37-38).

Toda a conjuntura de apropriação privada dos recursos públicos, as isenções e incentivos fiscais, os privilégios e os financiamentos em geral, se alargaram durante o período do governo militar. Nesse contexto, ganhou destaque o Projeto Grande Carajás, corroborando com uma perspectiva de cenário nacional promissor, dos quais, os largos incentivos estavam direcionados para os empreendimentos visando atividades de extração mineral, favorecendo iniciativas desenvolvimentistas que “levaram à implantação da infraestrutura necessária para a exploração mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial (SANT’ANA JÚNIOR, 2004)⁵⁸. A implantação de empreendimentos industriais, a exemplo da Companhia Vale do Rio Doce (C.V.R.D) e o Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR), estava circunscrita dentro do modelo capitalista internacional de exportação (ARACANGELI, 1987). Tal discurso fundamentava uma perspectiva de eficiência na promoção do desenvolvimento e da modernidade (SANT’ANA JÚNIOR, 2004) e justificava, desse modo, todo o aporte de recursos e capital destinados aos grandes projetos.

Com toda essa logística favorável, os grandes projetos se estabeleceram atropelando modos de vida da população, deslegitimando saberes tradicionais, expropriando terras e agudizando os conflitos sociais. A partir desse cenário de investimentos na região, São Luís se tornou um polo de atração populacional doravante as promessas de emprego.

Tendo como referência aquele contexto histórico, destaca-se que, além das verbas destinadas aos projetos industriais, houve um grande fluxo de recursos para constituição do mercado imobiliário local, através da política do BNH que favoreceu a conquista dos novos territórios. Além disso, sem controle de qualidade de urbanização, os serviços e equipamentos urbanos excluíram bairros mais populares ou periferias. Para Burnett, (2006, p. 21):

O tripé novas terras, verbas federais e investimentos privados (ALCOA e Vale do Rio Doce), é a base para a configuração socioespacial da nova São Luís. Numa estratégia de segregação social, o Plano Diretor de 1975 reserva a faixa litorânea para as camadas de alta renda, as regiões internas para as classes médias e a periferia longínqua e sem serviços para as camadas populares.

Observa-se, naquela circunstância, que a cidade de São Luís tornou-se uma importante região de atração de mão de obra, o que contribuiu para a modificação da paisagem urbana na capital. Em relação ao aumento populacional, a cidade foi ganhando novos contornos que culminaram com o agravamento dos problemas urbanos e a segregação

⁵⁸ Segundo CASTRO (2010), além da criação das condições para o aumento da exploração da região através de investimentos na infraestrutura (estradas e rodovias), somou-se a efetivação de um marco jurídico para subsidiar a exploração de riquezas naturais e a apropriação de territórios públicos.

de seus habitantes, permitindo classificar a cidade em áreas nobres e populares⁵⁹. Seguindo o padrão dos polos do urbanismo modernista, a separação espacial da população finalmente foi realizada através do zoneamento programado e legislado, que assegurava as áreas litorâneas “fora do alcance dos mais pobres”, enquanto o restante do novo território passou a ser ocupado por dezenas de bairros populares⁶⁰, surgidos às margens das inúmeras avenidas construídas nesse período. (BURNETT, 2006, p. 90)⁶¹.

Nesses termos, a política do SFH e do BNH⁶², em São Luís, contribuiu para o aumento especulativo do solo, fortaleceu o mercado imobiliário empresarial, subsidiou moradia para classe média, mantendo as características históricas do desenvolvimento nacional que se consolidou reforçando interesses clientelistas e privilégios, articulados com o Estado. Reproduziu-se um modelo comum, exemplo adequado de modernização excludente, conforme ressalta Ermínia Maricato (1996).

Segundo Rolnick (2015, p. 268-271), do ponto de vista da política urbana, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por avanços legais na área do direito à moradia e do direito à cidade, incorporando a perspectiva da função social da cidade e da propriedade, inclusive, favorecendo uma base jurídica de implementação da chamada reforma urbana. Entretanto, para a autora, a aplicação dessas medidas ficou no plano teórico e não foram efetivadas, em virtude de um cenário econômico global de crise que levou à retração dos gastos públicos e das políticas de inclusão econômica. Assim, a agenda governamental dos anos 1990, retraiu a intervenção estatal na promoção dos direitos sociais e favoreceu a consolidação de instituições do mercado financeiro internacional como o Banco Mundial.

Nesse mote, tornou-se cada vez mais evidente o fortalecimento de um modelo de financeirização da habitação, em âmbito internacional⁶³, que passou a fundamentar a linguagem contratual das finanças, transformando a moradia em um item privilegiado de consumo, ou seja, “um ativo promovido por redes de fluxos financeiros e acessíveis, através

⁵⁹ Segundo Santos (2013), bairros e conjuntos habitacionais localizados nas proximidades da orla marítima (Calhau, Ponta D’areia, Olho D’água, Ponta do Farol, Altos do Calhau, Renascença, Parque Shalon, Cohajap, COHAMA, entre tantos outros), se consolidaram como áreas de renda bastante elevada devido ao movimento combinado de iniciativa privada e Estado. A primeira concentrou no início da década de 1990 imensas glebas e loteamentos, enquanto que o poder público direcionou e consolidou investimentos principalmente na estrutura viária como, por exemplo, a construção da Avenida Litorânea e espaços de lazer, como a Lagoa da Jansen.

⁶⁰ Para uma melhor abordagem sobre a estrutura de formação dos bairros maranhenses, ver BURNETT (2006; 2008) e SANTOS (2013).

⁶¹ Segundo Burnett (2008, p. 52), vislumbra-se o caráter pessoalizado de ação do Estado que se manteve até mesmo após as conquistas populares que regulamentaram o Estatuto da Cidade. Para o autor, os agentes públicos não viabilizaram a gestão compartilhada da cidade.

⁶² Em 1986 o BNH acabou extinto, em decorrência de uma crise econômica vislumbrada no país, do desemprego e da inadimplência.

⁶³ Segundo Rolnik, tal modelo foi gestado em países como Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Croácia, África do Sul, Cazaquistão, Ruanda, Indonésia, entre outros.

de crédito hipotecário em um mercado alegadamente democrático”. Com isso, explica Rolnik, “a casa das pessoas, o lugar básico de sua vivência, passou a estar exposto à volatilização do fluxo internacional de capital” (ROLNIK, 2015)⁶⁴. O alargamento das fronteiras do mercado, tendeu a enfraquecer o conceito de moradia como um bem social.

Sob a hegemonia do capital financeiro e rentista, a terra torna-se uma poderosa reserva de valor. Expulsão e despossessão não aparecem mais como uma máquina de produção de proletários, mas como uma espécie de efeito colateral de uma nova geografia, baseada no controle de ativos... mais do que um meio de produção, a terra torna-se uma poderosa reserva de valor. (ROLNIK, 2015, 160).

Nesse contexto, se estabelece uma política econômica que viabilizou uma nova segregação do espaço urbano, criando condições favoráveis aos processos de “desterritorialização dos pobres urbanos”. Se repete, portanto, segundo Rolnik (2015, p. 160) um ciclo de expropriação e expansão territorial para beneficiar o capital que vitimizou, principalmente, as populações que habitam em situação de irregularidade fundiária.

Posteriormente, com a criação do Ministério das Cidades e diversas Secretarias Nacionais, apresentadas enquanto uma das primeiras iniciativas do governo do Luís Inácio da Silva (Lula) na presidência da República, a partir de 2003, houve a retomada do crédito habitacional que permitiu institucionalizar novas políticas de enfrentamento da questão urbana. Quando foi realizada a primeira Conferência Nacional das Cidades, houve um amplo processo de mobilização social convergindo para a eleição do Conselho Nacional de Habitação. Naquele contexto, também ganhou importância o Estatuto da Cidade⁶⁵.

Em 2005, a partir da Conferência Nacional das Cidades, se estabeleceu o compromisso de criar o Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social (SNHIS) com o fundo FNHIS. Segundo Rolnik (2015, 297-298), de acordo com tal projeto, todos os recursos públicos destinados à habitação deveriam submeter-se à Política Nacional de Habitação (PNH). Tais políticas operavam para ampliar os valores do financiamento habitacional. Inicialmente, os recursos do SNHIS foram basicamente destinados para apoiar a elaboração de planos municipais e estaduais com poucas ações na área de urbanização e favelas.

⁶⁴Entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo, link, <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1714708-livro-de-raquel-rolnik-retrata-a-moradia-na-era-das-financas.shtml>.

⁶⁵ Porém, conforme enfatiza Rolnik, “a questão é que o Estatuto das Cidades enuncia princípios e diretrizes importantes, mas na prática nós não fizemos uma reforma do Estado na área do desenvolvimento urbano, que permita inclusive que os entes executem os princípios e diretrizes do Estatuto. Essa é uma dimensão mais institucional, e a outra é mais política. A economia política das cidades ainda é conduzida pelos setores que têm na cidade o seu negócio. São interesses econômicos mais ligados ao setor imobiliário e ao setor das empreiteiras de obras públicas, concessionárias de serviço público.

Municípios e estados deveriam constituir seus próprios fundos e conselhos e também elaborar seus planos de habitação⁶⁶.

Além do equacionamento das necessidades habitacionais do país, a partir de 2006, a estratégia política de crescimento econômico foi a ampliação do consumo dos trabalhadores, com a transferência de renda de forma mais intensa através de algumas políticas sociais. Houve então, a concessão e incentivos, para a produção de bens duráveis, crédito com baixa taxa de juros e, o mais importante, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que favoreceu o aumento do crédito habitacional⁶⁷.

A implantação do Programa Minha Casa Minha Vida, intensificou a articulação entre agentes públicos e privados no capitalismo financeiro e mobiliário. Ao mesmo tempo que o Estado procurava resolver a grande demanda da pobreza combatendo o déficit habitacional e favorecendo a produção para moradores de baixa renda, as empresas privadas continuavam dependentes dos recursos para subsidiar as propriedades. Dessa forma, conseguiam assegurar seus lucros, reiterando padrões históricos de apropriação e fundos públicos por atores privados (ROLNIK, 2015, p. 309). Ao final de todo esse jogo de relações, a autora destaca que o marco regulatório entre empresas contratadas para a realização de obras do Estado, vai sendo reformado com a transferência progressiva, para as primeiras, do poder de planejar, definir projetos, executá-los, fazer a gestão de espaços e serviços (ROLNIK, 2015, p. 355).

A importância que a questão habitacional adquiriu naquele contexto, paralelamente à melhoria da conjuntura macroeconômica (BONDUKI, 2009), permitiu o investimento em muitos bilhões de reais em subsídios públicos para impulsionar os investimentos em programas e projetos habitacionais, além de estimular o crescimento da economia brasileira. Foi dentro dessa perspectiva, buscando ampliar investimentos para além da habitação, tais como em obras de infraestrutura (portos, rodovias, aeroportos, redes de esgoto, geração de energia, hidrovias, ferrovias, etc.), que o governo federal instituiu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), é dele que falaremos a seguir.

⁶⁶ Com o passar do tempo a União buscou maior controle sobre a implementação dos planos de moradia, de modo que reiterou seu papel de agente financiador e regulador através da Caixa Econômica (Holnik, 2015 p. 297-303)

⁶⁷ Entretanto com uma crise internacional estabelecida em 2008, pressionado pelo setor imobiliário, houve a implementação de “pacote habitacional” que incluía mais facilidade para créditos hipotecários.

2.1 “Novos Alicerces”: O PAC Rio Anil Camboa e o processo de deslocamento e reassentamento em bairros de São Luís

Este item contextualiza uma situação de deslocamento das pessoas que habitavam em palafitas e bairros populares de São Luís, para apartamentos. O projeto de deslocamento é resultante de um grande empreendimento público, o Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal e em São Luís foi denominado PAC Rio Anil. Sua implantação desencadeou processos sociais bastante complexos. Compreendendo tanto os aspectos ambientais quanto demográficos, políticos e culturais, impactando diretamente sobre o modo de vida e o cotidiano das pessoas e, ainda, contribuiu para o surgimento de uma sociabilidade violenta em algumas localidades.

Toda essa situação iniciou-se a partir de janeiro de 2007, quando o Governo Federal anunciou a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Foi lançado com investimentos previstos em R\$ 503,9 bilhões, aplicados através de um cronograma que se estendeu inicialmente de 2007 a 2010, mas que foi prorrogado até 2011 e, posteriormente, se desdobrou no PAC II que se prolongou até 2015. Até recentemente alguns projetos continuam inconclusos com promessas de serem retomados.

O PAC Rio Anil, foi apresentado como o retorno de investimentos estatais de forma intensiva na economia. Segundo o discurso governista, o governo do presidente Luís Inácio da Silva estaria empenhado em promover a retomada do planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura social e urbana, logística e energética do país. Desse modo, o programa foi dividido em três eixos estratégicos assim classificados:

1- Infraestrutura logística - incluía a construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos etc. No Maranhão, visava escoar a produção regional para consumo interno e exportação, ampliação do Porto do Itaqui, conexão da Ferrovia Transnordestina com a ferrovia Norte-Sul entre outros;

2- Infraestrutura energética - tratava da geração e transmissão de energia, exploração e transporte de petróleo e gás natural etc. Em relação ao Maranhão incluía a construção da Linha de transmissão São Luís II e III; construção da Usina Termoeletrica Termomaranhão, construção da Linha de Transmissão Açailândia - Presidente Dutra. Construção da Usina Serra Quebrada; construção da Usina Hidroelétrica de Estreito; construção da Linha de Transmissão Balsas - Riberio Gonçalves; construção da Usina Hidrelétrica de Urucuí etc.

3- Infraestrutura urbana - relativa a saneamento, habitação, infraestrutura hídrica, metrô, trens urbanos etc. No Maranhão buscava-se a universalização do acesso à energia elétrica, ampliação da coleta de lixo e o tratamento de esgotos na Ilha de São Luís e na bacia dos rios: Anil, Bacanga, Vinhais e São Francisco; Revitalização do Rio Parnaíba e do sistema sanitário de Timon; remoção de moradias localizadas em beiras de córregos e áreas de risco nas cidades de Imperatriz, Caxias, Volta Redonda, Vila Lobão entre outros municípios e, em São Luís, a remoção de moradores da margem esquerda do Rio Anil e península Ipase.

Para a pesquisa de elaboração dessa tese, interessou-se em especial pelo eixo Infraestrutura Social e Urbana, que está caracterizado por intervenções em ocupações urbanas, saneamento e investimentos em transportes urbanos etc. e estava sob a responsabilidade do Ministério das Cidades, concentrando 62% dos investimentos previstos por todo o programa do PAC (BRASIL, 2010). Dentre os investimentos desse eixo foi dada prioridade para o setor de habitação e mobilidade urbana, ambas inseridas no plano de desenvolvimento denominado PAC - Cidade Melhor.

O programa Mobilidade Urbana propunha a melhoria e ampliação de sistemas de transporte público coletivo nas cidades brasileiras, com investimentos em ações estruturantes para ampliar corredores de passagens de ônibus, veículos leves sobre trilhos, entre outros. Os municípios aptos a pleitear recursos do programa seriam àqueles que possuísem mais de 700 mil habitantes. Já para habitação, segundo discurso do Governo Federal, as ações empreendidas visavam à regularização fundiária, salubridade e habitabilidade de população localizada em área inadequada à moradia, também denominada de aglomerados subnormais, intentando a sua permanência ou realocação. No caso de São Luís, houve deslocamento e realocação de palafitados em apartamentos. Todo o discurso dos órgãos estatais caracterizavam as palafitas como aglomerados subnormais e, assim, justificavam o deslocamento⁶⁸.

Convém ressaltar que, a denominação para “aglomerados subnormais”, foi utilizada pelo IBGE, a partir de 1991, como um recurso para a realização de pesquisa censitária que visava recortar informações sobre populações residentes em locais denominados favelas, invasões, grotas, baixadas, entre outros assentamentos irregulares (IBGE, 2010). A partir desse momento, o IBGE estabeleceu em seus questionários os diversos

⁶⁸ Conforme já falamos anteriormente, o conceito de moradias precárias ou de “aglomerados subnormais” reflete problemas relacionados simultaneamente como acesso a serviços de água, esgotos, fossa séptica, ausência de banheiro e as condições de habitabilidade dos domicílios- (BRASIL, 2010, p.41).

critérios para caracterizar a condição de vida dos habitantes dessas áreas, tais como: serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica.

No Maranhão, segundo classificação do IBGE, o número de “aglomerados subnormais” é bastante relevante. Em dezembro de 2011, foram divulgadas as estatísticas referentes à população, domicílios, serviços e alguns indicadores sociais (composição da população por sexo e idade, analfabetismo, rendimento). O Maranhão, de acordo com os dados, possuía naquele momento, 87 aglomerados subnormais, representando 9,9% do total do Nordeste e 2,8% do Brasil. Em todo o Estado são 91 aglomerados. 786 domicílios particulares ocupados (d.p.o.) em aglomerados subnormais, o que representam 5,5% do total de domicílios particulares ocupados⁶⁹. Entre as áreas classificadas como aglomerados subnormais estavam as palafitas, dos bairros Camboa e Liberdade, habitadas por pessoas que hoje residem no Condomínio PAC Camboa-Rio Anil⁷⁰.

Desse modo, em 2008, quando São Luís já havia superado o número de 900 mil habitantes, o Governo do Maranhão, assim como o poder municipal e o Governo Federal, assinaram ordens de serviço no valor de R\$ 230 milhões para obras do Programa de Aceleração do Crescimento no Estado (BRASIL, 2009). Esse cenário tornou-se propício para a configuração, elaboração e divulgação de discursos e propostas de desenvolvimento articulados pelo governo de Estado, que apresentou políticas e prioridades para o setor de infraestrutura urbana.

É necessário assinalar algumas medidas que favoreceram o desempenho do PAC: a criação do Ministério das Cidades em 2003, a aprovação da nova Política Nacional de Habitação (PNH) e a implementação da Lei Federal 11.124/05, que criou o Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social (FNHIS). A Política Nacional de Habitação, aprovada em 2004 pelo Conselho das Cidades, constituiu-se no principal instrumento de orientação das estratégias e das ações a serem implementadas pelo Governo Federal. Em 2006, foi lançado o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), que foi inserido no plano de retomada do planejamento do setor habitacional somando-se, segundo o discurso governista, aos avanços institucionais iniciados desde a criação do Ministério das Cidades.

⁶⁹ Os dados relacionados à situação municipal mostram que conforme o Censo Demográfico 2010 em São José de Ribamar são 44,3% dos domicílios (18.866 d.p.o.) que estão localizados em aglomerados subnormais; em Raposa o percentual é de 24,7% (1.648 d.p.o.); em São Luís é 22,3% (61.845 d.p.o.); em Timon é de 14,8% (5.989 d.p.o.); e em Paço do Lumiar é de 12,8% (3.468 d.p.o.). Fonte: (GAEPP, 2014).

⁷⁰ Mais da metade dos moradores advém do interior do estado, cerca de 58%. Suas cidades de origem são, em sua maior parte, localizadas nas microrregiões da baixada maranhense e do litoral ocidental maranhense. (OLIVEIRA, 2016, p. 98).

O PAC-Maranhão, no momento de sua implementação, tinha enquanto governador Jackson Lago, filiado ao PDT (Partido Democrático Trabalhista), e na capital esteve sob a coordenação geral da Secretaria Estadual das Cidades (SECID), apoiada pela Secretaria Estadual de Infraestrutura. A questão da mobilidade urbana tornou-se relevante e foi apresentada como um dos setores prioritários da ação governamental. Além disso, todo o projeto foi destacado como ideal pois visava reverter um “quadro de atraso”, conforme qualificação do então governador Jackson Lago. Com essa ampla fundamentação, um grande programa de investimento em obras foi lançado em São Luís denominado PAC Rio Anil.

O PAC Rio Anil foi destacado pelo governador Jackson Lago, como “o maior projeto sociourbanístico já realizado na capital⁷¹”, cujos empreendimentos seriam a construção da Avenida IV Centenário, margeando toda a área de intervenção Camboa-Alemanha, tendo seu início na interseção com a Avenida Camboa e Ponte Bandeira Tribuzzi e o final da interseção com a Avenida dos Franceses, com acesso aos bairros da Camboa, Liberdade e Fé em Deus. Ainda previa um aterro hidráulico, elevados e pontes como uma alternativa para desafogar o trânsito das Avenidas Luís Rocha e Getúlio Vargas criando meios de acesso à beira mar e Ponte Bandeira Tribuzzi. Assim, a perspectiva do programa adquiria um caráter de legitimidade, advogando o projeto como um bem coletivo, enquanto alternativa de desenvolvimento e modernização.

O programa PAC Rio Anil, no quesito habitação, era composto por três grandes projetos de construção: o Residencial Camboa (que contemplava os bairros Camboa e Liberdade); o Residencial Monte Castelo (que contemplava os bairros Monte Castelo e Alemanha); e Residencial Fé em Deus (que contempla o bairro Fé em Deus). Para a etapa de construção e instalação das obras, o projeto levou à remoção de centenas de famílias que habitavam a margem esquerda do Rio Anil e península Ipase, prolongando-se pelos bairros da Camboa, Liberdade e Fé em Deus. Todas essas áreas são caracterizadas por elevada densidade populacional.

Embora a previsão final de remanejamento de todo o programa estivesse estimada em mais de 3.500 famílias, uma série de imprevistos contribuíram para a morosidade e atraso em sua conclusão, entre eles destaca-se a troca de governadores⁷². A substituição de Jackson Lago - Partido Democrático Trabalhista (PDT), após a cassação, por Roseana Sarney - (Partido da Frente Liberal atual DEM), em 04 de março de 2009, levou à desarticulação

⁷¹ Pronunciado em <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2008/06/07/obra-de-urbanizacao-do-pac-rio-anil-shtm>

⁷² Jackson Lago foi acusado de abuso de poder econômico e político e de compra de votos. Em março de 2009 foi cassado após a negação de vários recursos.

provisória da SECID, mais especificamente em relação a sua nova composição e seu desmembramento da Secretaria de Infraestrutura. Criou-se também instabilidade entre as empreiteiras responsáveis pela conclusão das obras, incluindo a escassez das verbas.

Além disso, é significativo destacar que Jackson Lago antecipou a entrega das primeiras unidades de apartamentos, do projeto PAC Rio Anil Camboa, em 40 dias antes do julgamento de sua cassação. Consequentemente, segundo Burnett (2011), muitas unidades não estavam em condições apropriadas de moradia, ocasionando um grande número de queixas e denúncias por parte de seus moradores, que foram significativamente divulgadas pela imprensa da capital. Os apartamentos dos demais projetos do PAC Rio Anil, do conjunto Fé em Deus e o da Liberdade, começaram a ser entregues a partir de 2010, mas com um número de unidades residenciais que não contemplava a proposta inicial do programa. Desse modo, destaca-se o primeiro com 320 apartamentos e 20 prédios, e o da Alemanha com 244 unidades distribuídas em 14 prédios. De acordo com os dados da SECID, a descrição do projeto previa a construção total de 2.720 apartamentos.

As irregularidades se estenderam ao longo do tempo. Em 20 de fevereiro de 2015, por exemplo, o MPF/MA (Ministério Público Federal) propôs uma ação para garantir o cumprimento do Projeto PAC Rio Anil. De acordo com o noticiado na imprensa, foram constatadas irregularidades em várias partes de execução do projeto. Segundo o MPF/MA, a falta de transparência e comunicação e o atraso na execução das obras deixaram os beneficiários do PAC Rio Anil em situações ainda mais difíceis que a anterior, em “completo abandono e sem informações⁷³”. Na ação, foi solicitado ao Estado do Maranhão, que apresentasse o cronograma final das etapas que faltavam e das obras restantes, a lista completa dos beneficiados do PAC Camboa - Rio Anil, e cumprisse as diretrizes do programa e que a União e a Caixa Econômica Federal (CEF) promovessem a fiscalização das ações relativas ao projeto. Requeriam, ainda, que a União, a CEF e o Estado do Maranhão apresentassem laudo técnico abordando os problemas nas construções habitacionais, na Avenida IV Centenário e nas residências próximas às obras, executando reparações no prazo de 120 dias, bem como medidas para recuperar o cadastro das famílias previamente beneficiadas, garantindo moradia digna e segurança aos moradores enquanto as obras ainda estiverem em andamento⁷⁴.

⁷³ Fonte: <http://www.prma.mpf.gov.br/noticia-5364>. Acesso em 18/10/2016)

⁷⁴ Fonte: <http://www.prma.mpf.gov.br/noticia-5364>. Acesso em 18/10/2016)

Além da celeridade, o MPF cobrou respostas às denúncias de favorecimento de famílias que não preenchiam os requisitos para aquisição dos apartamentos, em detrimento das que realmente se encontravam em “situação inadequada”. Outra denúncia dizia respeito às transferências dos imóveis, pois as famílias não receberam do governo do Estado a escritura de seus apartamentos, mas um Termo de Autorização de Uso⁷⁵. Esse termo não garantia direito real sobre o imóvel, embora estivesse de acordo com as diretrizes do PAC, especialmente em relação ao excessivo atraso no cronograma. A Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Maranhão (SEDIC) alegavam falta de repasse das verbas provenientes da CEF.

Apresentado com a finalidade de reparar o déficit habitacional, o projeto do PAC buscou sua legitimação a partir de uma distinção simbólica (BOURDIEU, 2000). Contrapondo a classificação de aglomerados subnormais, apresentou a expectativa de uma moradia diferenciada, desde o material de construção utilizado, como o concreto, a promessa de regularização do título de posse⁷⁶, até uma melhor infraestrutura e saneamento básico, elementos bem distintos da cotidiana realidade das palafitas (CANJÃO; OLIVEIRA, 2015). Entretanto, embora a perspectiva do Estado priorize um recorte que ressalte os elementos “pobreza” e “precariedade” para justificar o deslocamento, o projeto tem sido criticado em função do caráter homogêneo e autoritário com que foi implementado. Reproduz uma característica universal dos projetos governamentais predominantes, na medida em que não viabiliza as demandas das realidades específicas dos grupos.

Com o deslocamento manteve-se a tendência predominante nas práticas de organização do espaço da cidade. As ações governamentais são geralmente indiferentes ao particular, contraditórias e segregacionista. Nesse contexto, os moradores vivenciam um processo histórico de exclusão da cidadania. Estão “invisíveis” tanto no momento em que autoconstróem suas habitações, quanto em situações onde o Estado assume para si o papel de agente ativo no planejamento e na execução de políticas urbanas.

2.2 Os discursos de legitimidade do Estado

No mundo ocidental, o Estado tomou para si a responsabilidade de desenvolver regiões e territórios, uma soberania hegemônica que impõe um modelo cultural e que destaca

⁷⁵ Vale ressaltar que uma das reclamações dos moradores do Condomínio do PAC, é falta do documento de posse dos apartamentos que até os dias atuais não foram disponibilizados para seus proprietários.

⁷⁶ Passando-se sete anos de mudança para o Residencial Rio Anil Camboa, seus beneficiários ainda não receberam os títulos originais de posse dos apartamentos.

o desenvolvimento como fator de modernização. Um “self histórico”, conforme afirma Clifford Geertz (2000), tomado como um paradigma geral do desenvolvimento político em todas as épocas e por todas as partes.

Esse aspecto autoritário de projetos governamentais é destacado por diversos autores, como Michel de Certeau (1996), Milton Santos (2012), Otávio Velho (1990), Lefebvre (2011), entre outros, que fazem críticas aos paradigmas convencionais de produção do espaço, por seu caráter determinista, cuja perspectiva vislumbrou a necessidade de planejar a cidade enquanto campo de operações programadas, não considerando a natureza multifacetada do contexto social, como local da ação e possibilidades diversas, situadas no tempo e no espaço.

David Harvey (1998, p. 21), por exemplo, destaca que tal experiência cruza todas as fronteiras da geografia e da etnicidade, da classe e da nacionalidade, da religião e da ideologia. O modernismo seria predominantemente positivista, etnocêntrico e racionalista na medida em que afirma a crença no progresso linear, nas verdades absolutas e no planejamento racional. Assim, as condições padronizadas para organizar a sociedade ocidental apreendem o espaço como “algo a ser moldado e sempre subserviente à construção de um projeto social.” (Harvey 1998, p. 69). Nesse sentido, os planejadores urbanos modernistas se declaravam “inimigos da diversidade”, por considerá-la desorganizada e irracional. Haveria uma profunda incompreensão do que são as cidades, à medida que desconsideravam a interação social que depende crucialmente da diversidade ou o que o autor denomina de uma cidade experienciada.

Outra perspectiva importante, nesse sentido, é a apresentada por Lefebvre (2011). O autor destaca as noções de “espaço concebido” e “espaço vivido”. O espaço concebido é caracterizado por ter sido construído a partir da lógica de uma sociedade burocrática, uma lógica autoritária. Está submetido a certa padronização, espaço como referência abstrata. É o espaço que produz a homogeneização artificial do conceito de cidade, negando a experiência cotidiana, ou seja, a concepção de espaço vivido.

Mark Gottdiener (2010), converge com a abordagem acima e destaca a necessidade de reconceituar e de substituir todo paradigma convencional: os de determinismo econômico, funcionalistas e positivistas. Nesse sentido, o aspecto teórico mais importante da produção do espaço seria sua natureza multifacetada, como local da ação, contrariando o momento atual em que o espaço absoluto de dominação política e econômica reina sobre o espaço social da vida cotidiana.

Já Michel de Certeau (1996, p. 173) utiliza a noção de “Cidade-conceito” para caracterizar os preceitos racionais e de planejamento presentes nas representações de produção de espaço. O autor afirma que é a linguagem do poder que se urbaniza, uma vez que os cálculos e discursos estratégicos formatam e delimitam a cidade a partir das perspectivas de saber e poder. Dessa forma, ao falar do projeto de uma racionalidade urbanística, remete a Michel Foucault que destaca a cidade como campo de procedimentos disciplinares, cujas estruturas de poder são deslocadas para dispositivos e procedimentos técnicos, que transformam toda multiplicidade humana em sociedade disciplinar.

Com efeito, os projetos de deslocamento não levam em consideração os elementos subjetivos, tradicionais e culturais que caracterizam o território, uma vez que estão embasados em lógicas “epistemológicas positivistas” (CERTEAU 1996), no domínio e difusão de valores do discurso ocidental. Seu caráter, também etnocêntrico é identificado nas implicações resultantes de seus desdobramentos ou efeitos. Em grande maioria se identifica um elemento comum - os deslocados podem ter seu modo de vida prejudicado e em muitos casos podem vir a piorar, à medida que boa parte dos projetos implantados não leva em consideração a realidade das pessoas, muitos ocorrem por imposição e predominantemente a população não participa das decisões.

A abrangência dessa noção universalizante de planejamento urbano se estende até nossos dias e foi utilizada como referência no processo de implementação do PAC, ou seja, embora aquele contexto caracterize uma realidade plural, a prática política do remanejamento ocorreu a partir de uma percepção única, enfatizado uma concepção padronizada do discurso oficial. Nesse sentido, existe um referencial que nega o local e o outro como sujeito do discurso, impondo perspectivas que enfatizam o seu caráter economicista e autoritário.

2.3 O discurso dos moradores e os impactos de um projeto estatal sobre suas vidas

Diante do quadro teórico exposto, vislumbra-se a partir do programa do PAC Rio Anil São Luís, que a ótica dos atores sociais públicos – técnicos do governo e Estado – foi fundamentada em um discurso elaborado nos termos de uma lógica universal, que submete a diversidade sociocultural dos seguimentos sociais locais a um único modelo. O que é identificado no discurso do governador Jackson:

O PAC é a superação do atraso em que esta cidade está mergulhada [...] aliás, todo o estado do Maranhão. É o caminho para sairmos do atraso econômico, social e também político. (Entrevista cedida ao Jornal Pequeno, 12/11/ 2008).

Esse discurso está embasado numa perspectiva clássica da noção de desenvolvimento e do seu aspecto linear de cunho evolucionista, que traz a noção de progresso e prosperidade. Remanejar as famílias de área inadequada à moradia ou dos “aglomerados subnormais” implicaria em processo de mudanças sociais em direção a um ideal de modernização interpretado como um estágio a ser alcançado.

O projeto PAC Rio Anil Camboa, numa primeira etapa de construção e instalação das obras, removeu centenas de famílias que habitavam a margem esquerda do Rio Anil e península Ipase, prolongando-se pelos bairros periféricos da Camboa, Liberdade e Fé em Deus. A maioria das famílias estava estabelecida nessas localidades há mais de 40 anos, vivendo em palafitas ou casas populares, de uma forma peculiar, com universos simbólicos construídos em longa duração, com dimensões diferenciadas de vida. Agora eles se veem em outro contexto social bastante diversificado.

Toda a complexidade das relações existentes no universo social a ser remanejado foram desconsideradas. Desse modo, pode-se afirmar que o deslocamento dos moradores significou “uma verdadeira desterritorialização, pois muitas vezes a nova localização, com condições físicas diferentes, não permitiu a retomada dos modos de vida dos seus locais de origem, sem contar o desmoronamento da memória e da identidade centrada nos lugares” (ZHOURI, 2010, p. 25).

Portanto, estudar o processo de remanejamento do PAC Camboa - Rio Anil permitiu perceber que a complexidade das relações existentes no campo social, foi desconsiderada pelos empreendedores. Portanto, apesar de que um dos itens do planejamento do PAC nacional destaque a importância de participação da população, o que tem sido ressaltado é um caráter hierarquizado que reafirma o papel do Estado como centro de decisão. O depoimento de Pedro Fernandes, Secretário das Cidades do governo do Maranhão retrata que:

[...] nós estabelecemos um diálogo com o Ministério das Cidades, com a Caixa Econômica e com algumas lideranças. E por que nós não estabelecemos diretamente um diálogo com essas pessoas que serão beneficiadas? Porque antes era só uma ideia do terreno, agora não, nós concretizamos o terreno e estamos concretizando o projeto...porém nós estamos fazendo um projeto de tal maneira que tenho certeza de que as pessoas gostarão de morar porque dará muito melhores condições, serão menos densos, com ruas, ônibus entrando; estamos discutindo a parte urbanística. [...] (Citado em PINHEIRO, 2013, p. 120).

A forma verticalizada de implementação do projeto é praticamente ignorada pelo secretário, em virtude de que tudo se fundamenta no aspecto de modernização que caracteriza

o espaço de moradia recém-construído. Nos termos dos valores de Pedro Fernandes, é imprescindível, por que “menos denso” e agora com “ruas asfaltadas”. Portanto, existe no discurso do Secretário das Cidades, um referencial que submete a perspectiva do saber local, sua diversidade e visões de mundo. Ao sujeito esvaziado da possibilidade de discurso, impõe-se justificativas de caráter moderno, posto que “urbano”.

O programa desconsiderou as noções e limites de pertencimento e tornou inviável formas de pensar e agir enraizadas culturalmente. A impossibilidade de caracterização de um contexto dialógico é reafirmada com o discurso da assistente social da Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID):

[...] Embora a gente não tenha essa participação popular através das entidades diretamente com os beneficiários há. Esses tem o controle social. Eles sabem quem mora e quem não é morador, eles tem todo o conhecimento de quem tem direito [...]. A participação inicial foi através de pequena audiência pública para apresentar a proposta do projeto, uma proposta de certa forma midiática, porque muitas coisas que foram apresentadas, hoje não se pode cumprir por falta de um estudo mais específico. [...] hoje nós temos uma grande dificuldade de mudar o enfoque da intervenção da obra pra dizer que essa é uma obra social. [...] (Citado em PINHEIRO, 2013, p.45).

Dizer que a população tem o controle social por que “sabe quem mora” e “quem não mora” nas palafitas, e que por isso está “em condição de direito” para o remanejamento, só retrata o caráter técnico e unilateral do PAC. Nesse sentido, as pessoas são utilizadas como ornamento da ação do Estado (ZHOURI, 2010). Parece mesmo mais um estratagema a que se recorre para garantir o apoio e a legitimação da população que será atingida pela obra.

Convergindo com essa perspectiva, é exemplar o depoimento do advogado Guilherme Zagalo, que na ocasião era membro do Conselho Estadual das Cidades, representando a OAB:

Isso é natural, o processo se dá de forma autoritária mesmo. As decisões ficam entre os gestores públicos e as empresas que vão executar o projeto. Para o PAC tudo foi assim... Sem participação popular. O contato com a comunidade é para participar as decisões e legitimar o processo. Não há um diálogo onde se discuta outras prioridades[...] (Conversa com Guilherme Zagalo, realizada em 04/07/2015).

Não é apenas em discursos de âmbito institucional, que pode ser identificada a condição autoritária de implementação do projeto PAC. O depoimento de Creuzamar de Pinho, coordenadora da “União Estadual por Moradia Popular de São Luís”, afirma aquela tendência:

Considero a participação zero nesse processo. Por exemplo, os movimentos não foram chamados para a construção desse projeto, nem mesmo o conselho das cidades. Nós brigamos para que a discussão passasse por lá, que fosse pelo menos informado, pois é um projeto gigantesco da cidade. Que pelo menos as informações fossem passadas ao conselho das cidades...tanto é que nós forçamos em uma das reuniões do conselho uma visita ao canteiro de obras. Aí foi que a gente foi conhecer os apartamentos ainda em construção... Mas discussão, ser chamado para interagir com o projeto do PAC Rio anil não fomos chamados. Nem no lançamento do PAC, quando vieram ministros, o movimento foi chamado... (PINHEIRO, 2013, p.125)

Na realidade, os termos do programa nacional do PAC exigia a constituição de uma comissão para fazer o acompanhamento das obras. A Comissão de Acompanhamento de Obras (CAO) era composta por funcionários da SECID, representantes das empresas construtoras, assistentes sociais e por representantes dos moradores a ser deslocados. Quando a comissão é referenciada nas entrevistas, é destacada a partir da representação da assistência social ou da SECID. Desse modo, o papel da representação dos moradores é quase invisível, porque segundo confirmou-se em entrevista, o Sr. Sebastião: “quando as empresas chegaram aqui tudo já estava decidido”. Não é reconhecida, por exemplo, por desempenhar uma função cognitiva, um papel ativo capaz de apresentar alternativas ao projeto a ser desenvolvido. Portanto, parece que foi caracterizada mais em função de um aspecto formal: atender as condições exigidas pelo PAC nacional.

É emblemático como, no contexto retratado, os bairros não conseguiram se aglutinar ou congregar interesses, de forma que levasse ao enfrentamento de algumas medidas contrárias às suas próprias demandas. Com efeito, segundo a depoimento dos moradores, a maior prioridade era “morar em casa de chão” inclusive, porque seria uma forma de manter um vínculo ou pertencimento com práticas cotidianas anteriores. Além disso, possibilitava desenvolver atividades que garantiam a sobrevivência das famílias tanto através da pescaria ou da criação de galinhas, jumentos e porcos, por exemplo.

Esse contexto vivido e narrado, seus modos de viver, foram ressaltados em algumas reuniões com os funcionários da SECID enquanto condição primordial para a sobrevivência das pessoas, inclusive, recorreram a esse discurso e suas experiências para fundamentar a preferência de morar em casas e não “trepado lá em cima”. Todavia, embora em algumas entrevistas as pessoas tenham manifestado o descontentamento em relação à mudança para apartamentos, não conseguiram estabelecer uma resistência visível e ostensiva. Por outro lado, o poder político não estava disposto a homologar nenhuma decisão que fosse de encontro à sua orientação inicial.

É importante ressaltar que manter os moradores nas proximidades de onde residiam, era um dos critérios do PAC nacional justificado pelo discurso de que viria

amenizar os impactos desencadeados pelo processo de mudança. Conforme o depoimento da Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhaes:

[...] A concepção de que a urbanização tinha como uma das diretrizes a permanência das pessoas é porque nós temos a experiência que já mostrou que quanto menos você faz a remoção melhor, surgem menos problemas [...] A remoção é necessária, mas se você puder fazer isso com as famílias permanecendo na área é melhor. Então essa é uma das diretrizes de que o reassentamento de famílias deve ser minimizado. (Citado em PINHEIRO, 2013, p.108).

Novamente é possível apreender, na citação acima, o caráter técnico e generalizante, resultante das intervenções sobre a cidade. Ser próximo ou distante é muito relativo. Nestes termos, o problema maior provocado pelo remanejamento, segundo o discurso oficial, pode ser a distância ou proximidade física do espaço a ser construído; enquanto para a população atingida pelo projeto pode ser os laços de vizinhança e solidariedade tecidas durante décadas de convivência. Essa descontinuidade de pontos de vista incidiu em sérios problemas para os moradores atendidos pelo projeto do PAC Rio Anil.

2.4 Novos contextos, novas possibilidades

A vivência nas palafitas tem uma profundidade temporal relativamente grande, algumas pessoas chegaram a morar 40 anos naquele contexto, erigindo memórias, construindo pertencimento. A percepção e conformação de sua existência se deram através de negociações históricas e condições particulares, de orientações sociais e simbólicas que se constituíram na mais significativa expressão de suas identidades. Seus habitantes são provenientes de um processo migratório do interior do Estado, oriundos de cidades pequenas ou mesmo de áreas rurais. O fato de estar morando em “habitações irregulares” retrata uma crise existente em relação à habitação e em relação à forma de sobrevivência de parte significativa da população maranhense.

Vir para a capital fazia parte de um sonho ou de uma expectativa de trabalho e de melhores condições de vida, o que não era oferecido em seus lugares de origem. Em São Luís, teriam a alternativa de “sobreviver” da prestação de pequenos serviços como: carroceiros, pequenos comércios, serviços gerais como: cozinhar, faxinar, lavar roupas, etc. Ainda trabalhar com criação de animais, pesca ou da coleta de caranguejos e siris no mangue, “isso tudo no quintal da casa” como dizem. Mariscos e peixes são também vendidos em feiras de São Luís.



Figura 7 - Comércio na palafita

Fonte: Foto cedida pelo Sr. Poló

Após a mudança para os apartamentos, grande parte dessas atividades foi abandonada. Muitos que antes eram denominados carroceiros tiveram que abrir mão de seus animais; alguns pequenos comerciantes (barbeiros, donos de lanchonetes, mercadinhos) também não conseguiram encaixar sua forma de trabalho à nova realidade, pois o fato das pessoas morarem no segundo, terceiro ou quarto andar inviabilizou o acesso de compradores e clientes; a lavagem de roupa em grande quantidade ficou inviável em virtude de que não existe espaço para secá-las; os pescadores também enfrentam grandes dificuldades pois estão impossibilitados de transportar e guardar seus instrumentos de trabalho como rede, isopor, chumbo, corda e boia; outros, que tinham uma relação sócio/econômica com o mangue, “assistiram” à desarticulação de sua representação social entre natureza/cultura.

Portanto, a partir do PAC Rio Anil Camboa, houve uma ruptura ou a destruturação de relações econômicas que possibilitavam a sobrevivência de seus moradores. Isso provocou um grande impacto sobre as atividades econômicas existentes e, consequentemente, desemprego e marginalização, na medida em que antes do deslocamento boa parte dos moradores utilizava de recursos locais para sua sobrevivência.

Se eu tivesse condição de voltar de novo pro assoalho, eu voltava. Sabe por que? Eu era acostumado no interior a criar minha galinha. Eu era tão feliz e aqui na palafita eu também podia criar meu porco. Agora, para quem é acostumado a criar alguma coisa ficou ruim. Eu moro lá em cima, não crio mais nem mesmo um pinto. Meus porco pagava a conta de luz. Se tivesse 30 ou 50 quilos, já dava pra matar e pagar minhas continha ... Sabe, o que me preocupa é que no apartamento se eu não tiver um trabalho ou o salário atrasar, “tô ferrado” porque as vezes eu atraso até dois meses e eu tenho de me sustentar, comprar roupa. Agora piorou, pois antes eu ia

pegava um bichinho e matava pra pagar o que devia (Entrevista com Sr. Domingos, realizada em 05/01/2015).

A memória resgata um tempo de conforto, segurança e abundância. São valores, visões de mundo, sonhos e experiências que estão sendo confrontados em seu cotidiano. O depoimento acima destaca uma espécie de desorganização das condições de vida do Sr. Domingos. Os impactos negativos sobre as alternativas de sobrevivência, além de desestruturar aspectos materiais levando a uma situação de maior dificuldade e penúria, provoca angústia e tensão de valores expressos na incapacidade de mensurar a realização de seus planos de vida, pois não é fácil conseguir emprego ou o salário pode atrasar. Tal fato pode impedi-los de honrar os compromissos, como pagar suas contas, mas também de sustentar-se, vestir e comer. Na medida em que compreendem que não conseguirão acionar seu modo de vida e suas relações cotidianas um dos desejos que acionam é tentar abandonar o local, aluga-lo ou colocar para vender.

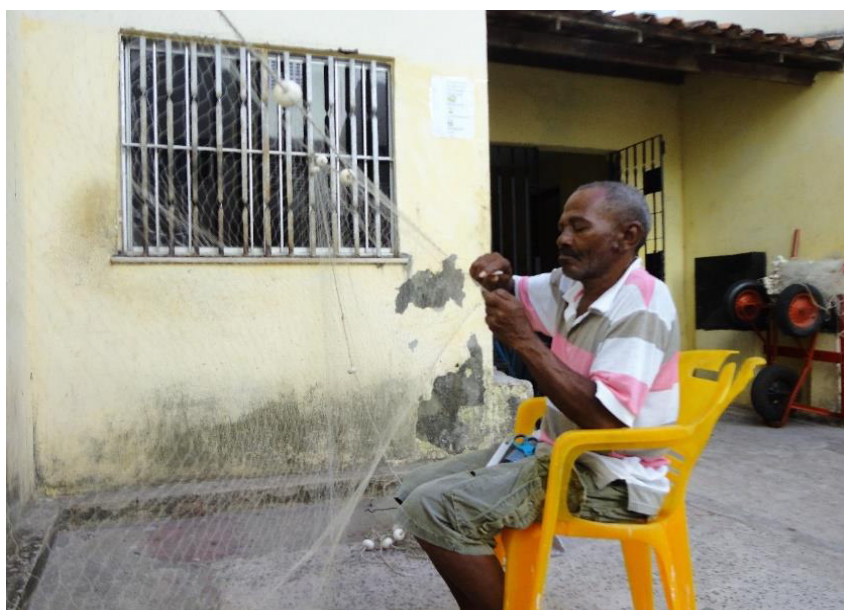


Figura 8 - Pescador chumbando rede na calçada do Condomínio do PAC Camboa

Fonte: Autoria própria

Em relação aos pescadores, por exemplo, na palafita, além da casa, faziam um “puxadinho” de uma área para guardar o material de pesca: “a rede fedendo a peixe, os ferros, o remo...”, conforme descreve o Sr. Juvenal. Assim, o pescador assegurava um local exclusivo para os instrumentos de seu trabalho e a higiene e organização da casa à qual seu proprietário tinha autonomia de modelar de acordo com suas necessidades.

Meu barraco era grande. Era 50 metros de frente e mais uma área... pra trás eu tinha onde guardar meu material de pesca e tinha onde guardar minha canoa. Eles vieram e me tiraram de lá e me jogaram para o apartamento... ai eu pergunto mas eu vou pra apartamento e onde vou guardar meu material de pesca? (Entrevista com Sr. Juvenal, realizada em 18/01/2016).

Uma situação cujas expectativas foram violadas. Durante o processo de remanejamento, a SECID assegurou aos pescadores que estes receberiam balcões construídos nas proximidades da maré, para guardar o material de pesca até que a situação se resolvesse. A resolução da Secretaria foi colocar alguns pescadores em quiosques provisórios, próximo à ponte Bandeira Tribuzi, enquanto aguardavam os box de alvenaria serem construídos.

São 18 box. Aqui uns tinham comércio de vender arroz, sabão... então esse ganhou como comerciante. Eu trabalho com movimento de pesca, ganhei o meu como pescador, outros tinham seu ponto porque vendia carvão... Então são pescador, carvoeiro e comerciante. Cada um ganhou o box por causa disso. E o certo era eles olharem pra nós e fazerem pra nós o ponto de alvenaria que eles prometeram porque aqui é pra ser provisório, mas até agora – mais de 3 anos e nada – nada de resolver.

A instabilidade que caracteriza suas vidas diante da expectativa do futuro, ressalta a falta de planejamento e negligência dos órgãos públicos oficiais, na resolução do problema. Durante tanto tempo aguardando uma decisão, por parte do Estado, eles ficam entre a indefinição de indenização ou se terão seus pontos de trabalho definitivos construídos.

Outro importante para ressaltar é a falta de autonomia dos remanejados para decidir sobre seu próprio destino e que pôde ser observada no momento em que as famílias estavam sendo fichadas: cadastrava-se pelo nome de um proprietário da palafita ou da casa, sem a preocupação com a quantidade de pessoas que compunham a família e ocupavam a residência. Desse modo, pode-se observar apartamentos com duas, quatro ou até mesmo dez pessoas. Uma grande mudança à medida que, anteriormente, as fronteiras que delimitavam a residência ou o espaço da família eram móveis, podiam ser alargadas para o espaço vazio do quintal ou do mangue. Sempre podia se agregar um parente ou um amigo

Outro fator a ser considerado é que não houve preocupação por parte do Governo para o remanejamento, em fazer uma seleção que levasse em consideração a vizinhança como laço social importante. A vizinhança, vale ressaltar, é um elemento fundamental para a organização da sociabilidade, favorece trocas e sentimentos de pertencer. Ela é,

Primeiramente física, pois tem a ver com a percepção de cada indivíduo sobre seus limites do território mais próximo à moradia, mas é também simbólica e social, pois se refere aos vizinhos, parentes ou amigos, às pessoas que fazem parte da rede de relações que criam forte sentido de pertencimento a um território (ZALUAR, 2009, p. 187).

Nesse sentido é crucial destacar que em várias entrevistas, os moradores frisaram, veementemente, que durante o processo de deslocamento desconsiderou-se os conflitos pré-existentes e, embora tenham sido ressaltadas as consequências de um ordenamento aleatório, como a incompatibilidade de convivência entre pessoas de diferentes ruas e bairros, “não foram ouvidos pelos funcionários da SECID”. O que foi mantido foi o critério matemático pré-estabelecido.

Por conseguinte, durante o remanejamento o Governo recorreu a mecanismos generalizantes em detrimento das demandas dos grupos e das realidades localizadas: o processo de distribuição dos moradores nos apartamentos ocorreu através de sorteio, sendo assim, provocou descontinuidades e rupturas, favorecendo o rompimento do tecido social comunitário, das fronteiras territoriais e pertencimento existentes. Consequentemente, as pessoas têm destacando com grande frequência o padrão de conflito em sua convivência, a segregação ou dificuldade de tolerância em relação ao outro.

Não está sendo defendido aqui que morar “em assoalho”, morar em condições de pouco saneamento seja algo melhor. Também não há como pressupor que o comportamento e as atitudes de vizinhança nas palafitas sejam homogêneas: ocorrem conflitos, divergência e inimizades. Todavia, apesar das diversidades prováveis, os depoimentos destacam relações criadoras de solidariedade. Suas fronteiras sociais foram erigidas em momentos que compartilhavam uma “conversa na porta de casa”, uma cerveja, um funeral. Segundo dona Adelina, era um contexto onde todo mundo se ajudava, “era pobre, mas se ajudava”.



Figura 9 - Cedida pelo Sr. Poló, que afirma: Sentávamos na porta sem medo de bala perdida

Fonte: Foto cedida por Sr. Poló

Portanto, havia o compartilhar de interesses, objetivos e valores que favoreciam a identificação dos sujeitos com a realidade do grupo, a referência permeada por forte conotação afetiva, por um sentido de fazer juntos, são elementos que se constituem como fundamentos da vida coletiva. Os remanejados, portanto, tratam de um tempo em que não se mede pelo calendário, mas pela maneira como era vivida e que está circunscrito em suas memórias (HALBWACHS, 1990). A solidariedade, o dom e contra dom, um tipo de aliança que circulava pelo interior do grupo e reforçava o nível de integração da rede social do lugar. Rapidamente essa rede social foi se fragmentando, as fronteiras físicas exacerbadas e as relações sociais expressaram uma nova tendência.

Além da destruição do sistema de circulação e obtenção de recursos, vieram somar-se crises de pertencimento, dúvidas e incertezas. Quando fazem referência à convivência nos apartamentos, as distinções é que são enfatizadas. Tem se manifestado um incômodo processo de complexificação e diferenciações em virtude de que as pessoas são identificadas a partir de várias procedências, “não se sabe de onde veio”.

O sujeito conhecia todo mundo, crescia e pescava junto, era aquela camaradagem. Tinha a maré, o vento. Aqui onde a gente tá vivendo hoje só se vê gente mal encarada. Na verdade, esses bandidos tudo são lá do Bairro da Liberdade. Você não conhece ninguém. Não tem como misturar... A violência é demais, não dá nem pra contar (Entrevista com Sr. Jorge, realizada em setembro, 2015)

O contraste resulta de um processo de estranhamento e confronto. A insatisfação está relacionada a um convívio onde “se vive com medo” e é um referencial importante pois demarca um novo contexto. Essas transformações do tempo e do espaço, para usarmos uma afirmação de Stuart Hall (2006), diz respeito às novas fronteiras, mais plásticas do que no passado. Com uma vizinhança mais fragmentada, os códigos acionados não encontram mais a reciprocidade anterior.

Essas falas que reforçam as características contrastivas e estão carregadas de elementos valorativos, demarcam fronteiras que surgem da ameaça por se verem invadidos em seus domínios. O contraste que resulta de um processo de confronto, em contrapartida, referenda a identidade do grupo encrustada na memória, na lembrança de que “antes não era assim, de que se ficava de porta aberta, de que se conversava e se ajudava um ao outro”. Nada disso foi considerado no momento de desenvolvimento do projeto do PAC Rio Anil. Não se mediu as consequências dos possíveis conflitos que poderiam ocorrer quando as pessoas

foram mais ou menos impelidas a viver numa situação de intensa instabilidade, em função da composição confluyente de grupos sociais extremamente diversos.

Portanto, embora não possuíssem uma organização institucional visível, a noção de fronteira afirmava uma construção social e simbólica de limites entre diversos grupos, diferenças constituídas em longos anos de convivência. Em sua constituição original, em cada um dos bairros remanejados, já eram percebidas fronteiras nítidas de distinção na composição interna do espaço, em seus becos, vielas e ruas. A Camboa, segundo divisão espacial reconhecida e descrita por seus moradores, era composta por Vila Gorete, Areal, Cais, Vila Verde etc. Já o bairro da Liberdade estaria dividido como Beco, Galeria, Maruim, Mangue Seco, Mário Andreaza e outros. Em relação àquele contexto os moradores ressaltam os detalhes do choque dessas diversidades, o conflito e pertencimento diferenciado entre grupos e gangues, as rivalidades e os constrangimentos que orientavam e restringiam sua mobilidade a territórios específicos, de modo que moradores do Areal não frequentavam a favela do Maruim, por exemplo.

Esse tipo de contextualização tem sido identificada por Zilli e Beato (2012). Segundo os autores, alguns exemplos ressaltam que em reassentamentos efetivados pelo poder público, a junção de pessoas das mais diversas origens em uma mesma localidade, tem favorecido a expansão da violência. Contraditoriamente, os projetos de conjuntos habitacionais, criados para solucionar demandas de moradia, acabam se tornando palco de graves problemas de segurança, pois são constituídos sem a preocupação com a “referência normativa ou valorativa em comum” (ZILLI; BEATO, 2012, p. 05), que orienta seu contingente populacional. Desse modo, esses territórios se tornam “potencialmente vulneráveis” à estruturação de atividades criminosas.

Portanto, existe uma dinâmica que relaciona o esvaziamento de orientação normativa comum e práticas de violência⁷⁷. Assim, na medida em que as dimensões de pertencimento de caráter mais familiar vão se fragmentando, os conflitos e tensões latentes acham terreno fértil para projetar o fenômeno da violência. Esse aspecto é ressaltado no discurso dos moradores do PAC Camboa, conforme identificado nas citações acima. Outro fator que parece contribuir para a contextualização ou intensificação de atividades criminosas é a expansão das facções em São Luís.

⁷⁷ Não são determinantes absolutos. Para os autores (p. 07-08), aspectos sociais também contribuem para estabelecer condições de violência. Famílias desestruturadas, gravidez precoce, pouco tempo em escolas, além do alcoolismo. Além do envolvimento com gangues apreendido como uma forma de referência e proteção contra a violência de gangues rivais.

As reflexões sobre facções no Maranhão são escassas. Um artigo de Teixeira e Madureira destaca, a partir de análises extraídas em jornais e textos digitais sobre o tema, que as origens das facções maranhenses ocorreram na primeira década desse século. São identificadas a partir de motins e rebeliões que aconteceram no presídios maranhenses em 2007, quando grupos de presos exibiam faixas com o *slogan* “paz liberdade e visita” e reivindicavam, ainda, transferência de presos para outros pavilhões, com melhores condições de saúde e alimentação. Nesse período são identificados grupos provenientes de cidades do interior do Estado denominados “Baixadeiros”⁷⁸ que, anos depois, passou a chamar-se Primeiro Comando do Maranhão (PCM). Ainda segundo as autoras, uma dissidência gerou a facção: Os “Anjos da Morte” que, posteriormente, formou o “Bonde dos 40”.

Outras rebeliões aconteceram nos anos seguintes na Central de Custódia Presos de Justiça de Pedrinhas⁷⁹. Segundo o jornalista Douglas Cunha (2016), a partir de 2009, após o retorno de presos que estavam reclusos em presídios federais no Mato Grosso do Sul, teria surgido o Primeiro Comando do Maranhão, ligado ao Primeiro Comando da Capital de São Paulo (PCC) e o Bonde dos 40 (os cria da Ilha)⁸⁰, considerado genuinamente maranhense. Nesta pesquisa de campo os moradores dos apartamentos destacaram que “essa violência do jeito que está hoje” surgiu por volta de 2014, mais ou menos. O Sr. Nobreza e Sr. Israele, destacam seu caráter mais agressivo e a maior intensidade de episódios de morte, bem como maior incidência de venda de drogas a partir desse período.

O depoimento do Sr. Poló permite confirmar essa mudança no aspecto da violência e ressalta outros ângulos. Embora nas palafitas seja possível identificar a venda de drogas, algumas peculiaridades se destacam:

Era uma violência mais pacífica, comparando com a de hoje que é uma violência mais violenta, mais séria... A pessoa usava a droga dela a diamba⁸¹, mas era na sua casa. Não era na rua pra criança ficar olhando. Tinha respeito. Fumava na sua casa escondido. Não era como hoje... ninguém vivia mendigando debaixo de ponte, andando aí ... hoje é químico (Entrevista com Sr. Poló, em 28/06/17)

Observam-se mudanças tanto em relação à densidade da prática da violência que o Sr. Poló define como “mais pacífica”, quanto à diversificação do tipo de droga consumida,

⁷⁸ Baixada Maranhense é a região a oeste e sudeste da Ilha de São Luís.

⁷⁹ Em 2010, por exemplo, a rebelião resultou em 18 presos mortos. A Secretaria de Segurança Pública relacionou esses assassinatos à determinação do PCM, inspirada em ações do PCC. Embora não seja possível identificar exatamente a presença do Comando Vermelho, a facção também foi citada como apoiadora das rebeliões de 2010. Estudos posteriores e mais detalhados poderão melhor situar esse debate.

⁸⁰ Mais recentemente tem-se ouvido falar na associação do B.40 com o ADA (Amigos dos Amigos) proveniente do Rio de Janeiro.

⁸¹ Nome popular atribuído à maconha.

relacionada à expansão do uso do *crack* e da cocaína em São Luís. Outra questão apontada, nas palavras acima, é que “tinha mais respeito e se fumava em casa”. Isso contrasta com a prática mais recorrente no condomínio do PAC Camboa denotando um processo de indiferença em relação à possibilidade de constrangimento social, favorecido pela “nova vizinhança”. Por outro lado, vislumbra-se a própria mudança na demanda pelo consumo de drogas, o que tem favorecido o aumento das reclamações dos moradores em relação à entrada irrestrita de compradores, isso, inclusive, inviabiliza o “respeito” anterior quando se fumava em casa escondido.

O recrudescimento da violência é apontado pelo Sr. Nobreza, quando faz a relação entre os dois momentos:

Antes você sabia que o cara vendia a droga, mas ele te respeitava, não usava atravessador, não usava de menor, adolescente pra levar droga. Hoje o traficante chama o viciado e diz que se ele matar alguém ele vai dar 5 cabeças de droga... ele não quer nem saber. Ele vai lá e mata (Entrevista com Sr. Poló, em 28/06/17).

Hoje se alguém quiser arma de fogo eles até emprestam... hoje é só ponto 40. Não é mais 32, nem 38 é ponto 40. Tem até um ‘rambo’... uma metralhadora aí. Hoje tá muito complicado, tem de ouvir e fazer de surdo (Entrevista com Sr. Poló, em 28/06/17).

Um fator relacionado à mudança no processo e estruturação de atividades criminosas diz respeito à utilização e aprimoramento das armas de fogo, sendo cada vez mais comum se falar em pistola ponto 40, por exemplo⁸². A letalidade das mortes, correspondente ao aumento do tráfico de armas e drogas, destaca-se no índice crescente do número de jovens assassinados e envolvidos na guerra de facção estabelecida nos bairros Camboa e Liberdade. Além disso, conforme destaca o Sr. Poló na entrevista anterior, a utilização de menores como atravessador e adolescentes encarregados de levar droga, está circunscrita ao aprimoramento e “evolução” da prática do crime segundo já endossado por Zilli e Beato (2012) em relação a outros universos de estudo. Toda aquela contextualização vem favorecendo uma experiência cotidiana em torno do que é caracterizado como sociabilidade violenta.

Outro aspecto ressaltado em relação ao tempo em que moravam nas palafitas diz respeito à forma de resolução do conflito. Haveria um aspecto mais pontual na solução de cada contenda. Segundo dona Édna, se alguém tinha “uma queixa ia lá e resolvia logo, sem envolver outras pessoas”. Nesse mesmo sentido vale a pena destacar o exemplo do Sr.

⁸² Durante a oficina de fotografia uma criança de 10 anos nomeou algumas armas a partir da exposição de um vídeo que expusemos. Foi ela que me familiarizou com alguns detalhes que eu ignorava.

Nobreza ao afirmar que em 8 anos morando na favela só lembra de um assassinato: “uma briga de bar que envolveu mulher”.

A ausência de fatores como crueldade⁸³, por exemplo, ou uma dinâmica mais localizada da prática de violência, permite ao Sr. Luís construir uma representação que contextualiza diferenças importantes tanto em relação à organização territorial do crime quanto às formas de atitudes delituosas:

Antes tinha ladrão, mas não era como hoje, essa loucura. Hoje é rua com rua, beco com beco... uma rua é uma facção, na outra rua é outra... foram criado tudo junto e tão tudo se matando hoje... Antes era um ladrão bacana, que não mexia com ninguém se escondia debaixo de nossa casa e a gente não entregava pra polícia. Porque ele não roubava na área, não roubava morador... era tipo um Robin Hood (Entrevista com Sr. Luís, em 17/08/17).

Além do aumento do número de ladrões, destacados pelo Sr. Luís, é ressaltado um novo pertencimento do jovem que, mesmo sendo “criado tudo junto”, vai pautando seu comportamento a partir das determinações da facção à qual está inserido. Portanto, essa criminalidade que vem se consolidando, tem seu contraponto maior no papel desempenhado pelo “ladrão bacana”, não cruel, não assassino. Um ponto fundamental, nesse sentido, é perceber as diferentes experiências nos dois contextos. Hoje, ladrão também está relacionado à facção: ‘é rua com rua, beco com beco... tudo se matando’. Além disso, o ladrão bacana ressaltado anteriormente, era uma espécie de Robin Hood palafitado, o que demarca uma identificação com características de reciprocidade que, inclusive, se estabelece em oposição à polícia, quando o morador protegia o ladrão embaixo do assoalho de sua palafita.

Por fim, ao relembrem da convivência nas palafitas, alguns moradores relatam o sentimento de liberdade vivenciado na antiga moradia. Ao demarcarem a palafita como local de liberdade, solidariedade e segurança, circunscrevem “um tempo memorial”, mas ao mesmo tempo reafirmam um tipo de sociabilidade não mais compartilhada. É cada vez mais perceptível a associação entre conflitos e tráfico de drogas. O recorte da “guerra de facções” vem ressignificando seu modo de vida e favorecendo um contexto cada vez mais próximo às características da sociabilidade violenta. É esse aspecto que será abordado no capítulo seguinte.

⁸³ A crueldade é apontada por Cesar Barreira (2015) como um dos elementos da sociabilidade violenta.

CAPÍTULO 3 - SOBRE SOCIABILIDADE NO PAC

Era noite de segunda-feira, dia 27 de novembro de 2017, quando recebi através do aplicativo *whatsapp*, uma mensagem de Frida, moradora do PAC. A notícia, triste e chocante, tratava do assassinato de outra moradora: Sônia Maria. Entre outras coisas, a mensagem questionava se a morte teria sido consequência de confronto entre os traficantes e, também, descrevia que tudo estava silencioso no PAC:



Figura 10 – Aviso informando morte de moradora

Fonte: Mensagem de whatsapp

No dia seguinte, terça-feira, por volta das 9h30 da manhã, dirigi-me ao PAC. Logo na chegada, ao estacionar o carro em frente à Rádio Difusora, recebi as primeiras narrações do episódio. Carioca⁸⁴, um flanelinha que reside e trabalha nas proximidades do condomínio vigiando e lavando carros, estava visivelmente assustado e, como se já soubesse o motivo de minha presença ali, veio ao meu encontro e falou: “mataram a moça porque confundiram com a Maria Betânia”. Betânia é uma mulher de 35 anos, mãe de três filhos e usuária de drogas, é “chegada” dos traficantes; seria uma espécie de “corre”, ou seja, é

⁸⁴ Aos 40 anos, Carioca mora em outro bairro, mas transita livremente pelo condomínio. Muito ágil lava carros de moradores vizinhos do condomínio. É bastante ágil nos movimentos do corpo e com o olhar, esquadrihando as motos que circulam pela área. Sempre antecipou as notícias nos momentos em que me dirigia ao condomínio para pesquisa.

alguém que faz mandados e que vai aonde os traficantes não vão: ao mercado ou feira comprar algumas coisas de que precisam, como por exemplo cigarro e café⁸⁵. Além disso, segundo Carioca, estaria também marcada pela facção inimiga porque seria uma pessoa que “leva e traz” informações.

Entretanto, à medida que tive contato com outros moradores, outras versões para explicar o assassinato de Sônia apareceram e vieram reforçar a ideia de “bala perdida” ou “bala achada”, como enfatizam.

As explicações desvincularam a versão de que Maria Betânia era o verdadeiro alvo de busca da facção bonde dos 40. Segundo o senhor Maninho⁸⁶, quem invadiu estaria à procura de traficantes moradores do PAC e, como não os encontraram, atiraram assim mesmo para não “perder a viagem”. Dona Sandra, Frida, dona Lourdes e outras pessoas afirmaram que “Orelha estava procurando se vingar de traficantes que invadiram a área do Bonde dos 40 no bairro da Liberdade dias antes” e a bala não era para Sônia⁸⁷.

Assim que subi as escadas da calçada de entrada no PAC, observei que o pátio estava praticamente vazio. Não via as crianças andando de bicicleta, jogando bola e correndo, como de costume; nem idosos sentados em alguma calçada ou um pescador arrumando sua rede de nylon pesca. Entretanto, seis mulheres de pé na entrada principal, conversando calmamente e gesticulando, comentavam sobre o ocorrido no dia anterior: falavam do alto custo do valor da cova, faziam cálculos e ainda não tinham certeza em qual cemitério da cidade Sônia seria enterrada. Comentavam da demora do Instituto Médico legal (IML) e diziam que Sônia não registrara a filha, uma moça que morava no interior e de como isso era um empecilho para a liberação do corpo. Consequentemente, seu ex-marido, que mora em outro bairro da capital, fora acionado para resolver os trâmites legais. Em virtude disso, as mulheres já suspeitavam que o enterro não seria na terça-feira.

Para o enterro, foi providenciada uma “vaquinha” desde a noite anterior e teve a participação de alguns moradores contribuindo. Cada um que contribuiu deu o que pôde, porque era um ser humano, diziam. O pouco que foi arrecadado deu para ajudar com parte das

⁸⁵ É fundamental a função de alguém como “corre” em virtude de que os jovens envolvidos com facção tem sua mobilidade restrita, e evitam sair do condomínio, em função de que geralmente estão jurados de morte. Quando saem planejam tudo de antemão e tentam assegurar-se do risco agindo de forma estratégica e precavidos.

⁸⁶ Está com 40 anos. Trabalha como vigilante numa escola. Retomou os estudos recentemente na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Evangélico, sempre está atento em aconselhar ou “resgatar uma alma”. Já foi “muito errado” e acredita que todos podem mudar, assim como ele “se transformou”.

⁸⁷ Em um vídeo gravado pelos próprios matadores, que descreveremos mais à frente, ficou constatada a versão de bala perdida. Também ficou esclarecido, posteriormente, que o matador não teria sido Orelha.

despesas, amenizando as facetas da penúria vislumbrada quando na ocasião da escolha do cemitério mais próximo, o mais distante ou o mais barato⁸⁸.

À medida que eu adentrava o residencial, pude observar mais uma meia dúzia de pessoas na área de trás dos apartamentos, nas calçadas mais recuadas onde fica-se protegido pelas paredes dos prédios. Os sentimentos eram variados. Estavam tristes, revoltadas ou apreensivas com o ocorrido, pois “foi uma inocente”, comentavam indignadas, não era envolvida com os traficantes e ninguém a via “nem mesmo na calçada conversando”, só saía pra trabalhar ou para levar “seus cachorrinhos para caminhar” às 5 da manhã ou início da noite. Se fosse o Rener, por exemplo, o rapaz que sabe “que está jurado de morte”, seria até aceitável, mas Sonia não, ela foi a vítima de um episódio terrível, de uma situação imprevista, acompanhada de desespero. A morte de Sônia expôs de forma mais incisiva a condição de vulnerabilidade que é viver no PAC: pela primeira vez alguém morreu atingido por uma “bala perdida”.

Na última segunda-feira do mês de novembro de 2017, era dia ainda, por volta das 16h30, horário em que geralmente muitas pessoas ficam pela calçada e ruas do condomínio, quando todos ouviram os tiros e começaram a correr em disparada para um apartamento qualquer, o mais próximo que encontrassem aberto pelo caminho, ou correram e esconderam-se atrás de um prédio para proteger-se do imprevisto. As pessoas gritavam e estavam em desespero. No ritmo acelerado do perigo, cada uma salvou-se como podia.

Segundo os relatos iniciais teria sido “Orelha”, traficante de facção inimiga, que efetuara os disparos⁸⁹. Já seria a segunda vez, em menos de um mês, que alguém de outra facção conseguia entrar no PAC⁹⁰. Nesse dia 27 de novembro, invadiu pela larga entrada principal da frente do conjunto, que fica aberta permanentemente em virtude de que não tem um portão para fechá-la. Desceu do carro rapidamente, que ficou estacionado na avenida em frente ao residencial, adentrou uns 20 metros, mirou sua arma com o braço direito para a direção do fundo do PAC, com a “a técnica de um atirador profissional”, me descreveram, e fez vários disparos. A 100 metros de distância, mais ou menos, duas balas atingiram Sonia,

⁸⁸ É importante destacar que geralmente, nas ocasiões de morte de algum morador (independente da causa), se costuma fazer “vaquinha” para as famílias que não podem arcar com todas as despesas. Entretanto, esse tipo de doação solidária, esse sentimento comum é bastante pontuado e parece não ter uma ação duradoura que se estenda e prolongue a outros âmbitos de articulação dos moradores. Daí observa-se, por exemplo, a dificuldade de se formar um mutirão de limpeza, um movimento de abaixo assinado reivindicando ou denunciando abordagens abusivas da polícia e, inclusive, os velórios realizados no próprio condomínio que costumam ter uma participação bem restrita dos moradores.

⁸⁹ Alguns dias depois, após a divulgação de vídeo onde foi gravada toda a ação da invasão, ficou esclarecido que não seria Orelha o responsável pela morte de Sônia.

⁹⁰ Um mês antes, em pleno meio-dia, Orelha entrou no PAC atirando e conseguiu atingir dois rapazes envolvidos com a facção local. Tiro na perna a na costa. Falaremos mais à frente desse episódio do mês de outubro.

que acabara de chegar do mercadinho do bairro. Havia saído para comprar comida para seus cães. Quando ouviu os tiros estava de costas, provavelmente ficou aturdida e correu fugindo, mas ao contrário dos outros moradores não correu para o lado para proteger-se atrás de um prédio, continuou em linha reta, na mesma linha do tiro. Não conseguiu distanciar-se suficientemente, também não agachou-se como geralmente as pessoas do residencial costumam fazer – quase automaticamente, como um *habitus* incorporado, quando estão em fuga ou ouvem qualquer barulho que lembre o som de um disparo. Indefesa, de pé, Sonia recebeu dois tiros que explodiram sua nuca. Ainda tentaram levá-la para o hospital, mas já estava morta.

Importante destacar que houve uma série de conversas e posicionamentos afirmando que Orelha era o assassino, inclusive alguns moradores destacavam sua determinação, não apenas em invadir o PAC em outra operação, um mês antes, mas também sua astúcia. Como me descreveu dona Lurdes: era magro como “um graveto”, parecia um “demônio”, pela agilidade dos movimentos. Entre as pessoas fora construída uma associação de perversidade em relação a Orelha e de competência no mundo do crime: era conhecido por ser corajoso e audacioso. Isso, inclusive, favoreceu acusações da autoria do assassinato de Sônia.

No dia 5 de dezembro, entretanto, a imprensa maranhense divulgou em jornais televisivos, e pela *internet*, um vídeo que expunha o episódio do assassinato de Sônia. Tratava-se de uma gravação de celular publicada através de *WhatsApp* e que fora “jogada na rede” (*net*). O filme, de 1 minuto e 26 segundos, retrata o momento em que dois homens estão aproximando-se lentamente, em um veículo, pela Avenida Camboa até chegarem frente ao PAC⁹¹. Durante o pequeno trajeto, planejam se entrariam com o carro no condomínio ou deixariam estacionado na porta. Após uma breve conversa ficou decidido que seria mais seguro o rapaz que estava no banco do carona descer e efetuar os disparos. Enquanto o motorista aguardava no interior do veículo, continuava filmando o movimento da rua e os arredores da calçada do conjunto. Imediatamente ouve-se o barulho agudo de 10 disparos. Nesse momento a câmara do celular volta o foco para o largo portão de entrada do condomínio e o atirador surgiu correndo em disparada.

⁹¹ Para quem tiver interesse em assistir, o vídeo pode ser acessado através do YouTube. Está publicado dia 06 de 12/2017 com o seguinte título: “Bonde dos 40, mandando bala no residencial Camboa - São Luís Maranhão!”. Todo o episódio foi filmado, desde o momento em que os jovens se aproximam do residencial até a fuga. Uma informação que não pode ser desprezada, até o dia 21/08/2018, pude verificar que o vídeo no You Tube já constava de 2.193 curtidas de gostei e 605 de negativas.

Usando boné e óculos escuros, o rapaz visivelmente nervoso entra no carro. O motorista que o aguardava com a porta já aberta diz: “vem cara, vem... te calma”. E complementa: “é isso ai, é isso ai, ‘vambora’ nessa”. Ainda de arma em punho, uma pistola ponto 40, o atirador ajeitando-se no banco do carro grita: “nós vai dominar essa desgraça caralho”. Ao seu lado, demarcando seu pertencimento, o motorista finaliza também gritando, agora com a câmara do celular focando diretamente seu rosto: “aqui é bonde dos 40, porra!”⁹².

A cena acima, bem que poderia compor um filme, uma reportagem jornalística sobre a cidade do Rio de Janeiro ou uma série de televisão, mas descreve uma experiência na realidade dos moradores do PAC Rio Anil. A possibilidade de violência e conflito - que nos últimos três anos ficou mais premente em virtude da guerra de facções - naquele dia 28 atingiu uma dimensão mais dramática: evidenciou uma urgência. O perigo real e irremediável marcou o chão do PAC, sua rua principal por onde todos passam e cravou-se na memória das pessoas. O sangue derramado, num final de tarde de sol, como uma sentença, estabeleceu concretamente uma angústia de que a segurança é muito frágil, mesmo que a pessoa tome suas precauções.

A partir daquele episódio ficou mais evidente, para eles, que todos podem ser uma vítima, mesmo que não esteja envolvido com o tráfico ou que seja uma “pessoa de bem”⁹³. O perigo ressaltou uma nova potência, inédita, não era mais apenas uma apreensão ou algo passageiro como acontece em episódios de tiroteio ou guerra de facções. A vítima também não era alguém envolvida em facção ou o alvo certo de uma vingança tecida em outros momentos. Também não foi um tiro que deixasse “apenas” sequelas ou marcas físicas, mas fora fatal. A morte que era um ensaio, uma possibilidade a cada conflito, naquele dia foi inexorável. O medo, que de certa forma já perscrutava o comportamento das pessoas, ficou mais palpável.

O ocorrido com Sônia, nesse sentido, fundamentou com mais veemência uma espécie de medo derivado. O medo derivado ou secundário, conforme caracterizado por Bauman (2006), diferencia-se do medo primário, ou original. Este último é um “arquétipo de todos os medos”. É um medo inato e que compartilhamos com os animais. É um medo da morte gerado diretamente de uma ameaça instantânea, é súbito. Como acontece com outras

⁹² Ao focar seu rosto, o motorista exhibe não apenas sua imagem, mas possivelmente sua vaidade e poder. Essa visibilidade, entretanto, facilitou a sua prisão alguns dias depois. Tibério Queiroz foi preso no bairro do Barreto, na capital. Era proveniente de Pernambuco onde já respondia por dois processos com mandados de prisão expedidos por porte ilegal de arma de fogo. Agora responde também por crime de homicídio como coautor. O rapaz que atirou e matou Sonia chama-se playboy, foi preso meses depois.

⁹³ Em um item posterior farei algumas considerações sobre a noção de pessoa de bem, de acordo com a classificação dos moradores.

espécies, é entendido como instinto de sobrevivência e que pode levar à fuga ou à agressão. Está relacionado como resultado de um “*tempo imediato*”.

Já o medo secundário está relacionado a uma consciência da morte que é inevitável, e é inculcada socialmente. Se **prolonga no tempo**. Seria o sentimento de que algo nos espreita. Está associado não apenas a uma situação de insegurança, mas é motivado pelo reconhecimento da suscetibilidade humana frente ao perigo. Conforme o autor explica:

O medo secundário, pode ser visto como um rastro de uma experiência passada, de enfrentamento da ameaça direta – um resquício que sobrevive ao encontro e se torna um fator importante na modelagem da conduta humana mesmo que não haja mais uma ameaça direta à vida ou à integridade... é uma estrutura mental estável que pode ser bem descrita como o sentimento de ser suscetível ao perigo, um sensação de insegurança e vulnerabilidade. (BAUMAN, 2006, p.9).

O pressuposto da vulnerabilidade aos perigos, nos termos de Bauman (2006), “depende mais da falta de confiança nas defesas dispostas do que do volume ou da natureza das ameaças reais” (BAUMAN, 2006, p.9). Por exemplo, não importa qual o grau de possibilidade real da ameaça de ser o alvo de uma bala perdida ou não. A convicção de que a morte é vislumbrada em todo lugar faz parte da caracterização do medo secundário, alcança todos os “recantos e frestas do corpo e da mente” e transforma o transcurso da vida num constante “esconde-esconde” (BAUMAN, 2006, p. 42-43).

Em meio a uma possibilidade de vida tão multifacetada, como suportar a consciência enfática do perigo? A aflição e impotência diante do cenário de que uma nova ameaça possa ceifar sua vida a qualquer momento? Como proteger-se nesse contexto de incertezas? A resposta mais comum a essas perguntas, entre os moradores do PAC, que são mais identificadas nos momentos de revolta e medo intensos é: “eu não vejo a hora de ir embora daqui”.

Ora, considerando que o fator determinante do medo é imprevisível e que isso acaba por inviabilizar até mesmo o lugar do Estado como garantidor da segurança, resta aos sujeitos, individualmente, as tentativas de se proteger. Conforme podemos identificar no depoimento a seguir:

Eu fiquei totalmente abalado com a morte de Sônia... naquele dia ela passou por mim bem no canto daquela igreja, falou comigo e quando eu chego lá na frente eu escuto os tiros e eu volto e quando eu chego aqui a mulher já estava morta...e aquilo ali ficou na minha cabeça. Ela era muito minha amiga, ajeitava minhas unhas e aquilo me abalou muito, muito, muito... eu fiquei muito tempo com medo, eu entrava aqui com medo, eu saía com medo. Eu parava lá fora pra *mim* poder entrar e ficava analisando, eu fazia de conta que não era morador daqui, eu passava direto, eu observava. (Entrevista com Maninho, em 30 de janeiro de 2018).

Classificado como o “rastros de uma experiência” e uma “estrutura mental”, o medo secundário gera angústia. A ênfase na citação acima de que a morte de Sonia abalou “muito, muito, muito.” o Sr. Maninho expõe a intensidade do medo convertido em inquietação ao entrar e sair, observar, passar direto e ainda fingir não ser um morador do PAC. A internalização das estratégias de proteção adotadas, o temor realçado nos gestos, também foi identificado no depoimento de outras pessoas no momento em que precisavam sair do condomínio, mesmo que fosse apenas para atravessar a rua e ir ao mercadinho.

Sempre que eu saio nesses dias fico olhando ao redor. Até pra ir no comércio lá na frente eu ficava com medo. Se passava um carro devagar, com fumê ou uma moto eu ficava observando... olhava pra todo lado, pra ficar atenta, pra eu ter a noção do perigo, né... pode ser que aconteça alguma coisa... não sei se tu me entende. (Entrevista com Frida, em dezembro de 2017).

Na realidade dos moradores do PAC, a invasão de Orelha não foi um fato isolado na caracterização do que se denominou como sociabilidade violenta. O que existe de novo naquele episódio foi a fatalidade, a morte de Sônia, uma “inocente”. Portanto, faz parte do cotidiano dos moradores acontecimentos que compõem momentos de medo e tensão. Um contexto de realidade social totalmente permeável e descontínuo, com desdobramentos diversos e que pode ser apreendido a partir da forma em que cada morador lida com o medo, seu *habitus*, em seu compartilhamento da vida e da sociabilidade.

A primeira vez que Orelha furou o cerco, ou seja, conseguiu entrar no PAC, foi em 30 de outubro de 2017, um mês antes do assassinato de Sônia, por volta do meio dia. Entrou por um portão lateral, estreito, conseguiu encontrar um pequeno grupo de homens reunidos em um canto mais recuado e “meteu bala”. Acertou em dois homens que fugiram na correria, mas foram ferimentos mais simples: tiros na perna.

O episódio de outubro foi descrito por Frida e enviado através de mensagem de *WhatsApp*:

Relato do Ocorrido de Hoje 30 de outubro

Tarde de segunda-feira de hoje, há exatamente meio-dia no horário do almoço. Estava, eu, e meus pais sentados na mesa almoçando. No quarto, meu irmão mais novo aprontava-se para escola. Quando de repente ouvimos rajadas e mais rajadas sequenciadas de tiros, parecia uma metralhadora. Corri rapidamente para janela, logo vejo os traficantes do C.V correndo em direção à frente do PAC. Nisso que olho para o bloco 15, avisto Enedino e outro menino, que não sei o nome, euforicamente desesperados.

-Pombo?

-Pombo?

- POMBOOOOO? - Gritava Enedino e o outro menino.

(Pombo é como eles chamam Miguel)

- Qual foi? - Respondeu Miguel aparecendo na janela.

- Joga o ferro! Os "Alemão" invadiram, disse Lucas.

Nesse mesmo instante, lá no canto do bloco 1 na passagem estreita entre a difusora⁹⁴ e o PAC, onde está pichado o muro com "Proibido roubar na comunidade", entraram Orelha e outro traficante do B40 armados. Foram em direção do salão do Thiaguinho (Irmão do Bacurau) que fica logo atrás do bloco 1 encostado no muro da difusora e lá encontraram, M. Rafael, Pedro, e Renner (Pipoca) desarmados.

- 'aê' bando de comédia, eu que sou o terror de vocês, disse Orelha atirando em seguida pra cima dos 3.

M. Rafael correu para frente do bloco 10 escondendo-se. Por pouco não foi acertado. Pedro correu, mas logo sentiu que foi acertado nas pernas e caiu na frente do bloco 10, mesmo assim não quis ir para o hospital. Renner (Pipoca) foi acertado nas pernas e está no hospital.

Orelha e outro traficante entraram no Peugeot prata que aguardava eles na frente do PAC e dentro desse carro havia outros 3 traficantes do B40 esperando.

15 min depois do ocorrido os traficantes do C.V daqui do PAC reuniram-se e foram confrontar os traficantes do B40 na galeria (Bairro da Liberdade) e balearam 1 pessoa.

Após o relato, Frida enfatiza em outro comentário, com um *emoticon* do *WhatsApp*: “Orelha 🦟 como sempre metendo o bicho”. A descrição acima contextualiza e permite um entendimento menos generalizante em relação à questão da violência em São Luís. Os nomes citados das pessoas baleadas (uma das quais está jurada de morte: Renner), além de retratar a difusão de práticas violentas, imprime o crescimento progressivo e contundente da criminalidade relacionada à questão de facções e do tráfico de drogas na capital, sobretudo entre os mais jovens.

As invasões ou tiroteios não ficaram sem a “devida revanche”. Segundo Frida, durante a tarde inteira daquele dia 30 de outubro, entre 13h e 16h, mais ou menos, “foi o terror” tanto pelo barulho do tiroteio nas proximidades, quanto pelo entra e sai dos rapazes buscando munição e que, no “corre corre”, gritavam apressados para o responsável pelas armas: “Pombo, joga o pente”. Após retornarem do tiroteio soube-se que balearam um rapaz da facção rival. O grupo passou o restante do dia reunido na parte do fundo do condomínio, um espaço mais reservado. Os outros moradores, com medo da violência, ficaram recolhidos

⁹⁴ Refere-se à Tv Difusora. Emissora maranhense de propriedade da família do senador Édson Lobão. O condomínio PAC Rio Anil e a TV Difusora são separados por um muro alto.

em seus apartamentos e as ruas incomodamente desertas. Naquele dia, apenas os traficantes circulavam pelas ruas e calçadas.

O mesmo tipo de reação aconteceu na noite do dia em que mataram Sônia, os traficantes, moradores no condomínio do PAC Rio Anil também “deram seu troco”, dirigiram-se para a redondeza da Camboa, área do Maruim, próximo à avenida Quarto Centenário e até mesmo ao bairro da Liberdade. Passaram a madrugada em troca de tiros e, embora não fosse dentro do PAC, cada tiro no bairro vizinho era ouvido por seus moradores. Segundo a explicação de cada um, os tiroteios da noite estavam relacionados diretamente com o episódio da tarde promovido por Orelha. Vale ressaltar, entretanto, que não era uma vingança em virtude do fato de que Sônia fosse uma parceira, “uma irmã” ou estivesse associada à qualquer sentimento de pertencimento com o grupo de rapazes do crime ou de identificação com a facção dos mesmos. A revanche se dava em virtude de que a afronta em um outro território – o bonde dos 40 invadiu em território do Comando Vermelho (CV) - significou um duelo lançado.

Por outro lado, embora exista um comportamento ofensivo nas duas situações a reação em relação à primeira invasão de Orelha foi mais urgente. No máximo duas horas depois do ocorrido os jovens já estavam “em guerra”. Há nesse processo conflituoso uma simbologia que extrapola a demarcação de território e a disputa de poder e caracteriza um tipo de pertencimento a nível grupal ou faccional. Assim, embora o episódio de novembro tenha assassinado Sônia, a afronta e violação foi maior no dia 30 de outubro porque dois membros da facção CV foram feridos por tiros.

Portanto, ao entrar no PAC, Orelha desempenhou o que Zaluar (2003) denomina de “hipermasculinidade”, categoria que se aproxima da noção de “*ethos* guerreiro” abordada por Norbert Elias(1994). Segundo a perspectiva dos autores essas categorias são identificadas em hábitos de civilidade cujas premissas estão caracterizadas pelo desempenho e afirmação de um *status* de virilidade fundamentado no orgulho masculino agressivo ou destrutivo (ZALUAR 2003, p. 12). Esse *ethos* transforma o rival em inimigo mortal e favorece um círculo vicioso que expande a violência pela cidade.

Além de ser apontado como um bom atirador, Orelha era audacioso. Entre os seus companheiros, era considerado um guerreiro. Defendera seu território em feitos gloriosos. Conforme descreve João⁹⁵, “uma noite Orelha defendeu toda a área sozinho. Não tinha mais

⁹⁵ João mora próximo à uma área contornada por um terreno baldio. Toda noite os rapazes do B. 40 dirigem-se para esse espaço, que tornou-se um ponto de encontro, para conversarem e fumar. Essa área foi palco de um confronto no qual Orelha é citado como o grande defensor.

ninguém... Botou pra correr... todo mundo sabe dessa história”. Esse contexto possibilitou um discurso de afirmação e bravura, fundamentado em critérios destacados como ideais, sempre apontados e vislumbrados no universo da disputa de facções. A valentia só é transmutada em vulnerabilidade, quando se tem noção do alto índice de jovens mortos na guerra do tráfico⁹⁶.

Sob a luz do meio dia Orelha desempenhou um “ritual de afirmação do macho” (ZALUAR 2003), a virilidade do desafio. Entretanto, ao entrar desacompanhado no PAC – seus três companheiros aguardaram no carro –, fica claro que o jovem não visava executar uma guerra pelo controle do ponto de venda de drogas. Esse tipo de projeto só se exerce com um coletivo maior de jovens. Quando buscam conquistar um território, disputar as áreas controladas pelos inimigos, além de armados, é necessário que estejam guarnecidos em um número maior de “soldados”.

Soldados são também necessários para defender os territórios de ameaças externas. Estas geralmente acontecem à noite, quando os jovens estão mais resguardados de rondas policiais. Naquele dia 30 de outubro Orelha contou com o fator surpresa e encontrou os traficantes do PAC “moscando⁹⁷” ao meio dia. Desde então, os muros de entrada do condomínio permanecem sutilmente vigiados e no lugar do estreito portão por onde Orelha entrou foi construída uma parede⁹⁸.

Dois meses depois, quando Orelha foi assassinado, na noite de 9 de dezembro de 2017, próximo ao centro da capital, os traficantes do CV puderam “comemorar” com um foguetório que iniciou-se por volta de 21h, prolongando-se por mais uma hora. Além da fúria da violência engendrada na festa, pouco tempo depois, as fotos do corpo executado foram lançadas na rede virtual de *whatsapp*. As páginas de *facebook* dos jovens da facção CV também festejaram. A figura de um prato de feijoada, acompanhado com fotografias de Orelhas e o convite: “Vamos de feijoada de orelhas kkkkk bom de mais kkkk”, foi compartilhada várias vezes. Entre os comentários, alguém hostilizou: “mais um do bonde do arrombado vai pro inferno”.

Importante ressaltar que tanto os jovens do Comando Vermelho quanto do Bonde dos 40, estabelecem valores equivalentes que estão associados aos enfrentamentos armados. Todos acionam a dimensão de guerra relacionada aos atributos de força, destruição e potência.

⁹⁶ Estudos divulgados pelo Atlas da violência (2016, 2017), expõem as estatísticas altíssimas do número de jovens assassinados no país. Alba Zaluar (2002) também faz essa abordagem.

⁹⁷ Moscando é um termo bastante utilizado e significa que o inimigo “está dando sopa”, negligente, desprevenido, desatento numa boca, num canto, nas calçadas.

⁹⁸ Durante o dia os rapazes estão mais expostos à ação policial, em virtude disso evitam estar em grupo nas áreas estratégicas de vigilância. Você identifica um ou, no máximo, dois jovens desempenhando essa função. Em caso de perigo de invasão imediatamente os demais são acionados.

Desse modo, a violência física e moral são partes constitutivas de um mesmo discurso de negação e afirmação recíproca. Quando o B. 40 se coloca com a perspectiva de que “o bonde vai atropelar tudo e todos que estiverem pelo caminho”, o CV afirma com a mesma propriedade: “aqui é o trem bala, não passa nada”. Portanto, ambos atropelam e matam os inimigos, que também são chamados de “alemão”⁹⁹.

No bojo de um conflito insolúvel, se emolduram práticas e discursos que negam a autonomação de cada lado. Numa declaração expressa de desmoralização mútua, cada facção desqualifica a rival a partir de uma gramática pejorativa. A rivalidade proclamada e reiterada no plano físico e simbólico chama atenção pela conotação sexual. Dessa forma, ao significado de Comando Vermelho os adversários relacionam “Cu Vermelho”. Caso seja utilizada toda a sigla da referida facção, C.V.R.L, recebe a atribuição de “Cu Vermelho Recheado de Linguça”. Por outro lado, num processo de realimentação recíproca, a sigla da facção do B.40 é desmembrada em “bonde dos arrombados” e a ADA¹⁰⁰, “amigos dos amigos” é transformada em “amigos dos arrombados”.

Portanto, desclassificar seu rival a partir de uma metáfora projetada que sugere a profanação de sua virilidade, informa sobre as categorias típicas de que o mundo do crime é vigoroso e másculo. Expõem, assim, as representações fundamentais que regulamentam e normatizam os comportamentos presentes na perspectiva do *ethos* guerreiro, com forte conotação sexual, herança do patriarcado.

A especulação de que o responsável pela morte de Orelha teria sido um velado¹⁰¹, foi logo relacionada a outro crime. Ele seria o autor da morte de Icaro, filho de uma ex-policia aposentada, que também era envolvido em facções¹⁰². Nessa história que se engendra nesse universo de assassinatos, é possível identificar vários fios entrelaçados e que permitem apreender a base que compõe o quadro predominante de violência relativo à guerra de facções. É como um rizoma, cuja trajetória interrompe o fluxo contínuo da história e abre novas formas de articulações dos elementos (DELEUZE, 2010).

Nos termos de uma perspectiva rizomática, possui múltiplas conexões que se espalham e se alastram em todas as direções. Diversas situações de tiroteios, assassinatos e execuções presenciadas em São Luís, aparentemente inesperados, casuais ou aleatórios têm

⁹⁹ Apesar de peculiaridades que regem a questão do tráfico e crime organizado em todo o país, algumas questões são comuns. Por exemplo a utilização do termo alemão para classificação do rival é proveniente da cidade do Rio de Janeiro, conforme expressa Zaluar em seus estudos (1999, 2003). É acionado tanto pelos jovens do CV como B.40.

¹⁰⁰ ADA é uma facção originada do Rio de Janeiro. Em São Luís está aliada ao B. 40.

¹⁰¹ Velados, são policiais militares que andam à paisana e em carros descaracterizados.

¹⁰² Toda essa história foi explicada por Frida. Além disso, relatei os dados com reportagens em jornais da capital que notificaram o assassinato do filho da ex-policia.

atrás de si, uma vingança, uma revanche. Predominantemente, isso tudo se processa em relação à ampliação e diversificação das áreas de disputas pelo tráfico na capital. A dinâmica de criminalidade se sustenta, ainda, sobre a formação de um *ethos* guerreiro, pela hierarquia da força e poder coerente com a estrutura de dominação masculina (Bourdieu, 1999), que exacerba práticas de violência reforçadas, inclusive, pela disponibilidade cada vez maior de armas de fogo, que propaga e compõe a sociabilidade vigente.

3.1 Considerações sobre a sociabilidade violenta

Para o entendimento desse contexto social recorri à noção de sociabilidade violenta, apreendida por Luiz Antônio Machado Silva (2004) e classificada como uma forma “radicalmente nova de organização social”¹⁰³. Em seu trabalho “Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade”, o autor destaca a mudança nas relações sociais na atualidade a partir de um “complexo de práticas” definido por Machado Silva (2004) como “crime comum violento”, que interfere radicalmente na qualidade das relações sociais e sobre a organização da vida cotidiana nas grandes cidades brasileiras, favorecendo um sentimento de insegurança que acompanha a rotina da vida das pessoas¹⁰⁴.

O autor faz questão de destacar que não está tratando de todas as formas de crime comum e privilegia o que é descrito como violência urbana. Sua análise considera tal categoria a partir da representação coletiva¹⁰⁵. Uma representação difundida pelas populações urbanas cuja construção simbólica “destaca e recorta aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes, em função dos quais constroem os sentidos e orientam suas ações” (SILVA, 2004, p. 58). Segundo Machado Silva (2004, p. 58):

Como toda representação, a violência urbana é mais do que uma simples descrição neutra... a violência urbana é um “mapa” que apresenta aos atores um complexo de relações de fato e cursos de ação obrigatórios – expressão simbólica de uma ordem social, para todos os efeitos práticos. Mais explicitamente: a representação da violência urbana constrói um componente de obrigação normativa subjetivamente aceito que, em certas situações e sob determinadas condições, substitui cursos de ação relativos a outras referências sem, entretanto, cancelá-las.

¹⁰³ O universo empírico de análise de Luís Carvalho é o Rio de Janeiro, entretanto é tomado como referencial explicativo para a problemática urbana nacional.

¹⁰⁴ O autor explica o sentimento de insegurança generalizada na vida urbana atual a partir de alguns nexos causais como: crise de legitimidade do Estado e seu enfraquecimento no controle do social; o esgarçamento da ordem pública; a ampliação do recurso à violência como meio de obtenção de interesses e a expansão e organização da criminalidade que recorre à violência. Tais aspectos serão abordados em itens posteriores da Tese.

¹⁰⁵ Machado ao privilegiar em seu estudo a representação coletiva da criminalidade urbana, faz algumas críticas às análises acadêmicas predominantes geralmente absorvidas pelo debate sobre políticas de segurança, características jurídico-formais, administração da justiça e ordem pública.

Em sua possibilidade mais essencial essa violência impõe “componentes de obrigação normativa”, favorecendo um imbrincado conjunto de práticas hostis, a que o autor vislumbrará como condições básicas de vivência. “Constitui-se portanto, como um complexo de práticas hierarquicamente articulados, uma construção simbólica que revela um conteúdo prático que expõe a difusão de uma forma de vida engendrada pelo uso da violência como princípio organizador das relações sociais” (SILVA, 2004, p. 58).

Portanto, há um princípio organizador das relações sociais demarcando formas de conduta, bem como todo um *modus operandi* do cotidiano gregário da cidade. Este princípio constitui-se a partir de um tipo de interação fundada pela subjugação e uso da força, que é recorrente e vem se consolidando no âmbito das rotinas cotidianas.

Essa transformação da violência, agora considerada como padrão de sociabilidade, põe em cheque, de forma mais intensa, o sentimento de segurança tanto no que diz respeito à integridade física, como também quanto à segurança patrimonial. Além disso, restringe a autonomia dos sujeitos na medida em que esta é concebida em espaços de convivência, comunicação e trocas de experiência. Nesses termos, ocorre uma espécie de interrupção dos direitos fundamentais do indivíduo moderno, constituídos como o direito à vida, ir e vir, além da propriedade.

Por um lado, esse quadro normativo estabelecido a partir da representação social da violência, remete a uma ordem social e, portanto, é um processo que transcende perspectivas de análises que privilegiam um “conjunto de comportamentos isolados”. “Para o autor, não são apenas desvios isolados e ocasionais, mas é um complexo orgânico de práticas” (MACHADO SILVA, 2004, p.73). Além disso, também como ordem social, expõe a desconcentração ou crise institucional do Estado sem que, no entanto, isso implique “luta de valores”.

[...] A representação da violência urbana capta, simbolicamente, um âmbito da vida cotidiana em que ocorre a universalização da força como fundamento de um complexo orgânico de práticas que suspendem – sem entretanto, cancelá-la ou substituí-la integralmente a tendência à monopolização da violência pelo Estado, generalizando e ‘desconcentrando’ seu uso legitimado¹⁰⁶ (SILVA, 2004, p 58).

Assim, é importante destacar que essa generalização da violência não implica a supressão dos padrões convencionais da sociabilidade ou da ordem estatal, na medida em que esta é apenas desconcentrada. Segundo o autor, a inovação histórica em toda essa contextualização do social “... é justamente a convivência, por contiguidade e não como luta

¹⁰⁶ Em um item posterior dessa Tese será abordada a forma específica como Luís Machado (2004) destaca a questão a violência legítima do Estado e qual o seu papel nesse processo de constituição de uma sociabilidade violenta no Brasil.

de valores, entre dois padrões” (SILVA, 2004, p. 62) ou ordens culturais distintas. Portanto, esse padrão de sociabilidade “em formação” não se confronta com a ordem estatal.” Não são mundos paralelos, mas mantém-se como ordens sociais contíguas. Não há luta mas convivência de referenciais, códigos normativos distintos e igualmente legitimados.

É significativo destacar ainda que as estigmatizações dos sentidos vivenciados da violência na cidade apontam, direta ou indiretamente, ao desvelamento da prática cotidiana das populações citadinas e tornam-se extremamente complexos, influenciando na forma de como lidam com o medo e de como organizam sua conduta diante da percepção de risco pessoal. O sentimento de insegurança estaria no centro da vida urbana na atualidade de modo que para Machado Silva (2004, p, 72):

[...] é justamente isso que confere especificidade histórica à violência contemporânea nas grandes cidades – sua capacidade de fragmentar, no sentido forte deste termo, a vida cotidiana – tornando-a um objeto sociológico singular e um problema sociológico singular... a experiência que a fundamenta é a ameaça à segurança, e a avaliação desta se reporta a uma ordem institucional-legal ideal tomada como parâmetro.

Esta violência, agora banalizada, pode ser apreendida no campo pesquisado onde, de maneira intrínseca, vai invadindo todo o espaço cognoscível, assim como o oxigênio se faz presente em todos os cantos, aparecendo em contornos bem avivados na maneira como os populares do PAC Rio Anil temerosamente relacionam-se com o contexto social onde vivem, em um círculo de medo *ad continuum*.

Vale ressaltar que a caracterização de uma sociabilidade violenta não anula os diversos estudos que abordam o fenômeno da violência na sociedade brasileira. Ela vem se resignificando. Historicamente, ela esteve presente em toda nossa constituição como povo: desde a ocupação europeia se prolongando para o âmbito de desenvolvimento desempenhado pelo Estado, seus mecanismos de tortura e autoritarismo, seu processo de industrialização com inclusão desigual, de manipulação de poder, corrupção e até mesmo em seu aspecto cultural na configuração de “jeitinhos”¹⁰⁷.

Tais aspectos caracterizam, a partir da perspectiva de vários autores, o que ficou denominado como quadro tradicional de uma violência constitutiva e até mesmo compartilhada. É abordado por Sérgio Buarque de Holanda (2006), Da Matta (1997), Raymundo Faoro (2012), entre outros, e representa o que Velho (2000, p. 57) destaca abaixo:

¹⁰⁷ Categoria utilizada por Roberto Da Matta ao descrever nosso processo hierárquico de organização social. O jeitinho seria uma forma de sobrevivência numa sociedade que não é igualitária em sua estrutura.

A sociedade brasileira tradicional, a partir de um complexo equilíbrio de hierarquia e individualismos, desenvolveu, associado a um sistema de trocas, reciprocidade na desigualdade e patronagem, o uso da violência, mais ou menos legítimo, por parte de atores sociais bem definidos.

Além disso, outro aspecto histórico ressaltado por Sérgio Adorno (2010) é a modalidade privada de aplicação da justiça que desde a época colonial utiliza exércitos privados a mando de proprietários de terras, de grupos de extermínio congregando civis e agentes policiais, com a arbitrariedade das agências policiais na imposição autoritária da ordem.

Portanto, a violência desempenha papel histórico no próprio processo de formação da sociedade brasileira. Já o panorama atual apresenta características que agravam ou modificam o quadro tradicional de sua qualificação e expressão:

Mas no Brasil, sem guerra civil explícita, atingimos, especialmente nas grandes cidades, com repercussões para quase todo o território nacional, uma situação na qual a criminalidade campeia com seu séquito sinistro de assassinatos, sequestros, assaltos, roubos e tráfico de drogas e armas (VELHO, 2000, p.57).

São Luís não está fora de todo o processo histórico de construção de uma realidade social conflitiva. Foi constituído tanto em termos de uma “lógica tradicional” violenta - estatal, patrimonial e coronelista - como também vem ampliando de forma significativa, em seu universo de ação cotidiana, os tipos de crime. Essa diversificação vem se intensificando, mais recentemente, em algumas práticas tais como: linchamentos, violência contra mulher, homofobia e os relacionados ao tráfico de drogas.

Esse último está ancorado em outro tipo de irregularidade: o tráfico de armas. Em tempos de expansão nacional de facções e em tempos de disputas por alargamento de territórios, é imprescindível o fortalecimento armado das mesmas. Em alguns contextos, em bairros classificados predominantemente como periféricos, seu impacto se estende ao cotidiano, se imiscui com a rotina, interferindo de uma forma tão complexa na sociabilidade, a ponto de favorecer a própria “relativização” de valores. Por exemplo: o que significa para a tradição **jurídico-legal** uma facção tomar para si “o papel de segurança”, avaliar que os bens dos moradores de determinados bairros, não lhes sejam roubados ou furtados?¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Em São Luís é cada vez mais comum o que vem sendo classificado de “paz do crime”. A ambiguidade do termo implica no fato de que facções criminosas, estabelecidas em vários bairros da capital, cada vez mais impõem normas e regras em seus territórios: coagindo assaltos, roubos e furtos, punindo quando necessário. Em algumas áreas também fiscalizam quem entra e quem sai.

No que se refere às múltiplas formas de manifestações da violência e à configuração de novas práticas de sociabilidade, a matização desse fenômeno tem sido também explicada a partir da noção de violência difusa, ou seja, a violência disseminada por todo o espaço social, se configurando, inclusive, como uma questão social mundial¹⁰⁹. Segundo José Vicente Tavares (2007, p. 76), uma vez disseminada e dramatizada pelos meios de comunicação em escala global, tal fenômeno suscita um conjunto de questões sociológicas que orientam a investigação sobre o significado social e cultural das múltiplas formas de violência presentes nas sociedades contemporâneas. Caracterizando sua linha de raciocínio, complementa:

A violência difusa pode ser classificada em cinco grupos: a violência criminal (contra a propriedade e o patrimônio e contra a pessoa; a violência contra a mulher; a violência contra a criança e o jovem); a violência micro-política; a violência das instituições totais de vigilância; a violência no campo (contra as populações indígenas; a violência costumeira; nas relações de trabalho; nas lutas dos camponeses pelo excedente e nas lutas pela terra) e a violência ecológica. Finalmente, a violência simbólica está presente em todos os fenômenos de violência acima mencionados, em especial nas relações de gênero e nas relações raciais, reproduzindo-se pelos processos de socialização, nos processos educativos e nos meios de comunicação (TAVARES, 2007, p. 76).

Assim, segundo o autor, os fenômenos da violência difusa se configuram como um processo de dilaceramento da cidadania. Por outro lado, ao permear todas as relações sociais, favorece a associação com a concepção de microfísica do poder abordada por Michel Foucault. Nos termos de Tavares Santos (2007, p. 75), estamos diante de dimensões objetivas e subjetivas das várias formas desse fenômeno que vem se configurando como uma “microfísica da violência” na vida cotidiana das sociedades contemporâneas. Disseminada por toda sociedade, adquire contornos diversos, marcando a interação entre os grupos e classes.

Conforme Santos (2004, p.4-5), a violência configura-se como linguagem e norma social. Portanto, leva a simultâneos padrões de comportamentos que podem ser divergentes e até mesmo contrapostos aos modelos denominados de “norma civilizada, marcados pelo autocontrole e pelo controle social institucionalizado”. É um tipo de orientação de conduta e que está configurada em distintas categorias sociais. Por exemplo, em nossa pesquisa, uma possibilidade de identificar esse tipo de microfísica da violência são as situações de punição por roubos ou furtos, prescritas no universo das facções. Ou seja, através de vídeos gravados e

¹⁰⁹Para Vicente Tavares Santos (2007, p. 76), a configuração da violência difusa como uma questão social mundial, faz parte da agenda política de países de vários continentes, da América Latina à América do Norte, da Europa à África.

enviados por mensagens de *Whatsapp* - espalhados rapidamente pela capital maranhense - é comum a visualização das penas impostas aos transgressores das regras e leis prescritas por facções. Dentre os castigos são destacados: pauladas nas pernas, tiros no pé, na canela ou na mão¹¹⁰.

Em cada vídeo divulgado é possível identificar-se, de forma clara, o rosto do punido que está sempre em destaque. Assim é também exibida sua súplica, seu pedido de perdão e a confissão de seu arrependimento. A manifestação da dor, algumas vezes é acompanhada de grito. Em situações em que a punição é um tiro, é comum um certo alvoroço do acusado: a hesitação em colocar ou tirar a mão com a intenção de sair do alvo, demonstra o tamanho do medo, uma tentativa desesperada, como se fosse possível a escusa e a misericórdia. Por outro lado, pauladas nas pernas, tiros no pé, na canela ou na mão, são punições consideradas brandas. Entretanto, a “disciplina” da facção é inexorável para quem incorre no erro¹¹¹. Essa “racionalidade própria”, conforme classifica Machado Silva, caracteriza os contornos da violência difusa. Nesse contexto, as imagens expostas para todo o mundo vão permeando uma sociabilidade violenta e perversa na cidade.

A violência como orientação de conduta, conforme identificada nos exemplos acima, lembra a ostentação dos suplícios, segundo é esmiuçada nos estudos de Michel Foucault (2005). Portanto, vale destacar que como o suplício “é uma técnica e não deve ser equiparado aos extremos de uma raiva sem lei”, mas é punição à transgressão de uma regra estabelecida. Por outro lado, receber um tiro na mão, no pé ou na perna, não é ainda a “morte-suplício”, entretanto produz sofrimento, compreende o tamanho do crime praticado. Incorrer na transgressão, caso seja descoberto, intensificará o grau da penalização. Consequentemente, uma segunda punição implica maior quantidade do sofrimento. O seu tamanho e expressividade é como uma medida, para parafrasearmos Foucault (2005, p. 37), pois permite “apreciar, comparar e hierarquizar... correlaciona o tipo de ferimento físico, a qualidade, a intensidade, o tempo dos sofrimentos com a gravidade do crime...”.

Por conseguinte, não estamos vislumbrando a imposição legal das armas, nem da norma ou código jurídico da pena, mas é a “lei do crime” que diz: “roubar na comunidade é proibido”. O que está sendo ostentado na rede da internet, além da purgação do crime, é uma

¹¹⁰ Importante destacar a rapidez de circulação desses vídeos e a extensão de acesso. Se “espalham” de um lado a outro da cidade, principalmente através de mensagens de whatsapp, devido à popularidade do uso de celulares.

¹¹¹ No universo do crime organizado toda essa punição significa “dar a disciplina”. Esse dado também destaca a influência nacional das facções sobre os grupos locais. Grande parte da linguagem utilizada pelos grupos maranhenses compõem aquele universo, daí observarmos termos como: “dar a disciplina”, “alemão”, “soldado”. Além disso, é importante ressaltar que esse termos se popularizam entre pessoas que não estão diretamente envolvidas com o tráfico. Especialmente os mais jovens usavam essas classificações.

espécie de manifestação do “poder que pune” (Foucault, 2005). Nesse contexto, vigilância e punição não são exclusividades de forças policiais ou de um cerimonial do judiciário. Durante a penitência, por exemplo, quando um tiro é desferido na perna ou na mão, o sentenciador estabelece os limites da correção e da contravenção, validando o poder e o castigo.

Nesse complexo de práticas, nos feitos de um ritual com acusações, a violência simbólica da linguagem também estabelece os preceitos de que a justiça está sendo feita. Assim, é comum observar nesses vídeos quem expõem a punição da “lei do crime”, o papel proeminente do castigador que, num misto de acusação e punição, pergunta: “Quem te mandou roubar? Tu ainda vai roubar, vagabundo?”

Além desse exemplo específico exposto acima, a violência difusa engloba a todos, de uma forma ou de outra. Sua manifestação transforma cada um em uma vítima em potencial, independente de qualquer aspecto de distinção como identidade, classe, sexo ou idade, por exemplo¹¹². Por fim, a violência difusa vem sendo delimitada pelo crescente número de casos que envolvem sujeitos diversos em diferentes espaços da vida social. Assim, é cada vez mais clara em nosso dia a dia a sensação de que as pessoas estão mais vulneráveis, o que é vislumbrado através de relatos cada vez mais próximos e familiares sobre furtos, roubos, assaltos, assassinatos e, mais raramente, sequestros de ludovicenses.

Em virtude disso, vale ressaltar, segundo a perspectiva de Velho, que existe uma “crise ético-moral” relacionada a esse processo. Entretanto, é importante frisar que a crise de valores não se manifesta apenas em aumento de estatísticas e números de casos de violência. Além de ser acompanhada significativamente pela banalização da violência, esta vem incorporando cada vez mais o ingrediente da crueldade.

Ao trabalhar com a noção de Crueldade, Cesar Barreira (2015, p. 58) a situa como a “face inesperada” da violência difusa¹¹³. A relação entre os dois eixos é assim classificada pelo autor:

Os delitos classificados como cruéis são, em princípio, situados à margem de um universo valorativo justificador, estando associados a uma violência difusa e inesperada. Implicam ações que se reproduzem sem justificativa no campo dos valores: os hegemônicos e os de contravenção. (BARREIRA, 2015, p. 58).

Nesse sentido, o aumento das trucidações ou de delitos com componente de crueldade “estão situados à margem de um universo justificador... escapam ao universo

¹¹²O grande índice de feminicídios, entre outros exemplos possíveis, são destacados a partir da classificação de violência difusa. Para melhor abordagem dessa questão ver (ADORNO, 2002).

¹¹³César Barreira afirma que o *difuso* configura o incontrollável e o imponderável. Estando relacionado tanto à exacerbação da crueldade, quando sua diversificação expressa em linchamentos, crimes de execução, pistolagem e até mesmo sua espetacularização favorecida pela mídia, entre outros aspectos.

weberiano da racionalidade” (BARREIRA, 2015). Sua lógica incorpora além de ações agressivas desproporcionais, a dimensão do inesperado. Consequentemente, o componente da violência difusa se estende e favorece difusos medos sociais.

Um dado interessante nesse caso é que, embora a mídia seja associada como fator importante na elaboração de uma cultura do medo e insegurança, sendo destacada por alimentar diariamente a propagação de um medo coletivo, no universo do PAC seu efeito é diverso: a violência já faz parte do cotidiano dos moradores na prática. Nesse sentido, é importante frisar a perspectiva entre eles de que a imprensa só referenda um dado já ocorrido (chega depois do episódio) ou deturpa a verdade dos fatos.

Assim, identificamos duas situações: por um lado se destaca o fato de que o discurso da imprensa, favorecido *a partir de fora*, afirma um parâmetro narrativo acerca do perigo que serve como um sinal de alerta pra quem não é morador, ou seja, o condomínio é circunscrito negativamente e de forma ampla, enquanto um espaço inseguro e que deve ser evitado. Por outro lado, *a partir de dentro*, a questão se complexifica porque os sentimentos de medo e insegurança estão relacionados enquanto prática social sendo, portanto, construídos como experiências vividas concretamente no dia a dia dos moradores.

Por esse ângulo, a mídia é criticada em virtude de que, além de chegar depois da experiência já vivenciada - com toda a profundidade emocional das pessoas -, ainda favorece a estigmatização do lugar. No PAC, ela é acusada de ausente quando necessária – para ser porta-voz de uma denúncia, por exemplo - e de superficial e manipuladora quando está presente. É válido dizer, a partir dessa perspectiva, que, embora a imprensa seja apontada como importante ator na construção de uma violência difusa, as reportagens difundidas sobre assaltos, assassinatos ou sequestros terminam por referendar fatos que muitos moradores já conheciam de antemão ou sabiam, até mesmo antes do desmembramento da ação policial.

Por fim, especialmente em nosso universo de estudo, a dimensão do inesperado e o medo a ele associado é constituída a partir de seu espaço e tempo específicos, sublinhada nos momentos em que os moradores vislumbram a possibilidade de “guerra” ou conflito nas mediações do condomínio, entre as facções locais. Esse tipo de saber local é tecido a partir de “sinais observáveis e decifráveis” entre eles: nas calçadas e nos becos em conversas entre os vizinhos mais confiáveis, no *habitus* do medo incorporado e decifrado em olhares mais atentos e em passos mais rápidos.

É um universo onde raramente alguém possui um computador. Em virtude disso, é mais comum o uso do celular, de modo que a interação virtual acontece especialmente com o recurso do *WhatsApp*. Por esse meio, expõem seus medos e espantos em relação à

caracterização de sua sociabilidade violenta. O medo que se estende como expectativa, também em suas conversas presenciais nas calçadas, pode ser acentuado em determinadas situações realçando com mais veemência, ou não, sua inquietude.

Destacar que os vizinhos tecem suas conversas entre “grupos mais confiáveis” de pessoas é um dado significativo, afinal de contas como dizem: as “paredes têm ouvidos”. Essa prática, esse cuidado, se relaciona ao que Machado Silva (2014) caracterizou em contextos de sociabilidade violenta como “lei do silêncio”. Consequentemente, conforme o autor, como tudo que diz respeito a um complexo orgânico de práticas peculiares relacionadas a esse tipo de contexto, diante da possibilidade do perigo, a “lei do silêncio” se estabelece podendo inclusive favorecer o esgarçamento do tecido social. Desse modo, segundo a perspectiva do autor, sua consequência:

Parece ser mais perniciosa do que normalmente se imagina: não se trata apenas do fechamento para os “de fora” das populações mais diretamente afetadas pela sociabilidade violenta, mas da incomunicabilidade entre seus próprios membros produzida pelo medo e pela desconfiança (SILVA, 2014, p.6).

Machado Silva (2014) classifica esse processo como perverso. Isso significa que a população não está apenas submetida a um tipo de proposição de poder, mas à desconfiança dos moradores em relação a eles próprios. Vale destacar, entretanto, que no PAC isso não inviabiliza a existência das rodas de conversas, apenas deve-se ter cuidado em relação a quais pessoas estão próximas e ao assunto exposto para não ser confundido com um X9¹¹⁴. Além disso, esse cuidado ocorre em virtude de que boa parte das pessoas possuem laço familiar com traficantes o que estabelece simbolicamente uma fronteira de valores e de medo.

Por outro lado, a segmentação também é referenciada pelas “pessoas de bem” quando, por exemplo Sr. Israele e Frida, entre outros moradores, afirmam: “a gente se junta, mas não se mistura” reforçando, desse modo, um tipo de “prática defensiva” e “prática protetora”, como discriminou Goffman (1999, p.22) ao abordar o comportamento humano e sua forma de manifestação. Ao tratar da representação do eu na vida cotidiana, afirma o autor: “Em conjunto, as práticas defensivas e protetoras abrangem as técnicas empregadas para salvaguardar a impressão acalentada por um indivíduo durante o período em que está diante do outro”.

Assim, moradores tomam precaução e cuidados para não romperem com os limites projetados e necessários na convivência em grupo, no cuidado com o que falam e na

¹¹⁴ É visto como uma espécie de delator. Alguém que presencia, sabe ou descobre algo e que divulga, revela ou denuncia.

expressão de suas opiniões. Assim, além da performance inscrita à determinada situação social, fazem questão de estabelecer um sistema de identificação e classificação nos termos da relação eu e o outro, demonstrado no depoimento ressaltado acima de que: “a gente se junta, mas não se mistura”

Nesses termos, é importante apreender como a expectativa de uma convivência compartilhada estaria sendo frustrada, elaborada ou caracterizada, em consequência de um processo de sociabilidade violenta. Mantendo principalmente como referencial o recorte que reconhece um certo tipo de “fragmentação da vida cotidiana” (SILVA, 2014), como pensar a realidade dos moradores do PAC especialmente se considerarmos as noções de reciprocidade e solidariedade - clássicas nos estudos das ciências sociais – como elementos fundantes da ordem social?

Nesse âmbito, importa frisar que quem mora no PAC experimenta algumas atitudes, consequências de uma “dinâmica de conflitos” que se prolonga por semanas, por horas ou por alguns minutos, alternadas por “períodos de calma”, que também contém um “fluxo de duração” que pode ser de dias, horas ou prolongar-se por meses. Não que haja uma polarização clara entre períodos de conflito e períodos de calma como se fossem naturalmente antagônicos e sequenciais, uma etapa após a outra; ou uma estrutura e uma antiestrutura, ordem ou *comunnitas* conforme classifica Victor Turner (2013). O transcurso de cada tempo também não se prolonga de forma objetiva, um “vir a ser”: hoje é guerra, amanhã será paz. Não é assim, os limites não são definidos de forma tão sistemática.

Vale destacar que as pessoas não sabem ao certo nem quando e nem como, cada situação daquelas estará sendo vivenciada em seu dia a dia. Consequentemente algumas atividades precisam, necessariamente, aguardar o desenrolar dos fatos, outras não¹¹⁵. Assim, identificamos duas perspectivas utilizadas pelos moradores para designar seu contexto social e que são compartilhadas entre eles como referencial que orienta suas condutas: “período de calma” e “período de guerra”, as quais farei consideração a seguir.

3.2 Guerra e paz

Quando se chega no condomínio do PAC, pode-se observar pintado com *spray* no lado esquerdo do muro de entrada o seguinte aviso: “proibido roubar na comunidade, CVRL,

¹¹⁵ Entre as situações que precisaram aguardar o desenrolar dos fatos, pode-se citar a oficina de fotografia. Em virtude de uma série de episódios de guerra, mortes e vinganças entre jovens do CV e B. 40, nas mediações da Camboa e Liberdade, fomos orientados a transferir dias do curso o que implicou, inclusive, no adiamento de seu encerramento.

Tudo 2”¹¹⁶. Ao lado direito do mesmo muro também está escrito “Conjunto habitacional PAC Rio anil”. Esta identificação com o nome do conjunto foi pintada em março de 2017 pela polícia, após uma operação de busca e apreensão em que estavam tentando “desarticular o crime organizado” na área da Camboa¹¹⁷. Esse episódio foi bastante destacado pela mídia escrita, televisiva e redes sociais.

Pintar o muro foi uma espécie de higienização, uma medida da polícia que, além de destacar o endereço do residencial encobrendo com tinta branca rabiscos anteriores - de nomes de facções, nomes de jovens mortos ou pedidos de justiça que lá estavam registados¹¹⁸ -, simbolicamente foi caracterizada como uma reapropriação do residencial que geralmente é apontado como espaço violento e reduto de tráfico. Vale informar que alguns meses depois da megaoperação policial a facção local¹¹⁹, mais uma vez, pintou o aviso de que “*é proibido roubar*”¹²⁰” dividindo a visibilidade do muro com a escrita policial, demarcando que aquele espaço é território do Comando Vermelho.

O muro de entrada do PAC, desenhado com o nome de uma facção, não é um privilégio. Em diversos bairros de São Luís, na zona rural e urbana, é possível vislumbrar abundantemente esses sinais, os territórios do tráfico, como se fosse um mapa da cidade.

O PAC tem uma peculiaridade nesse contexto, está situado no bairro Camboa que é mediado, de um lado, pelo bairro Jaracati e, do outro, pela Liberdade, ambos predominantemente dominados pela facção maranhense bonde do 40¹²¹. Fica, portanto, em meio a uma espécie de “fogo cruzado”. Nesse sentido, é importante esclarecer que, quando uma facção é hegemônica em determinado bairro raramente acontecem disputas, mas quando

¹¹⁶ A sigla CV significa Comando Vermelho. O RL faz referência ao nome de um de seus fundadores: Rogério Lemgruber. Daí CVRL. É uma das maiores organizações criminosas do Brasil. Teria sido criada em 1979 na prisão Cândido Mendes, na Ilha Grande, Angra dos Reis. Tudo 2 é usado pelas áreas dominadas pela facção CV.

¹¹⁷ “Desarticular o crime organizado”, foi a frase mais utilizada tanto pela mídia quanto por militares para caracterizar a finalidade da operação. Em item posterior voltarei a abordar essa questão. A ação policial foi a primeira e a maior de uma série de outras que deveriam ocorrer em bairros da capital. A polícia, numa megaoperação, fez busca e apreensão em todos os apartamentos à procura de armas, traficantes e drogas.

¹¹⁸ Entre os pedidos de justiça pintados no muro de entrada, pode-se destacar a cobrança pela morte do jovem Bacural. Os depoimentos destacam suas qualidades. Segundo Frida era um rapaz trabalhador, comerciante de um pequeno supermercado da redondeza. Também não era envolvido em facção. Foi assassinado em emboscada, de acordo com dona Édna: “uma casinha que prepararam para ele num dia de domingo à tarde”. Teria sido morto por estar “ficando”, com uma jovem ex-namorada de um traficante do B. 40, morador do bairro Liberdade. No muro do PAC estava registrado em tinta preta: “queremos justiça para Bacural. Saudades!”

¹¹⁹ No quarto capítulo contextualizaremos a referida operação policial.

¹²⁰ O trabalho de Biondi (2014), a partir de uma análise do PCC em São Paulo, faz uma abordagem caracterizando esse tipo de delimitação em contexto específico: proibido roubar na quebrada, na comunidade.

¹²¹ Quando falo bairro “predominantemente dominado por alguma facção” estou querendo dizer que existe uma facção que controla mais amplamente o território de um bairro específico, entretanto, pode ser que um grupo inimigo esteja estabelecido apenas numa rua dentro de toda a área. É o caso por exemplo da Rua Xis, no bairro da liberdade, que está sob o controle do CV sendo, portanto, toda englobada pelo bonde dos 40.

divide espaço com concorrentes é mais comum tiroteios. É a partir desse contexto que foi possível demarcar o que os moradores classificam sutilmente como momento de guerra ou período de normalidade.

Boa parte de seu cotidiano gira em torno dos conflitos entre facções. Sempre que alguém é assassinado ou ferido em um tiroteio, inclusive em bairros vizinhos, imediatamente os moradores sentem-se intimidados e se fecham em seus apartamentos. Sabem que haverá reação, vingança. *É um prenúncio da guerra.* Nesse caso, os impactos se estendem ao cotidiano de todos. Acuados, evitam sair, mudam sua rotina de sociabilidade e convivência: as calçadas e ruas do conjunto ficam vazias, as crianças, algumas vezes, deixam de ir à escola ou não saem para brincar e os adultos também evitam ficar conversando nas calçadas, como de costume. Sua mobilidade fica mais restrita ao imprescindível, como ir ao trabalho, por exemplo. É como se o apartamento “fosse uma gaiola”, comentou dona Bonita, ao contrastar com os momentos de calma, nos quais a atmosfera fica mais leve e as pessoas mais livres para ir e vir.

A atribuição de uma sociabilidade violenta ao convívio dos moradores do conjunto do PAC Rio Anil, pode ser relacionada a uma constante ameaça de sua segurança, ao medo, à certa desconfiança entre seus pares, além de outros fatores, o que vem gerando condutas que transformam significativamente suas relações sociais. Vários aspectos contribuem para esse entendimento: desde abordagens policiais em busca de drogas ou armas; a entrada de pessoas desconhecidas, a pé ou em carros, para comprar drogas; o fato de que é perigoso alguém “se encostar” num traficante mesmo que seja apenas para conversar, em virtude de que isso pode deixar “o sujeito visado” pela facção inimiga e o cuidado em tirar fotos na companhia dos mesmos, por exemplo¹²².

Na verdade, ser confundido com um traficante é uma preocupação frequente. O risco é maior em virtude de que aqueles estão sempre na linha de tiro de possíveis rivais, que podem estar sempre à espreita. Esse cuidado está expresso no depoimento de Frida:

Principalmente se os traficantes daqui estão por perto ali fora olhando a avenida, no muro ou na calçada... aí mesmo que o medo aumenta porque aí a gente passa a ser um alvo também e aí eu não fico na rua. Se eles chegam perto, eu entro logo, saio quase correndo... Porque alguém de outro grupo pode passar e ver eles lá fora e atirar, e esse tiro que é pra eles pode pegar na gente também. (Entrevista com Frida em março de 2016)

¹²² Segundo Frida e D. Odineia, sentar-se em roda de conversa juntos “num canto” ou “encostar num traficante”, favorece algumas classificações: ser comparado com um “corre”, ou seja, alguém que faz mandados e compras para o grupo. Além disso, embora seja um jovem que tenha apenas boa convivência com envolvidos do tráfico, pode ser confundido com membros da facção. Daí o cuidado em exposição através de fotografias. Um cuidado ressaltado por Frida e seu irmão Bentinho.

A realidade por onde Frida se move é tratada a partir de uma perspectiva de insegurança. Além desse cuidado, circunscrito num contexto de sociabilidade violenta, o perigo apresenta outras feições no residencial. Nos prédios, especialmente os que estão de frente para avenida Camboa, existem vários buracos de balas e janelas quebradas em consequência de tiros. Muitos desses tiros são praticados por jovens que passam de moto ou carro, principalmente durante o dia. Provavelmente pelo veículo estar em movimento, a pontaria fica mais aleatória, daí podermos ver uma grande quantidade de marcas nas paredes dos apartamentos mais altos¹²³, o que pode ser constatado na fala do Sr. Nobreza:

Olhe o tanto de marca de tiro na parede, a gente perde a conta. Só desse lado da frente do prédio já contei mais de 70 tiros... é sorte, é Deus. Esses dias uma dessas balas varou a janela do apartamento da moradora de baixo, bateu no ferro da cortina e caiu no chão. Já meu outro vizinho, a bala entrou quando ‘eles’ passaram atirando... e meu vizinho tava tomando água... na hora que ele fechou a geladeira e saiu a bala entro e furou a geladeira, foi milagre. (Entrevista com Sr. Nobreza, em 22 de Junho de 2017).

O Sr. Nobreza se refere ao seu bloco, que está situado logo na estrada do condomínio. Os moradores desse primeiro prédio estão mais vulneráveis. São o alvo primeiro de possíveis tiroteios, revanches ou disparos eventuais. Reconhecer as manifestações da violência, os tiros desferidos de repente, por um jovem que passa em frente ao residencial, exprimir o medo e o descontentamento com toda a situação vivida, coloca o Sr. Nobreza sob o julgo da fé e da sorte.

Isso implica o reconhecimento de uma trajetória cotidiana fortemente relacionada à criminalidade, em tal medida, que apenas o poder de um milagre equivale e minimiza os perigos vivenciados, de acordo com sua concepção¹²⁴.

¹²³ O primeiro prédio, que fica de frente para a avenida principal, tem 46 marcas de tiro espalhadas em duas de suas paredes, conforme identifiquei uma das vezes em que, calmamente parei e contei, junto com a ajuda de um morador: o senhor Nobreza.

¹²⁴ Mas o Sr. Nobreza é um homem de fé e de ação. Expressa com contundência suas convicções. Como evangélico, assume o papel de doutrinador. Sempre que possível se encarrega de levar crianças para a igreja, “ensiná-los a palavra”. Um projeto dificultoso em virtude de que no Pac existem outros espelhos e referências. Segundo ele, não são apenas traficantes que estão dispostos como “desvio”, os próprios pais, à medida que começam a ter o uso de bebida alcoólica questionado pelos filhos, “são os primeiros a impedir” sua vivência religiosa. Há três anos seu filho, Lucas, foi assassinado. Estava roubando para sustentar o vício. Morava com a mãe no bairro da Liberdade. Segundo o Sr. Nobreza, seu filho teria seguido a influência dos parentes “do lado da mãe”: dois tios e um primo eram envolvidos com “esse mundo”. Os três já foram mortos em consequência da guerra do tráfico.

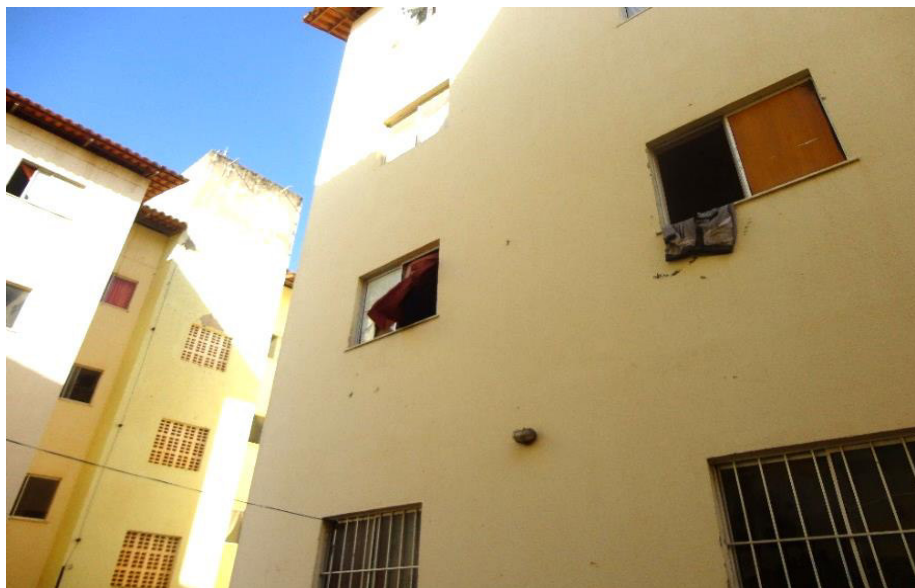


Figura 11 – Prédios Centrais

Fonte: Autoria própria

Essa ação vislumbrada quando jovens da facção inimiga passam atirando é recorrente. Segundo dona Bonita, é “como se a gente até se acostumasse”, “a gente corre quando ouve o tiro, mas passa logo”. Embora seja um tiro, o que faz com que as pessoas corram, é ressaltado seu aspecto momentâneo. Portanto, dizer que passa logo caracteriza um aspecto de *normalidade* no sentido adotado pelos moradores e implica a possibilidade, sempre mencionada, de continuar mantendo sua rotina. Essas ameaças são passageiras e não se prolongam como apreensão de uma guerra anunciada. Por outro lado, assim como passa logo, também chega de repente:

É imprevisível... você está aqui e de repente tem um tiro... vou dar um exemplo: eu estou no telefone com minha irmã, que mora noutro bairro e ela pergunta, como tá aí na Camboa?... aí eu digo que tá bem. Na hora que acabo de responder e desligo o celular, aí já passa alguém atirando aqui na frente. (Entrevista com D. Odineia, em 22 de junho de 2017).

É como um susto, mas está articulado com o cotidiano dos moradores, não interfere nas atividades de seu dia a dia. Assim, por exemplo, após o “pipoco” de um tiro passageiro, D. Bonita descenderá com seu material para fazer as unhas das mulheres; D. Odineia sairá para conversar com alguma vizinha; Frida vai para a aula do cursinho preparatório para o vestibular; Sr. Nilo¹²⁵ vai entalhar uma rede de pescar que lhe fora encomendada; alguns homens vão jogar dominó na mesma ponta de calçada onde se encontram diariamente. Sr.

¹²⁵ Ex-pescador. Hoje em dia, com 76 anos, ainda arrisca-se a ir para o mar, embora seja raro e sempre vá acompanhado de um amigo mais jovem. Deseja que o tempo da palafita voltasse, pois era mais livre e mais forte para exercer seu ofício de pescador.

Maninho vai tentar converter algum jovem para sua religião, após sentir-se convidado à aproximação. Assim, a vida segue retomando seu curso rapidamente.



Figura 12 – Confraternização “das amigas”

Fonte: Autoria própria



Figura 13 – Diversão

Fonte: Autoria própria

Diferentemente dos prenúncios de guerra, esse tipo de situação não implica mudanças significativas em suas vidas, não imprime grandes impactos sobre seu cotidiano. Desse modo, aquele contexto pode ser caracterizado como “agora está calmo”. Ao mesmo tempo, o jovem que passa atirando em direção aos prédios está demarcando uma condição

fronteira, demonstrando que o conflito é sempre uma possibilidade. Essa afronta intersticial também lembra que a calma é forjada em intervalos. Por outro lado, embora a proporção de medo desses momentos não seja paralisante, conforme Bauman (2006), caracteriza o medo secundário, qualquer barulho que lembre um tiro os colocará em alerta e, de imediato, os mais jovens sairão correndo para proteger-se, as mães buscarão seus filhos nas calçadas e os mais idosos, com as limitações naturais da idade, tentarão acelerar os passos curtos cuidadosamente para não cair.

Pude presenciar um desses episódios de tiro mais passageiro em certo dia de domingo, quando participava do aniversário da esposa do Sr. Israel. Era final da tarde e estávamos na área do fundo dos apartamentos, mais atrás, protegidos pelos prédios. Numa mistura de troca de reciprocidades e de uma economia informal, o casal vendia cerveja e doava o churrasco como acompanhamento. Todos do residencial que quisessem participar estavam convidados: o limite é a boa convivência do morador ou a ficha comprada para a aquisição da cerveja. Uma radiola de reggae alugada¹²⁶, grandiosamente embalava a festividade. A música que saía da enorme caixa de som tornava quase impossível qualquer tipo de conversa. Entretanto, de repente, alguém conseguiu vislumbrar ao longe o barulho de um tiro e gritou como se estivesse proferindo um aviso. Logo em seguida alguns se abaixaram, no que foram seguidos pelos demais, quase automaticamente, como um efeito dominó.



Figura 14 – Festa de aniversário

Fonte: Autoria própria

¹²⁶ As radiolas de reggae, muito conhecidas em São Luís, são caracterizadas por seu tamanho que chega a ter até 4 metros de altura. Para o referido aniversário foi alugada pelo esposo da aniversariante.

Geralmente um tiro desferido daquela forma provoca a curiosidade de algumas pessoas, que se deslocam rapidamente em direção ao local para conferir o desfecho e confirmar se resultou em vítimas ou não. No caso específico do aniversário, os rapazes do tráfico também correram para verificar a entrada do conjunto habitacional e identificar uma possível invasão. Entretanto, retornaram convencidos de que fora apenas um susto, um tiro aleatório. Como uma situação repentina, a possibilidade dos riscos foi imediata, e o aniversário continuou transcorrendo conforme o planejado.

Embora esse tipo de episódio não possua uma estrutura linear e contínua que se acumule na intensificação do grau de perigo no cotidiano dos moradores, é possível identificar a exacerbação de ameaças, classificadas como os momentos em que “eles estão em guerra” e que leva ao isolamento dos moradores que se fecham em seus apartamentos. É uma tentativa das pessoas se protegerem em meio à possibilidade de um conflito mais intenso. Sua rotina fica em suspensão diante da iminência, real ou imaginária, de que dentro de algumas horas ocorra um tiroteio.

Um exemplo de situação propícia à guerra ou tempo de guerra, foi presenciada em outubro de 2016 durante a oficina de fotografia. Era início da tarde de sábado, por volta das 15h. No momento em que chegamos ao PAC já estranhamos seu esvaziamento. Apenas um jovem na entrada – encolhido atrás do muro - estava sondando as mediações. Na realidade, fazia uma vigilância resguardando qualquer movimento suspeito ou ameaçador. Todo seu cuidado se dava em virtude de que meia hora antes, um dos rapazes envolvidos com o tráfico desceu, deslocou-se até o bairro da Liberdade e matou outro jovem da facção rival.

De imediato ficamos extremamente assustados. O perigo era exposto na proporção de um silêncio ensurdecedor, toda a área deserta também exprimia a aflição de seus moradores diante do imponderável. Parecia uma cidade abandonada, comentou um dos estudantes apoiadores do curso de fotografia. Antes mesmo que o Sr. Israel solicitasse a suspensão da oficina naquele dia, as únicas adolescentes (apenas 3) que desceram de seus apartamentos e vieram ao nosso encontro, visivelmente assustadas, insistiram para que saíssemos dali urgentemente. Diziam: “vá embora tia, vá embora tia... aqui vai ter um tiroteio”. Todo aquele contexto pressupunha a proximidade de uma guerra. O intenso medo das jovens e do Sr. Israel, era decorrente do fato de que a facção rival iria reagir ao assassinato.

Mas a guerra implica tensão. Pode ser iniciada em horas ou demorar alguns poucos dias para que seja deflagrada. Se o transcurso se prolonga, à medida que o tempo vai passando, as coisas “vão acalmando” e as pessoas retomam sua rotina.

A revanche, na forma de um tiroteio mais prolongado, pode irromper de madrugada. Também pode acontecer tanto na porta do condomínio, quanto na Avenida Quarto Centenário¹²⁷. Quando o tiroteio ou guerra acontecem, independentemente do local, o impacto emocional sobre algumas pessoas é intenso. A esposa do Sr. Poló “começa a tremer e entra em desespero”. A mãe de D. Bonita tem “ataque de nervos”, assim como a mãe de Bentinho “fica nervosa porque tem problemas de coração”, o que faz com que Bentinho deseje ardentemente tirar sua mãe “daquele ambiente”. Em todos esses casos, há o medo de que os “outros traficantes invadam e matem todo mundo”. Embora o Sr. Poló acalme sua esposa dizendo que o tiroteio é “lá fora” e que “não matarão todo mundo”, a intensidade dos tiros favorece a vinculação com a ideia de aniquilação e extermínio.

Por outro lado, os contornos da brutalidade e a sensação de fragilidade aumenta com a possibilidade de que sejam “outros” traficantes. No caso, é possível identificar que o medo se expande diante desse desconhecido que está à espreita. Tal perspectiva permite entender uma divisão de classificações. Embora com relação ao membros da facção local encontre-se a prerrogativa de que a gente se “junta, mas não se mistura”, existe no tocante à facção rival um total estranhamento. O que favorece dimensionar um processo de negociação, possibilitado pela relativa familiaridade com os jovens locais. Conforme expresso nas palavras de Frida: “o medo é maior quando a gente não conhece, nunca viu o traficante. Mesmo a gente não falando, não cumprimentando esses daqui, eles sabem quem somos nós”. Portanto, nesse contexto, a aparente ambiguidade por parte dos moradores expressa a combinação de elementos, cujas circunstâncias envolve o medo e a perspectiva da própria morte.

Um dado interessante nesse sentido é como os jovens traficantes do local são denominados. Dona Sandra¹²⁸, quando lhes faz referência, geralmente chama “os meninos”, o que demonstra a familiaridade na relação com os mesmos. Muitos cresceram correndo e brincando no condomínio. São “os meninos” que compram doces e salgados na lanchonete improvisada em seu apartamento. Esse histórico de convivência, desde que eram crianças, deixa D. Sandra à vontade para reclamar do barulho feito por eles, por exemplo. Frida faz

¹²⁷ Em virtude de uma câmera de vigilância instalada pela polícia na entrada do condomínio muitos desses conflitos tem ocorrido ao lado dos prédios. Fora do alcance das filmagens. Entretanto a câmera não impede tiroteios na porta de entrada dos prédios, apenas os torna mais breves. O tempo necessário para que alguns moradores entrem em pânico. Quando o carro da polícia chega o tiroteio se desfaz rapidamente, com os jovens correndo cada um para sua área. A outra alternativa ao cerceamento da polícia, como já destaquei acima, é o tiroteio ocorrer na ponte Bandeira Tribuzzi.

¹²⁸ Aos 50 anos, sempre destaca que criou sua filha sozinha. No tempo da palafita tinha um pequeno comércio e no momento do remanejamento “conseguiu negociar” para ficar em um apartamento situado no primeiro andar. Entre as justificativas estava a viabilidade de manter seu pequeno comércio.

questão de dizer que não cumprimenta nenhum deles quando passa, mas abre exceção em relação a Assis: estudaram juntos, se conhecem desde o início da adolescência. Já chegaram a conversar sobre o “filhinho de Assis” e sobre os ferros que estão protegendo seu braço quebrado por um tiro, no momento em que fugia de uma emboscada. Outra moradora, dona Lurdes, chama os traficantes de “rapazes alegres”. São as pessoas que têm dinheiro para comemorar, diz ela com ironia. Embora sejam os compradores mais frequentes de suas quentinhas¹²⁹, D. Lurdes tem um grande desprezo pela trajetória de vida dos rapazes do crime. Entretanto, sua própria moral é abrandada em decorrência do caráter impessoal favorecido pela relação de compra e venda. Esse tipo de vínculo efêmero, já abordado por Georg Simmel (1983) em sua filosofia do dinheiro, que veio articular as relações sociais da modernidade sustentadas numa base fluida e universal. É essa mediação prática, que permite dona Lurdes relativizar suas ações, mesmo visivelmente incomodada com todo contexto. Por fim, é importante ressaltar que, embora ocorra toda essa diversidade de classificação destacadas acima, em relação aos traficantes, a grande maioria dos moradores rejeita ou se mantém distante deles.

Quando dona Sandra denomina “os meninos”, também estabelece uma outra fronteira. Existe uma reclamação constante em relação à chegada de novos traficantes ao PAC. Isso costuma ocorrer em momentos de saída temporária dos presídios. Pode ser natal, dia das mães ou outra data. Essas datas deixam os moradores mais atentos. A diferença é imediatamente sentida: novos rostos, novas tornozeleiras, novos olhares circulando. O medo também aumenta nessas ocasiões. Sabe-se que muitos deles, mesmo estando com direito de saída provisória, não podem dirigir-se para casa, são os foragidos do crime. Ou seja, serão perseguidos por seus rivais, estão jurados de morte. No condomínio estão resguardados, inclusive, pela estrutura de apartamentos. A arquitetura vertical lhes permite maior controle sobre quem se aproxima. Outro motivo da chegada de novos traficantes é favorecido pelos momentos “de baixa” na facção local: quando traficantes são presos no PAC ou estão em fuga. O território não pode ficar desprotegido e isso demanda a reposição de novos componentes¹³⁰.

Embora a grande maioria das pessoas não tenha envolvimento com o crime, estão atentas a tudo o que acontece e que envolve o conjunto habitacional como: tiroteios, ameaças

¹²⁹ D. Lurdes faz almoço e vende no residencial na forma de quentinha, onde o comprador leva o vasilhame e pega o alimento para levar para sua própria casa. Seu marido não permite que os rapazes do tráfico entrem em seu apartamento. Para eles, a vasilha de comida é amarrada a uma corda que chega até o térreo. Esse é o típico exemplo de que “a gente se junta, mas não se mistura”.

¹³⁰ O território não pode ficar desprotegido.

de invasão, fugas de prisões, brigas por dívidas. Também já podem ter presenciado irregularidades como venda ou consumo de drogas. Sabem de assaltos, de quem foi preso e de assassinatos, antes mesmo da própria imprensa “especializada” noticiar esse tipo de evento¹³¹. A violência e criminalidade estão sempre na pauta de suas conversas, mas é um assunto comentado de forma branda, cheio de desconfiança, sem deixar rastro, pois muitos moradores não se sentem seguros entre alguns vizinhos, conforme já mencionado.



Figura 15 – Muro interno: Limites do território
Fonte: Autoria própria



Figura 16 – Só Jesus liberta
Fonte: Autoria própria

¹³¹ Existe em São Luís a versão local de programas como o Bandeira 2, por exemplo.

É um contexto em que a violência está configurada sob vários aspectos. Ela é sempre lembrada. Os avisos são permanentes, estão em todas as direções para onde se olha. Estão nos muros internos do conjunto, nas paredes externas dos apartamentos, nas marcas e traços de tinta colorida que desenham as siglas da facção, bem como no destaque do nome de seus líderes ou membros, além do número de artigos da lei que os enquadra¹³². Assim, por exemplo, junto ao nome do traficante Pedrão, como uma espécie de identidade, também está pintado o artigo 121 do Código Penal, que versa sobre matar alguém ou as diversas formas de homicídio. O artigo 157¹³³ também foi lembrado e homenageado: é o nome do cachorro de Pedrinho, um jovem assassinado com um tiro há 4 anos, após ser alvejado por outro rapaz que passou de moto em frente ao condomínio. O vira-lata, bem tratado pelos moradores que o adotaram após a morte de seu dono, atende prontamente quando é chamado de 1-5-7.



Figura 17 – Os códigos

Fonte: Autoria própria

Compondo esse contexto, é significativo os arranjos simbólicos da violência relacionados ao uso de arma de fogo e suas consequências: vez por outra, pode-se observar um jovem com o braço envolvido por pontas de ferro, utilizadas para proteger um ferimento ou um osso quebrado após um tiro. O ferimento pode ser decorrente tanto do confronto entre facções, como de uma tocaia executada quando o sujeito arriscou-se em sair dos prédios.

¹³² Em meio a toda essa diversidade de pinturas demarcando a área do tráfico, existe uma exceção, a frase que diz: só Jesus salva e liberta.

¹³³ O artigo 157 do código penal qualifica o roubo. Implica subtrair algo de outrem mediante ameaça ou agressão. O uso da violência ou ameaça como forma de coação da vítima, faz com que o delito seja diferenciado do artigo 155 – furto, que consiste na subtração do bem de outrem sem o uso de força ou ameaça.

Também pode resultar de conflitos com policiais, quando estão em fuga após roubos e assaltos. Todo esse quadro espelha um universo de violência já familiar.

Um dos maiores símbolos dessa guerra no PAC é Pedrão. Ele e mais dois irmãos têm o corpo acometido por tiros. Cada um foi ferido em local e tempo específicos. Cada um respondeu pelo seu envolvimento com o crime de forma particular¹³⁴. Pode-se identificar a partir disso a extensão familiar no envolvimento com o universo da violência. Um número significativo de rapazes quando participam da facção “*levam*” consigo os irmãos mais novos, assim, o que pode começar como cumplicidade, com o tempo se transforma em convicção.

Pedrão é o traficante mais velho do PAC, 55 anos. Como uma alegoria, circula pelas ruas do condomínio expondo o símbolo de seu estigma: mancando e inclinando o corpo fortemente para um lado, arrasta sua perna direita sequelada por uma bala. Todos os moradores sabem a história da causa do tiro que o aleijou: havia saído do PAC e foi baleado quando estava na praça que fica próxima à ponte Bandeira Tribuzzi. Uma vingança, foi atingido por um inimigo. Sua condição de “bandido” não favorece a compaixão, segundo a perspectiva dos moradores, pois “escolheu esse tipo de vida”.

O seu reconhecimento, adquirido na longa caminhada no universo do crime, favorece pensarmos um processo de construção do *habitus* que lhe assegura um lugar de destaque em certos aspectos. Consegue ter influência sobre os mais jovens em momentos de exasperação dos mesmos. Um exemplo desse contexto é citado pelo Sr. Israel, o responsável pela chave do salão de festa. Sr. Israel tem reclamado cada vez mais o desrespeito de regras para utilização do salão, por parte dos traficantes: a limpeza, limites do horário de barulho e os cuidados para não danificar objetos que compõem o ambiente. Em determinada ocasião, após dirigir-se ao local para reclamar do horário do som, foi afrontado por um jovem que o ameaçou de morte. Nesta ocasião foi a interferência de Pedrão que impediu um desfecho violento.

Não que Pedrão estivesse preocupado em estabelecer um acordo para resolução do conflito, onde as duas partes são ouvidas para negociação de pendências, conforme possa nos sugerir a noção de pluralismo jurídico, por exemplo. Na realidade, a intervenção de Pedrão foi pontual: não emprestou uma arma para o rapaz ajustar as contas de seu ego ferido. Dias depois, Sr. Israel comentou que ainda não agradecera o desfecho do episódio. Provavelmente a longa convivência com o traficante no mesmo condomínio, essa peculiar intimidade, tenha favorecido o cuidado com sua vida. Entretanto isso não anula opiniões que destaquem os

¹³⁴ Um dos irmãos está preso. O outro, Lázaro, vive boa parte do tempo em casa de parentes, em outros bairros. Parece ter se afastado do crime, segundo Frida.

abusos de Pedrão: recentemente atirou na direção dos pés de uma moradora que o incomodava e xingava pedindo droga para consumir.

Por outro lado, por estar na ativa¹³⁵, mesmo aleijado, pode ser visto como um símbolo de resistência entre seus companheiros, inclusive já esteve preso por homicídio e já pagou sua pena diante da lei, mas na disputa por território será sempre um alvo a ser abatido. A sua pena se prolongará por toda sua vida e o mantém em constante vigilância. Foi um dos alvos atingidos pelos tiros quando Orelha invadiu o PAC dia 30 de outubro de 2017. Felizmente a bala passou apenas de raspão.

Além disso, naquele contexto, a consciência dos moradores em relação à sua sociabilidade é reforçada quando um jovem pode passar rapidamente portando uma pequena arma que está perceptível por baixo da blusa¹³⁶ ou quando alguém agita-se correndo para escondê-las, fugindo das batidas policiais que acontecem durante o dia, período da manhã ou da tarde. Já à noite, é mais comum os moradores observarem a utilização de armas - revólveres, pistolas e até uma metralhadora nos foi citada em entrevistas ou conversas informais. Sr. Nobreza, Frida e Carioca, cada um a seu modo, já falaram sobre a metralhadora. É uma arma fundamental para um ambiente de guerra, pois é projetada para disparar tiros sucessivos e rapidamente¹³⁷.

Protegidos pela escuridão da noite, quando também as batidas policiais são mais raras, os traficantes “*desentocam*” suas armas até então escondidas, se preparam e se colocam em pontos estratégicos do condomínio, como atrás do muro de entrada do conjunto, por exemplo ou até mesmo vigiando do alto de um apartamento, através de um canto de uma janela onde é possível uma visão mais ampla de quem se aproxima sorrateiramente. Essa prática de vigilância à noite é cotidiana. Assim dispostos, ao “trocarem o dia pela noite”, de sentinela, estão empenhados em proteger seu território de uma possível invasão por um membro da outra facção vizinha que, segundo suas concepções, estão sempre à espreita. O cuidado em resguardar-se de qualquer ataque se estende à regra estabelecida de que carros desconhecidos só adentram o condomínio à noite com os vidros abaixados, não importando se é um comprador de droga.

¹³⁵ Possui sua boca de fumo, por exemplo, e ajuda no processo de vigilância contra possíveis rivais.

¹³⁶ A exibição de armas durante o dia é mais raro. Geralmente está relacionada com uma situação de iminência de guerra.

¹³⁷ Macaquinha, foi o nome atribuído à arma, utilizado pelos traficantes para identificar a metralhadora. Na realidade é um disfarce. Todas as vezes que a polícia chegava ao PAC, segundo Frida, os “rapazes gritavam para alguém guardar a macaquinha”, evitando assim que a polícia a encontrasse caso decidisse fazer alguma busca em apartamentos. Segundo Carioca e Frida, numa batida em março de 2017, a polícia apreendeu a metralhadora.

Vale destacar que a determinação de abaixar os vidros dos carros não é exclusiva no PAC Rio Anil. Ao contrário, como um padrão de defesa universalizado, em vários bairros da capital é possível vislumbrar frases em muros de residências, pintadas sem o consentimento de seus proprietários, demarcando a restrição de abaixar o vidro quando adentrar. Além dos vidros abaixados é cada vez mais comum a exigência de que as lâmpadas internas dos carros estejam acessas, inclusive de taxistas, enquanto circulam por áreas específicas. Identificar quem ocupa esses carros, é uma precaução a qual traficantes tem recorrido para proteger-se de uma possível cilada nessa guerra que se expande a cada dia, que fragmenta e mapeia a cidade em territórios delineados a partir de siglas e frases diversas demarcando se é área do B40, CV ou outra facção.

Embora a noção de “mundo do crime” diga respeito às regras de conduta e comportamentos dos jovens que participam de facções, o universo de vítimas de tiros não é restrito a eles. Também é possível encontrar pessoas que não estão envolvidas diretamente com dinâmicas de criminalidade, mas que compõem o imaginário dos moradores. São histórias relatadas em suas falas, em suas estatísticas referidas como exemplo do risco de morar no residencial: uma criança que quebrou o braço quando jogava futebol na quadra e correu fugindo de uma tentativa de invasão da facção rival; um jovem que tem uma bala alojada na perna, outra nos rins ou uma senhora que levou um “tiro acidental” da polícia, bem próximo ao peito. Em cada exemplo que nos foi relatado fica implícita a retrospectiva da sociabilidade violenta.

Esse último caso é exemplar, foi a primeira denúncia de um tipo de displicência policial relatada por eles. A data significativa, revivida na memória dos moradores, adquire contornos bastante peculiares: era uma noite de natal quando dona Celeste, que estava sentada na calçada de um dos prédios, recebeu um tiro no peito da arma de um militar que corria durante uma blitz. Dona celeste não morreu, mas é um dado significativo que culmina com um contexto permeado por uma dinâmica de convívio bastante complexa. Segundo os moradores, o excesso das perseguições policiais se estendem a todos de forma generalizada. Consequentemente, é cada vez mais comum surgirem comparações em relação aos dois tipos de violência ali praticados: a policial e a dos rapazes envolvidos com facções¹³⁸.

O tamanho do condomínio e a constante ameaça de invasão pelo portão de entrada ou de um tiro disparado a esmo, favorece uma certa aglomeração na parte de trás dos prédios. É lá que a “vida social” é mais intensa: rapazes fumam (maconha ou cigarro comum),

¹³⁸ Em outro capítulo farei considerações sobre algumas formas de abordagem policial.

crianças correm e alguns pequenos grupos de outros moradores conversam, tomam uma cerveja na calçada ou alguém em silêncio apenas observa a movimentação. Essas fronteiras físicas são traspassadas por olhares. Foi nesse espaço que observei um garoto de 11 anos entregar uma carteira de cigarro que acabara de comprar, conforme lhe havia solicitado Pedrão¹³⁹. Esse tipo de “envolvimento” surge como preocupação para algumas mães, mas é quase inevitável.

A criança tanto pode ser um parente de um traficante - já que há um grau de parentesco significativo entre alguns moradores -, como pode ser crianças denominadas como “de rua mesmo” ou as “criadas soltas”¹⁴⁰. Por várias circunstâncias, estas agem de forma diferenciada em relação às outras crianças, cujas mães conseguem manter um maior controle sobre sua educação: conciliando o horário da escola dos filhos com o horário do trabalho ou exercendo maior coerção sobre sua movimentação pelo condomínio¹⁴¹. É o caso, por exemplo, de D. Odinéia que, embora ausente-se para ir trabalhar, orgulha-se de que seu filho de 14 anos não sai de casa para ficar na rua. Além disso, de forma distintiva, enfatiza que ainda cuida de seu irmão mais novo, de 7 anos. Na hora da escola já está determinado que eles não falem.

Vale ressaltar que a dificuldade desse acompanhamento familiar aumenta em virtude de que parte significativa das famílias são formadas por mães solteiras, que precisam sair para trabalhar e, em consequência disso, deixam os filhos desacompanhados. O agravante dessa situação é que não existe uma creche nas proximidades, conforme estava especificado no projeto original do Governo Federal quando fizeram o remanejamento das pessoas para o PAC Rio Anil.

É na área do fundão, nesse espaço maior de convivência, que presenciei a primeira batida policial. Era por volta das 10 horas da manhã quando cheguei ao PAC. Ao avizinhar-me do fundão, percebi que o silêncio era cortado por alguns murmúrios. Uma pequena parte

¹³⁹ Diante da possibilidade de que aconteça uma tocaia é mais seguro que crianças atravessem a avenida para comprar cigarros para um rapaz envolvido com o tráfico, por exemplo.

¹⁴⁰ Sr. Nobreza ainda utiliza o termo “criança jogada”, filhos de pais também jogados.

¹⁴¹ São as crianças que embora morem com a mãe ou avó, por exemplo, passam horas brincando na área da rua. Como me disse Dona Odinéia: “é de rua mesmo” porque a mãe não deu limite e hoje não consegue mais controlar “com apenas 10 anos de idade”. Meninas também estariam nessa classificação, mas não circulam muito pela área do fundão: passam parte do dia correndo, pulando elástico, carregando suas bonecas, ou conversando. Vale ressaltar, entretanto, que essas crianças denominadas “de rua mesmo” geralmente frequentam escolas no horário específico. Não costumam faltar. Entretanto, nessa regra, conheci “duas exceções”: Cris, uma menina de 10 anos, analfabeta e que com 3 anos de idade ficou órfã de pai. Cris deixou de frequentar as aulas com 8 anos, após envolver-se numa briga com um menino na própria escola onde estudavam. Desse tempo, ela traz uma cicatriz na testa: a marca de um pequeno corte. Em dois anos, nunca mais foi matriculada para voltar aos estudos. A outra criança é Caçulinha, 7 anos, filho de Betanha, já citada no começo desse capítulo, que é usuária de drogas e mãe solteira. Betanha tem mais duas filhas adolescentes que ficam a avó, uma costureira. Moram todos juntos. Betanha, vez em quando, leva seu filho para ajudá-la na prática da mendicância em praças de São Luís. Por conta disso, embora Caçulinha estude, falta muita aula.

dos moradores, uma média de 40 pessoas mais ou menos, formavam um pequeno aglomerado e observavam 4 policiais armados com seus fuzis escoltarem um jovem, algemado, em direção ao apartamento onde morava com sua mãe¹⁴². A mãe e outras mulheres aguardavam em frente ao prédio enquanto se aproximavam. Me juntei a elas¹⁴³. A orientação era que os policiais fizessem uma busca no apartamento à procura de droga. Alguns minutos depois desceram sem ter encontrado nada.

Após soltarem o adolescente algemado, a polícia fez a abordagem de outros dois jovens de forma mais truculenta e queriam descobrir quem era o proprietário de uma pequena quantidade de maconha que haviam encontrado numa caixa de ar condicionado: eram Cosme e Damião, filhos de dona Chiquinha. São identificados por Frida, assim como por outros moradores, como “cabeças do tráfico” no condomínio. Foram levados a outro apartamento, situado no terceiro andar, para realizar a busca de drogas. O flagrante provocou uma enorme gritaria: a mãe, a irmã e a namorada de Damião estavam em desespero, gritavam muito e reclamavam diante da decisão de que fossem levados para a delegacia.

Uma pequena parte dos moradores aguardava ansiosa na rua. Ao colocarem Damião no carro de polícia, algumas jovens avançaram em direção ao veículo. Especialmente as mulheres se destacam nesse papel, geralmente os rapazes ficam mais afastados. Com a aglomeração em torno deles, meio que acuados, os policiais começaram a jogar *spray* de pimenta fazendo com que as pessoas se afastassem. Teoricamente, o *spray* de pimenta é utilizado para controle de motins. Porém, além de efeito moral e coerção, estabelece seus limites e suas marcas. A utilização do *spray* de pimenta, com certa frequência no universo do PAC, está dentro dos parâmetros de uma guerra que, mesmo silenciosa, fortalece as animosidades das partes envolvidas.

Mas o que eu quero destacar, a partir da descrição acima, é a reação de Cosme. Os irmãos, “cabeças do tráfico”, foram afrontados publicamente e estavam expostos diante de moradores do condomínio. Simbolicamente, isso pode desqualificar sua distinção diante das outras pessoas. Ao serem desmoralizados, Cosme precisava evocar e refazer sua autoridade. Desse modo, após a saída do camburão com os policiais e o recolhimento de Damião, Cosme surgiu bradando seu poder e domínio. A fúria, expressa nos gestos rápidos e agressivos, parecia intensificada pela vermelhidão dos olhos decorrente do *spray* de pimenta. De forma

¹⁴² Outras pessoas, dos prédios mais próximos, assistiam de suas janelas, inclusive crianças.

¹⁴³ Tentei tirar fotos, já que outras pessoas também o faziam, mas fui censurada por duas senhoras. Mesmo eu argumentando que a fotografia poderia evitar algum tipo de abuso por parte das autoridades, elas foram persistentes. Para minha própria segurança, afirmaram que eu não era moradora e isso poderia incomodar os rapazes do tráfico: “eles podem”, disseram.

virulenta, andando de um lado para o outro, gritava muito, de modo que se fizesse ouvir até mesmo dentro dos apartamentos mais próximos. Vociferou e fez várias ameaças: “quero saber quem mostrou o bagulho pra polícia. Vai ter de assumir agora porque meu irmão não vai ficar preso. Se não assumir eu mato”¹⁴⁴.

Certamente a forma da ação de Cosme, assim como outras práticas vivenciadas nos mesmos termos, têm implicações significativas na organização das relações sociais dos moradores do residencial. Por outro lado, favorece a difusão de um modo de vida engendrado pelo uso da violência cada vez mais cotidiana. A hierarquização e autodeterminação de um lugar de poder, nas ações do traficante, estabelece aquilo que Angelina Peralva (2015) chama de “*individualismo moral*”. Um processo recorrente de ressignificação de valores. Com a ação agressiva de Cosme, sem constrangimentos ou considerações, os moradores se transformam em plateia. Seu tom ameaçador, evidenciado em outras situações, caracteriza os princípios de uma sociedade pós-moralista, aquela que “repudia a retórica do dever rígido, integral e irrestrito... que deixou de estar baseada nas exortações ao cumprimento integral dos preceitos”, segundo a perspectiva destacada por Lipovetsky (2005, p. 15).

No PAC, Cosme é considerado, segundo as palavras de Gisele¹⁴⁵, o traficante “mais agressivo e violento” quando comparado em relação ao Pedrão, por exemplo, ou seu irmão Damião. Nesse contexto é importante ressaltar que, além do número de homicídios e prisões, a forma como o traficante se manifesta diante de algum episódio que lhe incomode ou contrarie, vai pesar na balança da adjetivação: ele pode ser reconhecido como “muito mal” e perigoso ou mais simpático. Além disso, o jovem traficante de 26 anos é classificado por Carioca a partir de outros aspectos: “um cara sério e faz tudo direitinho”¹⁴⁶. Esse caráter de uma racionalidade mais instrumental ressaltada aqui - que também está transmutada em agressividade, dependendo de quem fala - lhe favoreceu um lugar de destaque em relação ao universo do tráfico¹⁴⁷.

¹⁴⁴ Do outro lado da calçada Sr. Torquato assistia a tudo boquiaberto. Seu constrangimento diante da abordagem policial e o desenrolar da situação, expressava a crise de valores desse “novo tempo”. Do alto de seus 73 anos, num misto de decepção e espanto, falou baixinho: “onde já se viu fazer os pais passarem uma vergonha dessas. Eu e meus irmãos éramos 5 filhos, mas nunca passamos um papelão desses”. Em sua reflexão era perceptível a indignação com essa “nova juventude que não quer trabalhar...” Sua indignação aumentou quando assistiu a reação de Cosme diante de tantos moradores.

¹⁴⁵ Gisele é uma adolescente que participou da oficina de fotografia. Suas considerações sobre Mineiro foram colhidas durante algumas conversas, espontâneas, com nosso grupo, após encerrar a oficina ou nos intervalos. Outras pessoas permitiram confirmarem esse caráter “mais violento” de mineiro.

¹⁴⁶ Com 19 anos, morando no bairro da Liberdade, Mineiro respondeu a seu primeiro processo, acusado de homicídio.

¹⁴⁷ Em seu status no *facebook* afirma que a razão deve sempre estar em primeiro lugar, controlando as emoções da vingança, das conquistas

Quando saiu da prisão em novembro de 2016¹⁴⁸, após um período detido por tráfico de drogas, trouxe a decisão de estabelecer o CV no condomínio da Camboa. Até então, os domínios do território no PAC era do B. 40¹⁴⁹. No terceiro sábado de novembro, quando chegamos ao PAC para a oficina de fotografia, as paredes dos prédios e seus muros estavam cheios de novas siglas. Segundo as palavras de Frida, o “Comando Vermelho chegou sujando tudo”. De fato, todos nós tivemos uma grande surpresa diante da intensidade de novas cores e riscos demarcando as fronteiras da nova facção. A mudança de facção foi reflexo de uma crise que envolveu uma série de acusações de traição entre seus membros.

As histórias que explicam a mudança da facção são contadas em duas versões. A primeira afirma que, na prisão, um componente do B. 40, Sidney Barros, foi assassinado pelos próprios companheiros. Isso teria provocado revolta e a ruptura. A segunda destaca um episódio anterior de traição dentro do bonde e o assassinato seria consequência disso. Identificar quais os fundamentos de uma ou outra, foi um verdadeiro quebra-cabeça tecido com peças variadas. Observa-se que as duas perspectivas estão fundamentadas na ideia de punição e vingança. Em consequência disso, além da ruptura, houve uma série de assassinatos desencadeados pelas facções, reforçando o princípio de destruição do outro como a base de ordenamento dos grupos envolvidos.

Uma pessoa chave no desenvolvimento de toda trama foi Daniel Santos. Importante liderança do tráfico na área do bairro da Liberdade, teve uma trajetória promissora de mando junto com sua esposa Valdirene Pereira. Algumas vezes em que foi autuado teve seu nome associado ao de Sidney, este era considerado seu “braço forte”. A experiência dos dois homens no universo do tráfico é bastante dinâmica. Em setembro de 2015, por exemplo, além de entorpecentes, dinheiro e motocicletas a polícia apreendeu uma caminhonete blindada¹⁵⁰ na casa de Daniel. Em maio de 2016 Sidney foi preso acusado pelo envolvimento em ataques a coletivos na capital¹⁵¹ e já respondia processo por roubo e homicídio. Em 7 de setembro de 2016, após beneficiado com liberdade provisória, Sidney foi novamente preso com 4 Pistolas, marca Taurus, calibre ponto 40; 1 pistola cal 635, 1 revólver 38, 1

¹⁴⁸ Foi preso novamente em 2017, mas é apontado como uma importante liderança, inclusive é consultado para decisões que envolvam medidas punitivas relativas ao contexto da facção.

¹⁴⁹ O momento que iniciamos nossa oficina, julho de 2016, a facção que estava com o controle do condomínio ainda era o B. 40.

¹⁵⁰ <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/09/suspeito-de-facciao-criminosa-e-presno-durante-festa-no-Maranhao.htm>.

¹⁵¹ Os ataques a coletivos na capital no mês de maio de 2016 foram rapidamente contidos. Já no final de setembro do mesmo ano foram divulgados mais de 10 ataques, tendo como resultado e destruição total e 4 ônibus incendiados. Além disso escolas também foram queimadas. Nesse período suspendemos por duas semanas a oficina de fotografia desenvolvida no PAC.

submetralhadora calibre 9mm, mais de 100 munições de diversos calibres; 1kg de crack e 101 papélotes de cocaína, segundo o delegado Carlos Alessandro¹⁵². Na operação, Daniel Santos fora considerado foragido.

Sidney Barros foi assassinado no Centro de Triage em 23/09, com apenas 16 dias após retornar à prisão. Esse episódio demarca o processo de crise e ruptura interna entre os membros do B. 40. Na perspectiva de Carioca, isso fez com que “os meninos do PAC se revoltassem e aderissem ao CV”. A segunda versão aponta que Daniel já estaria negociando com o CV, inclusive receitando armas. O assassinato de Sidney, seu braço direito, foi a outra ponta da história que amarrava com violência uma contenda de sangue que se prolonga sem fim pela capital maranhense.

Essa mudança na composição de organização das facções teve um forte impacto no conjunto do PAC. Fundindo com a própria crise desencadeada na capital, no mesmo período, envolvendo rebeliões no Complexo Penitenciário de Pedrinhas; ataques e incêndios a coletivos e tiroteio de retaliação na porta do condomínio. Todo esse contexto nos obrigou a suspender, por alguns dias, a oficina de fotografia que desenvolvíamos no PAC. Outra consequência implicou diretamente sobre os moradores. Os parentes dos jovens que não concordaram ou aderiram ao CV tiveram que retirar-se do condomínio, abandonar ou fechar seus apartamentos¹⁵³.

Na tarde do dia 15 de dezembro de 2016, Daniel Santos também foi assassinado em frente a uma casa lotérica, na Avenida Colares Moreira, no bairro do Renascença, em São Luís, após sair de uma audiência na 2ª Vara de Execuções Penais. Com duas passagens pela polícia por tráfico de drogas, respondia a um processo em liberdade. Em abril de 2017, a polícia prendeu Edilson Nogueira, conhecido como Soldado¹⁵⁴, acusado pela morte de Daniel. Antes mesmo da polícia efetuar a prisão de Edilson, os moradores do PAC já comentavam quem teria executado Daniel.

Sair do PAC nos momentos de guerra, é sempre apontado como prioridade, mas esse desejo requer contextualização. Os itinerários são diversos: Sr. Domingos gostaria de voltar a criar seus porcos e galinhas como fazia na favela; dona Morena também prefere o tempo da favela, porque seu filho é usuário de *crak* e em virtude das “influências e facilidade na aquisição de drogas nos apartamentos” é muito difícil mantê-lo longe do vício. Por outro

¹⁵² ww.ma.gov.br/policia-civil-apresenta-integrante-de-facao-criminosa-presos-em-operacao-desta-terca-feira-6/

¹⁵³ Os apartamentos fechados, propriedade dos rivais da facção local, são quebrados, invadidos ou roubados. Isso já provocou alguns assassinatos. Por exemplo, o de Birobiro, um jovem que após ser identificado usando roupa ou objeto furtados do apartamento de um dos membros do B. 40 foi executado, sua morte filmada e jogada na rede de *whatsapp*.

¹⁵⁴ Segundo moradores, o vulgo soldado é em virtude de que Edilson “chegou a servir” ao exército.

lado, morar sobre a maré, segundo o Sr Poló, é algo degradante: apenas “quem sentiu na pele, sabe o tamanho do sofrimento”. Sr. Nobreza também não sairia de seu apartamento para não abandonar seus amigos “à mercê” dos criminosos. Além disso acredita que quanto mais os “homens de bem” saírem do condomínio, maior a possibilidade de que os “novos inquilinos sejam traficantes”. Sr. Poló afirma que ser selecionado para sair das palafitas foi sorte: “estava no lugar certo e na hora certa”

Por fim, os moradores diante de todas as situações vão ressignificando suas vidas a cada dia. Desse modo, silenciam indignados, vão aprendendo a conviver com uma realidade que independe de suas escolhas, “sabem onde pisam”, constroem sonhos, abrandam seus medos. Nesse universo de contradições por eles apontadas, vão construindo o roteiro de suas vidas, negociando as possibilidades que existem, contextualizadas entre as experiências do passado e os momentos atuais.

CAPÍTULO 4 - ESTADO, SUJEIÇÃO CRIMINAL E VIOLÊNCIA

Este capítulo fará um breve recorte do processo de ação do Estado como ator responsável em concentrar o monopólio do exercício da violência, contextualizando com o universo desta pesquisa. Inicialmente, será traçada uma breve abordagem teórica que permitiu fundamentar a realidade vivenciada no campo de pesquisa.

A discussão nas Ciências Sociais acerca da governabilidade tem relação com a noção de violência e ordem social¹⁵⁵. No ocidente, vislumbraríamos um percurso fundamentado na perspectiva que contextualiza a própria formação do Estado Moderno e sua forma de dominação específica, que combinou ao longo do tempo num processo crescente de racionalização com uma tecnologia de “poderes totalizantes” (TAVARES SANTOS, 2014). Pensava-se, assim, em formas de organização que tributavam à razão, lugar privilegiado no processo de coerção e determinação das condutas individuais.

Um dos grandes expoentes dessa discussão é Max Weber. Seu entendimento está contextualizado no processo de reordenação racional da cultura e da sociedade moderna, a partir do século XVII, considerando ainda um processo de diferenciação da economia e do Estado. Em seu ensaio, “A política como vocação”, o autor destaca a função proeminente do Estado no controle interno e na defesa externa da sociedade. Assim, o processo de aplicação da violência ou constrangimento físico legítimo, estaria respaldado numa lógica burocrática racional legal, bem como no vislumbramento da competência de instituições como, o sistema prisional, a polícia e o judiciário, por exemplo, encarregados de garantir tanto a segurança como a defesa da sociedade.

Nesse sentido, a perspectiva da soberania do Estado, por um lado, resguardaria o Estado-nação diante de ameaças externas e, por outro, evitaria os conflitos internos atuando na sua mediação e solução. Existe, nesse contexto, a ideia de um ordenamento legal e justo, com pretensão caráter impessoal que seria imprescindível para o reconhecimento, tanto do monopólio legítimo no emprego da violência, como da ação jurídica de resolução dos conflitos. Desse modo, a centralização da violência de Estado não pode ser arbitrária, nem abusiva, repousando sobre os estatutos da lei correspondendo assim, ao princípio de racionalização da civilização moderna.

¹⁵⁵ A noção de governabilidade está fundamentada em transformações ocorridas na produção do saber e perpassa um discurso de organização racional do governo e da sociedade, submetida a uma série de tecnologias de poder e signos de dominação que determinam e submetem os indivíduos (FOUCAULT, 1990).

No curso desse processo, segundo destaca Adorno (2000), o direito positivo ganhou importância singular por ser considerado fruto da “vontade racional dos homens” e, no contexto do Estado de direito, viria regular o uso desmedido da força do Estado, mediando as dissensões dos indivíduos entre si, e consequentemente evitando que estes também possam recorrer à violência. Por fim, a fundamentação do direito e do Estado excluiria qualquer legitimidade de outros possíveis mecanismos portadores da violência.

No Brasil, o desmembramento desse processo, expôs um dilema: a fragilidade em compatibilizar o respeito aos direitos humanos e a eficiência policial. Aqui, conforme esclarece Adorno (2000), existe um aspecto histórico/estrutural que sempre esteve presente, mediando nossa história social e política, seja como repressão ou reação, contrariando o princípio de uma ordem pública que respeite os direitos dos cidadãos, e de uma lei que constranja os abusos de poder em qualquer âmbito que ocupe a função pública.

4.1 A violência como problema social ou o estado providência em crise

Entre os fatores apontados que favorecem o questionamento da capacidade de monopólio do Estado, vem ganhando destaque uma série de elementos que fundamentam seu descentramento decisório, assim como a capacidade de ordenamento social. Entre os recortes mais gerais, estariam os relacionados a uma perspectiva econômica. Segundo esse viés explicativo, o Estado estaria se retraindo diante do processo de globalização da economia e dos fluxos financeiros do mercado, incapacitado em controlar seus abusos em função da expansão das grandes corporações. Isso estaria restringindo a própria governabilidade de nível nacional, conforme atribui Bauman (1999). Assim, em processos e fronteiras cada vez mais abertas e flexíveis, promovidas por uma globalização descrita em seu “caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais” (Bauman, 1999, p. 67), o Estado está cada vez mais desprovido de seu poder e de sua autoridade circunscrita por uma nova ordem mundial.

Esse mesmo Estado que sucumbe como possibilidade de gestão democrática diante das “iniquidades do mercado” e dos organismos de ordenação política global ou internacional, conforme enfatiza Hobsbawm (2003), na sua Era dos extremos, estaria vivenciando em suas fronteiras internas, uma série de restrições ao reduzir sua participação no processo de inclusão social. Além disso, a crise do modelo do Estado de bem-estar, com sua crescente pobreza e marginalidade é sentida também nos países mais ricos, cuja população estaria se acostumando a observar diariamente em suas ruas ao “espetáculo mais chocante de

desabrigados protegendo-se em vãos de portas e caixas de papelão, quando não são recolhidos pela polícia” (Hobsbawm, 2003).

Sem acesso ao mercado de consumo, cabe ao Estado neutralizá-los. É o “inimigo interior”, conforme classifica Bauman (2006), e compõem a cena de um imaginário do medo: são “desfavorecidos e criminosos” que estão postos na contramão da construção e visão da “cidade perfeita”. Esse quadro delineia, por um lado, a precarização e a desintegração dos “laços humanos” e, do outro, fortalece sentimentos de medo, tanto o medo de ser excluído socialmente como medo de ser vítima da violência física.

Segundo destaca Bauman (1999), isso seria resultante de uma situação em que, o Estado se ausentaria da condição de responsável pela proteção dos indivíduos e estaria pautado em suas políticas de proteção dos direitos de competitividade no mercado, assumindo por outro lado, em relação aos excluídos, uma função meramente policial.

Desse modo, é importante destacar o aumento dos crimes violentos, em especial, os homicídios, como um dos fatores que tem contribuído para intensificar os sentimentos de medo e insegurança da população. Seus impactos são enormes, interferindo na narrativa e organização do espaço urbano, cuja população embasada pela percepção e consciência de maior vulnerabilidade à violência, depreende um forte apelo por segurança e proteção (ADORNO, 2002). Nesse contexto de violência difusa, de medo secundário e primário, vemos proliferar a construção da “cidade de muros”. Cidade de muros, conotação de Caldeira (2007, p. 27), diz respeito ao aumento dos sentimentos de segurança na sociedade moderna:

O medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a paisagem urbana e o espaço público moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros.

O que Caldeira chama de “enclaves fortificados”, implica na segregação da própria cidadania. É propriedade privada para uso coletivo e enfatiza o valor do que é privado e restrito, ao mesmo tempo em que desvaloriza o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem regras de inclusão e exclusão.

Esse aspecto demonstra que os moradores da cidade tomaram para si a tarefa de sua defesa. Assim, os muros anteriormente construídos para proteger os “inimigos da cidade”,

deslocaram suas fronteiras e limites, agora servem para blindar os indivíduos, restringindo a interação cotidiana (BAUMAN, 2006). A cidade, recortada em zonas de perigo, demarcada por muros simbólicos e de concreto vai se estruturando a partir de uma segregação espacial gritante e que favorece a criminalização dos pobres, geralmente vítimas das arbitrariedades das instituições de ordem.

Portanto, é nesse universo que se entrelaçam as atividades de segurança pública e privada e onde se assiste a tendência ao incremento das empresas ligadas à área de segurança como: o crescimento da indústria de sistemas de segurança eletrônicos, carros blindados, alarmes, segurança privada e, além de grades e muros altos, câmaras nas vias de acesso aos apartamentos.

Consequentemente, os processos de transferência das responsabilidades públicas e estatais de controle do crime para esfera privada¹⁵⁶, teoricamente levariam ao descentramento do aparato coercitivo do Estado na defesa dos cidadãos, podendo afetar sua hierarquia e autoridades legítimas. Em Contrapartida, destaca Adorno (2002, p. 282-283): Como proteger-se diante de uma realidade em que os sentimentos de insegurança e intranquilidade, na sociedade contemporânea, só aumentam? Diante da dificuldade que o Estado tem de reverter o quadro de insegurança coletivo. O propósito de uma vida segura passa a ser visto como um problema de ordem pessoal. Flexibilizando assim, o monopólio legítimo, pois a segurança não estaria necessariamente vinculada a órbita do poder público. Além disso - enfatiza o autor - há a crença junto aos cidadãos de que o mercado privado é mais eficiente do que o Estado na prestação dos serviços de segurança.

Nesse complexo de relações, em paralelo ao âmbito privado, o Estado tem tentado construir uma representação que afirme sua legitimidade demarcando sua presença, a começar de um *corpus* de saber especializado. A partir dessa perspectiva, no âmbito do Estado brasileiro, ganha corpo o Sistema de Justiça Criminal, que abrange a atuação do poder público em prevenir as infrações penais, processar e aplicar penas aos infratores¹⁵⁷.

Entretanto, o debate sobre a crise de legitimidade do Estado, tem ressaltado críticas também ao Sistema de Segurança Pública que está organizado no âmbito do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, e se materializa em três frentes principais como:

¹⁵⁶ Por exemplo, os linchamentos entrariam nessa categoria.

¹⁵⁷ Para maior entendimento do funcionamento dessas instâncias consultar IPEA (2008), Ratton (2010), Sadek (2000) "Os órgãos de Justiça criminal no Brasil organizam-se nos níveis federal e estadual: juízes federais, Tribunais Regionais Federais, Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União, no primeiro caso, e juízes estaduais, Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas Estaduais, no último. As competências de cada um destes órgãos são ditadas pela Constituição Federal e pelas legislações específicas, como as leis estaduais de organização judiciária. Num âmbito mais específico se relaciona e inclui o Sistema de Segurança onde estaria focado o desempenho de instâncias policiais. (IPEA, 2008, p. 5).

segurança pública, justiça criminal e execução penal. De forma ampla, o pressuposto da segurança e ordem pública está respaldado no art. 144 da Constituição Federal no qual é assegurado como dever do Estado e responsabilidade de todos. Ao Estado, está legitimada a aplicação da violência como também da vigilância e da justiça.

Alguns autores como Ratton (2010) e Zaluar (2004), destacam as limitações e ineficiência de todo esse processo institucional, que vai desde a prevenção e contenção de violência, até mesmo a ineficácia na capacidade de incriminação quando há um culpado. As críticas têm se fortalecido especialmente com a escalada dos crimes violentos, a dificuldade em aplicar a justiça de forma eficiente e não seletiva, além da fragilidade em garantir a efetivação de um Estado de direitos predominantemente violados por algumas instâncias oficiais. Todas essas cogitações são objeto de preocupação, porque indiretamente colocam em questão a autoridade e legitimidade do Estado e da própria justiça pública.

Ratton et al (2010), por exemplo, destaca que entre os principais desafios impostos para o Sistema de Justiça Criminal no Brasil está a harmonização da eficiência e da efetividade de suas agências, sem que isso implique ameaça de direitos e das garantias individuais. Nesse âmbito, ganha ressalva a denúncia sobre as condutas de controle desempenhadas pelo Estado no combate à violência como os abusos policiais e a corrupção nas corporações. Além dessas questões que incidem sobre a denúncia de práticas ilegais constatadas em toda a hierarquia do sistema jurídico, podemos acrescentar a perspectiva difundida em meio a sociedade relativa à falta de credibilidade na eficiência do sistema de aplicação da lei.

Essa última concepção contraria as prerrogativas atribuídas pela Constituição de 1988 ao Judiciário e ao Ministério Público como o *locus* principal de resolução dos conflitos, capaz de assegurar a proteção e intervenção de interesses de forma justa e, portanto, igualitária. Conforme destaca Faria (2004, p. 2), partes da Justiça e do Ministério Público incorporariam “elementos estranhos à lógica do sistema jurídico, pois eles não só rompem sua lógica operacional, como também politizam a aplicação do direito, o que leva à erosão dos marcos de referência”. Já do ponto de vista funcional, segundo o autor, as ordens jurídicas seriam imprecisas na forma e contraditórias no conteúdo, aplicadas por tribunais sobrecarregados, lentos e incapazes de fixar jurisprudência uniforme.

Um estudo promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), denominado: “**Sistema de Justiça Criminal no Brasil: quadro institucional e um diagnóstico de sua atuação**” (2008) divulgou o resultado que avaliou a atuação do Sistema de Justiça Criminal (SJC), tendo como parâmetros o respeito ao Estado de Direito e a prevenção à

violência. A conclusão deste trabalho aponta uma série de denúncias sobre a ineficiência do sistema, no sentido de conseguir incriminar condutas consideradas delituosas, o que favorece a reprodução da impunidade. Destacou-se por exemplo, a morosidade do referido sistema na apuração dos processos. Em seu relatório, o IPEA também critica a forma de prevenção à violência, por estar focada apenas sobre agressores/infratores e vítimas, sem projetos socioeducativos com adolescentes e jovens, por exemplo. Também aponta, a necessidade de ampliação do acesso aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e aos canais estatais ou públicos de mediação de conflitos¹⁵⁸.

Considerando que, o Sistema de Justiça Criminal representa o Estado no seu papel de assegurar a ordem pública promovendo a segurança da população de forma satisfatória, combatendo comportamentos criminalizados e garantindo o próprio acesso à justiça, as restrições acima passam a destacar uma situação de ineficiência, contrariando o princípio de igualdade perante a lei. Um dado agravante diz respeito à assistência jurídica integral e gratuita, executada pelas Defensorias Públicas. Em pesquisa realizada em 2005 pelo Ministério da Justiça e divulgada pelo IPEA (2008), foi identificado que nem todas as comarcas têm acesso aos serviços de defensoria. O relatório afirma ainda que em apenas seis Unidades da Federação todas as comarcas são atendidas (AC, AP, DF, MS, PB e RR). A situação é agravada pelo fato de que a Defensoria Pública da União (DPU) está presente em apenas 17,7% das comarcas (IPEA, 2008, p.32-33).

Assim, embora vários fenômenos estejam relacionados quando se discute a questão da violência no Brasil atual, o limite da política de segurança pública tem sido pensado a partir de um questionamento: a intensificação de práticas autoritárias dentro de um sistema classificado como democrático. Nesse sentido, ganha destaque o debate acerca da questão da segurança pública no que diz respeito às práticas policiais, pois em geral se faz alusão ao abuso de autoridade e à falta de respeito aos direitos dos cidadãos. Sendo assim, essa questão vem acompanhada de um paradoxo em relação aos limites de implantação da lei e da ordem. A capacidade de articulação desses dois princípios contribui para a legitimidade do Estado enquanto instância convergente de conflitos.

¹⁵⁸ Segundo o IPEA (2008), tem ocorrido à inovação, com maior ou menor abrangência, que contribuem para a mudança desse quadro. Entre eles é destacado o estabelecimento dos Juizados Especiais Criminais, a instalação de Ouvidorias de Polícia, a Expansão das Defensorias Públicas, a constituição do Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública (Infoseg), o fortalecimento da Polícia Federal, a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, e o desenvolvimento de experiências de policiamento comunitário. A qualidade dessa eficiência tem sido criticada por Misse (2008) e Ratton (2010), entre outros autores.

Como ficamos diante dessa ambiguidade tão recorrente? Barreira (2004) fala em legado do regime militar; Adorno (2002) tem destacado os aspectos contraditórios entre democracia, repressão e violência urbana, que se prolongaram após o período da transição democrática em final dos anos de 1980; Garland (1999) fala em substituição de um Estado social por um Estado penal, consequência do endurecimento penal no controle de pequenas ilegalidades; Bauman (1999) destaca a prisão como a forma mais radical de confinamento espacial, após a exclusão de classes marginalizadas economicamente; Wacquant (2001) denuncia o aumento da população carcerária e o projeto de controle de grupos sociais supérfluos como “operários negros e pobres”.

Os preceitos acima, terminam por convergir com a análise de Adorno (2002), em pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, no qual o autor contextualiza e destaca a “escalada da violência policial” em vários estados da federação. Embora esteja materializada como violência legítima, porque circunscrita nos termos do direito, o que vem se evidenciando é o uso abusivo da força física, em nome de um suposto controle social¹⁵⁹.

Soares (2003) situa historicamente o agravamento desse processo. Segundo o autor, após a promulgação da Constituição Federal brasileira em 1988, as agendas públicas tornaram-se mais sensíveis às demandas da sociedade e todas as instituições públicas passaram por uma revisão e reajuste ao novo momento, com exceção da instituição policial. No âmbito político, conservadores, liberais e progressistas debateram o destino de cada órgão público, discutiram propostas antagônicas e disputaram a liderança de cada processo de reforma, mas deixaram de apresentar à opinião pública, projetos que adequassem a polícia à democracia então estabelecida. Essa omissão em debater “uma política correta, democrática, legítima, orientada pelo respeito aos direitos” favoreceu o desenvolvimento de formas de repressão ilegítima - aquela que desrespeita os direitos humanos - a brutalidade policial, a violência criminal e a barbárie, completa o autor (SOARES, 2003, p. 75-76).

Afirmando essa perspectiva, Zaluar (2007) também enfatiza que houve poucas reformas no sistema de Justiça e quase nenhuma mudança nas práticas policiais, no que diz respeito aos pobres, sendo esse aspecto um dos efeitos do regime militar que ainda estão presentes no funcionamento dessas instituições que não respeitam os direitos civis dos cidadãos.

Outro recorte identificado nessa abordagem é exposto por Peralva (2000). A autora ressalta a permanência do autoritarismo refletido na ordem pública, enfatizando as

¹⁵⁹ Os trabalhos de Adorno (2002) e Zaluar (2007), apresentam várias denúncias de graves violações dos direitos humanos, como os homicídios cometidos pela polícia, tortura ou outros maus-tratos de pessoas.

modalidades violentas presentes nas ações policiais, sobretudo seu arbítrio em relação aos segmentos pobres da população, mas também identifica uma espécie de “espiral da criminalidade” situada no seio da própria população. Segundo a autora, um autoritarismo socialmente implantado e enraizado nas práticas violentas vem se prolongando e fundamentando em uma perspectiva e visão de mundo de que, para combater a criminalidade é necessário intensificar a repressão.

Acrescenta-se a isso o forte apelo midiático no que diz respeito às incursões policiais para a ocupação de territórios na disputa pelo tráfico em favelas, conforme destaca Adorno (2002). Segundo Adorno, isso tem estimulado desejos coletivos de Estado forte e enérgico no controle da segurança pública, em contraposição às políticas públicas associadas para a proteção dos direitos humanos:

Paradoxalmente, parte dos cidadãos...reclama por mais e maior punição, mesmo que, para garanti-la, seja necessário conferir maior liberdade de ação às agências e aos agentes encarregados da manutenção da ordem pública, independentemente de constrangimentos legais (ADORNO, 2002, p. 301).

Por outro lado, a perda de confiança nas instituições de justiça e em todo o segmento judicial (Ministério Público e Tribunais de Justiça) em punir agressores, além da incapacidade das polícias militares e civis em prevenir crimes e investigar as ocorrências, tem impactado na forma de solução de conflitos e estimulado a adoção de soluções privadas como linchamentos e execuções sumárias. Desse modo, conforme destaca Adorno (2002, p. 300, 301).

Vimos assistindo nas duas últimas décadas a manifestações coletivas de obsessivo desejo punitivo que contemplam punição sem julgamento, pena de morte, violência institucional, leis draconianas de controle da violência e do crime¹⁶⁰. Em outras palavras, em nome da lei e da ordem, pressupõe-se justamente o controle social carente de legalidade (Adorno, 2002, p. 302).

Conforme foi vislumbrado por Norbert Elias em seu processo civilizatório, é como se a sociedade tivesse perdido os “padrões civilizados de conduta.” Além disso, esse excessivo desejo punitivo, aumenta na mesma relação em que as características e funções de um Estado de justiça vem caindo em descrédito, consequentemente, impulsionando uma espécie de justiça feita com as próprias mãos.

¹⁶⁰ Vários autores trabalham essa temática. Sinhoretto (2009) por exemplo, explica que o linchamento é uma espécie de revolta popular, resultado tanto da frustração em relação ao funcionamento do sistema de Justiça, como teria um caráter imediato de resposta ao crime cometido. Também José de Souza Martins (2015) afirma que os linchamentos são motivados pelo anseio de justiça e é cometido predominantemente por trabalhadores, apreendido como justiça popular.

Todo esse quadro é recorrente na atualidade. O crescimento da violência criminal, ao longo dos últimos 30 anos, reforçou essa tendência. Sites de revistas, jornais e institutos, além de trabalhos acadêmicos publicam o aumento da criminalidade violenta, bem como da violência policial. Pode-se observar especialmente, o crescimento dessa última, nas décadas de 1980 e 1990, com breves oscilações no mapeamento realizado pelo Núcleo de Estudos da Violência/USP¹⁶¹. Também nos anos 2000 é possível identificar a escalada da violência de forma significativa.

Em outubro de 2017, por exemplo, foi divulgado o 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, onde foram expostos os resultados colhidos das taxas criminais e de violência letal. As mortes violentas intencionais compreenderam, em 2016, 53.933 homicídios dolosos, 2.661 latrocínios, 830 lesões corporais seguidas de morte, 447 policiais mortos e 4.219 pessoas mortas por policiais (algumas registradas também como homicídio doloso). Este número vem crescendo ao longo dos anos¹⁶². Também em 2015 é possível observar essa incidência, 58.456 e 55.487 em 2013. Segundo o Anuário, o ano de 2016 representou um recorde no que se refere às mortes violentas intencionais. Foram 61.158 pessoas mortas pelo crime.

Como fonte de referência nos dados do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum de Segurança Pública¹⁶³, pôde-se observar o aumento da violência policial em todos os estados da federação¹⁶⁴. Portanto, é possível identificar uma tendência no Estado brasileiro indicando o fortalecimento de um sistema policial repressivo e militarizado que, além de não conseguir reduzir as taxas criminais, é ele próprio, o fator determinante no grande número de mortes violentas.

Dessa forma, vislumbramos uma crise de legitimidade favorecida pela impunidade penal ou punição seletiva de um lado, e pelos excessos de práticas arbitrárias cometidas pelo braço armado do Estado, por outro. Vale ressaltar que, as denúncias impetradas ao Estado ocorreram em virtude de que a maior parte da violência policial é

¹⁶¹ Os dados no NEV estão referenciados em Adorno (2002)

¹⁶² No 12º. Anuário de Segurança Pública também foi divulgado que em 2016, em todo o Brasil, foram 453 profissionais de segurança pública que perderam a vida mortos em confronto ou por lesão não natural fora de serviço. Em 2016 o número é crescente em comparação com anos anteriores. No Maranhão, em 2015, foram 6 mortos e, no ano seguinte, 8. FONTE: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.

¹⁶³ Consulta feita em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Agenda_seguranca%CC%A7a-pu%CC%81blica-e%CC%81-soluc%CC%A7a%CC%83o-resumo-executivo.pdf 25/05/2018.

¹⁶⁴ No Maranhão, de 2014 para 2015, a letalidade policial cresceu 95%, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, posicionando a Unidade da Federação no 7º lugar no ranking nacional. E de 2015 para 2016 o índice subiu mais 41,7%. Fonte: <http://smdh.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Monitoramento-da-Violência-Maranhão-2017-Boletim-SMDH>.

concentrada em áreas de habitações populares, um dado já identificado por Zaluar (2004). Sendo nessas áreas, que se concentra a repressão policial, fundamentada a partir de uma lógica enviesada que relaciona pobreza, violência e crime quase que automaticamente, o que mais caracteriza um projeto de higienização.

4.2 O caso do Maranhão

No Maranhão, o intenso crescimento da violência urbana vem ganhando relevância, associada à criminalidade organizada, em que se destaca a questão do tráfico de drogas e o grande número de homicídios. Em paralelo, é possível observar que o número de mortes por arma de fogo também ficou mais acentuado. O aumento dessa forma de violência, no Estado, entre os anos de 2005 e 2015 foi de 210,6%. Em 2005, por exemplo, eram oito casos para cada grupo de 100 mil habitantes, já em 2015 o índice subiu para 24,9. Esses dados mantem uma referência nacional, em percentual da causa de morte. Por exemplo: em 2016, o Brasil teve 61 mil mortes violentas, 70% delas cometidas com uso de arma de fogo, segundo os dados do Fórum Brasileiro e segurança Pública¹⁶⁵.

Em outro mapa, "Mortes Matadas por Armas de Fogo", que foi elaborado pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), os números apresentados, relativos ao Maranhão, também são impactantes. Em 2012, foram ao todo 458 óbitos por armas de fogo em São Luís, sendo 294 dos casos, a população jovem. O número de mortes por armas de fogo cresceu 377,1% na capital maranhense entre 2002 e 2012, sendo que na população jovem, o crescimento foi de 476,5%. Além disso, nesse período de 12 anos, foi a 2ª capital brasileira com maior índice de crescimento de homicídios, perdendo apenas para Maceió (AL). Desde 2011, São Luís figura na lista das 50 cidades mais perigosas do mundo, subindo de posição a cada ano: de 27ª em 2011 para 15ª em 2013¹⁶⁶.

¹⁶⁵ <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Agenda-seguranc%CC%A7a-pu%CC%81blica-e%CC%81-soluc%CC%A7a%CC%83o-resumo-executivo.pdf>

¹⁶⁶ Dados do Observatório da Violência, publicado em 11 Novembro2014. São%20Luís.html

Tab 4.1. Homicídios por AF, UF e Região. Brasil. 2004/2014.

UF/REGIÃO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	Δ% 1	Δ% 2
Acre	49	36	50	51	40	61	63	50	85	97	116	136,7	19,6
Amapá	74	55	75	60	65	69	103	80	117	99	142	91,9	43,4
Amazonas	227	264	379	415	446	572	635	879	855	692	756	233,0	9,2
Pará	969	1.195	1.295	1.385	1.929	2.038	2.502	2.077	2.138	2.254	2.319	139,3	2,9
Rondônia	334	367	383	321	286	353	351	286	338	300	388	16,2	29,3
Roraima	31	28	38	28	29	27	29	25	32	69	47	51,6	-31,9
Tocantins	100	78	85	88	98	128	131	158	178	140	164	64,0	17,1
Norte	1.784	2.023	2.305	2.348	2.893	3.248	3.814	3.555	3.743	3.651	3.932	120,4	7,7
Alagoas	754	909	1.308	1.552	1.596	1.560	1.721	1.913	1.737	1.872	1.818	141,1	-2,9
Bahia	1.590	2.022	2.402	2.700	3.828	4.361	4.439	4.170	4.594	4.289	4.441	179,3	3,5
Ceará	916	1.012	1.060	1.224	1.332	1.511	2.057	2.063	3.135	3.652	3.792	314,0	3,8
Maranhão	355	489	479	602	698	785	827	944	1.152	1.382	1.658	367,0	20,0
Paraíba	472	543	628	656	750	1.019	1.208	1.379	1.224	1.251	1.246	164,0	-0,4
Pernambuco	3.344	3.509	3.592	3.706	3.449	3.117	2.649	2.541	2.475	2.301	2.522	-24,6	9,6
Piauí	131	151	192	184	159	184	207	251	311	373	454	246,6	21,7
Rio Grande do Norte	237	268	306	438	536	620	611	788	856	1.153	1.292	445,1	12,1
Sergipe	301	318	403	348	368	451	452	523	648	723	896	197,7	23,9
Nordeste	8.100	9.221	10.370	11.410	12.716	13.608	14.171	14.572	16.132	16.996	18.119	123,7	6,6
Espírito Santo	1.188	1.189	1.294	1.363	1.495	1.548	1.359	1.352	1.335	1.289	1.290	8,6	0,1
Minas Gerais	3.255	3.099	3.075	2.983	2.755	2.603	2.456	3.000	3.228	3.455	3.338	2,5	-3,4
Rio de Janeiro	6.193	5.978	5.790	5.102	4.336	4.009	4.111	3.411	3.472	3.562	3.582	-42,2	0,6
São Paulo	7.611	5.796	5.761	4.150	3.891	3.851	3.469	3.262	3.848	3.408	3.524	-53,7	3,4
Sudeste	18.247	16.062	15.920	13.598	12.477	12.011	11.395	11.025	11.883	11.714	11.734	-35,7	0,2
Paraná	1.912	2.027	2.229	2.285	2.540	2.673	2.630	2.365	2.433	2.042	2.073	8,4	1,5
Rio Grande do Sul	1.432	1.473	1.425	1.661	1.801	1.645	1.496	1.531	1.737	1.711	2.052	43,3	19,9
Santa Catarina	377	392	386	377	505	511	483	483	491	439	493	30,8	12,3
Sul	3.721	3.892	4.040	4.323	4.846	4.829	4.609	4.379	4.661	4.192	4.618	24,1	10,2
Distrito Federal	506	452	435	516	579	666	576	657	725	656	705	39,3	7,5
Goiás	988	937	984	1.009	1.201	1.260	1.317	1.579	1.955	2.096	1.985	100,9	-5,3
Mato Grosso	454	487	497	542	572	573	566	602	641	750	845	86,1	12,7
Mato Grosso do Sul	387	345	370	401	392	429	344	368	337	314	353	-8,8	12,4
Centro-Oeste	2.335	2.221	2.286	2.468	2.744	2.928	2.803	3.206	3.658	3.816	3.888	66,5	1,9
Brasil	34.187	33.419	34.921	34.147	35.676	36.624	36.792	36.737	40.077	40.369	42.291	23,7	4,8

Fonte:Processamento do Mapa da Violência 2016

A **Tabela 1** (AF.UF e Região. Brasil 2004/2014) acima, permite comparar as taxas de homicídios por arma de fogo (HAF) dos anos 2000 e 2014¹⁶⁷. Segundo a análise favorecida pelo Mapa da Violência (2016), é possível identificar uma tendência de queda por morte de armas de fogo em capitais que, na virada de século, ocupavam os primeiros lugares no Mapa da Violência, como por exemplo: São Paulo e Rio de Janeiro. Por outro lado, há um significativo crescimento das taxas em capitais do norte e nordeste do país. Entre elas São Luís.

Waiselfisz (2016, p. 35-36) explica essa mudança como resultado da existência de dois “processos concomitantes de desconcentração”. A partir de 2003, as taxas das capitais e regiões metropolitanas começam a encolher, revertendo à tendência de crescimento acentuada que predominou até 1996. Nessa nova contextualização ocorreria um fenômeno de interiorização da violência homicida. Além disso, esses mesmos fatores teriam impulsionado um segundo tipo de desconcentração, agora entre os estados. Estes processos de migração dos polos dinâmicos da violência, caracterizados de disseminação e de interiorização, segundo Waiselfisz, ocorreram em virtude do aperfeiçoamento dos aparelhos de segurança nas grandes cidades provocando o deslocamento da violência para regiões menos protegidas, seja no interior dos estados, seja em outras unidades federativas.

Nesse contexto, ganha relevância a expansão-disseminação do tráfico de drogas e armas, mas que também vem convergindo com o crescimento gradativo de assassinatos de jovens cada vez mais precocemente. Por exemplo, no início da década de 1980, o maior índice de assassinatos violentos ocorria entre jovens de 25 anos¹⁶⁸. Na atualidade, esse pico gira em torno dos 21anos. Essa tendência nacional pode ser verificada no Atlas da Violência (2017)¹⁶⁹.

¹⁶⁷ Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPCRIM/Mapa2016_armas_web.pdf

¹⁶⁸ Anteriormente a caracterização de Mortes Violentas Intencionais, O MVI contemplava como forma de mortalidade violenta os homicídios dolosos, latrocínios (roubos seguidos de morte), lesões corporais seguida de morte, vitimização policial, mortes decorrentes de intervenção policial, lesões com morte posterior, mortes em estabelecimentos prisionais, mortes a esclarecer com indícios de crime. A partir do ano de 2018 o CAOp-Crim (Centro de Apoio Operacional Criminal) começou a adotar a metodologia CVLI (Crimes Violentos Letais Intencionais), utilizada pela ENASP (Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública), visando o aperfeiçoamento da coleta e análise de mortes. A mudança visa corrigir inconsistências técnicas advindas da exclusão na metodologia CVLI, das mortes decorrentes de intervenção policial, vez que, mesmo que não haja crime, por exclusão de ilicitude, os óbitos decorrentes da ação policial compõem o cenário da violência, e registros de mortes a “esclarecer”, quando há indícios veementes da prática de crime contra a vida.

¹⁶⁹ http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253.

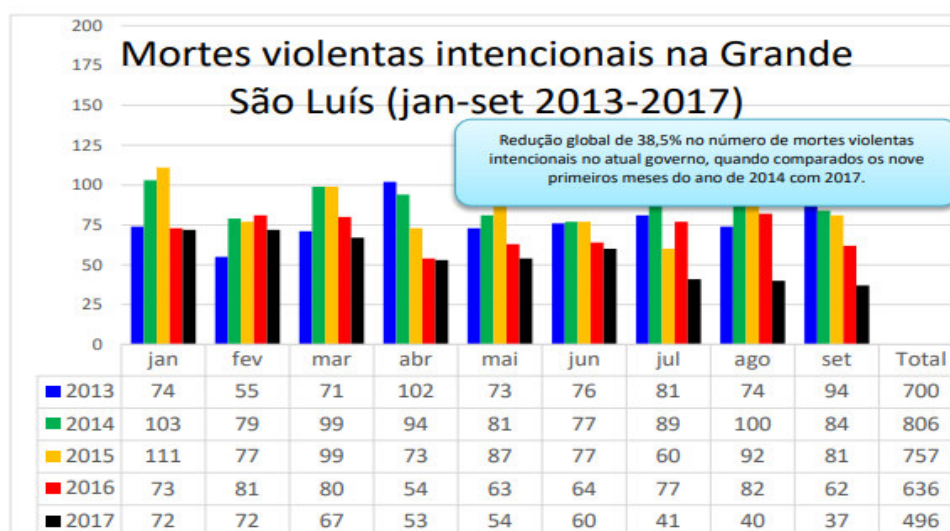


Gráfico 1 - Mapa projetado por Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), a partir do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017

Fonte: Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017 destaca que 13 capitais conseguiram reduzir seus índices de CVLI, entre elas São Luís¹⁷⁰. Entretanto, a SMDH faz uma ressalva de que embora seja identificado a queda de homicídios na região metropolitana, é necessário uma análise mais profunda sobre o fenômeno em cidades do interior do estado, para onde pode estar ocorrendo deslocamentos dos padrões de violências. Ainda é apontado como fator de redução dos homicídios, a consolidação das facções na capital. Isso seria uma consequência da imposição da lei do crime em vários bairros de periferia de São Luís indicando que as facções, além de controlar os espaços, restringem a prática de violência desfavorecendo os confrontos. São estabelecidas, a partir daí, “rotinas criminais e novos mecanismos de repressão de práticas delituosas vinculadas aos criminosos avulsos” (SMDH, 2017, p. 4-7).

Os números da violência assustam, espalham medo e até mesmo mudam os hábitos dos moradores das cidades. Em São Luís, por exemplo, é cada vez mais comum as pessoas deixarem seus celulares em casa, especialmente quando precisam pegar ônibus para deslocar-se na cidade, em virtude de assaltos frequentes. Também vem ganhando destaque; estupros, alguns sequestros, além de um tipo de assalto específico realizado por jovens que agem quando estão de bicicleta e principalmente de moto. Este tipo de veículo geralmente possui placa fria, pois já foram

¹⁷⁰ Outras capitais com redução dos índices: Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Espírito Santo, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Acre, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Santa Catarina e São Paulo.

roubadas para essa finalidade¹⁷¹. Tornou-se cada vez mais habitual, os assaltos a ônibus de linhas mais distantes com o trajeto menos populoso e maior prolongamento de terrenos vazios contornando as avenidas¹⁷².

Outro dado, é que essa visibilidade da violência e seus impactos no modo de vida, já começam a ser identificados no interior do Maranhão. Um estudo mais aprofundado - o que não é o nosso objetivo aqui - poderá indicar de forma mais precisa quais fatores podem ser apontados como determinantes do aumento da insegurança em cidades com menos de 100 mil habitantes. Além de pequenos furtos e assaltos é importante destacar que se tornou cada vez mais recorrente a identificação de crimes relacionados ao tráfico de drogas e de armas no interior do estado.

Ao observar melhor os blogs, sites da Secretaria de Segurança e jornais da capital, podemos vislumbrar, inclusive, a possibilidade de que algumas cidades maranhenses estão na rota internacional do tráfico e crime organizado. Estão incorporadas a esse tipo de mercado, tanto na condição de produtoras – no caso de maconha – como na condição de receptoras e distribuidoras, especialmente de cocaína. Esse aspecto converge com a perspectiva de disseminação proposta por Waiselfisz (2016), conforme disposto acima pelo autor.

Vale destacar aqui, a matéria divulgada em maio de 2017 que diz: “Açailândia é rota do tráfico de drogas entre o MA e outros Estados”, confirmando suspeitas de investigações anteriores. Nesse caso específico, foi apreendida grande quantidade de cocaína. Na economia do tráfico, segundo a perspectiva policial, a principal rota do Maranhão começaria em cidades da Colômbia, passando pelo Pará e vindo para Açailândia¹⁷³. Naquele contexto, portanto, a cidade do centro sul maranhense foi relacionada pela polícia como um polo distribuidor de drogas tanto para cidades do interior como de outros Estados. Segundo o Comandante da Polícia Militar, em 2016 já havia sido apreendido, de uma única vez, 49 quilos de *crak*. Em 13 de maio de 2013, também foram anunciadas prisões de traficantes na cidade.

Quase uma década atrás, em julho de 2010, o delegado de polícia federal Alex Raniery de Freitas Santos¹⁷⁴, em entrevista ao Jornal Mirante, já afirmava que o Maranhão fazia parte do tráfico internacional de drogas. Naquele período, em virtude de já haver uma evidência maior do consumo de *merla* na capital, a principal droga traficada era a pasta base

¹⁷¹ Também é significativa a incidência de roubo de carros para serem utilizados em assaltos nos bairros da capital.

¹⁷² Vale ressaltar uma manifestação de moradores do bairro Estiva na primeira quinzena do mês de maio de 2018, quando interditaram a avenida principal em protesto ao grande número de assaltos. Conforme ficou relatado na reportagem, entre os dias 1 e 9 do referido mês, a mesma linha foi assaltada 5 vezes.

¹⁷³ Fonte: 1.globo.com/ma/maranhao/jmtv-1edicao/videos/v/acaillandia-e-rota-do-trafico-de-drogas-entre-o-ma-e-outros-estados-diz-policia/586671. Depoimento do 5º. Comandante de polícia Militar.

¹⁷⁴ <http://imirante.com/sao-luis/noticias/2010/07/28/policia-federal-prende-dois-homens-acusados-de-trafico-de-drogas.shtml>

de cocaína, que além de ser processada para o consumo na forma de pó, para ser cheirada, era também a matéria prima da *merla*¹⁷⁵. Durante os anos seguintes pôde ser identificado, a partir de registros na imprensa e site da Secretaria de Segurança, uma tendência cada vez mais crescente de apreensões por tráfico de drogas e armas.

Nesse sentido, guardando as peculiaridades regionais, é importante destacar a análise de Zaluar (1996, p.7) em relação ao alcance do tráfico. A autora identifica as conexões do alcance desse comércio para além do território em que estão sediadas e que, efetivamente, compõem um padrão de cooperação nas diversas etapas do ciclo econômico da droga. Afirmar ainda, que a globalização, condicionada obviamente às transformações tecnológicas e informacionais, teria “globalizado” o crime, pois criara verdadeiras organizações multinacionais que interfeririam no crime organizado regional e local, chegando até mesmo a comandá-lo.

Resultante da perspectiva que tem se intensificado o tráfico de drogas no Maranhão, pode-se relacionar a criação da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (SENARC), pelo governador Flávio Dino, através da lei estadual 10.238. Foi anunciada no dia de sua posse e incluída em seu programa de combate ao crime. Implantada em setembro de 2015, a SENARC conta com dois departamentos de repressão ao tráfico, um na capital e outro departamento do interior, com uma regional na cidade de Imperatriz-MA. Está submetida à Secretaria de Segurança Pública (SSP), que tem em seu comando o Sr. Jeferson Portela.

O fato de ter sido idealizado e situado um departamento específico de combate ao tráfico em Imperatriz, cidade situada no centro/sul do estado, expõe o caráter de urgência da reação a esse tipo de crime e demonstra a força e amplitude do mercado ilegal de drogas. Por Imperatriz estar no centro do Estado, estrategicamente contribui no processo de apreensão e interceptação do tráfico cada vez mais ostensivo na região. Além disso, conforme divulgado pelo site da Secretaria de Segurança, parece vir se expandindo o crime organizado identificado ainda em Barra do Corda, Estreito, Porto Franco, Buriticupu, Peritoró entre outras cidades já incluídas na rota do tráfico¹⁷⁶.

Em setembro de 2016, fazendo o balanço de um ano de existência da SENARC, o Delegado Carlos Alessandro, superintendente do órgão, como se buscasse assegurar a legitimidade da instituição de segurança do Maranhão, destacou sua efetividade na

¹⁷⁵ Posteriormente o crack ganhou espaço no mercado consumidor de São Luís.

¹⁷⁶ <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/seguranca/apreensao-de-drogas-no-maranhao-e-quase-60-vezes-maior-que-em-2014>.

manutenção da ordem e coerção do crime organizado ressaltando operações de desarticulação de quadrilhas de traficantes, prisões e apreensões de grande quantidade de entorpecentes¹⁷⁷. Segundo o delegado, em um ano de criação, a SENARC realizou “apreensão de 2.800 kg de drogas, dentre elas: *crack*, cocaína e maconha, 55 armas de fogo foram tiradas de circulação e ainda 264 prisões de pessoas indiciadas pelo crime de tráfico de drogas e associação ao tráfico”, o que teria levado ao prejuízo do crime, enfatiza Carlos Alessandro.

Em abril de 2016, entre as estratégias de planejamento da SENARC, foi divulgada a criação de um aplicativo de *WhatsApp* para receber denúncias que ajudassem no combate ao tráfico de drogas. Segundo a Secretaria, essa medida veio potencializar as operações na área de segurança. É importante destacar que a justificativa do aplicativo foi utilizada para ressaltar a participação da sociedade na denúncia do crime, criando assim “uma espécie de corrente” em virtude do combate à violência. Vislumbra, portanto, uma concepção de que polícia e sociedade estão de um mesmo lado, e do outro os “bandidos”.

Vale dizer, no entanto, que um trabalho de pesquisa de campo pode identificar, embora possa haver denúncia por telefone ou *WhatsApp*, parte dos entrevistados, demonstram que não confiam na polícia e acusam a própria corporação de delatar e expor seus possíveis informantes, como explicou dona Baixinha em uma conversa realizada no mês de abril de 2017: “Tu acha que eu vou denunciar alguma coisa? A polícia quando pega um desses caras aí, na hora da prisão, quando estão humilhando e batendo eles dizem: olha ai otário, foi o morador ‘tal’ que te denunciou”.

Quando Flávio Dino assumiu o governo do Maranhão, a questão da violência era o centro do debate político e social. Herança de anos anteriores, a violência mostrava uma tendência de crescimento com rebeliões e decapitação em 2009, 2010 e 2013 nos presídios e aumento de homicídios pela capital e interior¹⁷⁸. O ano de 2014, transição do governo de Roseana Sarney para o de Flávio Dino, também foi caracterizado por uma série de denúncias de violência. A violência difusa mostrou-se sem trégua na capital, respingando também no interior do Estado: ataques às delegacias, aumento do número de latrocínios, assassinatos de policiais, clima de terror em razão de incêndios em coletivos¹⁷⁹, este último, associado a uma crise iniciada no Sistema Penitenciário do Maranhão. Toda a situação, bastante divulgada pela

¹⁷⁷ <https://www.policiaivil.ma.gov.br/superintendente-fala-do-primeiro-ano-das-atividades-da-senarc-no-maranhao/>.

¹⁷⁸ Em 2010, por exemplo, durante o governo de Roseana Sarney, o estado presenciou o que foi denominado pelo Jornal Pequeno, como “A Barbárie no Presídio Maranhense”, que teve como resultado a morte de 18 presos, dos quais três tiveram suas cabeças decapitadas.

¹⁷⁹ O ataque a ônibus vitimou uma criança de 6 anos que foi alvejada por um tiro. Algumas pessoas tiveram o corpo envolvido em chamas. Tal episódio ocasionou uma grande comoção na capital. Divulgado em <http://imirante.com/sao-luis/noticias/2015/01/02/forca-nacional-prorroga-aco-es-em-sao-luis.shtml>.

imprensa maranhense e através de mensagens de *WhatsApp* propagadas entre os ludovicenses, favoreceu a intensificação do medo implicando, por exemplo, que parte dos comércios da capital fechassem mais cedo, ônibus fossem recolhidos em suas garagens, universidades e escolas tivessem as aulas suspensas¹⁸⁰.

Além disso, vídeos expunham as condições dos presos no Complexo de Pedrinhas. Aquele estado de coisas levou o governo de Roseana Sarney a acionar a Força Nacional que aqui permaneceu por mais de um ano. Naquele período também foi anunciado um pacote de medidas emergenciais criadas pelo governo maranhense e pelo Ministério da Justiça para conter a crise do sistema carcerário, o que causou transferências de detentos para presídios federais¹⁸¹.

A atuação da Força Nacional se prolongou por vários meses apoiando o desempenho de ações do “Plano Estratégico de Fronteiras”, do governo federal¹⁸². Conforme exposto pela mídia local e nacional, o foco da operação visava principalmente, combater o aumento dos crimes de homicídios e roubos, além do tráfico de drogas e transporte de armas de fogo entre países vizinhos com o Brasil. A operação seria desenvolvida nas regiões onde o Brasil faz fronteira com o Peru, com a Colômbia e com a Venezuela. O Maranhão receberia o apoio “logístico e supervisão dos órgãos de segurança locais”. Por fim, os Municípios dispostos na faixa de fronteira e de divisas Estaduais receberiam as ações do Plano Estratégico de Fronteiras.

Outra medida tomada em consequência do agravamento da crise na segurança foi a reativação da Rotam¹⁸³. Em 28 de fevereiro de 2014 o evento foi anunciado. O *blog* de

¹⁸⁰ Em 2016, o governo Flávio Dino também passou por episódios parecidos: queima de ônibus, de uma carro da Companhia de energia do Estado, de uma ambulância. Escolas ameaçadas também fecharam suas portas durante alguns dias.

¹⁸¹ O Sistema Penitenciário Federal é composto por um conjunto de unidades federais de execução penal, que são subordinadas ao Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça. Foi implementado em 2006 no governo do presidente Lula. As penitenciárias federais do Brasil, cada uma com capacidade para 208 presos, possuem um moderno sistema de vigilância em presídios, como equipamentos que identificam drogas e explosivos nas roupas dos visitantes, detectores de metais, câmeras escondidas, sensores de presença, entre outras tecnologias. Cada preso é confinado em celas individuais, sendo monitorado 24 horas por dia, por um circuito de câmeras em tempo real. Fonte: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/as-prioridades-do-segundo-governo-lula/>

¹⁸² Segundo o Ministério da Justiça, “Plano Estratégico de Fronteiras” também se aplicou no mesmo período no Amazonas, com a atuação da Força Nacional. Fonte: <http://repositorio.ipea.gov.br/>.

¹⁸³ Classificado como o **BOPE do Maranhão**. O Batalhão de Operações Policiais Especiais, **faz parte da polícia militar do Rio de Janeiro** e foi criado em 1978. É considerado como tropa de elite e seus policiais recebem uma formação diferenciada, com alta qualificação técnica, voltada para operações de guerra urbana e para atuar em situações de crise, com o aval de intervir em territórios. É predominantemente identificado por seu recurso à violência. Um slogan do grupo, destacado pelo antropólogo Luís Eduardo Soares (2000), caracteriza bem a forma de ação do BOPE, seria: “você sabe quem eu sou? Sou o maldito cão de guerra, sou treinado para matar...”

Wellington Rabello, publicado pelo Jornal Pequeno, dramatizou¹⁸⁴: “Queira Deus que a Rotam ajude a diminuir a criminalidade em São Luís”. O comentário fazia alusão à volta da Rotam, “terror dos bandidos nos anos 90”, dizia. A Ronda Ostensiva Tático Móvel (Rotam), segundo o comando geral da Polícia Militar, foi um grande marco na década de 1990, aqui em São Luís. Estaria sendo reativada com o intuito de combater assaltos a ônibus, sequestros relâmpagos, ‘saidinhas bancárias’ e a diminuição dos homicídios na capital¹⁸⁵. Atuaria em dezessete corredores com oitenta militares, tanto dando apoio às equipes policiais de área, como no combate aos principais crimes que perturbam a nossa sociedade, destacou o coronel Zanoni, entrevistado pelo jornal.

Pouco menos de um mês, após sua reativação, na sexta- feira, 21 de março de 2014, outro *blogueiro*, Edgar Ribeiro, publicou: “Rotam do Maranhão estreia sua primeira vítima: execução de jovem suspeito, algemado com as mãos para trás e carregado como um porco¹⁸⁶. A manchete acima vinha acompanhada da foto de Maxuel Rocha da Costa. Na fotografia, o jovem estava com os braços algemados para trás, caído de bruços sobre uma ponte de tábuas - dessas passarelas que interligam palafitas, vestido de bermuda jeans, camiseta e sem as sandálias. A foto expõe o vermelho do sangue que escorria de sua nuca, contrastando com a cor cinzenta da madeira envelhecida da ponte. Sentada ao lado do corpo, a mãe do rapaz - negra como o filho - estava desolada, chorando e descalça, com as duas mãos afagava a cabeça do filho morto¹⁸⁷.

¹⁸⁴ Jornal Pequeno é um dos mais importantes jornais do Maranhão na atualidade.

¹⁸⁵ <http://jornalpequeno.blog.br/wellingtonrabello/2014/02/28/policia-militar-reativa-rotam-terror-dos-bandidos-nos-anos-90/#ixzz5H66YcsXV>.

¹⁸⁶ <http://blogdoedgarribeiro.blogspot.com/2014/03/rotam-do-maranhao-estrela-sua-primeira.html>.

¹⁸⁷ A ênfase em pontuar a cor da pessoas envolvidas na situação é proposital. Destacar que são negros, confirma um processo recorrente de preconceito racial presente nas práticas policiais com forte tendência a criminalizar negros e pobres. Para uma abordagem mais profunda dessa questão ver: Luís Bretas (1997) e Zaluar (1999, 2004).



Figura 18 – Jovem executado

Fonte: Blog/ 2014

O *blogueiro* comenta a foto e ao mesmo tempo nos dá as pistas da truculência policial: “como o jovem teria trocado tiros com os policiais se estava algemado”? “Se trocou tiros por que foi alvejado na nuca”? Naquele dia, por conta da ação policial que vitimou Maxuel, moradores do Jaracaty interditaram a Avenida Carlos Cunha, com pneus queimados, provocando engarrafamento durante a tarde. Foi o que lhes restou fazer.

Na mesma página virtual, expondo outra fotografia, no qual quatro policiais carregam o corpo do rapaz - cada um segurando uma de suas pernas e braços – o *blogueiro* enfatiza: “Já disse aqui que essa política de execução, de eliminação de delinquentes de periferia não funciona, só criará mais ódio”. Em seguida complementa criticando a máxima “bandido bom é bandido morto”: “*A PM do Maranhão segue a política de Segurança Pública do governo Roseana Sarney, apoiada pelos bárbaros do Maranhão ávidos por sangue*”.

Maxuel era sobrinho de Pedro, um dos homens envolvidos com o tráfico e que reside no condomínio do PAC Camboa. Embora não morasse nos apartamentos, o jovem era “conhecido” de algumas pessoas. Segundo dona Russa¹⁸⁸, a ação policial foi considerada comum e previsível em virtude de que “o rapaz não era flor que se cheire¹⁸⁹”. Estar envolvido em pequenos delitos, como furto, estabeleceu uma expectativa de que Maxuel teria “um fim

¹⁸⁸ D. Russa é uma senhora de 70 anos. Gosta de “curtir a vida tomando sua cervejinha”. É tia de Frida e, por passar boa parte do tempo nas calçadas, consegue acompanhar parte dos “casos” que ocorrem no condomínio. É quem atualiza Frida em relação alguns assuntos.

¹⁸⁹ Mesmo passados alguns anos, D. Russa diz se recordar como hoje o dia em que presenciou a polícia levar Maxuel: “eu estava num bar perto da Liberdade e já sabia o que aconteceria”. Entrev. em 06 de abril de 2017.

violento”. Uma vez identificado esse fator, se estabelece os parâmetros para se pensar em uma sociabilidade violenta vislumbrada na possibilidade de incidência de crimes: “ou a polícia ou outra facção mataria ele um dia”.

Há, portanto um aspecto valorativo comum na explicação de dona Russa, embora trate de dois universos distintos: tanto a polícia como outra facção, poderiam desferir os rumos traçados pela vida de Maxuel. As duas possibilidades implicam os efeitos contraditórios e insuficientes da atuação do Estado em tais contextos. Além disso, aquela dinâmica de vida, circunscrita na percepção ampla da moradora do PAC Camboa, embora expunha os limites dos parâmetros normativos e legais de ação da polícia, não são considerados por ela incoerentes, mas são os efeitos “naturais” de uma história construída sob o estigma da violência.

A Rotam está em atividade até hoje. No governo Flávio Dino, foi aparelhada com carros, armas, tecnologia de investigação e treinamentos, inclusive, em outros Estados da federação¹⁹⁰. De forma geral, não é raro encontrarmos publicações relativas a Rotam, destacando sua participação, tanto em operação de transporte, quanto encarregada de fazer abordagens a ônibus, na prevenção de assaltos, na busca de armas e de foragidos, como em operações em cidades do interior do Estado no combate a assaltos. A corporação é também alvo de inúmeras denúncias de violência, perseguição com troca de tiros, assassinatos, torturas. Além disso, o *facebook* da Rotam-Maranhão é recheado de fotografias expondo registros de abordagens destacando seus feitos, valorizado a corporação. Não existe, no entanto um padrão no registro das fotos: as abordagens ressaltam as áreas mais periféricas de São Luís.

¹⁹⁰ Por exemplo Pernambuco.



Figura 19 - Rendidos

Fonte: Imagem postada no *facebook* da Rotam no ano de 2016.

A foto acima é um espelho e seu reflexo indica uma exposição já naturalizada: não é qualquer sujeito o modelo principal. Sua perspectiva pode ser generalizada, a rua onde o episódio acontece está demarcada por um esgoto que vai deixando o rastro de um líquido escuro por onde escorre. À frente, seus moradores rendidos de joelhos possuem as características de quem sempre será suspeito. São homens que compõem “*certos tipos sociais*”, para usarmos uma categoria de Misse (2010). Estão, portanto, na condição de sujeição criminal¹⁹¹. Sua cor e sua classe social, o coloca nessa condição potencial, aos olhos da polícia.

Estamos diante de uma situação que delinea não uma exceção. Naldson Costa (2004, p. 112) já descreveu o ofício de polícia contra os cidadãos oriundos das camadas populares. O policial acaba agindo com mais rigor, ou com excesso de poder e arbitrariedade, porque os julgam, com base em critérios subjetivos e baseados na condição de classe ou de cor, como criminosos em potencial que colocariam em risco não só a ordem social, como a sua própria vida. Por outro lado, no relacionamento com as elites, ele tende a ser mais civilizado, porque teoricamente essas pessoas não oferecem nenhum risco à sua segurança, exceto quando ele não reconhece o prestígio e o poder desse cidadão como membro de um grupo ou de uma classe social considerada privilegiada.

¹⁹¹ Em um item a seguir caracterizaremos o que é sujeição criminal, a partir da perspectiva de Michel Misse.

Um dado significativo que favorece a ação seletiva e abuso de poder policial está relacionada também à capacidade do poder público e da sociedade exercer controle sobre tais abusos. No caso brasileiro, o controle desse tipo de ação é limitado. Conforme destaca Bretas (1997, p. 83):

Teria ocorrido, então, um desenvolvimento da cultura policial, a partir das suas expectativas cotidianas, sem que fosse acompanhada pela elaboração de formas de controle ou limitação da capacidade de ação, gerando um espaço onde os desejos policiais de autoridade podem ser satisfeitos sem peias. Existe um aparato legal que supostamente ditaria os limites da ação policial, mas que não funciona na prática.

A Rotam fez algumas intervenções no PAC Camboa. A mais controversa aconteceu dia 06 de agosto de 2017¹⁹². Dias depois da ação da Rotam, no PAC Camboa o Sr. Israele mostrou um vídeo que gravara sobre o PAC Camboa, realizado e transmitido pela TV Difusora e agora jogada na rede virtual *Youtube*. Na gravação algumas pessoas foram cortadas para esconder a cena completa que expõe a arbitrariedade dos policiais, pôde-se observar vários moradores na área de entrada do PAC Camboa agitados e gritando. Estavam indignados em virtude de que a polícia invadira um apartamento à procura de Joelson Feliciano, 34 anos, e que este acabara de ser baleado por policiais.

Como era do conhecimento dos moradores, o rapaz já teria se envolvido em quatro homicídios no passado, entretanto, já cumprira sua pena, ou seja, já “teria pago o que devia”, na prisão. Em virtude disso, na concepção de Israel a ação policial foi injusta. Também alegaram que o rapaz já estava “levando uma vida normal”, estava quieto em casa e não teria reagido ou provocado troca de tiros, logo, segundo suas perspectivas, a ação policial teria sido uma covardia. Já outras pessoas, entre elas D. Sandra, classificaram a ação como uma espécie de “extermínio”. Sr. Israel e Frida estavam preocupados com a repercussão negativa sobre a imagem do condomínio e dos demais moradores.

O acontecimento deixou a população muito revoltada, foi possível observar na reportagem da TV Difusora, no final da operação, os policiais armados com *rifles* e pistola dirigindo-se em direção à viatura para retirar-se do local. Entretanto, em poucos segundos, três militares dão meia volta e caminham em direção aos moradores. Nesse momento, conforme pôde ser verificado em relatos e publicação em jornais da capital e vídeos, o Tenente Farias, efetuou vários disparos – que, aparentemente, seriam de advertência – mas que atingiram o tórax de Vanessa, parente de Joelson, que avançava gritando com os

¹⁹² Matéria está em <http://www.ma10.com.br/2017/08/07/mulher-e-atingida-no-torax-em-operacao-policial>.

militares. A atitude do tenente seria uma reação a uma pedrada jogada na viatura da polícia, que respondeu com tiros. A situação provocou revolta e correria. Os moradores ainda mais indignados expõem o pânico da situação e algumas pessoas correm para socorrer Vanessa, outras parecem desnorteadas e avançavam em direção à viatura gritando. Diante da câmera de TV três depoimentos são destacados. O dois primeiros de moradores que, exaltados pela situação, reclamam: “Se uma bala dessa pega numa criança dessas? Aqui tem muito trabalhador, muita gente que trabalha... Vamos parar com isso gente...” (Sr. Antônio). “Aqui mora gente do bem, aqui não mora só gente do mal, eu falo isso porque eu sou é mãe de família, trabalho aqui, minha mãe vive doente aqui no apartamento...” Explode D. Bonita, batendo com força em seu peito.

Além da revolta, os depoimentos acima, negam a perspectiva de que ser pobre é delinquir e enfatizam que no PAC moram pessoas trabalhadoras. Fazem contraposição à interpretação fortemente difundida de que ali é território da violência. Seus argumentos enfatizam formas de conduta diversa daquela dos criminosos. Ressaltaram sua condição de “gente de bem” e de “trabalhadores”, além de que seriam pessoas de família indicando, desse modo, que a vida no condomínio não pode ser reduzida ao tráfico de drogas.

O terceiro e último depoimento divulgado pela TV Difusora, contrapondo ao senhor Antônio e D. Beleza, foi o do Tenente Farias. O seu discurso apresenta como referência os parâmetros correntes que polarizam e contribuem para generalizar a ideia de que o PAC Rio Anil – “Carandiru” - é território eminente da violência. Consequentemente, como uma “sujeição criminal”, nos termos tratados por Misse (2010)¹⁹³, há representação de que todos fazem parte das ramificações locais do tráfico de droga e que estão inseridos na dinâmica do crime.

Desse modo, já sentado no banco do carro, o tenente visivelmente nervoso, expôs sua opinião para a repórter da TV Difusora. Com palavras entrecortadas por uma respiração ofegante, disse que anteriormente haviam efetuado sete prisões no bairro da Liberdade, onde balearam um rapaz porque havia atentado contra um policial da Rotam. Além disso, naquele dia, teriam ido ao PAC Camboa averiguar uma denúncia de tentativa de assalto na qual Joelson estaria envolvido. Por fim, fazendo referência à operação na Liberdade - com o intuito de justificar a operação que vitimou Joelson no bairro Camboa - afirmou que a ação policial

¹⁹³ Segundo Misse (2010), a sujeição criminal é resultante de modalidades de acusação cujas nuances justificam a eliminação física de criminosos comuns ou de uma parcela da população. É uma forma de operar o poder numa relação social cujos dispositivos favoreceram a concentração dos meios de administração legítima da justiça no Estado que utiliza de “complexos processos de incriminação”, favorecendo a construção social do crime.

teve êxito pois encontraram armas e munições. Resumidamente foi esse seu depoimento. Não fez nenhuma referência à jovem baleada.

O fato de que, em seu depoimento, o tenente misturou informações das duas operações; do PAC Camboa e do bairro da Liberdade, que inclusive aconteceram em dias diferentes, além de descontextualizar o ocorrido, sem resguardar suas peculiaridades, reforça uma visão generalizada de que em “bairros pobres” predominam uma espécie de subcultura da violência¹⁹⁴. Portanto, a conduta arbitrária do tenente ganha legitimidade à medida que contribui para fortalecer um entendimento negativo sobre parte da “cidade ilegal”, em contraposição, termina por justificar a truculência do tipo de controle e ação policial desenvolvida. Ocorre desse modo, uma forma clássica de operar o poder. Nos termos de que trata Misse (2010, p.3), a acusação realizada pelo policial serve de fio condutor para dispositivos que neutralizem a disparidade entre forças na relação social que envolve o “acusador” e o “transgressor”, estando legitimado no discurso de que combate o bandido.

Ao final daquele dia, os dois feridos foram levados para o hospital Djalma Marques, o Socorrão I. Após as cirurgias, apenas Vanessa sobreviveu. No dia seguinte ao acontecimento, 8 de agosto, a TV Difusora divulgou em outra reportagem que as armas dos policiais envolvidos na operação foram recolhidas para perícia.

Quinze dias depois, presenciou-se uma grande revolta do líder comunitário, relatou que estava muito aborrecido com o ocorrido, classificou a ação dos policiais como uma espécie de segregação da pobreza: “Isso não se faz. Nós somos vítimas porque somos pobres... por isso fazem esse tipo de coisa... porque somos pobres acham que podem nos matar.” Também indagou a versão da polícia: “eles inventaram aquela história para tentar remendar a situação. Eles não estavam saindo de um assalto na Liberdade. O assalto foi um dia antes e se aproveitaram disso pra remendar a história¹⁹⁵”. Ressalta uma afirmação recorrente entre os moradores de que “os policiais entraram armados e foram direto para o apartamento do rapaz”. O rapaz cercado e coagido em seu próprio apartamento, não teria como reagir e nem porque reagir. “Não estava foragido e já havia “pago” a sua pena.” Concluiu: “entraram para matar”.

Um dado significativo exposto dos outros dois depoimentos acima, o de D. Bonita Sr. Antônio é o questionamento da concepção recorrente entre policiais e mídia, que atribuem aos moradores do PAC Camboa valores de criminalização da pobreza. Vale ressaltar que essa

¹⁹⁴ Em relação a essa representação de subcultura Machado Silva (2007) afirma que o que parece novo é o fato de agora não se tratar de basear este entendimento, como antes, na desorganização social e no atraso cultural dessas localidades, mas de associá-las diretamente ao crime violento.

¹⁹⁵ Entrevista concedida dia 23 de agosto.

associação – bandido/pobreza - já foi destacada por Zaluar (1994) quando a autora discorre sobre como a relação favela, pobreza e delinquência faz parte “dos mitos” que acionam estereótipos específicos: são territórios sem lei e seus moradores são “classes perigosas”. Tal perspectiva reforça e justifica um imaginário social, cujos mecanismos de ação legitimam coerção, punição e prisões desmedidas sobre essas classes, onde não há espaço para mediação, mas somente para um modelo de exercício punitivo e violento por parte do Estado.

Não apenas nessa ocasião os moradores do PAC Camboa negam a associação ao “mito de classes perigosas”, mas enfatizam a separação entre “nós” trabalhadores *versus* “eles” (o marginal, quem trafica). Nesse contexto é importante destacar que, embora Zaluar (1985) aponte que as categorias “trabalhador” e “bandido” sempre foram pensadas em oposição, é necessário contextualizar seus significados. Na convivência etnográfica, em outros momentos, ficaram patente algumas caracterizações a partir da perspectiva das pessoas do condomínio e que delimitam essas fronteiras: “bandido vive no canto, fumando maconha, vendendo droga ou simplesmente batendo papo, sem fazer nada”. “Bandido não dorme, passa a noite toda acordado vigiando a frente no muro de entrada ou atrás dos blocos de prédios, resguardando de invasão de facção inimiga”. Além disso, afirmam: enquanto eu “levanto cedo para a lida” o “bandido passa o dia dormindo”, “bandido não tem liberdade, vive preso aqui e apreensivo, pois se sair morre.”¹⁹⁶.

Além dessa variedade de caracterizações do meio social em que vivem o Sr. Antônio e D. Bonita, reforçam suas identidades de trabalhadores, pelos atributos do tempo em que estão ocupados. Não ficam parados no canto, não dormem o dia todo. Por outro lado, esse tempo dispendido em trabalho, lhes assegura a liberdade de saírem sem medo de morrer vitimado por vingança nessa guerra do tráfico.

O Sr. Antônio faz questão de contrastar e identificar sua condição de trabalhador: vende peixe, que compra no mercado do Portinho, local situado próximo ao Anel Viário, centro velho da capital¹⁹⁷. É comprando nesse mercado do peixe que o Sr. Antônio abastece sua pequena venda improvisada na feira do bairro da Liberdade ou em suas mediações, numa calçada de ponta de rua, onde escolhe colocar seu isopor.

Dona Bonita trabalha como manicure, coloca sua bacia e material de fazer unhas numa calçada do PAC Camboa, geralmente à tarde e fica aguardando suas clientes. Os dois

¹⁹⁶ Os fragmentos dos depoimentos acima foram recolhidos em diversos momentos de nossa pesquisa, em conversas informais, com Frida, dona Odinéia, dona Sandra, o Sr. Antônio, o Sr. Maninho, Israel, entre outros.

¹⁹⁷ A enorme quantidade de isopor abarrotada de cardumes é trazida, principalmente, do interior do estado por vários atravessadores ou de cidades da grande São Luís.

moradores compõem um quadro que pode ser denominado de “trabalho sem forma”, vão sobrevivendo “capturados pelas urgências do momento.” Uma característica bem comum nesse universo é que, parte dos moradores que trabalham estão mergulhados no mercado informal, vivem de bico, sem os dispositivos de tutela contidos nas formas de regulação das relações trabalho-capital, conforme classifica Telles (2006). Naquele contexto, no qual o modelo de contrato mercantil predominantemente não opera, suas vidas parecem regidas pela aleatoriedade das circunstâncias. (Telles, 2006, p.5), mas enfatizam que não são bandidos.

Mesmo com toda essa “irregularidade”, enquadrados como “peças aparentemente desconjuntadas” da perspectiva idealizada do que seja trabalhar, os dois moradores recorrem à narrativa da ética do trabalho para contrapor e desconstruir a acusação hegemônica de que também fazem parte do crime, ou de que não sejam “gente de bem”. Portanto, acionam as categorias da esfera do trabalho e família em oposição à sociabilidade do bandido. Negam a atribuição construída pelo discurso policial e da mídia, que de forma generalizada os acusam de criminosos.

Nesse fato, como outros, é possível perceber claramente, pelos depoimentos, que os moradores elaboram explicações para suas vidas a partir de experiências. Compreendem que o estigma em relação à pobreza vem acompanhado da violação de seus direitos, em boa medida praticada por policiais. Por outro lado, a partir do exemplo acima, quando a violência policial se consuma em assassinato, o próprio processo de discriminação ou representação negativa que poderia ser construído pelos moradores, em relação a Joelson (seus quatro homicídios e possível envolvimento com facções), passa a ser reinterpretado: “ele já havia pago seus crimes”, foi “covardia policial”, “foi injustiça”, “foi extermínio”.

Alguns estudos mostram que em outras camadas da sociedade há uma espécie de correspondência e legitimidade da punição, até mesmo, circunscrita no paradoxo moral de “praticar crimes para ‘justificadamente’ punir crimes”, (MISSE, 2010), (ZALUAR, 2004), (WACQUANT, 2001), inclusive a partir de ações policiais. O que favorece essa correspondência e legitimação de práticas criminais em âmbito do Estado? Em relação ao caso retratado anteriormente é importante dizer que, um dia após o acontecido, quando a TV difusora expôs uma nova reportagem - sobre o episódio em que, “militares da Rotam atingiram uma mulher no tórax” - enfatizou que Joelson já teria quatro homicídios e também associou sua imagem ao tráfico, utilizando para isso do depoimento de seu pai que explicava: “quando a pessoa é presa, mesmo que não queria, quando sai já faz parte de uma facção, foi isso que aconteceu com meu filho”. A adequação das palavras genuínas de um pai, embora descontextualizadas, involuntariamente “enquadrou” o filho num tipo social negativo.

4.3 Sujeição Criminal: ação policial no PAC Camboa

Joelson, Maxuel¹⁹⁸ e tantos outros homens, antes e depois deles, fazem parte do grupo de pessoas que são classificadas a partir da condição de sujeição criminal. Conceito utilizado por Misse (2008, p. 2010), de forma geral, é resultante de modalidades de acusação, cujas nuances justificam a eliminação física de criminosos comuns ou de uma parcela da população. Implica, portanto, uma forma de operar o poder numa relação social, cujos dispositivos favorecem a concentração dos meios de administração legítima da justiça pelo Estado que utiliza de “complexos processos de incriminação”, favorecendo a acusação social ou a construção social do crime.

No processo de sujeição criminal, Misse (2010) chama a atenção para a necessidade de se identificar dois aspectos importantes no que diz respeito ao objeto da acusação: se seria a transgressão ou o sujeito da transgressão. Confluindo com o pensamento de Foucault e seus dispositivos, que fundamentam a vigilância, justiça e punição, destaca que com a ênfase na racionalidade ocidental moderna e a instauração de um sujeito dotado de razão, autônomo, com autoconsciência e responsabilidade sobre suas ações, criou-se uma expectativa de autocontrole. Com isso a acusação estaria fundamentada no sujeito que teria a “capacidade” de autocontrole. Assim, quando transgressão e transgressor se tornam uma só coisa, aponta Misse (2008), busca-se através da razão instrumental identificar no sujeito transgressor motivos que o levaram à transgressão ou a desempenhar ações reprováveis (MISSE, 2008, p. 1-2). Desse modo, a acusação se dirige ao sujeito e à sua subjetividade: “sua fraqueza moral e de caráter, sua desmoralização, sua incivilidade”.

Nesses termos, segundo Misse (2010, p. 12-13) é a culpabilidade do agente que está em julgamento e não apenas a transgressão. Ocorre, portanto a substituição da força da lei - como parâmetro para considerar a transgressão - por um modelo de punibilidade onde indivíduos condenados serão considerados a partir da expectativa de “que são e continuarão a ser regularmente transgressores”. Ademais, enfatiza o autor, sua “subjetividade anormal”, seu “não-assujeitamento”, seu baixo “autocontrole”, suas razões e motivos, “suas tendências” é que vão marcá-lo como acusado ou culpado. Portanto, segundo essa perspectiva, a acusação é legitimada por uma espécie de propensão criminal do indivíduo, colocado na condição de criminoso em potencial. Finalmente, segundo essa perspectiva, ao transgressor está associada

¹⁹⁸ O episódio do rapaz executado, Maxuel, conforme já descrito nesta tese, foi divulgado no blog de Edgar Ribeiro: <http://blogdoedgarribeiro.blogspot.com/2014/03/rotam-do-maranhao-estreia-sua-primeira.html>.

à condição de irrecuperabilidade, isso fortalece e investe de poder o acusador que, nesse caso específico é a polícia e seu discurso de justiça.

Dessa forma, a sujeição criminal, conforme caracterizada por Misse (2010, p. 13-15), é composta de representações de “periculosidade”, de “irrecuperabilidade”, de “crueldade”. Além disso, participam de processos de subjetivação que conduzem, no limite, à justificação do extermínio do sujeito criminal, pois o crime está inscrito em sua subjetividade como numa “possessão” e não apenas no seu comportamento criminável, tornando muitas vezes sua tentativa de “sair do mundo do crime” algo inverossímil¹⁹⁹ (MISSE, 2010, p. 12). Portanto, o rótulo “bandido” é de tal modo reificado no indivíduo que restam poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada²⁰⁰.

Nesse complexo processo social, para que haja sujeição criminal específica, Misse (2010, p.17,18) afirma: é preciso que as ações sejam representadas não apenas como desviantes, divergentes, problemáticas ou ilegais, mas denunciadas principalmente como criminais. Portanto, além de certas práticas criminais, que provocam sentimento de insegurança na vida cotidiana das cidades, o agente da sujeição compõe certos “tipos sociais” que são demarcados e acusados socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida. Seus crimes os diferenciam de todos os outros autores de crime, não são apenas criminosos, são potencialmente perigosos; são “marginais”, “violentos”, “bandidos²⁰¹”. Ou seja, não é qualquer indivíduo incriminado que está na condição de sujeição criminal, mas aquele que carrega a acusação de ser bandido, categoria significativamente produzida pela “interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais”. Seria:

[...] Um sujeito por assim dizer ‘especial’, aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados. Ele é agente de práticas criminais para as quais são atribuídos os sentimentos morais mais repulsivos, o sujeito ao qual se reserva a reação moral mais forte e, por conseguinte, a punição mais dura: seja o desejo de sua definitiva incapacitação pela morte física, seja o ideal de sua reconversão à moral e à sociedade que o acusa (MISSE, 2010, p. 18)

¹⁹⁹ Esse tipo de situação se aproxima da condição de identidade deteriorada identificada com a noção de estigma de Goffman (1980), com quem Misse dialoga. Entretanto, na sujeição criminal, afirma Misse (p. 16,17), encontramos esses mesmos processos, mas potencializados por um ambiente de profunda desigualdade social, forte privação relativa de recursos de resistência (ou ocultação social) à estigmatização e **pela dominação (mais que apenas pelo predomínio) da identidade degradada** sobre todos os demais papéis sociais do indivíduo.

²⁰⁰ Portanto, o conceito de sujeição criminal engloba processos de rotulação, estigmatização e tipificação numa única identidade social, especificamente ligada ao processo de incriminação e não como um caso particular de desvio (p.17).

²⁰¹ Não há sujeição criminal sem incriminação, mas pode haver incriminação sem sujeição criminal. O que distingue radicalmente a incriminação de um indivíduo de sua sujeição criminal é que esta é representada socialmente entre “bandidos” e não bandidos.

Quando, de um lado, a incriminação de um suposto sujeito “qualquer” ocorre, ela se realiza dentro dos parâmetros esperados da lei, acontece através de testemunhas e evidências do ato infracional. Já quando o envolvido está na “condição da sujeição criminal”, de bandido, a acusação precede a própria definição do crime e especializa-se em reafirmar sua personalidade transgressora. Esse “tipo social” considerado como “propenso a sempre cometer um crime”, consequentemente, terá sua condição marginal reificada, o que favorece a justificação de sua eliminação física. Hoje podemos ver seu prolongamento nos grupos de extermínio e o significativo número de suspeitos – principalmente jovens - mortos pela polícia²⁰².

O sujeito que está sob uma acusação criminal, fica em uma espécie de incriminação preventiva. O caso de Maxuel, a performance do assassinato visibilizada na disposição de seu corpo é um exemplo proeminente de execução: braços algemados para traz e tiro na nuca. Está na condição da sujeição criminal, já que lhe foi negado o reconhecimento, a partir de uma perspectiva dos códigos jurídicos, de seus direitos civis ou constitucionais. Está sob uma situação em que é impossível pensar a reparação, a reintegração. Sobre ele foi projetada a interiorização da culpa. Além disso, foi alvo dos dispositivos “legítimos” de acusação e aplicação da “justiça”, esse mecanismo de poder, que nomeia o bandido, o sujeito perigoso e irrecuperável. Tais representações legitimaram seu extermínio. Fará parte de mais uma estatística dos significativos números de mortes resultantes de ação policial, justificadas como reação aos “autos de resistência”, narrativa acionada por policiais que alegam matar suspeitos como legítima defesa.

²⁰² Misse destaca que em meados dos anos 1950, por exemplo, há inúmeras descrições, por exemplo, de vinganças contra pequenos ladrões submetidos a torturas em rituais públicos de degradação e crueldade. Trata-se do deslizamento de sentido da punição pelo crime cometido para a punição do sujeito “porque” criminoso “contumaz”: para o que seria seu incorrigível “mau-caráter”, sua subjetividade essencialmente criminosa, má; para sua irrecuperabilidade potencial.

Casos de execução denunciados entre agosto de 2014 e junho de 2015:

- 6 Casos em 2014 (agosto a dezembro), com uma média de 1,2 casos/mês.
- 14 Casos em 2015 (janeiro a julho), com uma média de 2 casos/mês (crescimento de 66,7% na média).
- Ocorreram 15 casos na região metropolitana: sendo 14 em São Luís e 1 em Paço do Lumiar;
- 5 Casos no interior do Estado, nos municípios de Cantanhede, Grajaú, Pinheiro, Santa Quitéria e São Mateus
- Foram 8 casos de tortura individual e 12 casos de tortura envolvendo várias pessoas (tortura coletiva).
- Dos 12 casos de tortura coletiva, 5 foram no complexo de Pedrinhas (1 na CADET e 4 no CDP), 1 em delegacia e 6 resultantes de invasão de domicílio.
- Em 9 casos houve invasão ilegal de domicílio.
- Em 6 casos, além da tortura, há indícios de prisão ilegal.
- Em pelo menos 2 casos, houve sequestro das vítimas. - Em 3 casos, houve tentativa de homicídio.
- Em 3 casos, houve mortes, sendo 2 homicídios (por execução em Pinheiro e Grajaú) e 1 aborto em consequência (São Luís).

Perfil dos agentes executores:

- 5 casos por monitores e agentes penitenciários do GEOP (Grupo Especial de Operações Prisionais);
- 11 casos pela Polícia Militar (sendo 3 casos pelo Serviço Velado, 1 pela ROTAM, 2 pelo Choque);
- 2 casos envolvendo policiais civis e militares;
- 1 caso com indícios de participação de policiais militares em conjunto com grupo de extermínio (pistoleiro); e) 1 caso apenas com policiais civis.

Locais de ocorrência:

- 7 Casos ocorreram em dependências do Estado, em unidades prisionais: 4 no CDP/Pedrinhas, 1 caso na CADET/Pedrinhas, 2 em delegacias de polícia do interior;
- 9 Casos ocorreram na residência das próprias vítimas, resultantes de invasão ilegal de domicílio;
- 4 Casos foram resultantes de ações de abordagem na rua, com sequestro das vítimas (2 casos).

Quadro 1 - Dados relativos a crime de execução por policiais no Maranhão

Fonte: <https://smdhvida.files.wordpress.com/2015/08/tortura-no-maranhc3a3o-nota-smdh-ago-20151.pdf>

O quadro, aqui exposto em nível informativo, destaca a prática ilegal de torturas²⁰³ cometidas por policiais e vem somar-se à outra criminalidade de agentes do Estado: as execuções. Ambas podem ser incluídas sob a perspectiva tanto de “sujeição criminal” como “violência difusa”, categorias já tratadas nessa tese. Na realidade, as torturas são tipos de métodos adotados pelas polícias para obtenção de provas. Além disso, caracteriza-se como forma de vingança privada. Segundo a disposição da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, os principais recursos utilizados são: decapitações, torturas, linchamentos e hacinas²⁰⁴. Conforme ressalta o relatório, são como mecanismos eficazes de “controle absoluto sobre a vida humana” e expõem a fragilidade do Estado Brasileiro.

²⁰³ Conforme levantamento dos casos de tortura realizado pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, no período de agosto de 2014 a julho de 2015, houve o registro de 20 casos no Estado do Maranhão. Exatos 35 por cento dos casos ocorreram em unidades prisionais (Complexo Penitenciário de Pedrinhas e Delegacias do interior) e 70 por cento dos casos ocorreram na cidade de São Luís. Vale destacar que, dentre os casos na Região da Grande São Luís, com exceção de um único caso, todos os demais ocorreram em bairros da periferia ou no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

²⁰⁴ Em relação ao exposto no relatório da SMDH, foi identificado que, com exceção de um único caso, todos os demais ocorreram em bairros da periferia ou em Pedrinhas. Esse dado é significativo porque confirma que um segmento da população “acumula desvantagens” diante de agentes encarregados de reprimir o que favorece um persistente processo de “sujeição criminal” e de acumulação social da violência.

Além de Maxuel e Joelson, dos exemplos acima, na condição de sujeição, grande parte dos moradores do PAC Camboa se ressentem dessa associação. A sujeição criminal também se “territorializa” conforme descreve Misse (2010). Ganha contornos espaciais e amplifica-se nos sujeitos locais e mesmo nas crianças e adolescentes, cuja sujeição é esperada”, já que aquele contexto é representado pela sociedade mais abrangente como “um mundo à parte”, o “mundo do crime”, composto de “classes perigosas” ou “o Carandiru”, conforme classificam o PAC.

Essa perspectiva é também destacada por Wacquant (2008), quando o autor ressalta que segundo a concepção predominante além dos pobres e negros produzirem a violência, seriam acusados como responsáveis ainda pela produção e organização do lugar no qual todo tipo de criminalidade é gestada e que seria o próprio território habitado. Consequentemente, isso nos possibilita entender porque é comum ver os moradores afirmarem que em algumas situações, constrangidos, preferiram ocultar tanto o nome do condomínio quanto do bairro onde moram, como se esse pertencimento lhes incriminasse.

Nesse tipo de situação, conforme os termos também ressaltados por Machado Silva (2007, p. 54), pincela-se um quadro em que moradores são tomados como cúmplices de traficantes, por conviverem no mesmo território – por terem aproximações de vizinhança e parentesco - de modo que a sujeição social produzida os compreende como “um tecido social homogêneo que sustentaria uma subcultura desviante e perigosa”. Além disso, há uma espécie de “acusação” de que haveria a aceitação e banalização do recurso à força, por um lado, legitimando e generalizando a ‘lei do tráfico’ e levando a população a buscar sua proteção e apoio, de modo que, ao optarem por esse modo de vida, os moradores estariam recusando as normas e valores intrínsecos à ordem institucional.

Os moradores são conscientes da associação de que ali seria um território sem lei e de pessoas delinquentes: “Por causa das mortes aqui dentro, dos tiroteios... a sociedade já olha com esse preconceito de que só tem gente que não presta” (Entrevista com D. Joana, em 16 de agosto de 2016). A outra moradora desabafa: “A polícia tem um preparo para lidar com bandido e com não bandido. Eles têm essa preparação, mas aqui eles ficam lidando de maneira errada porque tratam todos como bandidos. Eles misturam todo mundo, achando que todos são bandidos” (Entrevista com D. Sandra, em 5 de maio de 2017). Já o Sr. Israel inconformado relata:

Basta morar aqui, basta morar aqui que é considerado marginal... toda a esfera da sociedade é marginal. Até pra vizinho nosso que é da mesma classe, digamos assim, pobre que nem a nossa, até eles querem discriminar aqui dentro. A discriminação é muito grande, precisa de políticas públicas voltadas pra cá. (Entrevista com o Sr. Israel, em 28 de agosto de 2017).

Essa “sujeição” identificada no residencial PAC Camboa quando, por exemplo, é denominado de Carandiru e todas as características negativas que são relacionadas a esse significado, são enunciadas sobre a atuação das forças policiais em episódios diversos. Um agravamento nesse sentido acontece em decorrência da forma com que a polícia desempenha seu papel em abordagens cotidianas criminalizando de maneira generalizada os moradores, algumas vezes agindo de modo truculento, expondo seu domínio e poder abusivo. É o caso de um episódio que ocorreu dia 12 de outubro de 2017, durante os preparativos para a comemoração do dia das crianças.

Geralmente, quando a polícia entra no condomínio pode-se ouvir resmungos por parte de alguns moradores, olhares se cruzando e lábios se constrangendo. O incômodo é perceptível! Naquele dia 12 não foi diferente. Por volta das 17 horas, estava presente equipe do projeto de extensão, quando se ouviu disparos de uma arma de fogo na direção onde as pessoas estavam começando a se organizar para participar do festejo. Estavam montando um pula-pula, que foi doado para a ocasião, arrumavam o aparelho de som e preparavam uma mesa com os presentes que seriam distribuídos para as crianças. Quando um carro da polícia militar entrou no conjunto e três policiais desceram. Dona Benedita, segurando uma lata de cerveja e levemente embriagada, encaminhou-se na direção dos policiais e reclamou em voz alta: “Nem no dia de hoje vocês deixam a gente em paz?” e insistiu: “o que vocês querem aqui?” Como reação, um dos policiais apontou sua arma e desferiu um tiro na direção do pé de dona Benedita.

Embora a bala não tenha atingido seu pé, caindo a uma distância de 30 cm mais ou menos, impactou negativamente sobre os moradores que estavam presentes na rua. É claro que não são todos os policiais que agem dessa forma no PAC Camboa, mas em todo meu tempo de pesquisa esse tipo de episódio não é algo isolado. Essa violência banalizada expõe as tensões entre os moradores e a polícia. O desfecho desse tipo de atrito, que poderia ocorrer de forma negociada e dialogada, nega o princípio do respeito inerente ao projeto do Estado de direito, constantemente apresentado no debate sobre as justificativas de existência do Estado moderno. Essa prática policial no PAC Camboa nega, também, o discurso do governador Flavio Dino que, em boa medida, através da mídia virtual, propaga sua preocupação com os direitos humanos. Inclusive, sua ressalva nessa direção foi afirmada em outubro de 2014, quando o recém-empossado governador, anunciou a criação da Secretaria de Direitos Humanos, cujo responsável seria um ex-conselheiro da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH).

Atirar na direção de uma moradora do PAC Camboa, mesmo nas circunstâncias da incômoda embriaguez de dona Benedita, evidencia aquilo que Machado Silva (2004) classifica como sociabilidade violenta, ou seja, a ordem da violência urbana, tem como princípio de organização o recurso universal à força e, no exemplo citado, se confunde com a própria ‘ordem convencional’ do Estado. Por outro lado, expressa algo recorrente no desempenho da atuação de policiais em espaços classificados como populares. Portanto, essa forma de atuação coercitiva, além de reproduzir sentimentos de medo, é carregada de preconceitos de classe de referências negativas e não reconhecimento do outro (ZALUAR, 1994).

Após o ocorrido, as mães reclamaram da “irresponsabilidade do policial militar já que poderia acontecer um acidente e atingir alguma criança”. Outra denúncia relatou que uma criança mijou na calça, uma outra enfatizou que o coração de sua filha, de 7 anos, “parece que ia sair pela boca, tadinha.” Por fim, as pessoas retomaram a programação após a saída da guarnição policial.

Além dos exemplos já mencionados acima, a partir de depoimentos de outros moradores identifica-se que as condutas policiais são recorrentemente associadas com a ideia de perigo, desrespeito e insegurança:

O seu João, um senhor da frutaria, ontem na hora da bomba, ele desceu preocupado para buscar o filho dele e a polícia colocou-o na parede e começou a revistar e ele se recusando a ser revistado, reclamou que não tinha nada a ver com isso e aí foi e o policial lhe agrediu, bateu. E noutro dia chamaram a mulher dele de vagabunda... Imagine, a mulher dele levanta 5 horas da manhã para ir trabalhar “na venda” deles. (Entrevista com Frida, 18 de agosto de 2017).

Sinceramente, eu vou falar pra senhora, se eu entrar aqui no residencial de madrugada eu fico mais tranquilo se tiver “os maluco” na porta, pois sei que eles não vão fazer mal pra gente, mas eu lhe digo com certeza, se eu encontrar uma viatura aqui eu fico preocupado porque eles podem me bater e eu não vou ficar calado, podem me botar no paredão, podem querer me incriminar e botar uma droga ou arma no meu bolso e dizer que é minha. Vai ser minha palavra contra a deles... e a senhora acha que vai prevalecer a palavra de quem lá fora? Ora, eles já chamam aqui de Carandiru... Qual delegado, qual secretário de segurança vai acreditar em mim? Vai acreditar é nos homens dele. (Entrevista com Sr. Israel, em 18 de agosto de 2017).

Já vi polícia aqui batendo em gente, já vi polícia atirando em gente, jogando spray de pimenta em olho de idoso e até de criança, já vi polícia botar idoso na parede e chamar de tudo que é nome feio. (Entrevista com Sr. Israel, em 04 de janeiro de 2018).

Esses policiais não estão preparados para isso... deixam as pessoas em constrangimento, ameaçando as pessoas. Não estão preparados para proteger, eles estão tocando é o terror, e o medo na população. (Entrevista com D. Sandra, em 05 de janeiro de 2017).

Os rapazes escondem droga lá dentro... Eles sempre correm pro prédio e a polícia corre atrás e mete o pé no portão que já quebrou, esses dias chegou lá e meteu o pé e quebrou. Aquele prédio ali é o que a polícia mais meteu o pé e quebrou o portão... pode ser de vidro, de alumínio... parece que é a quinta vez que os moradores colocam portão novo lá. (Entrevista com D. Bonita, em 24 de maro e2017).

O que fica exposto nas citações é o descompasso entre a lei e o respeito aos direitos civis, a caracterização da “sujeição criminal”. Por outro lado, o controle social praticado de forma desregulada fortalece uma percepção, por parte dos moradores, de que há o aumento de situações de conflito, promovida por quem deveria proteger a população e promover a justiça. As ações policiais, nesse sentido, em boa parte das vezes, transparecem como abusivas. O uso ilegítimo da força, intensificado sobre camadas populares, reforça a perspectiva de que vislumbramos uma “sociabilidade violenta”. Ou seja, há a intensificação da violência difusa, inclusive, nos mecanismos e agentes encarregados de fazer a segurança.

Além do mais, os estigmas e discriminações gerados pela condição de pobres criam uma situação de constante ameaça, real ou presumida, que remete a intervenções externas em suas vidas. As abordagens policiais, geralmente, são aplicadas desconsiderando sistemas jurídicos e fundamentadas na elaboração de perfis criminais (classes perigosas), atitude que muito se assemelha aos determinismos biológicos raciais de Césare Lombroso²⁰⁵, que eram parâmetros para explicar os comportamentos “marginais” por volta do século XIX.

A relação tensa entre moradores e policiais é destacada em outros momentos:

...tanta safadeza, tanta sem-vergonhice que a gente vê policial fazendo aí, isso revolta a gente, dá é ódio...aí bota a farda e vem aqui dar uma de herói sendo que por debaixo do pano faz é muita coisa errada. Deixa a gente revoltado, por que a gente é leigo na história deles, mas nós não somos cegos. A gente não vê que esses policiais fazem coisa errada aí fora e chega aqui dando uma de herói... (Entrevista com Sr. Israel, em 04 de janeiro de 2018).

...eles vieram aqui e revistaram o apartamento do rapaz que é meu vizinho, viraram de cabeça pra baixo. Sendo que ele não é envolvido com nada disso e queriam levar ele preso... e ainda pegaram o celular do rapaz e colocaram no bolso. Aí ele pediu o celular. Isso domingo passado... (Entrevista com D. Sandra, em 04 de janeiro de 2018).

... E aí eles chegam exigindo respeito “Ohhh nós somos polícia, respeita aí!!!!” Minha filha, hoje em dia eu odeio a polícia. Não tinha raiva assim não... mas ultimamente tenho ódio não é da polícia, mas do papelão que eles fazem porque cada profissional tem o seu papel, você como professora, eu como doméstica, ele como um doutor, cada um tem sua profissão, mas você tem que “se pôr” no seu

²⁰⁵ No século XIX Cesare Lombroso utilizava de uma explicação determinista que relacionava a cor e a criminalidade (SCHWARCZ, 1993).

lugar, exercer seu cargo. Você tem que representar aquilo que você é”. (Entrevista com D. Odinéia, em 08 de setembro de 2017).

Eu não sou bandido, não faço apologia ao crime, mas eu não posso concordar com a forma que a polícia atua aqui no PAC... Já chegaram a entrar aqui, ali pela rua direita, nesse pequeno trajeto com uma velocidade de 100 km por hora, no mínimo, você acredita? Isso é muita irresponsabilidade e boçalidade... porque se tem alguma criança correndo ou brincando? Eu fui tirar satisfação depois soube que me xingaram de caralho, vagabundo, filho da égua... tudo pelas costas, ainda disseram que era desacato à autoridade... (Entrevista com Sr. Israel, em 04 de janeiro de 2018).

As narrativas acima, importantes na perspectiva de quem anuncia, reconhecem e fortalecem de maneira circunstancial uma distinção de fronteiras: “não sou bandido, mas também não posso concordar com a atuação dos policiais”. Destacam o caráter seletivo e territorializado na ação dos agentes que chegam ao PAC Camboa “dando uma de heróis”. Além disso, fica claro que a fronteira entre o legal e o ilegal é cada vez mais fluida, pois conforme ressaltam: “a polícia entrou para matar”, “são bandidos de farda” ou “por debaixo do pano fazem muita coisa errada”.

Tal situação coloca em foco nossa “democracia disjuntiva²⁰⁶” conforme refere Caldeira (2000). Esse descompasso entre legalidade formal e a cidadania, que inviabiliza também a utilização de meios legais para a solução de conflitos. Some-se como agravante dessa falta de confiança, a impunidade dos abusos cometidos por policiais, de modo que, a falta de controle, limites ou punição de suas arbitrariedades leva ao questionamento da legitimidade dos próprios órgãos de segurança do Estado. A dinâmica desse confronto é reproduzida sob outras perspectivas:

Hoje está pior... Não sou marginal e também não bato de frente para o crime, mas aprendi e fiquei muito decepcionado com a polícia... essa farda me envergonha, essa farda me enoja, essa farda pra mim é símbolo de discriminação, de abuso de autoridade de ditadura... essa farda pra mim é uma prepotência. (Entrevista com o Sr. Israel, em 13 de Junho de 2017).

A polícia não respeita ninguém. Não respeita mais. Nós estamos à mercê, eu digo mesmo. Porque antes a polícia entrava e a gente ficava falando até com uma boa expectativa: olha a polícia está aí... até com esperança boa. Agora não, quando eles entram você já tem que estar correndo. (Entrevista com D. Sandra, em 16 de março de 2017).

Agora não pode mais sair na porta, ficar olhando na janela quando eles estão agindo aqui dentro, porque se se recusar de entrar eles te ameaçam. Eu nunca tinha visto um

²⁰⁶ O hiato entre lei e cidadania civil, segundo a autora, é o quadro de que a democracia não se efetivou para a maioria da população.

negócio desses. Eu nunca tinha visto isso. Estou vendo agora esse tipo de coisa acontecendo. (Entrevista com Frida, em 11 de maio de 2017).

Importante destacar essa mudança de estatuto da violência policial no PAC Camboa, quando dona Sandra afirma que antes as pessoas tinham “até uma boa esperança quando a polícia entrava lá”, o que significa que a rejeição em relação a atuação de policiais não é generalizada ou absoluta, mas deve estar circunscrita pelos limites da garantia de segurança que resguardem, inclusive, contra abusos das corporações - suas atitudes autoritárias, tanto quanto a linguagem agressiva e ameaças – mecanismos que inviabilizam o reconhecimento da própria eficácia do policiamento. Até porque, no condomínio, identificou-se um enorme esforço, por parte dos moradores, em separar a associação predominante que relaciona pobreza, tráfico e violência.

Essa “boa expectativa”, frustrada, passa também pelo questionamento do fortalecimento do estado penal, que restringe a política de prevenção aos efeitos e práticas de caráter meramente punitivo do crime e que, muitas vezes, está contida na violência física ilegítima, na medida em que implica em excesso de poder dos meios de ação do Estado, algo incompatível com o respeito à legalidade e respeito à justiça, por exemplo.

Corroborando com essa perspectiva de “um antes e um depois”, na maneira de atuação da força policial, os moradores ressaltam, ainda, que os agentes mais jovens são “uns trogloditas” e mais violentos. Provavelmente, esse aspecto truculento que demarca dois momentos na conduta das corporações, esteja relacionado à política de “guerra ao tráfico”, bastante enfatizada pelo governo atual. Ou seja, demarca duas temporalidades inter-relacionadas: a diversificação na forma de conduta do crime, com o crescimento da guerra de facções na região da Camboa e Liberdade, de um lado, e, do outro, o excesso de violência empregada por agentes da polícia encarregados de coibi-la.

Desse modo, o aumento da dinâmica de repressão às drogas, sobretudo no mercado de varejo, no qual o PAC Camboa é identificado como um condomínio onde funcionam “bocas de fumo”, para a venda de drogas, tem fundamentado um policiamento ostensivo e, especialmente, agressivo, focado para realizar prisões em flagrantes, passando como um “rolo compressor” por cima das pessoas indistintamente e todos são considerados suspeitos.

Esse aspecto relacionado já foi identificado em outros contextos sociais. Azevedo (2001), por exemplo, retrata essa tendência de que diante do aumento das taxas de criminalidade violenta, do crescimento geométrico da criminalidade organizada e do

sentimento de insegurança que se verifica nos grandes aglomerados urbanos ocorre, em paralelo, a ampliação do âmbito de incidência do controle penal e que tem como paradigma preferencial a chamada política de “tolerância zero”. O pressuposto dessa política de segurança, para o autor, é a perda de eficácia das estratégias brandas “ou mais comedidas de manutenção da ordem pública, cujo caráter intolerante vem ganhando apoio em vários setores políticos e da sociedade em geral²⁰⁷.

Nas entrevistas citadas acima, o Estado pode ser protagonista tanto impulsionando medo, na medida em que há uma incidência de arbitrariedades e ameaças por parte dos policiais, como também criando uma “boa expectativa” na manutenção da ordem e convivência. Assim faz sentido dizer que há, por parte dos moradores, uma leitura e interpretação que atribui maior importância ao papel preventivo da segurança pública, em oposição ao seu caráter repressivo. Sabiamente, atribuem uma outra moldura ao quadro manchado por desrespeito quando afirmam: aqui precisa de mais policiamento, mas não esses “brutamontes”, ou seja, “a polícia tem de ser mais educada”, além do mais “ela consegue inibir que outra facção venha aqui no PAC pra invadir provocando tiroteio” e também “impede que os daqui saiam para guerrear na Liberdade”. Possuiria, assim, um caráter mais preventivo.

Brutalidade não é eficiência, os moradores estão cientes disso. Portanto, além da fala de que “a polícia não deve matar nem chegar humilhando, mas proteger”, surge um lamento entre as pessoas mais velhas quando afirmam: “nossos jovens estão se matando”, tanto em consequência da guerra do tráfico (que, predominantemente, diz respeito ao universo dos homens), quanto como resultado de crises de overdose entre moradores (que inclui homens e mulheres)²⁰⁸. Em relação à primeira circunstância, o impacto direto é sobre a grande incidência de assassinatos entre os jovens componentes das facções o que, segundo os moradores, ressalta a falta de planejamento e “vontade política” de resolução do problema. Na

²⁰⁷ A política de “tolerância zero” foi criada em Nova Iorque, passou a ser considerada um modelo para outros países. Estava relacionada ao combate à venda de drogas, levando ao aumento significativo do número de prisões. Conforme destaca Travis Curtis (2002, p. 1-2,11) o policiamento se tornou um jogo de números. O relatório divulgado no primeiro semestre de 1999 mostrou que o número de prisões efetuadas por causa de drogas foram os mais altos de todos os tempos. Entretanto, para o autor, não existe evidência suficiente para sugerir que o mercado de drogas tenha sido eliminado ou reduzido pela política de “tolerância zero”. Na realidade, as táticas agressivas de policiamento favoreceu um deslocamento na organização social da distribuição de drogas criando um mercado mais difícil de ser detectado.

²⁰⁸ A última pessoa que morreu de overdose no PAC foi Ariel, uma mulher de 22 anos, mãe de um casal de filhos. Com ela, inteirou o número de 3 casos - num universo de dois anos e meio de minha pesquisa etnográfica - de pessoas que faleceram pelo mesmo motivo. Quando eu recebi a notícia no último mês de maio, o Sr. Israel descreveu a situação e enfatizou sua preocupação: “aqui precisa de políticas públicas”. Em outros momentos, quando conversamos, ele sempre pontuou essa demanda. Sua aflição é acompanhada da esperança de que políticas públicas possam reverter o quadro social dos moradores do PAC, resultante da inserção e influência do tráfico sobre os mais jovens.

medida em que afirmam “policiais e governo querem mesmo que esses ‘moleques’ se acabem”, colocam em equivalência as ações deliberadas de violência policial, arbitrária e ilegal, conforme tratamos anteriormente. Nesse caso, o Estado constrange ou viola por excesso e, no outro, “extermina” por omissão.

Esse coro, prenúncio de tristeza, é compartilhado por outros moradores que denunciam e apontam a necessidade de maior compromisso do Estado com a intervenção de projetos como cursos de capacitação para jovens: “As coisas aqui não vão nada bem, muitos jovens envolvidos com droga... as drogas tomando de conta... os jovens morrendo por conta da droga”²⁰⁹; “queria que tudo fosse diferente, que o governo não nos abandonasse... o incentivo ao esporte é bom para a juventude”²¹⁰; “tudo é culpa do governo, precisamos ser vistos como pessoas”²¹¹, “quero que alguém me ajude para tirar minha neta das drogas”²¹²; “precisamos de projetos que ajudem os jovens a olharem para um outro futuro, mas o governo não ajuda”²¹³; “queria que o poder público trouxesse cursos profissionalizantes, principalmente para os jovens”²¹⁴, “é importantes vir palestra pra cá”, entre outros²¹⁵.

Não seria uma indiferença ocasional, é como se fossem redundantemente excluídos, para usarmos uma terminologia de Bauman (2004, p. 21), desnecessários, sem uso e sem utilidade, pois conforme o autor destaca não há “uma razão auto-evidente para você existir, nem qualquer justificativa óbvia para que você reivindique o valor à existência”

Quando passamos em frente aos prédios do PAC não temos noção dessa dimensão, afinal as paredes de concreto não indicam o que se acontece lá dentro, os rabiscos nos muros podem até demarcar o território com relação à facção inimiga, mas a convivência é surpreendente. O cenário que as palavras acima traduzem diz respeito a um amplo processo de intensificação da expansão do consumo de drogas, especialmente entre os mais jovens, um problema recorrente tanto em território nacional como internacional. Vale dizer que essa interpretação vem sendo identificada e relacionada por vários autores como Feltran (2017) e Peralva (2010), quando fazem menção e destacam o aspecto hedonista relacionado ao consumismo ocidental, proeminente nos tempos atuais. Tal abordagem estaria em

²⁰⁹ Fala do Sr. Samuel.

²¹⁰ Palavras do Sr. Israel. Geralmente está tentando organizar campeonatos de futebol entre os jovens e crianças que residem no PAC.

²¹¹ Palavras de D. Joana.

²¹² D. Sandra cria uma neta e diz que tem preocupação que o caçula, de 10 anos, “enverede” pelo mesmo caminho da irmã.

²¹³ Entre os projetos sociais D. Odinéia sugere: computação, cursos de manicure e cabeleireiro.

²¹⁴ Depoimento do Sr. Bento.

²¹⁵ Todas as falas aqui referidas foram recolhidas em entrevistas ou conversas informais em várias ocasiões.

correspondência com a perspectiva da era do vazio abordada por Lipovetsky (1984)²¹⁶ e não é algo exclusivo do PAC Camboa, portanto.

Assim, dizer que “aqui precisamos de apoio para tirar esses jovens da droga” ou, “quero que alguém me ajude para tirar minha neta das drogas”, expressa uma demanda coletiva e particular. Retrata um marco que transborda a própria concepção que relaciona tráfico de drogas com comércio ilegal e lucro, e que tem justificado as políticas de intervenção repressiva. Seu prisma tem uma extensão mais crítica. Assim, no contexto do PAC Camboa, além da tensão entre Estado e tráfico, entre abuso policial e moradores, são enfatizados os limites de uma gestão política despreocupada ou indiferente para com as configurações sociais resultante desse processo. Segundo os moradores, a preocupação não é simplesmente inviabilizar as “bocas de fumo”, intensificar práticas de “ofensiva” contra as drogas ou a polícia confundir, “bandido” e “trabalhador”. Os depoimentos destacam como relevantes a condição de vítima dos jovens, apontando outra perspectiva distinta do significado que lhes é atribuído em consequência da condição de sujeição criminal: como os causadores de situações de conflito e sempre suspeitos.

O governo atual “levantou a bandeira” de combate às drogas, encontrou terreno fértil com a escalada da violência e nos sentimentos de medo fomentados por crises nos presídios maranhenses, queima de ônibus, homicídios e assaltos. Essa enorme demanda por “ordem”, o problema exposto como uma ferida aberta exigia do Estado à promessa de sua contenção. Desse modo, em outubro de 2014, entre as promessas da posse de Flávio Dino, a segurança foi destacada como ponto central em sua política. Afirmando a intenção de romper com o círculo do crime no Maranhão, afirmou o governador: “vamos enfrentar a corrupção, fazer com que os recursos sejam empregados a serviço da justiça social, tirar nosso Estado das páginas policiais”²¹⁷.

Para a insegurança o remédio prescrito foi diverso, incluindo investimento em concursos na área de segurança, especialmente para o cargo de policial, investimento em tecnologia, treinamento de agentes para operações de confrontos considerados “pesados” como a Ronda Ostensiva Tático Móvel (Rotam) e o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) acionados em “situações extremas” e “brandos” com a utilização

²¹⁶ A perspectiva do autor destaca uma tendência ao individualismo e à alienação, à busca por liberdade e felicidade relacionada a uma cultura do consumo. Além da “lógica sedutora da mercadoria” que concebe o consumo como um mecanismo de emancipação buscado pelos sujeitos, inclusive o intenso consumo de drogas relacionado como projeto de liberdade do indivíduo vislumbrado a partir dos anos 1960.

²¹⁷ <http://g1.globo.com/ma/maranhao/eleicoes/2014/noticia/2014/10/flavio-dino-do-pcdob-e-eleito-governador-do-maranhao.html>”.

preferencial de armas não letais usadas em conflitos com multidão²¹⁸, aí estariam incluídos manifestações grevistas, por exemplo. Além disso, vem sendo destacada a compra de viaturas, de mais motocicletas com a intenção de “agilizar o patrulhamento e a penetração policial em locais de acesso mais difícil”²¹⁹, especialmente em áreas mais periféricas, a compra e o deslocamento de mais um helicóptero, que compõe o Centro de Apoio Tático (CTA), para o interior do Estado, em Imperatriz, anunciando maior rapidez no deslocamento para combater assaltos à bancos em cidades do interior maranhense²²⁰.

As mudanças aconteceram também na aplicação de procedimentos “mais racionais”, digamos assim, com a modernização e informatização de equipamentos para a obtenção de dados através de tabletes. Assim, as viaturas em momentos de abordagem, podem ter acesso ao Banco Nacional de Mandados de Prisão. Desse modo, ao acessar uma central de informações, os policiais evitam “o constrangimento” de levar até às delegacias “eventuais suspeitos” que estão na lista de “procurados” ou “devedores da justiça”.

O governo maranhense tem buscado atenuar a associação polícia, repressão e penalização, tão fortemente atribuída à administração atual. Conforme publicado em entrevista, Flávio Dino, afirmou: “ao mesmo tempo em que são executadas medidas de enfrentamento, o Governo do Estado investe na efetivação da cultura de paz e na política de prevenção”²²¹. Nesse sentido é que foi divulgado o “Pacto pela paz” que consiste em palestras sobre prevenção ao uso de drogas e combate à violência nas escolas, proferidas preferencialmente por policiais. Vale ressaltar, entretanto, que é impossível identificar a eficácia desse tipo de palestra e até mesmo a sua funcionalidade em virtude do baixo número de profissionais envolvidos, além do fato de que o investimento é bem menor quando se faz uma comparação em relação aos outros âmbitos de segurança, como tecnologia de armas, por exemplo.

²¹⁸ Para o aprendizado na utilização de armas não letais, por exemplo, equipes foram deslocadas para treinamentos em São Paulo e Pernambuco. Vale destacar, ainda, a participação de membros da Polícia Militar no Curso de Ações Táticas Especiais (CATE), em ações sobre artefatos explosivos e demais conhecimentos táticos para o combate a explosões a caixas eletrônicos. Informações conseguidas em entrevista com Sargento Vitor, em 06-06-2017.

²¹⁹ Em uma conversa informal, Sr. Israele me relatou a extrema velocidade com que alguns policiais conduzem suas motos ao entrar no condomínio, colocando a segurança das crianças em risco.

²²⁰ Entretanto, em função do investimento ser mais intenso no âmbito repressivo, ou seja, na policial militar, como se pode ver, isso tem provocado críticas relativas à política de segurança do governo na medida em que desvaloriza aspectos mais investigativos associados à polícia civil. Em entrevista a mim concedida, em maio de 2018, o historiador Wagner Cabral, na condição de presidente da Comissão Maranhense de Direitos Humanos, criticou o caráter ostensivo da polícia maranhense.

²²¹ <http://g1.globo.com/ma/maranhao/eleicoes/2014/noticia/2014/10/flavio-dino-do-pcdoeb-e-eleito-governador-do-maranhao.html>

Todo esse aparato técnico e narrativo do governador, a perspectiva de um “governo ideal para uma cidade ideal”, especificamente na afirmação de combate à violência, aponta para uma perspectiva de ruptura com a ineficiência do “caos anterior”. É como se estivesse celebrando outra política, outra eficácia. Na realidade, depreende-se que, os símbolos acionados acima contribuiriam para a formação de um consenso sobre a realidade favorecendo, inclusive, a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 2000). Especialmente se pegarmos os anos de 2013 e início de 2014, quando o Maranhão se tornou manchete no Brasil e internacionalmente, com São Luís sendo destacada entre as 10 capitais mais violentas do mundo. Conforme já falado anteriormente, a taxa de homicídios aumentou 400% entre 2000 e 2012, sendo um crescimento bem maior que a média brasileira, que foi de 24%²²². A tendência de crescimento se manteve até 2016 quando as taxas apresentaram uma perspectiva de queda.

Quando o Atlas da Violência 2017 foi divulgado²²³ destacou pela primeira vez, em dez anos, a queda de homicídios no Estado: a redução seria de 40,67% no número de homicídios registrados na ilha de São Luís, no período compreendido entre 2014 e 2017. Os dados foram bastante comemorados pelo governo do Estado, que se encarregou de destacar os resultados dos “investimentos na área de Segurança Pública”, embasado na fundamentação objetiva de estatísticas. Por outro lado, no entanto, as estatísticas foram alvo de severas críticas. Não faltaram opiniões divergentes em relação aos possíveis fatores que demarcam a queda violência.

Nesse sentido pode-se destacar a perspectiva da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), em matéria publicada na sua página virtual²²⁴ quando chamou atenção para a necessidade de se fazer “um exercício de reflexão” sobre a questão da segurança pública além de questionar a transparência na construção dos dados estatísticos. Concluiu que, paralelo à redução dos índices de violência, houve o aumento de 25% da população carcerária entre março de 2015 e 2017. Segundo a SMDH:

²²² De acordo com o Atlas, o índice de homicídios por 100 mil habitantes passou de 11,3 para 35,9 entre 2004 e 2014 no Maranhão. Em números absolutos, o aumento foi de 699 homicídios em 2004 para 2.407 em 2014. O estudo foi divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em <http://www.forumseguranca.org.br/atividades/anuario/>.

²²³ O Atlas da Violência é uma publicação anual elaborada pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O estudo trabalha com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde.

²²⁴ <http://smdh.org.br/violencia-no-maranhao>, em 09/01/2018/.

O modelo de Segurança Pública adotado no Brasil e no estado do Maranhão, infelizmente, reflete o fenômeno conhecido como escalada punitivista. Essa forma de pensar a violência nutre-se através de pseudo-soluções, sempre populistas, para lidar com o fenômeno da criminalidade. São algumas delas o encarceramento em massa, a violência policial, redução da maioridade penal, liberação de armas, dentre outras alternativas que têm grande apoio popular e resultados desastrosos²²⁵.

A perspectiva ressaltada, acima, coloca em pauta a lógica punitiva como forma coerente e eficiente de resolução da insegurança, confirmando a manutenção do caráter discriminatório da violência policial. Segundo a SMDH, a redução de 40% nos homicídios na ilha de São Luís, trouxe consigo um aumento de 100% nas mortes decorrentes de intervenção policial. Além disso, a população carcerária teve um crescimento de mais de dois mil presos no atual governo, passando de 7.689 em março de 2015 para 9.756 em dezembro de 2017 e denunciou que a grande maioria dos encarcerados respondem por crimes não violentos e, pouco mais de 13%, por crimes de homicídio²²⁶. Por fim acrescenta:

A lógica punitivista na segurança pública traz consigo consequências desastrosas. Mais armas, mais muros e mais policiais nas ruas não são soluções definitivas para o fenômeno da criminalidade, mas apenas remédios emergenciais. O investimento em políticas públicas inclusivas, abrangentes e dialogadas para a reinserção social deve ser priorizado. O Maranhão tem o dever de apresentar uma resposta à violência que não seja racista²²⁷.

A tentativa de construir uma representação de caráter racional, passa a ser cada vez mais relacionada com as estratégias de combate ao tráfico, tanto de armas como de drogas, no governo estadual e, embora não seja possível verificar a efetividade das estatísticas apresentadas e divulgadas, esses dados vêm sendo reafirmados constatemente²²⁸.

Ademais, as notícias sobre seu desempenho tem adquirido um caráter apodítico²²⁹. As fotografias e as machetes vem dando visibilidade de forma ostentatória às ações de âmbito

²²⁵ Retirado de <http://smdh.org.br/violencia-no-maranhao>, em 09/01/2018/.

²²⁶ Sérgio Adorno (2017), em pesquisa realizada na década de 2010, apontou um paradoxo, em São Paulo, ao analisar a redução do índice de violência e o aumento dos encarceramentos. Segundo o autor, o encarceramento pode até ter contribuído para reduzir o número de mortes violentas na capital paulista, mas constitui um “paradoxo da política de segurança pública: ao recolher criminosos avulsos das ruas e os colocar em contato com facções dentro dos presídios”. Consequentemente, ela acaba fortalecendo a criminalidade organizada.

²²⁷ Faz referência a um grande número de jovens negros, presos. Retirado de <http://smdh.org.br/violencia-no-maranhao>, em 09/01/2018.

²²⁸ Apreensão de armas de fogo, em números absolutos, tem sido apontada como eficiente: de 2013 a 2016 foram recolhidas 1.081, 1.543, 2.252 e 2.629, respectivamente. Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.

²²⁹ Em maio de 2018, a Secretaria de Segurança divulgou em seu site o seguinte: Bastou um prazo de 17 dias do mês de maio, para três grandes apreensões de maconha nas cidades de Raposa, Paço do Lumiar, Alto Alegre do Maranhão e Santa Luzia, e as forças da segurança pública do Maranhão chegaram a marca histórica de

da Secretaria de Segurança, tentando erigir uma legitimidade que, simbolicamente, confirme a competência de suas práticas. Destaca-se alguns exemplos abaixo:

Em janeiro de 2018 Maranhão **lidera o combate às drogas entre os estados do nordeste**: O montante ultrapassou as 7,1 toneladas tiradas de circulação – 15% maior que o segundo colocado, a Bahia, com 6,1 toneladas. Em terceiro lugar está o Ceará, com 3,5 toneladas apreendidas no período. Os dados foram levantados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP), com as demais secretarias estaduais da região, a partir da atuação das Superintendências Estaduais de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), órgão da polícia civil. A capacidade da polícia maranhense no combate a esse crime e suas vertentes foi reconhecida pela Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco (MP/PE). A instituição convidou equipe da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc) para relatar suas estratégias e expertise na realização das operações, com objetivo de informar e promover treinamento.

Comparando os dois últimos anos, foram apreendidas mais de 2,7 toneladas de maconha em 2016 e mais de 6,9 toneladas em 2017. No mesmo período, foram apreendidas ainda 54 armas, 22% a mais que em 2016 que somou 46; e efetuadas 423 prisões de envolvidos com o tráfico de drogas, 86% maior que no ano anterior quando 227 suspeitos foram detidos. Em 2015, primeiro ano de Governo, a **Senarc tirou do tráfico 1,5 toneladas de drogas – 14 vezes mais que em 2014**, quando foram apreendidos 104 quilos.

Polícia civil da SEIC – Superintendência Estadual de Investigações Criminais –, de Imperatriz, apreenderam, na noite desta terça (06), mais **um carregamento de armas** de uso **exclusivo das Forças Armadas** e que deveriam ser usadas em ataque a empresa de transporte de valores. Na segunda (05), as polícias Civil e Militar de Santa Inês apreenderam outro carregamento de armas que supostamente seriam usadas em assaltos a banco na região de Bacabal.



Figura – Registro de uma das maiores apreensões, que repercutiu nacionalmente, de 3,2 toneladas de maconha, em setembro de 2017, no município de São José de Ribamar. - fonte 07-06-2017 (Foto: Divulgação)

Figura 20 - Discurso simbólico de competência
Fonte: Jornais.

apreensão de maconha, mais de 35 toneladas que saíram das mãos dos grandes traficantes entre os dias 15 e 24 de maio. Fonte: <https://www.ssp.ma.gov.br/em-17-dias-de-operacoes-forcas-de-seguranca-do-maranhao-apreederam-mais-35-toneladas-de-maconha/>.

As composições formadas pela série de prisões, as apreensões de armas e drogas - superando o montante de toneladas tiradas de circulação pelo segundo colocado, a Bahia, coloca em destaque a relação de força entre o crime e o Estado criando, virtualmente, a ideia de aplicabilidade da lei e punição dos transgressores.

Nos primeiros dias do mês de janeiro de 2017, foram “jogadas” na rede virtual algumas fotografias registradas por policiais em treinamento ou, provavelmente, em exercício de reconhecimento de área. O fato de uma das fotos ter enquanto fundo da lente os prédios do PAC Rio Anil, ganha significado especial se associarmos ao episódio ocorrido dois meses depois, que deflagrou uma “megaoperação” policial nos condomínios. De contornos grandiosos todo o conjunto ficou cercado por militares, tanto por água quanto por terra.

Jogar a fotografia na rede virtual, tornar público seu conhecimento, visa afirmar a identidade policial, mas também informa a satisfação individual de seus protagonistas. A altivez delineada baixo: o olhar focado, a “*naturalidade*” da performance incorporada nos gestos aprendidos em incansáveis anos de treinamentos, a grandiosidade das armas em punho, o relógio cronometrando cada ação, tudo contribui para o extraordinário. Para os criminosos se exibe resistência, virilidade, força e poder. Para a população, além desse adjetivos, as imagens simbolizam vigilância e a “incansável intenção” de proteção e resguardo da sociedade.



Figura 21 – Operação de treinamento

Fonte: Whatsapp

Vale ressaltar que, nesse cenário propenso à disseminação de um discurso de competência, controle e vigilância é que ganhou destaque uma “megaoperação” policial no PAC Camboa -Rio Anil, em janeiro de 2017. Noticiada e divulgada por todos os meios de comunicação da capital, foi a primeira ação policial que já aconteceu, no Maranhão, com tamanha proporção.

Desse modo, as manchetes de blogs e jornais se encarregaram de noticiar o evento das mais diversas formas: polícia deflagra operação de combate à criminalidade no PAC Camboa-Rio Anil, bairro da Camboa²³⁰; polícia faz operação em 288 apartamentos em São Luís²³¹; operação no PAC Camboa-Rio Anil tenta saber se ocupações são legais²³²; mais de mil homens das polícias Civil e Militar cumpriram mandados de busca e apreensão nesta manhã²³³; segundo a polícia, participam da operação 290 investigadores e 80 delegados. Ao todo, 288 mandados de busca e apreensão serão executados nesta quinta na região²³⁴; polícia de São Luís realizou Operação PAC Rio Anil contra o tráfico de drogas²³⁵, megaoperação cumpre 288 mandados em condomínio da Camboa em São Luís²³⁶, entre outras manchetes.

O grau de espetacularização que o combate ao tráfico de drogas adquiriu no governo atual pode ser identificado nessa megaoperação. Na quarta-feira do dia 09 de março, os moradores do PAC Camboa -Rio anil acordaram sob os holofotes das luzes dos carros de polícia piscando e ao som de um helicóptero do Grupo Tático Aéreo (GTA), que sobrevoou a área do condomínio e suas imediações. A operação que reuniu 300 policiais civis, 700 militares, 60 bombeiros militares e 80 delegados e “toda a cúpula de segurança”, quando começou ainda era madrugada e estendeu-se pela manhã daquela quarta-feira. Todo o local foi cercado pelas equipes e 288 mandados de busca e apreensão executados, de modo que nenhum apartamento deixasse de ser averiguado.

²³⁰ <http://www.suacidade.com/2017039/>

²³¹ <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2017/03/policiais-civis-e-militares-realizam-operacao-em-sao-luis.htm>

²³² <http://imirante.com/sao-luis/noticias/2017/03/09/operacao-cumpre-mandados-de-busca-e-apreensao-no-pac-rio-anil-na-camboa.shtm>

²³³ <https://www.atosefatos.jor.br/operacao-combate-o-trafico-de-drogas-no-pac-rio-anil-na-camboa/>

²³⁴ <http://silviatereza.com.br/operacao-pac-rio-anil-trafficantes-presos-e-apreensao-de-armas-288-mandados/>

²³⁵ <http://www.cocaisnoticias.com.br/2017/03/policia-de-sao-luis-realizou-operacao-pac-rio-anil-contra-o-trafico-de-drogas/>

²³⁶ <https://oimparcial.com.br/cidades/2017/03/operacao-cumpre-mandado-em-condominio-da-camboa-em-sao-luis>

Segundo o coronel Frederico Pereira:

A operação Militar teve como objetivo o combate ao tráfico de drogas, no bairro da Camboa, mas, precisamente, nos condomínios do PAC Rio Anil, onde facções dominam o tráfico naquela região tirando a paz e segurança dos moradores, com comércio de armas, drogas, sem contar os confrontos existentes entre as facções rivais, da Vila-Marum, Camboa e bairro da Liberdade que comandam o tráfico de drogas... O objetivo dessa força tarefa é devolver e garantir a ordem e a segurança do cidadão através do combate à criminalidade²³⁷.

O coronel Pedro Ribeiro ressaltou que foi uma operação de efeito “altamente preventivo” e, felizmente, “sem reação e sem efeito colateral”, “sem transtorno”. Até porque, todo o cuidado tomado se dava em função de que os moradores são “esmagadoramente, em sua maioria, pessoas de bem” e os “invasores é que não são”. Estes, segundo o coronel, colocam os moradores sob ameaça na medida em que vieram para o PAC “exatamente para montar uma base criminosas e ações delituosas”.



Figura 22 – Operação Policial no PAC

Fonte: Biné Moraes: O estado

Segundo divulgado pela mídia local, a “megaoperação” das Forças de Segurança do Maranhão deu cumprimento a mandados de prisão, busca e apreensão de armas, drogas e munições expedidos pelo Poder Judiciário do Estado. Foi uma “força tarefa que teve todo um planejamento, logístico e que foi comandada pessoalmente pelo Secretário de Segurança

²³⁷ Depoimento do Coronel Pereira, comandante da Polícia Militar do Maranhão publicado em <http://sjnoticiasma.blogspot.com/2017/03/secretario-jefferson-portela-comanda.html>.

Jefferson Portela²³⁸. Embora todo o caráter suntuoso da operação seja ressaltado, a mídia não tardou a fazer uma avaliação de todo aquele processo destacado como um “fracasso”, portanto:

O que parecia ser uma operação com grandes resultados acabou sendo uma incursão com apenas 05 cinco elementos presos por envolvimento com tráfico de drogas, 5 menores apreendidos, poucas armas, meia dúzia de animais silvestre e uma pequena quantidade drogas e uns vasilhames de material inflamável²³⁹.

Muito pouco para uma Megaoperação que contou com um efetivo de mil homens, bem armados e de posse de 288 mandados de prisão, busca e apreensão. Não deixou de ser uma operação que deixou o efetivo policial frustrado por não atingir o êxito total na missão. Foram apreendidos um revólver calibre 38, duas pistolas, um rifle, uma metralhadora e 1,5 kg de maconha²⁴⁰.

Em coletiva de imprensa no dia seguinte à operação, o Secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, fez um balanço de todo o acontecido:

... pegamos armas, uma pistola e um revolver e drogas... Informamos aos senhores que aquela área **foi palco** de disputas criminosas e um bando chefiado por um cidadão chamado Daniel... o Daniel foi eliminado há pouco tempo, conforme noticiado na imprensa e tinha como companheira uma senhora chamada Val. Após a morte do Daniel a Val partiu para uma vingança e nessa vingança, na sua ação criminosa, desenvolveu vários ataques a membros de grupos rivais do crime e isso estabeleceu ali na região um ponto de conflito... e o estado não vai assistir bandido A nem bandido B fazer conflito nenhum. O estado vai lá e prende os dois, seja A, seja B ou de qualquer outro naipe. Foi o que se deu. Nós já estávamos com a operação planejada a um bom tempo de investigação para chegar à identidade desses criminosos, sabendo desde já que a chefia era exercida por dona Valdirene e outros membros, mas a chefe da organização criminosa, sem dúvida nenhuma é a Val...²⁴¹.

Todo esse quadro é o resumo de uma perspectiva que, além de ressaltar o caráter suntuoso das medidas de combate ao tráfico, fundamenta um discurso de eficiência administrativa na medida em que desafia qualquer “bandido”, seja de facção A ou B,

²³⁸ Além do Secretário participaram, também, o Comandante Geral da Polícia Militar, coronel Pereira, coronel Luongo Sub-comandante da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), coronel Pedro Ribeiro comandante do Comando de Policiamento Metropolitano da Área I (CPAM I), Delegado Geral Lawrence Melo, Superintendentes, Dival Gonçalves da Superintendência da Polícia Civil do Interior (SPCI) e seu Adjunto, delegado Jallingson, Superintendente da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC), Tiago Bardal, Superintendente da Superintendência de Polícia Técnico Científica (SPTC), Perito Criminal Miguel Alves, Superintendente da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (SENARC) Carlos Alessandro, Armando Pacheco superintendente da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC). Fonte: <http://sjnoticiasma.blogspot.com/2017/03/secretario-jefferson-portela-comanda.html>.

²³⁹ <http://sjnoticiasma.blogspot.com/2017/03/10>.

²⁴⁰ <http://imirante.com/sao-luis/noticias/2017/03/10/operacao-PAC>.

²⁴¹ <http://www.suacidade.com/2017039/policia-deflagra-operacao-de-combate-criminalidade-no-pac-rio-anil-bairro-da-camboia>

conforme expressa o secretário de Segurança. Além disso, diante da especulação de que a informação da megaoperação “vazou”, e os principais responsáveis pelo tráfico evadiram-se antes da chegada da polícia, Jefferson Portela frisou: “vamos caçá-los onde eles estiverem”²⁴², afirmou entusiasmado. Por volta de um mês depois, uma das principais líderes do Comando Vermelho, Valdirene (a Val), foi presa com mais dois homens também procurados pela justiça quando estavam hospedados em um hotel da capital maranhense.

Em relação à operação, moradores apresentaram queixas diversas no que diz respeito à forma de abordagem. Com exceções, foi ressaltado o caráter arbitrário de alguns policiais que arrobaram portas²⁴³ ou que chamavam moradores de vagabundos acusando-nos de estarem coniventes com o tráfico. Além disso, denúncias mais sérias exemplificaram três situações em que policiais “roubaram o dinheiro de moradores, que encontram enquanto ‘vasculhavam’ o apartamento à procura de armas escondidas e drogas”²⁴⁴. Ou seja, as queixas revelam a dinâmica densa da relação entre agentes e população já ressalta em outros momentos. Como um contraponto, descaracterizam a dimensão exclusivamente técnica e jurídica atribuída ao desempenho da megaoperação.

Ademais, embora a retórica governamental tenha buscado legitimidade e apoio em meio à sociedade, ao afirmar que o alvo principal é o combate ao crime, enfatizando ainda um viés da capacidade de proteção e resguardo da população, os moradores do PAC disseram que a operação foi como “enxugar gelo”. Afinal, eles são conhecedores de uma dinâmica social cuja estrutura de saber se erigiu na duração do tempo de convivência. Assim, como se me contassem um segredo, em meio a um olhar apreensivo, sussurraram: “o tráfico não vai acabar nunca”, a “polícia não mora aqui para conhecer detalhadamente” e, principalmente, “os traficantes vão sendo substituídos”, pois, “quando tem uma baixa outros vem dar suporte”²⁴⁵.

Também criticaram as proporções de caráter espetacular da operação:

²⁴² <http://www.suacidade.com/2017039/policia-deflagra-operacao-de-combate-criminalidade-no-pac-rio-anil-bairro-da-camboia>

²⁴³ Apartamentos sem moradores, que estavam vazios no momento da operação, foram arrombados, mas também alguns outros cujos proprietários demoraram para abrir a porta porque estavam atordoados ou em virtude de que dormiam profundamente. Importante dizer, ainda, que no dia seguinte à operação, em virtude de reclamações de moradores as portas arrobadas foram consertadas pela Secretaria de Segurança.

²⁴⁴ Importante ressaltar que os três exemplos são exceção, entretanto demonstra o caráter corrupto identificado na ação de alguns agentes, desqualificando seu papel de ator responsável pela segurança, segundo a perspectiva de moradores. Frida e dona Sandra, por exemplo, deram depoimentos destacando que numa determinada averiguação os policiais “levaram todo o salário do de um rapaz, Artur, ou o dinheiro de venda de roupas de dona Mercedes”.

²⁴⁵ Essas informações foram colhidas em conversas com dona Ana Lua, dona Sandra, Sr. Israel e Frida.

Estou morrendo de vergonha de tudo isso”, falou Frida. “Já pensou você ser identificado como morador de um lugar onde 1000 policiais estão cercando, procurando traficante, e a TV mostrando tudo?”, destacou dona Iolanda. “Agora é que vão falar mal da gente pois já chamam de Carandiru. (Disse Sr. Israel.)

O efeito positivo da megaoperação foi ressaltado em seu prolongamento, no que ficou caracterizado como o segundo momento. Isto é, em virtude de que com a “baixa” da apreensão de três armas e da prisão de alguns rapazes envolvidos com a justiça, o PAC tornou-se momentaneamente vulnerável ao ataque de facção inimiga. Em decorrência disso, a Secretaria de Segurança deixou por mais ou menos uns três meses uma viatura estacionada na avenida em frente ao residencial, onde os policiais faziam rodizio diariamente.

Esse tipo de situação repercutiu como um dilema no cotidiano dos moradores, por um lado provocava constrangimentos, conforme nos disse seu Antônio em entrevista alguns meses depois: “não acho bom esse carro de polícia estacionado aqui não, porque quem passa aqui e olha isso vai achar que todo mundo é bandido” e, por outro, significava maior segurança, o que pode ser identificado nas palavras de Frida que ressaltava durante uma conversa: “acho que com a polícia por perto evita que a gente seja alvo da violência das facções, evita os confrontos, pois nem a facção daqui sai pra atacar no bairro da liberdade, nem a facção de lá vem invadir aqui”. Conclui-se, portanto, que consoante ao ponto de vista dos moradores, aquele tipo de vigilância ao inibir a guerra entre os grupos teria um efeito mais preventivo, desde que os policiais “ficassem resguardando a porta lá fora, na avenida, sem entrar no condomínio, pois quando entram, eles colocam todo mundo em parede chamando de vagabundo e às vezes até jogando spray de pimenta”²⁴⁶.

Após o período descrito, a viatura que fazia a guarnição foi retirada. O efeito dessa decisão é apontado nas palavras do senhor Maninho que, de forma condoída, disse: “se em novembro de 2017 a polícia ainda estivesse na avenida guardando a entrada teria evitado a morte de Sônia”²⁴⁷. Além do curto tempo de duração, o efeito da operação foi restrito e não quebrou o domínio das facções no PAC Camboa.

Toda exposição, até mesmo os relatos contraditórios, demonstram a necessidade de se construir um critério que estabeleça a mediação entre a urgência de proteção dos moradores que apresentam como problema principal de sua convivência a iminência de tiroteios entre grupos rivais e, ao mesmo tempo, ter o respeito do Estado confrontando os estereótipos construídos e reafirmados por seus agentes, denunciados por abordagens

²⁴⁶ Entre os moradores que enfatizaram isso estão Frida, Sr. Israel, D. Antônia e outros.

²⁴⁷ Sobre o assassinato de Sônia já foi feita uma abordagem em capítulo anterior.

excessivas e arbitrárias. Desse modo, embora a ação policial no PAC Camboa seja justificada a partir da proposta de combate à questão do tráfico de drogas, coloca um impasse: como combater esse tipo de situação especialmente em contexto social onde os grupos sociais se veem na condição de que “nós somos bastante discriminados pela polícia”. Esse caráter de dominação quebra a perspectiva de um provável consenso sobre a legitimidade do papel da polícia.

Esse tipo de comportamento policial, além de comprometer o propagado Estado Democrático de Direito, proporciona uma relação que inclui o Estado, também, na condição de agente da violência difusa. Seu desempenho se aproxima, em grande medida, de um modelo padrão desenvolvido em algumas academias de polícia no Brasil, conforme caracteriza Costa (2004, p. 116), e que ressalta a imagem guerreira do policial em sua missão de controlar a população e combater a todo custo o “inimigo da sociedade”, a fim de resguardar os nossos valores e preservar a vida e a propriedade, conclui o autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção dessa tese não é justapor resultados e nem caracterizar de forma definitiva a sociabilidade violenta em São Luís. A pretensão é abrir espaços para uma compreensão mais diversificada desse fenômeno na capital maranhense, oferecendo dados empíricos que contribuam para essa reflexão. Entretanto, vale ressaltar que, embora esteja dialogando com um aspecto cada vez mais visível na realidade do ludovicenses, ele ao mesmo tempo tem se mostrado um campo fugidio e um universo de difícil apreensão.

Apesar do trabalho estar circunscrito a um contexto social específico, se mostrou complexo e amplo. Não obstante pudéssemos enveredar por diversos caminhos, foi necessário selecionar as concepções e as diversas reflexões construídas a partir das experiências de cada interlocutor. Portanto, as questões aqui colocadas são resultantes de uma dinâmica de pesquisa em que busquei sistematizar e selecionar suas perspectivas, de modo a torná-las acessíveis e compreensíveis nessa tese.

Organizar a escrita alicerçada em trabalho de campo não é tarefa fácil. Não apenas porque é “tecnicamente difícil uma vez que colocamos vidas alheias em nossos textos” (OLIVEIRA 1996; GEERTZ, 1988), mas também especialmente porque é necessário costurar o “Olhar, ouvir e escrever” (OLIVEIRA, 1996). Além disso, delimitar o que é crucial implica restrição e escolhas dos dados, o que sempre se apresenta como um exercício escorregadio, que requer “um objetivação reflexiva” (BOURDIEU, 2001).

Porém, a proposta de organização afirma um compromisso com a descrição empírica. Desse modo, foi fundamental a pesquisa de campo. À medida que minha experiência se aprofundava, a narrativa sobre violência também se impunha. Tanto em assuntos abordados diretamente, quanto nos repertórios de histórias de um passado, relativamente recente, que deixou suas marcas incrustadas em exemplos traumáticos, saudades e espantos, mas também ao remeter-se ao seu passado mais longínquo, um tempo de “violência menos violenta”, “mais solidariedade e união nas palafitas”.

Um dos princípios que favoreceu a identificação e o meu recorte sobre a noção de sociabilidade violenta, conforme já descrito em capítulo anterior, foi a maneira e preocupação comum, que orientam a ação de meus interlocutores. Como se aglutinam e dispersam em virtude de acontecimentos a que estão expostos. Entretanto, cabe ressaltar que essa

sociabilidade é entrecortada por momentos de maior incidência, caracterizada por eles como “guerra” ou “mais calmo”. Ao mesmo tempo, os moradores do condomínio são vítimas da associação existente entre pobreza e crime, uma tese já desconstruída por Michel Misse (1995), mas que é recorrente enquanto prática social e favorece, inclusive, processos de sujeição criminal.

Possuem uma ideia clara de que sua condição socioeconômica favorece a reprodução do que eles classificam de preconceito com pobre, tanto por parte da polícia quanto das pessoas em geral. Além disso, estabelecem que situações de tiroteio, nas mediações do condomínio ou em seu interior, propiciam a identificação ampla e a representação do local em termos generalizantes, relacionado a um contexto de bandidos, apagando possíveis distinções – por exemplo as representações de homem trabalhador e mães de família –, inscrevendo todos na mesma lógica do que é descrito como violência. Apontam sempre esse diferencial.

Internamente, é necessário caracterizar que essa barreira é múltipla. Cada situação ganha uma lógica própria. Em períodos que ocorre a migração interna de novos jovens envolvidos com o tráfico e o condomínio fica visivelmente mais heterogêneo, ganha destaque uma perspectiva de ordem vertical perturbada e de incerteza. Nesses momentos, todos se consideram, indiretamente, um alvo e o medo se intensifica em virtude de possíveis represálias e perseguições que possam ocorrer, segundo expressa as palavras do Sr. Nobreza: “eles podem ser fugitivos tanto da polícia como outra facção”. Relatos sobre o fluxo de compradores também permite identificar a ideia de um construto social desordenado e que rompe com a possibilidade de um sistema de referências próprio ou mais familiar.

Esse tipo de contextualização se aproxima das impressões iniciais do processo de remanejamento, em que se desconsiderou laços sociais de vizinhança e “misturou gente de vários locais” no condomínio. A ideia de que “todo mundo era estranho” ou a rivalidade anteriormente estabelecida entre favelas foram desconsideradas pelo Estado, segundo a perspectiva dos moradores. O desconhecido que “veio de bairro e rua diferente” ou de outra favela teria ultrapassado fronteiras, valores e pertencimento. As diversas entrevistas demarcavam que esse era o elemento causador da violência, a não reciprocidade, a dificuldade de convivência em relação a esse estranho também definido como “mal encarado”.

Esse momento particular pode ser apreendido a partir da representação de “estrutura de atividades criminais vinculadas às gangues” (BEATO; ZILLI, 2014, p. 02). Com

o tempo a rivalidade passou a conviver com outros atributos, permeando julgamentos fundamentados em (d)efeitos hierarquizadores: o outro que “saiu da favela, mas a favela não saiu dele” não conseguiu adequar seu *habitus* à nova sociabilidade das regras e modos de agir impostos nos apartamentos. Esse aspecto permanece na caracterização de várias pessoas e é acionado para enfatizar distinções.

Embora tenha se operado com a perspectiva de que a diferenciação social, promovida pelo deslocamento, seja um fator que propiciou uma convivência demarcada por dinâmicas cheias de animosidades e enfraquecimento da confiança mútua, é necessário acrescentar, em paralelo, a expansão do mercado de tráfico de drogas em São Luís e junto com ele um conjunto de práticas que lhe são primordiais. Nesse sentido, a diferenciação na organização social do crime, para usarmos uma caracterização de Beato e Zilli (2014), também favoreceu a contextualização e uma sociabilidade violenta.

As classificações são consideradas a partir de referências específicas. Nesse sentido, a dinâmica de elaboração da categoria violência e sua associação à ideia de crime imprime um entendimento também contextualizado. Sua tipificação é apreendida como algo socialmente construído. Assim, é cada vez mais perceptível como meus interlocutores começam a intensificar essa classificação à medida que o tráfico de drogas foi se fortalecendo no condomínio: uma “violência mais violenta”, dizem. Essa identificação corresponde a algumas práticas e atividades consideradas criminosas, entre elas se destaca a expulsão de moradores do local, o envolvimento de jovens em tiroteios e uma “certa disposição” para matar (ZALUAR, 1994).

Em toda essa exposição, é importante destacar que a tese não possui caráter de denúncia ou acusação. Nesse sentido, o compromisso com a pesquisa ressaltou, inclusive, denúncias relacionadas à prática policial carregada de forte sujeição criminal. Os dados aqui expostos destacam o interesse de apreender e familiarizar com a cidade. São esforços para ampliar o entendimento relativo à expansão da violência e seu ordenamento em contexto peculiar, mas possível de dialogar com perspectivas mais amplas dessa realidade.

Essa fase mais exploratória da pesquisa, digamos assim, transformada nessa tese, permitiu vislumbrar algumas demandas, acenou para perguntas e inquietações que poderão ser buscadas e apreendidas em outro nível e prolongamento do trabalho de campo. Nesses termos, apreender a dinâmica engendrada pela violência urbana em São Luís, levanta alguns pontos pertinentes que poderão ser articulados em trabalhos futuros.

Dentre eles, é sugerido fazer um percurso histórico para identificar, de forma mais densa, o processo de constituição das facções na capital e seu prolongamento pelo interior do estado. Apreender quais as condições de realização e desenvolvimento do que tem sido caracterização como tráfico internacional em fronteiras locais.

Nesse processo de expansão de grupos nacionais, quais as especificidades e desempenho de atividades a nível local? O que vem sendo ressignificado tanto como valor e prática de violência?

Como as alianças são definidas? Por exemplo, qual fator foi preponderante para articular o grupo carioca ADA e a facção maranhense Bonde dos 40, em contraposição ao CV, também carioca?

Como o território do tráfico reterritorializa a cidade, seus bairros e ruas? Como a relação se estabelece entre grupos de facção e polícia?

Essas questões sugeridas poderão ser trabalhadas, posteriormente, por mim ou outros pesquisadores. São perspectivas que levam a novas interrogações e favorecem uma grande e fecunda pauta de pesquisa. Especialmente nesse momento, em que o enfoque relativo à violência ganha visibilidade em São Luís. No que tange à questão do tráfico de drogas e da organização de facções, deve-se levar em conta sua rápida expansão e toda uma diversidade de práticas articuladas a partir daí.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, v.4, n.8, p. 84-135, 2002.
- _____. O paradoxo da política de segurança pública: Estado, PCC e a gestão da violência na cidade de São Paulo. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n.8, p. 105-124. 2017.
- Ana Luiza Carvalho da Rocha Cornelia Eckert etnografia de rua: estudo de antropologia urbana, **Revista Iuminuras**, v. 4, n. 7, 2003.
- ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**: uma análise da colonização da Pré-Amazônia maranhense. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.
- ASSELIN, V. **Grilagem**: corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz, MA: Ética, 2009
- AZEVEDO, S.; ANDRADE, Lag. **Habitação e poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011, 116 p.
- BARREIRA, Cesar. Crueldade: a face inesperada da violência difusa. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 30, n.1, jan./abr. 2015.
- BARREIRA, CESAR. Crueldade: a face inesperada da violência difusa. **Soc. Estado**, Brasília, v.30 n.1, an./abr. 2015
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre alguns temas em Baudelaire”. In: **Obras escolhidas III**: Charles Baudelaire - Um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense. p. 103-150, 1995.
- BIONDI, Karina Junto e Misturado - Uma Etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.

BIONDI, Karina. Proibido roubar na quebrada: territórios, hierarquia e lei no PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

BONDUKI, N. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida. **Teoria e Debate**, n. 82. São Paulo, Editora Perseu Abramo. 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo, EDUSP, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **O Senso prático**. Petrópolis, Vozes, 2009

_____. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.) **Escritos de educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 65-69. 2001.

BURNETT, Frederico; VIEIRA, Joana. O espaço da ciência e da técnica na urbanização de assentamentos precários: uma análise da gestão do PAC Rio Anil em São Luís, MA. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS. **Anais...** São Bernardo do Campo: UFABC, 2014.

BURNETT, Frederico. **São Luís por um triz**. Revista de Políticas Públicas do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, v. 12, n. 2, jul./dez. 2008.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2003.

CARNEIRO, Marcelo D. S. Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira. In: Coelho, M. C. N.; Cota, R. G. (Orgs). **Dez anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, p. 223-250. 1997.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 27-47.

CASTRO, Edna. Políticas de estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel (orgs.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

CAVALCANTE, Mariana. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas**: revista de estudos de conflito e controle social, v. 1, n.1, p. 35-59, 2008.

COSTA, Naldson Ramos da. Ofício de polícia, violência policial e luta por cidadania em Mato Grosso. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18 n. 1, jan./mar. 2004.

COSTA, A. T. M. **Entre a lei e a ordem**: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a Rua**: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DINIZ, Juarez. Soares. As Condições e Contradições no Espaço Urbano de São Luís (MA): traços periféricos. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v. 5, n.1, p. 167-180, 2007.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**: “ensaio sobre as noções de poluição e tabu”. Lisboa: [s.d]. .1966.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

ECKERT, Ana Luiza Carvalho da Rocha Cornelia. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. **Revista IluMinuras**, v. 4, n. 7. 2003.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer Mundo**: construcción y desconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH (UFBA)**, Salvador, v. 23, n.58, p. 59-73, 2010.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1990

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 29. ed. São Paulo: Nacional, 1999. 248p.

GARLAND, David. As contradições da sociedade punitiva: o caso britânico. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.13, p.59-80, nov. 1999.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, Vozes, 1997. 366 p.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1998.

ILLICH, Ivan. Necessidades. In: SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 155-172.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Revista Desafios do desenvolvimento**, 2009, v.2, 94p.

_____. **Atlas da Violência 2017 mapeia os homicídios no Brasil**. 2017. Disponível em: Acesso em: 22 mar. 2017.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. **Viver em Risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: ed. 34, 2011.

LEFF, Enrique. La insoportable levedad de la globalización de la naturaleza y las estrategias fatales de la sustentabilidad. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 7, n.1, p. 149-160, 2001.

LIMA, Renato Sergio de AZEVEDO Rodrigo Ghiringhelli de; RATTON José Luiz (Orgs).Crime, Polícia e Justiça no Brasil. In: BEATO, Cláudio; ZILLI, Luís Felipe. **Organização Social do Crime**. Contexto, 2014.

LIMA, Renato Sergio de AZEVEDO Rodrigo Ghiringhelli de; RATTON José Luiz (Orgs).Crime, Polícia e Justiça no Brasil. In: TAVARES SANTOS, José Vicente. **Modernidade Tardia e violência**. Contexto, 2014

LIPOVETSKY, Gilles. **A Era do Vazio**. Lisboa: Relógio d'Água, 1984.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.19 n.1, jan./jun. p. 53-84. 2004.

MACHADO DA SILVA, L. A. Violência urbana, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH, Salvador**, v. 23, n. 59, p. 283-300, maio/ago. 2010.

MARICATO, Erminia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 48, n. 17, p. 151-167, 2003.

_____. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Vozes, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Linchamentos**: a justiça popular no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MEDEIROS Ana Elisabete de Almeida. Brasília, o Museo, a Biblioteca e o Vazio Urbano: elementos para reflexões. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Universidade de Brasília, 2007.

MISSE, Michel. Violência e Teoria Social. Dilemas. **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v.9, n.1, p. 45-63, jan./abr. 2016.

_____. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set./dez. 2008a.

_____. “Sobre a construção social do crime no Brasil”. In: _____. **Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações**. Rio de Janeiro: Revan, 2008b.

OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro, Graal, 1984

_____. O vício da virtude: Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil, Novos estud – CEBRAP, **n.74 São Paulo**, mar. 2006.

OLIVEN, R. G. A violência como mecanismo de dominação e como estratégia de sobrevivência. In: **Violência e Cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 6-13.

PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEIRANO, Peirano. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

RATTON, José Luís. Inquérito policial, Sistema de Justiça Criminal e políticas públicas de segurança: dilemas e limites da Governança. **Revista Sociedade e Estado**, v.26, n.1, p. 29-58, jan./abr. 2011.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25 n.75, p. 149-193. 2011.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **R. B. estudos urbanos e regionais**, v.11, n. 2/novembro 2009.

SACHS, Wolfgang. Introdução. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 11-17.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan, Observatório IPPUR/FASE, 2001.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Florestania**: a saga acreana e os Povos da Floresta. Rio Branco-AC, EDUFAC, 2004.

_____; MUNIZ, Lenir Moraes. Desenvolvimento sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de busca da sustentabilidade global. In: _____ et al. **Ecos dos conflitos socioambientais**: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 255-276.

SANTOS, Luís Eduardo Neves dos. **Estratégias do capital na produção do espaço urbano de São Luís**: sobre a verticalização e desigualdades espaciais. 2013. Dissertação. (Mestrado em desenvolvimento Socioeconômico) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2013.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1993

_____ et al. **Território, territórios**. Ensaios sobre o ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

SIMMEL, G. "O problema da sociologia". In: MORAES FILHO, E. (Org.) Simmel. **Sociologia**. São Paulo: Ed. Ática 1983.

VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo, SP: Studio Nobel, 2012.

VIEIRA, Joana; KAPP, Silke. As palafitas do rio Anil: memória de uma cultura construtiva em vias de erradicação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA, 2. **Anais...** Porto: FAUP, 2016, v. 2 p. 1109-1120.

_____. Tudo isso era maré: origens, consolidação e erradicação de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão. 2016. Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) - UFMG/Escola de Arquitetura, 2016.

WASELFISZ J.J. **Mapa da Violência 2012**: novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2016.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 3, p. 3-17. 1999.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**, v.21, n.61, p. 31-49. 2007.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Development and environmental conflicts in Brazil: challenges for anthropology and anthropologists. **Vibrant**, v. 9, n.1, junho de 2012. p. 181-208.

_____; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: _____. **Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-31.

_____; PEREIRA, Doralice Barros. **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.